

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

**CONHECIMENTOS, PRODUÇÃO DE NOVIDADES E AÇÕES INSTITUCIONAIS:
cadeias curtas das agroindústrias familiares**

MARCIO GAZOLLA

PORTO ALEGRE/RS

2012

MARCIO GAZOLLA

**CONHECIMENTOS, PRODUÇÃO DE NOVIDADES E AÇÕES INSTITUCIONAIS:
cadeias curtas das agroindústrias familiares**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento Rural da Faculdade de
Ciências Econômicas da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, como quesito parcial para
obtenção do título de Doutor em
Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Schneider

Série PGDR – Tese n° 56

Porto Alegre

2012

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis Wiebelling do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da
UFRGS

CIP - Catalogação na Publicação

Gazolla, Marcio
CONHECIMENTOS, PRODUÇÃO DE NOVIDADES E AÇÕES
INSTITUCIONAIS: cadeias curtas das agroindústrias
familiares / Marcio Gazolla. -- 2012.
292 f.

Orientador: Sérgio Schneider.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2012.

1. Agroindústria familiar. 2. Conhecimentos. 3.
Novidades. 4. Ações governamentais. 5. Canais de
comercialização. I. Schneider, Sérgio, orient. II.
Título.

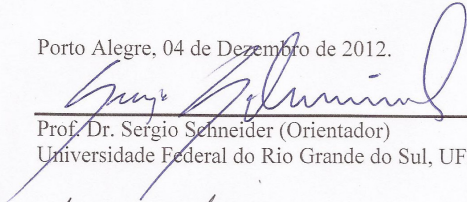
Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARCIO GAZOLLA

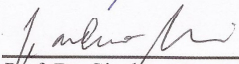
**CONHECIMENTOS, PRODUÇÃO DE NOVIDADES E AÇÕES INSTITUCIONAIS:
cadeias curtas das agroindústrias familiares**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento Rural da Faculdade de
Ciências Econômicas da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, como quesito parcial para
obtenção do título de Doutor em
Desenvolvimento Rural.

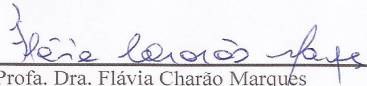
Porto Alegre, 04 de Dezembro de 2012.



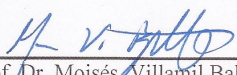
Prof. Dr. Sérgio Schneider (Orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS (PGDR e PPGS)



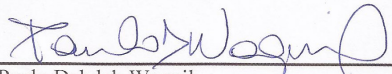
Prof. Dr. Gianluca Brunori
Università Degli Studi di Pisa, UNIPI (DAGA)



Prof.ª. Dra. Flávia Charão Marques
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS (PGDR)



Prof. Dr. Moisés Villamil Balestro
Universidade de Brasília, UnB (CEPPAC)



Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS (PGDR)

Para todos os meus amigos e familiares queridos que me apoiaram nesta jornada.

Para os agricultores familiares que possuem agroindústrias, que possam continuar suas vidas de trabalho na agricultura, produzindo alimentos diferenciados, tão importantes à sociedade e à sua manutenção nos espaços rurais.

AGRADECIMENTOS

Primeiro a Deus, pela vida e possibilidade de estar evoluindo neste mundo.

À minha família e amigos que me apoiaram durante esta jornada de quatro anos, especialmente meus pais Genoefa Lui e Luciano Gazolla a quem devo meus principais valores e ensinamentos de vida.

À UFSM (CAFW), pela liberação para poder cursar o doutoramento, e em nome do Prof. Luís Alberto Cadoná, gostaria de agradecer a todos os colegas e funcionários.

Ao Prof. Sergio Schneider, meu orientador, mas também um amigo. Devo-lhe boa parte do que sou como profissional e pesquisador. Meu muito obrigado.

À UFRGS (PGDR), por me acolher como aluno e propiciar as condições ao desenvolvimento dos meus estudos.

À UNIPI (DAGA), na pessoa do Prof. Gianluca Brunori e demais pessoas da instituição que me acolheram e serviram da melhor forma possível durante o meu período de estágio na Itália.

À CAPES, pelas bolsas de estudo, um apoio fundamental, especialmente em meu período de estágio no exterior na Itália.

Aos agricultores familiares e outras pessoas entrevistadas durante a pesquisa de campo, por se disporem a participar da investigação e contribuírem com suas informações e dados.

Aos colegas do GEPAD com os quais, em muitas discussões e eventos, pude trocar ideias que certamente me ajudaram a refletir sobre os processos sociais analisados nessa tese.

Aos colegas de turma, pelos estudos em conjunto, brincadeiras e interações sociais que realizamos juntos.

A todas as pessoas e instituições que de uma forma ou outra contribuíram na minha jornada.

O cio da terra

Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão e se fartar de pão
Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
Roubar da cana a doçura do mel, se lambuzar de mel
Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, propícia estação
De fecundar o chão
Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão e se fartar de pão
Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
Roubar da cana a doçura do mel, se lambuzar de mel
Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, propícia estação
De fecundar o chão.

(Composição: Milton Nascimento e Chico Buarque)

RESUMO

O objetivo geral deste estudo foi investigar como os agricultores familiares constroem agroindústrias que conseguem produzir novidades, acessando mercados para os seus produtos e desenvolvendo interações com outros atores sociais, instituições e ações governamentais no contexto em que estão imersos. De maneira mais específica, as perguntas que guiaram a investigação foram: (a) Como surgem as agroindústrias em regiões de agricultura familiar já integrada aos mercados de grãos e *commodities* agrícolas? (b) Como os agricultores produzem novidades a partir das suas agroindústrias e constroem socialmente seus canais de comercialização e mercados? (c) Quais os papéis das ações governamentais e instituições reguladoras dos alimentos junto às agroindústrias familiares? Para atingir este objetivo e responder a estas questões, foram utilizados dois enfoques teóricos: a Perspectiva Orientada aos Atores e a abordagem Multinível e Coevolucionária, associada à noção de produção de novidades. A investigação foi baseada em metodologia quali-quantitativa, com o uso de dados primários e secundários. Os principais instrumentos de coleta de informações qualitativas e dados primários foram 23 entrevistas semiestruturadas, observação participante e diário de campo. Como fonte de informações secundárias e dados quantitativos figuram os do IBGE, FEE e de instituições e entidades sociais que fizeram parte do estudo. A pesquisa foi desenvolvida na Região do Médio Alto Uruguai, porção ao Norte do território do Rio Grande do Sul (RS), onde foram investigadas sete experiências de agroindústrias familiares. Os principais resultados da investigação se dirigem a quatro direções conclusivas. Primeiro, as agroindústrias familiares produzem novidades em termos de novos produtos/processos de fabricação de alimentos, tecnologias, canais de comercialização e organizações sociais coletivas como a RECOSOL (Rede de Comercialização Solidária das Agroindústrias Familiares). Segundo, os principais canais de comercialização construídos são as vendas diretas agricultor-consumidor, vendas em eventos, pontos formais de comércio, cadeias longas, institucionais e os circuitos coletivos e em redes. Terceiro, a principal novidade descoberta no estudo é organizacional, sendo constituída pela RECOSOL, suas cooperativas e associações membros. Estas novidades produzidas pelas agroindústrias geram tanto transições no regime sociotécnico alimentar, como incrementos, desempenhando papéis duplos. Como quarta evidência da pesquisa, conclui-se que as ações institucionais são dúbias em relação ao apoio prestado às agroindústrias. Há partes do Estado que incentivam as experiências como o Programa Territórios Rurais e da Cidadania, o PRONAF (Agroindústria e Custeio e Comercialização para as Agroindústrias) e o Programa de Agroindústria Familiar (PAF/RS). Por outro ângulo, há instituições do mesmo Estado que elaboram regras e normas restritivas ao desenvolvimento e formalização das agroindústrias, inclusive agindo via aplicação de sanções às experiências.

Palavras-chave: Agroindústria familiar. Conhecimentos. Novidades. Canais de comercialização. Ações governamentais. Instituições.

ABSTRACT

The overall objective of the study was to investigate how farmers can build agro-industries that produce novelties, accessing markets for their products and developing interactions with other social actors, institutions and government actions in the context in which they are immersed. More specifically, the questions that guided the research were: (a) How come the agro-industries in family farming regions of already integrated markets for grains and agricultural commodities? (b) As farmers produce novelties from their agro-industries and socially construct their marketing channels and markets? (c) What are the roles of government actions and institutions governing food on family agro-industries? To achieve this goal and to answer these questions two theoretical approaches were used, the Perspective Oriented Actors and Multilevel and Co-Evolutionary approach, associated with the notion of novelties production. The research was based on qualitative and quantitative methodology, using primary and secondary data. The main tools for collecting primary data and qualitative information were 23 semistructured interviews, participant observation and field diary. As secondary source of information were included quantitative data from the IBGE, FEE and social organizations and institutions that participated in the study. The research was conducted in the Upper East Region Uruguay portion of the territory north of the Rio Grande do Sul (RS), where seven experiences of family agro-industries were investigated. The main research results are addressed in four directions conclusive. First, the family agro-industries produce novelties in suits of new products/processes food manufacturing, technology, marketing channels and social organizations as collective RECOSOL (Net Solidary Trading of Families Agro-Industries). Second, the main sales channels are built directly by sales farmer – consumer, sales events, points of formal trade, long chains, institutional and collective circuits and networks. Third, the main novelty finding in this study is organizational, being constituted by RECOSOL, cooperatives and their members. These novelties produced by agro-industries generate both transitions in sociotechnical regime food increments as having dual roles. As a fourth research evidence, it is concluded that institutional actions are dubious on support provided agro-industries. There are parts of the State that encourage experiences as the Program of Rural Territories and Citizenship, PRONAF (National Program for Agricultural Family Increasing) (Agroindustry and Costing and Marketing for Agro-Industries) and Agro-Industries Program (PAF/RS). From another angle, there are institutions that produce the same state rules and regulations that are restrictive to the development and formal of agro-industries, including acting via sanctions experiences.

Keywords: Family agro-industry. Knowledge. Novelties. Marketing channels. Governmental actions. Institutions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	O processo de geração, transferência e adoção de inovações e conhecimentos na agricultura moderna	48
Figura 2:	Perspectiva Multínivel e Coevolucionária e o processo de produção das novidades	50
Figura 3:	Principais diferenças entre inovações e produção de novidades	53
Figura 4:	Mapa do Rio Grande do Sul com destaque para a Microrregião de Frederico Westphalen (Microrregião3)	67
Figura 5:	Representação das “condições alargadas” dos processos de reprodução social das agroindústrias familiares	79
Figura 6:	Espacialização da agroindústria rural no RS, com base no número de informantes para os produtos doces e geleias, queijo e requeijão, pães, bolos e biscoitos e embutidos	100
Figura 7:	Fotos das experiências da Agroindústria Prevedello (Caiçara) à esquerda e da Cooperativa Biorga (Erval Seco) à direita	110
Figura 8:	Fotos das experiências das Agroindústrias Strack Alimentos Naturais (Caiçara) à esquerda e Agroindústria Gehen (Seberi) à direita	112
Figura 9:	Fotos das experiências da Agroindústria Ludke à esquerda e Jotti à direita, ambas do Município de Constantina	114
Figura 10:	Fotos da experiência da Agroindústria Zonta, antiga Natufred (Frederico Westphalen)	116
Figura 11:	Esquema explicativo multi (dimensional, ator e institucional) de como surgem às novidades a partir das agroindústrias familiares	120
Figura 12:	Rede de relações construídas pela Agroindústria Biorga na produção de novidades	122
Figura 13:	Açúcar mascavo natural da Agroindústria Strack (à esquerda) e erva-mate ecológica de barbaquá da Agroindústria Gehen (à direita)	124
Figura 14:	Queijo temperado da Agroindústria Ludke (à esquerda) e torresmo pururuca da Agroindústria Jotti (à direita)	128
Figura 15:	Rede de relações construídas pela Agroindústria Prevedello na produção de novidades tecnológicas	132
Figura 16:	Exemplos de adequações de máquinas na Agroindústria Strack Alimentos	

	Naturais, à direita os tachos de cozimento a vapor e à esquerda a caldeira adaptada à queima do bagaço da cana-de-açúcar	136
Figura 17:	Máquina de cancheamento da erva-mate inventada pela Agroindústria Gehen (à esquerda) e painéis de vapor para extração do suco de uva com uso de energia da queima de biogás na Agroindústria Zonta (à direita)	138
Figura 18:	Principais resultados obtidos com a produção das novidades produtivas e tecnológicas nas agroindústrias	145
Figura 19:	Organização social da Rede de Comercialização Solidária das Agroindústrias Familiares (RECOSOL)	167
Figura 20:	Localização da RECOSOL no Município de Boa Vista das Missões (à esquerda) e de um dos quiosques que compõe sua estrutura organizacional no Município de Frederico Westphalen (à direita), administrado pela COOPRAFF	172
Figura 21:	Canais de comercialização construídos pelas agroindústrias familiares e seus percentuais de participação relativa	177
Figura 22:	Selo Sabor Gaúcho de identificação dos produtos das agroindústrias familiares do RS	213
Figura 23:	Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) com destaque ao SISBI-POA	227
Figura 24:	Selo de identificação do SISBI-POA	231
Figura 25:	Selo de identificação dos alimentos do SUSAF/RS	232

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Brasil – Número de estabelecimentos familiares e não familiares que possuem agroindústria rural	90
Gráfico 2:	Brasil – Valor da produção total da agroindústria rural na agricultura familiar e não familiar	91

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	As compreensões vigentes de tecnologia e inovações	44
Quadro 2:	Algumas indicadores do COREDE do Médio Alto Uruguai/RS	102
Quadro 3:	Principais motivos que levaram as famílias a constituir as agroindústrias nas propriedades rurais	117
Quadro 4:	Tipos de novidades produtivas geradas pelas agroindústrias e suas características	121
Quadro 5:	Tipos de novidades tecnológicas desenvolvidas nas agroindústrias e suas características fundamentais	131
Quadro 6:	Organizações sociais que formam a RECOSOL e alimentos comercializados	169
Quadro 7:	Grupos de alimentos, locais de registro do estabelecimento, dos produtos e âmbito de comercialização	223
Quadro 8:	Motivos apontados pelos agricultores, atores sociais de desenvolvimento e instituições que dificultam a legalização das agroindústrias familiares	251

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Brasil – Valor da Produção da agroindústria rural e mercados acessados	85
Tabela 2:	Grandes Regiões Brasileiras – Valores da produção e mercados acessados pela agroindústria rural	87
Tabela 3:	Brasil – Número de informantes, quantidades vendidas e valores da produção da agroindústria rural	89
Tabela 4:	Rio Grande do Sul – Valor da Produção da agroindústria rural e canais de comercialização acessados	93
Tabela 5:	Rio Grande do Sul – Número de informantes, quantidades vendidas e valores da produção da agroindústria rural	95
Tabela 6:	Rio Grande do Sul e Microrregião de Frederico Westphalen/RS - Valores da produção da agroindústria rural consumida no estabelecimento	96
Tabela 7:	Microrregião de Frederico Westphalen/RS – Valor da Produção da agroindústria rural e mercados acessados	97
Tabela 8:	Microrregião de Frederico Westphalen/RS – Número de informantes, quantidades vendidas e valores da produção da agroindústria rural	99
Tabela 9:	As sete agroindústrias investigadas, ano de criação e principais produtos elaborados	108
Tabela 10:	A origem histórica de formação das agroindústrias familiares no Médio Alto Uruguai/RS	109
Tabela 11:	Preços, quantidades vendidas e rendas anuais obtidas pelas experiências de agroindustrialização	150
Tabela 12:	Os canais de comercialização construídos pelas sete agroindústrias e suas situações institucionais frente às legislações agroalimentares	151
Tabela 13:	Produtos, quantidades e preços recebidos pela Sociedade Frederiquense dos Produtores Rurais e COOPRAFF pelos produtos entregues ao PAA (Doação Simultânea)	156
Tabela 14:	Produtos comercializados, quantidades, preços e rendas brutas auferidas pela RECOSOL no ano de 2010	170
Tabela 15:	Produtos, quantidades, preços e volume de vendas mensais no quiosque	

de comercialização de Erval Seco, sob gestão da ARCA	173
Tabela 16: Recursos públicos acessados pelas sete agroindústrias pesquisadas, valores e finalidades de aplicação dos recursos tomados	186
Tabela 17: Recursos aplicados no Programa Territórios Rurais e da Cidadania, espaços de comercialização e número de agroindústrias criadas no RS	198
Tabela 18: Subprojetos priorizados no Território Rural do Médio Alto Uruguai/RS, no ano de 2008	202
Tabela 19: Municípios do Médio Alto Uruguai com e sem o Sistema de Inspeção Municipal (SIM) implantado	237
Tabela 20: Região do Médio Alto Uruguai - Número de agroindústrias familiares e sua condição perante as instituições sanitárias reguladoras dos alimentos ..	249

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AABG	Associação de Agricultores da Barra Grande.
ACI	Associação Comercial e Industrial.
AECOVALE	Associação das Agroindústrias Ecológicas Familiares do Vale do Rio Uruguai.
ADCA	Associação de Desenvolvimento Comunitário e Agropecuário de Taquaruçu do Sul.
AMZOP	Associação dos Municípios da Zona da Produção.
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
APAC	Associação dos Agricultores de Caiçara.
APAP	Associação de Pequenos Agricultores de Pinhal.
APROLEITE	Associação de Produtores de Leite de Pinheirinho do Vale.
ARCA	Associação Regional dos Criadores de Abelha.
ARCOS	Associação Rodeiense de Organização Social.
ART	Anotação de Responsabilidade Técnica.
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural.
AURORA	Cooperativa Central Oeste Catarinense.
BNAF	Banco Nacional da Agricultura Familiar.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
BPF	Boas Práticas de Fabricação dos Alimentos.
CAAF	Projeto de pesquisa “Caracterização e análise das agroindústrias familiares na Região do Médio Alto Uruguai”.
CAPA	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor.
CEASA	Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A.
CETANP	Centro Regional de Formação Profissional de Agricultores de Nova Petrópolis.
CISPOA	Coordenadoria de Inspeção dos Produtos de Origem Animal.
CMDR	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural.
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.
COADIL	Cooperativa da Agricultura Diversificada Xingu Ltda.
COAPELBIM	Cooperativa dos Prestadores de Serviço de Boa Vista das Missões.

COAPRIL	Cooperativa Agroecológica de Lajeado do Bugre.
CODETER	Conselho de Desenvolvimento Territorial do Médio Alto Uruguai.
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento.
CONSEMA	Conselho Estadual do Meio Ambiente.
COOCAMPO	Cooperativa Mista de Produção Camponesa e Integração Regional LTDA.
COOPAC	Cooperativa de Produção Agropecuária Constantina Ltda.
COPAGRISERVI	Cooperativa dos Agricultores e Prestadores de Serviços de Planalto
COOPATRIN	Cooperativa de Produção Mista de Agricultores Trindadense Ltda.
COPATRISUL	Cooperativa de Produção Agropecuária de Trindade do Sul Ltda.
COPAZA	Cooperativa de Produção, Industrialização e Comercialização de Aguardente Ltda.
COOPERBOMPASTOR	Cooperativa de Vinicultura Bom Pastor.
COOPENFAC	Cooperativa Nonoaiense de Fomento a Agricultura Camponesa.
COOPERAC	Cooperativa dos Grupos de Agroindústrias dos Agricultores Familiares de Constantina e Região Ltda.
COOPERBIORGA	Cooperativa de Produtos Biorgânicos.
COOPERÇARA	Cooperativa dos Agricultores de Caiçara.
COOPERJAB	Cooperativa Agropecuária de Produção e Comercialização de Jaboticaba Ltda.
COOPERVINHO	Cooperativa dos Vinicultores de Frederico Westphalen.
COOPRAFF	Cooperativa dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Frederico Westphalen.
CORAC	Cooperativa Regional da Agricultura Camponesa.
COREDE	Conselho de Desenvolvimento Regional do Médio Alto Uruguai.
CPDA	Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.
CRMV	Conselho Regional de Medicina Veterinária.

DACA	Departamento de Agroindústria Familiar, Comercialização e Abastecimento.
DACC	Departamento de Agroindústria, Cooperação e Comercialização.
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF.
DESENVOLVER	Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção.
DPA	Departamento de Produção Animal.
DRS/BB	Programa Desenvolvimento Rural Sustentável do Banco do Brasil.
EMATER/RS	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul.
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.
FAPERGS	Fundação Estadual de Amparo a Pesquisa do Rio Grande do Sul.
FEAPER	Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais.
FEE	Fundação Estadual de Economia e Estatística.
FENAFRAS	Feira Nacional da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária.
FEPAGRO	Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária.
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção ao Meio Ambiente.
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul.
FETRAF-SUL	Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar.
FOB	<i>Free On Board.</i>
GTA	Guia de Trânsito Animal.
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente.
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
ICS	Índice de Carência Social.
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano.
IDESE	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico.
IDS	Índice de Desenvolvimento Social.
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados.

IPODE	Projeto de Pesquisa “Sementes e Brotos da Transição: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil”.
IVZ	Inspetoria Veterinária e Zootécnica.
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário.
MMA	Ministério do Meio Ambiente.
MS	Ministério da Saúde.
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores.
ONG	Organização Não Governamental.
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.
PAF/MDA	Programa de Agroindustrialização da Produção Familiar.
PAF/RS	Programa da Agroindústria Familiar.
PANPA	Programa de Apoio a Novos Produtos Agropecuários.
PGDR	Programa de Pós Graduação em desenvolvimento Rural.
PIB	Produto Interno Bruto.
PMN	Perspectiva Multi Nível e Co-Evolucionária.
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar.
POA	Perspectiva Orientada aos Atores.
POP	Procedimentos Operacionais Padrão.
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária.
PRODEVINHO	Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Vitivinicultura.
PROINF	Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais.
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais.
PROVE/DF	Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola do Distrito Federal.
RECSOL	Rede de Comercialização Solidária das Agroindústrias Familiares.
RIISPOA	Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal.

SAA	Secretaria da Agricultura e Abastecimento.
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo.
SDT	Secretária de Desenvolvimento Territorial.
SEAPA	Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Agronegócio.
SEBRAE	Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas.
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.
SIDRA	Sistema Automático de Recuperação de Dados.
SIE	Sistema de Inspeção Estadual.
SIF	Serviço de Inspeção Federal.
SIM	Serviço de Inspeção Municipal.
SISBI-POA	Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal.
SMA	Secretaria Municipal da Agricultura.
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
SUASA	Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária.
SUSAF	Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte.
UCAF	Unidade Central de Apoio as Agroindústrias Familiares Rurais do Oeste Catarinense.
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria.
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
URI	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões.

CONVENÇÕES

Neste trabalho foram adotadas as seguintes convenções:

- a) O trabalho foi escrito utilizando a terceira pessoa do singular – ele;
- b) Nas citações de trechos de entrevistas, não se utiliza o nome das pessoas, mas a instituição à qual ela pertence, organização ou entidade social; e
- c) Palavras destacadas em itálico são as que pertencem a outros idiomas.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	23
2	ELEMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS PARA O ESTUDO DAS NOVIDADES NAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES	36
2.1	A Perspectiva Orientada aos Atores (POA): a centralidade do conceito de agência	38
2.2	Abordagens e noções clássicas em inovação e tecnologia	41
2.3	A perspectiva Multinível e Coevolucionária (PMN) e a noção de produção de novidades (<i>novelty production</i>)	47
2.4	O percurso da pesquisa: as diferentes etapas cumpridas e estratégias acionadas	57
2.5	Fonte de dados, instrumentos de coleta e formas de análise	61
2.6	Níveis de análise e local de investigação	65
3	AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NO BRASIL: ELEMENTOS TEÓRICOS E CARACTERIZAÇÃO GERAL	68
3.1	<i>Embeddedness</i> , construção de mercados, redes e circuitos locais/regionais de comercialização	70
3.2	Qualidade ampla, pequena e média escala e validação social da qualidade	75
3.3	“Condições alargadas” de reprodução social das agroindústrias familiares	77
3.4	Características das agroindústrias rurais no Brasil e Rio Grande do Sul .	84
3.5	As agroindústrias rurais na Região do Médio Alto Uruguai/RS	96
3.6	As características da Região do Médio Alto Uruguai na qual as agroindústrias estão imersas	101
4	CONHECIMENTOS, NOVIDADES PRODUTIVAS E TECNOLÓGICAS: A CRIATIVIDADE DOS AGRICULTORES	105
4.1	Uma breve caracterização das agroindústrias investigadas: como ocorre o seu surgimento?	107
4.2	Conhecimentos, experimentações e interações dos agricultores: como eles fazem diferente?	119

4.2.1	As novidades produtivas desenvolvidas pelas agroindústrias	120
4.2.2	As novidades tecnológicas inventadas/adequadas à realidade sociotécnica	130
4.3	Principais resultados obtidos com as novidades produtivas e tecnológicas	141
5	NOVOS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: OUTRAS NOVIDADES DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES	147
5.1	Novos canais de comercialização: construção de mercados e novidades organizacionais	149
5.1.1	Vendas institucionais: as compras públicas do PAA e PNAE	153
5.1.2	Cadeias curtas ou vendas diretas do agricultor com interações com consumidores	157
5.1.3	Vendas em eventos e feiras: contato direto com os consumidores	160
5.1.4	Cadeias longas de abastecimento e distribuição	162
5.1.5	Os pontos formais de vendas	164
5.2	Novos canais de comercialização coletivos e em redes: a Rede de Comercialização Solidária das Agroindústrias Familiares (RECO SOL) ..	166
5.3	Novos canais de comercialização e organizações sociais: quais são novidades?.....	176
6	AÇÕES GOVERNAMENTAIS PARA AS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES: FORMAS DE FORTALECIMENTO E LIMITES DOS PROGRAMAS	183
6.1	Ações governamentais voltadas a agroindustrialização: uma análise a partir das sete agroindústrias investigadas	185
6.2	Pronaf Agroindústria e Custeio e Comercialização para as Agroindústrias: efeitos dos Investimentos e Custeios federais?	189
6.3	Programas Território Rural e da Cidadania: ações territoriais e formas de apoio às agroindústrias familiares no Médio Alto Uruguai/RS	196
6.4	O PROGRAMA DE AGROINDÚSTRIA FAMILIAR (PAF/RS): entre idas e vindas das ações estaduais de agroindustrialização	208
7	QUAIS REGRAS SEGUIR? APOIO OU APLICAÇÃO DE SANÇÕES? O DIFÍCIL DIÁLOGO ENTRE INSTITUIÇÕES REGULADORAS DE ALIMENTOS E AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES	219

7.1	Níveis das legislações sanitárias alimentares: a inspeção dos alimentos como competência concorrente	221
7.2	SUASA e SUSAF/RS: os Sistemas Unificados federal e estadual	226
7.3	CISPOA e SIM: o sistema estadual e municipal de inspeção	233
7.4	Regulações ambientais, jurídicas e fiscais para as agroindústrias	242
7.5	Dificuldades apontadas pelos agricultores e outros atores sociais para formalizar as agroindústrias	248
8	CONCLUSÕES	256
8.1	Novidades e transições produzidas pelas agroindústrias familiares	257
8.2	Programas de apoio às agroindústrias e papéis desempenhados pelas instituições reguladoras dos alimentos	260
	REFERÊNCIAS	265
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: AGRICULTORES FAMILIARES DONOS DE AGROINDÚSTRIAS	282
	APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: ORGANIZAÇÕES SOCIAIS COLETIVAS DAS AGROINDÚSTRIAS	285
	APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: INSTITUIÇÕES E AÇÕES GOVERNAMENTAIS	286
	APÊNDICE D - LISTA DE ENTREVISTADOS, CARGOS/FUNÇÕES PROFISSIONAIS E MUNICÍPIOS	287
	APÊNDICE E - VARIÁVEIS E INDICADORES DA PESQUISA DE CAMPO ..	289

1 INTRODUÇÃO

No capitalismo agrário atual, quais são as iniciativas mais promissoras na geração de emprego e renda no meio rural? No Brasil há uma vertente de pensamento que se traduz em ação política de Estado, que preconiza a inserção dos agricultores nas economias de escala, na forma do agronegócio. No Rio Grande do Sul (RS), isto tem acontecido em alguns setores, como na produção integrada de fumo, suínos e aves. Mas as economias de escala geram severas restrições aos pequenos agricultores, sendo a mais destacada o fato de que acabam sendo produtores de matérias-primas baratas para as grandes agroindústrias e não se apropriam da fatia mais importante de valor gerado. E, como meros produtores de matérias-primas, os pequenos agricultores perdem também a autonomia e sua capacidade de criação e inovação, que são elementos típicos destas unidades de produção.

Mas há outra questão importante e central, que liga as discussões sobre emprego e renda no rural ao debate sobre inovações e mudanças tecnológicas. Nesse sentido, o foco desta tese é vincular o tema da produção de valor, através da geração de formas de trabalho e ocupação em atividades de transformação das matérias-primas agrícolas à discussão e análise dos processos e estratégias de inovação. Entendem-se as agroindústrias familiares de pequeno porte como os espaços de produção material de mercadorias e produtos que surgem da transformação das matérias-primas dos agricultores. Mas a produção material também enseja novas formas de produção de conhecimentos, invenções e criatividade. Chama-se este processo de produção de novidades.

O tema de pesquisa das agroindústrias familiares também está presente nas discussões das transformações recentes do sistema agroalimentar brasileiro. Nos últimos anos, as mudanças têm sido intensas, especialmente em questões que passam pelo meio ambiente, incrementos tecnológicos e a necessidade de maior agregação de valor aos produtos agropecuários, especialmente aos voltados aos mercados internos e externos. Na agricultura familiar, a agregação de valor é uma necessidade manifestada tanto pelos agricultores através de suas iniciativas, por agentes de desenvolvimento e ações governamentais, como, por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

A agregação de valor aos produtos é uma tarefa importante para o futuro da agricultura, e especialistas têm apontado para uma vulnerabilidade da economia brasileira no que se refere a vendas de matérias-primas, fibras e *commodities* com baixo valor agregado. Maiores graus de transformação destas matérias-primas e produtos podem elevar valores agregados, minimizando o que alguns economistas estão chamando de “primarização” da

economia brasileira (CARNEIRO; MATIJASCIC, 2009). Do ponto de vista ambiental, os efeitos do desenvolvimento acelerado das sociedades e a crescente ação antrópica têm causados diversos impactos sobre os recursos naturais do planeta. Por exemplo, há estudos advertindo para a finitude dos recursos não renováveis, a escassez e a alta mundial dos preços dos alimentos (IAASTD, 2009). Nesse sentido, uma pergunta inquieta a sociedade mundial: como produzir alimentos para uma população de 9 bilhões de habitantes (em 2050), satisfazendo as necessidades humanas e não comprometendo os recursos naturais do planeta?

Com relação ao desenvolvimento tecnológico, o Brasil caracteriza-se por apresentar baixos níveis de inovação, devidos às importações históricas de tecnologias externas, baixos investimentos governamentais (0,61% do PIB em 2011 para políticas industriais e de inovação) e das empresas privadas (0,59% do PIB em 2011). No rural, foi adotado um padrão de desenvolvimento tecnológico que se caracterizou pela adoção de tecnologias exógenas às unidades de produção e aos modos de vida dos agricultores. Esse processo de incremento tecnológico gerou profundas dependências dos sistemas produtivos as tecnologias utilizadas, visando a manter a produtividade elevada. Além disso, em muitas situações houve adoção de tecnologias inadequadas e caras à realidade dos agricultores e agroecossistemas, o que resultou em endividamento das famílias, migrações para os centros urbanos, entre outros problemas sociais (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

Esse processo social possuiu como pontos de apoio a Teoria da Modernização, Inovação Induzida, o Difusionismo/Transferência de Tecnologias e as Biotecnologias, enfoques influentes na história da agricultura brasileira (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990; GARCIA GASQUES; VIEIRA FILHO; NAVARRO, 2010). Nesse sentido, o presente trabalho pretende ir além destas reflexões clássicas sobre inovações na agricultura, que desconsideraram o papel dos agricultores na produção das tecnologias, já que a quase totalidade dos conhecimentos e desenvolvimentos técnicos eram externos às unidades agropecuárias, às práticas de trabalho e ao conhecimentos dos agricultores.

O momento vivido pela agricultura do país é oportuno para perguntar como a agricultura familiar pode inovar em suas estratégias de reprodução social e econômica para continuar se viabilizando nos espaços rurais? Esta indagação é ilustrativa da situação da agricultura familiar brasileira, pois quando se analisa historicamente o conjunto de estudos rurais sobre ela, nota-se que, grosso modo, estes estudos tiveram três fases bem definidas. A primeira, de descobrimento do modo de vida e das formas clássicas de reprodução camponesa e familiar nas diversas regiões. A segunda, de realce da importância econômica e social da categoria agricultura familiar, juntamente com a criação de políticas públicas diferenciadas. A

terceira, de descoberta da diversidade da agricultura familiar, fundamentada inclusive nos estudos das atividades não agrícolas e pluriatividade. E o momento atual parece propício à inovação nas estratégias de reprodução social dessa agricultura de base familiar, ressaltando a necessidade de criar formas alternativas para viabilizar nos processos de desenvolvimento rural, caso das agroindústrias familiares analisadas nesse trabalho.

Nesse sentido, esta investigação quer evidenciar que há outros tipos de inovações que são diferentes das clássicas já descritas pelos estudos no Brasil, principalmente na maneira como elas se originam e nos resultados que geram junto aos agricultores. Para realizar essa tarefa, utiliza-se do universo empírico das agroindústrias familiares, na Região do Médio Alto Uruguai/RS. As agroindústrias podem ser conceituadas como atividades familiares de produção de matérias-primas agropecuárias e alimentos com sua consequente transformação em derivados alimentares de diversos tipos, ocorrendo nesse processo a agregação de valor ao produto final, que geralmente é diferenciado. Nestas unidades, há grande predominância do trabalho e administração por parte do próprio núcleo familiar, que empresta os significados e as estratégias que serão adotadas na atividade. Estas experiências se baseiam na pequena escala de produção e possuem ligações locais de proximidade com os mercados, muitas vezes informais. Estas agroindústrias funcionam com base nos conhecimentos dos próprios agricultores, o que realça a existência de outras questões que implicam seu desenvolvimento, como a produção de novidades de que se trata neste trabalho.

De maneira geral, as agroindústrias surgem em função de dois fatores principais. De um lado, por estes agricultores terem sido excluídos ou não conseguirem sobreviver aos padrões técnico-produtivos impostos pelas cadeias longas de circulação de mercadorias e mercados integrados, de grãos e *commodities* agrícolas. Por outro ângulo, representam a busca pelos próprios atores sociais de alternativas para sobrevivência através da sua atividade rural. Ao fazerem isso, propiciam a produção de alimentos fabricados artesanalmente, com outros padrões de qualidade e uma revalorização das especialidades locais, étnicas, da pequena agricultura, artesanais, agroecológicas, entre outras.

A importância das agroindústrias familiares tem crescido nos últimos anos no país. A nível nacional, as estimativas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) apontam para a existência de aproximadamente 35 mil agroindústrias, em 2008. Já os dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006) destacam que 16,7% dos estabelecimentos rurais no Brasil beneficiam e/ou transformam alguma matéria-prima. No Brasil, os valores totais da produção das agroindústrias rurais atingiram R\$ 2.988.124.000,00, no ano de 2006. No RS, dados amostrais microrregionais apresentados por Oliveira, Prezotto e Voigt (2002) registravam a

presença de 1.528 agroindústrias familiares. Estimativas preliminares realizados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS) apontam para um número de 2,5 mil unidades no RS. Os dados do Programa da Agroindústria Familiar (PAF/RS), para o ano de 2011, apontam para 7.700 agroindústrias no RS. Segundo o IBGE (2006), as agroindústrias existentes no RS geraram R\$ 231.391.000,00 em valores da produção, em 2006. Na Microrregião de Frederico Westphalen, há uma grande presença destas iniciativas, totalizando 14,12% de todas as agroindústrias existentes no estado, ficando com o primeiro lugar, quando se analisam os números percentuais.

Dada a relevância das agroindústrias familiares na Microrregião de Frederico Westphalen, esse universo empírico foi escolhido para o desenvolvimento desta pesquisa. O trabalho pretendeu indagar sobre a origem das agroindústrias, as novidades geradas, canais de comercialização e mercados, novas organizações sociais, ações governamentais e das instituições reguladoras dos alimentos. Nesse sentido, a investigação se desdobra em três direções principais. Primeiro, entender como estes agricultores produzem novidades, utilizando-se de seus poucos recursos, a pequena escala e os conhecimentos do contexto social em que estão imersos. Segundo, investigar como as agroindústrias conseguem construir canais de comercialização, especialmente os locais e de proximidade social. Ou seja, saber como as agroindústrias se articulam com os circuitos mercantis, os fatores sociais e institucionais essenciais à construção dos seus mercados. Terceiro, indagar sobre os papéis das ações governamentais e instituições reguladoras de alimentos. Saber como a ação institucional atua frente às agroindústrias, os apoios prestados, os limites dos trabalhos realizados e regulações exercidas pelas normas e regras de produção, distribuição, comércio e consumo dos alimentos.

De maneira mais específica, as perguntas estruturantes da investigação foram:

- a) Como surgem as agroindústrias em regiões de agricultura familiar já integrada aos mercados de grãos e *commodities* agrícolas?
- b) Como os agricultores produzem novidades a partir das suas agroindústrias e constroem socialmente os seus canais de comercialização e mercados?
- c) Quais os papéis das ações governamentais e instituições reguladoras dos alimentos junto às agroindústrias familiares?

Estas três questões principais serviram de guia para o desenvolvimento da investigação, entretanto, nos diferentes Capítulos que formam a tese, são discutidas outras questões secundárias, mas que também ajudam a estruturar o trabalho como um todo.

O objetivo geral do estudo foi investigar como os agricultores familiares fundam agroindústrias que conseguem produzir novidades, construindo mercados para os seus produtos diferenciados e desenvolvendo interações com outros atores sociais, instituições e ações governamentais no contexto em que estão imersas. Os objetivos específicos do trabalho são quatro:

- a) verificar como os agricultores constroem suas agroindústrias em uma região dominada pelos grãos e *commodities* agrícolas;
- b) pesquisar quais novidades são desenvolvidas a partir das agroindústrias e no contexto institucional;
- c) investigar como se constroem os mercados e canais de comercialização, quais os tipos acessados pelos alimentos e a atuação dos diferentes atores sociais envolvidos;
- d) desvendar quais os papéis das ações governamentais e das instituições reguladoras dos alimentos junto às agroindústrias.

A investigação foi apoiada teoricamente em duas abordagens. As proposições da Perspectiva Orientada ao Ator (POA) de Norman Long e Jan Douwe van der Ploeg. A POA foi importante pelo uso do conceito de agência. Por este conceito, conseguiu-se captar as ações e saberes dos atores sociais durante a investigação de campo, especialmente os agricultores, e entender como eles agem ativamente na construção de suas estratégias, seja para produzir novidades nas agroindústrias, construir mercados, redes sociais, entre outras. Essa abordagem também auxiliou no entendimento das interações entre atores sociais diferentes para compreender como ocorrem as interfaces de diferentes saberes no rural e as recontextualizações de conhecimentos que os agricultores desenvolvem junto a suas práticas sociais e de trabalho nas agroindústrias.

A segunda abordagem utilizada foi a Perspectiva Multinível e Coevolucionária (PMN), associada à noção de produção de novidades. Com a utilização da PMN, foi possível entender os diferentes níveis de estruturação das práticas inovativas dos agricultores e dos atores sociais envolvidos. Foi possível compreender que as práticas dos atores possuem diferentes graus de institucionalização, variando desde atividades inovativas nos chamados nichos onde surgem as novidades, até ações mais enraizadas como as que estão presentes no regime ou paisagem sociotécnica. Essa perspectiva também possibilitou entender que as atividades inovativas dos atores coevoluem no tempo e no espaço social, podendo gerar transformações relevantes em alguns casos e, em outros, manterem-se estáticas, sem a ocorrência de mudanças sociais e técnicas significativas.

Nesse sentido, discute-se o potencial das novidades em gerar transições e/ou incrementalismos no regime sociotécnico alimentar instituído. O regime sociotécnico alimentar é entendido no trabalho como as normas e regras que regulam a produção, distribuição e consumo dos alimentos. O regime possui como características a padronização dos alimentos, monopólio das grandes cadeias de distribuição e produção, fusões e aquisições entre as grandes firmas, industrialização crescente dos alimentos, dietas nutricionalmente desequilibradas, aumento do domínio dos mercados pelas grandes redes supermercadistas, centralização dos capitais agroindustriais e, eventualmente, graves crises e doenças agroalimentares (ROEP; WISKERKE, 2004; STUIVER, 2008; BRUNORI et al, 2009a). Neste trabalho, a noção de regime sociotécnico alimentar é utilizada para verificar as transições ou incrementalismos que as novidades das agroindústrias geram. Esta noção também auxilia na análise das interfaces entre agroindústrias e instituições reguladoras dos alimentos, já que estas últimas também são constituintes do regime alimentar por serem guiadas por regras e normas.

Já a noção de produção de novidades foi fundamental para poder definir as práticas inventivas e analisar a criatividade dos agricultores em suas agroindústrias. A noção de produção de novidades diferencia-se das inovações (PLOEG et al, 2004). As novidades caracterizam-se por serem baseadas nos conhecimentos dos agricultores (especialmente os conhecimentos tácitos e contextualizados), possuem um caráter de radicalidade, são internas ao contexto institucional em que surgem e possuem enraizamento socioespacial no território em que são geradas. Além destas características das novidades, elas possuem capacidade de gerar transições relevantes em práticas sociais já sedimentadas, adicionar maiores graus de autonomia e sustentabilidade nas atividades produtivas e econômicas dos atores que as geram. Como última característica das novidades, o seu surgimento muitas vezes ocorre fora das regras e normas instituídas formalmente (WISKERKE; PLOEG, 2004; BRUNORI et al, 2009a; ROEP; WISKERKE, 2004).

O conceito de inovações apresenta outras características, entre as quais o entendimento clássico de que elas se materializam principalmente como novos produtos e tecnologias. Dessa forma, o conceito não possibilita entender outros tipos de inovações como as sociais, de mercados, redes, organizacionais, conhecimentos, entre outras. Segundo, as inovações sempre são incrementais em suas trajetórias evolutivas, aprofundando um caminho predeterminado de desenvolvimentos tecnológicos. Terceiro, as inovações são construídas por atores sociais que geralmente não as utilizam, já que as fases de geração e difusão são separadas das de aplicação das tecnologias. Essa forma de surgimento das inovações tem sido denominada de

modelo linear de inovação, sendo característico, por exemplo, dos processos de modernização da agricultura (PLOEG et al, 2004). Como últimas características distintivas das inovações, elas são consideradas padronizadas, pois são geradas a partir de processos produtivos idênticos e com fabricação em massa. As inovações são globais, podem ser utilizadas em qualquer local do mundo e sua origem é externa aos modos de vida, práticas e conhecimentos dos agricultores (MOORS; WISKERKE, 2004; STUIVER, 2008)¹.

Especificamente no desenvolvimento deste estudo, a noção das novidades foi utilizada de quatro maneiras. Primeiro, foi usada para explicar as novas práticas técnico-produtivas que os agricultores inventam no interior das suas agroindústrias e propriedades rurais, as quais foram chamadas de novidades tecnológicas e produtivas (por exemplo, novos produtos, processos de fabricação de alimentos diferenciados e criação ou readequação de máquinas e equipamentos agrícolas e agroindustriais). Segundo, a noção serviu para entender o funcionamento e a dinâmica dos novos canais de comercialização e mercados construídos a partir das agroindústrias, como as cadeias curtas, vendas coletivas e em redes, comércio em eventos. Nesse caso, as novidades foram denominadas de mercadológicas por estarem ligadas à criação de novos circuitos de vendas dos alimentos.

O terceiro uso da noção de novidades é para explicar as novas organizações sociais que foram criadas a partir das ações associativas dos agricultores como a Rede de Comercialização Solidária das Agroindústrias Familiares (RECO SOL), suas cooperativas e associações coletivas e em redes. Neste caso, as novidades foram chamadas de organizacionais por estarem associadas à formação de novas organizações sociais coletivas dos agricultores. Com quarta aplicação da noção de novidades, sejam elas produtivas, tecnológicas, de mercados ou organizacionais, foram relacionadas com a noção de regime sociotécnico alimentar, tentando perceber se estas novidades geradas possuíam o potencial de modificar este regime e/ou somente o incrementavam.

Outra questão fundamental é perceber qual a relação existente entre desenvolvimento rural e produção de novidades? Primeiro, a produção de novidades é entendida como uma dimensão importante dos processos de desenvolvimento rural, pois a capacidade de inovar dos

¹ A distinção entre novidades e inovações inscreve-se em um debate teórico e possui uma finalidade heurística. Nesta tese, nos alinhamos à diferenciação sugerida por Ploeg e Wiskerke (2004) e Oostindie e Broekhuizen (2008). Não obstante, a novidade é considerada um tipo de inovação. Entretanto, as novidades surgem e atingem resultados diferenciados, quando comparadas às inovações. Nos casos das experiências estudadas na tese, as novidades surgem dos conhecimentos dos agricultores e do contexto local. Elas não são produzidas foras das propriedades rurais, por exemplo, por empresas privadas. Já os seus resultados são o de adicionar maiores níveis de autonomia às atividades sociotécnicas dos agricultores e diminuir suas dependências a mercados, empresas, Estado, etc. Estas são as duas diferenças fundamentais das noções que justifica o uso das novidades como enfoque do trabalho.

atores, por diferentes vias (novos produtos, técnicas, processos de produção, mercados, organizações sociais, entre outras), representa novas maneiras pelas quais o desenvolvimento rural pode ocorrer em uma propriedade rural, local ou mesmo região. Segundo, como formulou Ploeg (2003), o desenvolvimento rural pode ser definido como a capacidade dos atores sociais em produzir novos produtos e serviços, aliados à construção de novos mercados. Neste sentido, a inventividade dos atores pode ser uma das formas pelas quais ocorre desenvolvimento rural, já que propicia aos agricultores que produzem novidades como, por exemplo, um novo produto diferenciado, conseguir comercializar este produto em mercados em que ganharão um preço prêmio em função da especificidade qualitativa que o alimento possui (caráter inovador do produto).

No estudo dos canais de comercialização e mercados das agroindústrias, foram utilizados três referenciais. Primeiro, o conceito de agência pela qual alguns canais de comercialização são entendidos como ativamente construídos pelos agricultores, por possuírem conhecimentos e o domínio das etapas básicas da cadeia produtiva agroindustrial (LONG, 2001; 2006). Segundo, é utilizada a noção de produção de novidades, já que alguns destes circuitos mercantis são entendidos como novidades dos atores sociais e suas organizações. As novidades são os novos mercados e canais de comercialização, que, em algumas situações, geram transições no regime sociotécnico alimentar (WISKERKE; PLOEG, 2004). Terceiro, usou-se da noção de *nested markets* para analisar estes canais de comércio dos alimentos e produtos. Segundo Ploeg, Jingzhong e Schneider (2010), os *nested markets* são definidos como lugares concretos em que ocorrem transações concretas, com produtores concretos, consumidores concretos e concretas estruturas de referência subjacentes que ajudam a compreender a emergência de novos mercados.

Para as perguntas e objetivos da pesquisa serem cumpridos, foram utilizados instrumentos e técnicas de investigação específica. Os dados e informações levantados a campo foram tanto quantitativos como qualitativos, primários e secundários. Como dados quantitativos, destacam-se os contidos na Pesquisa Caracterização e Análise das Agroindústrias Familiares na Região do Médio Alto Uruguai (CAAF) (PELEGRINI; GAZOLLA, 2006), bem como os dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Estadual de Economia e Estatística (FEE) e outras fontes institucionais e documentais. Também foram usados dados e informações de outros dois projetos de pesquisa sobre as agroindústrias. O Projeto ‘Sementes e Brotos’ da Transição: Inovação, Poder e Desenvolvimento em Áreas Rurais do Brasil (IPODE) desenvolvido de 2008 a 2010 (SCHNEIDER, 2007). E uma cooperação técnica entre o Programa de Pós-

Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e IBGE, que visou a analisar os dados sobre a agroindústria rural do Censo Agropecuário 2006. Este projeto foi desenvolvido de 2010 a 2011. Estes projetos estão mais bem descritos no Capítulo 2.

Para levantamento dos dados qualitativos, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com 26 atores sociais, num total de 23 entrevistas, cobrindo a diversidade de atores e variáveis em investigação (Apêndices A, B, C, D e E). Além das entrevistas, utilizou-se da observação participante em alguns casos para captar as novidades nas agroindústrias, colocando em prática o que Norman Long chamou a atenção para a necessidade de “seguir as práticas dos atores sociais” em seus universos microssociais. Ainda se fez uso do diário de campo e fotografias das práticas e trabalho dos agricultores. Além destes instrumentos de coleta de dados, foram usados documentos, informações e estatísticas institucionais, dados das organizações sociais e entidades envolvidas na investigação.

A área de desenvolvimento da pesquisa é o Médio Alto Uruguai, que fica localizado na porção Norte do Rio Grande do Sul. Nessa região, foram escolhidas sete agroindústrias para o estudo, de acordo com os objetivos e questões de pesquisa (Capítulo 2). As agroindústrias são: Agroindústria Prevedello (cana-de-açúcar e derivados como cachaça); Agroindústria Cooperativa Biorga (pequenos grãos alternativos e óleos orgânicos); Strack Alimentos Naturais (cana-de-açúcar e derivados como açúcar mascavo, melado e rapadura, produtos naturais); Agroindústria Gehen (erva-mate ecológica de barbaquá); Agroindústria Ludke (leite e derivados como os queijos coloniais e temperados); Agroindústria Jotti (carnes e derivados de suínos como salames, copas, linguiças, ossinhos, torresmo pururuca, entre outros); e Agroindústria Zonta (uva e derivados como o suco de uva e os vinhos coloniais).

Do ponto de vista das justificativas para a realização do estudo, elas se desdobram em três direções. Primeiro, devido à grande presença das agroindústrias familiares na Microrregião de Frederico Westphalen. Neste local, as agroindústrias possuem um percentual de 14,12% do total de experiências existentes no RS, ficando em primeiro lugar. Segundo, as agroindústrias ainda não foram investigadas do ponto de vista das suas novas configurações técnicas e produtivas que geram a partir dos conhecimentos e da capacidade ativa de invenção dos agricultores. Desse modo, a pesquisa visa a contribuir com novos conhecimentos científicos, evidenciando que as agroindústrias são capazes de produzir novidades de diversos tipos. Terceiro, em uma região com baixos indicadores socioeconômicos, caso do Médio Alto Uruguai, é essencial que se façam pesquisas para evidenciar alternativas de desenvolvimento rural diferentes das historicamente institucionalizadas (integração agroindustrial, produção de

grãos e *commodities* agrícolas). Acredita-se que as agroindústrias familiares possam ser uma destas estratégias potenciais de desenvolvimento rural para o local.

Com relação à estrutura do trabalho, ele está organizado em oito Capítulos, contabilizando a Introdução e Conclusões. No Capítulo 2, são discutidas as abordagens utilizadas, a Perspectiva Orientada ao Ator, a Perspectiva Multinível e Coevolucionária e a noção de produção de novidades. Ressaltam-se os principais conceitos destas abordagens, os autores relevantes e usos dos conceitos e noções aplicadas às variáveis estudadas junto às agroindústrias familiares. Também são evidenciadas as técnicas de investigação utilizadas na pesquisa. Mostram-se quais foram as fontes dos dados, os instrumentos usados no seu levantamento, as estratégias usadas pelo pesquisador durante a sondagem, a trajetória de desenvolvimento do estudo, o local de realização da pesquisa e os diferentes níveis de análise utilizados. O Capítulo 2 aborda a parte teórico-metodológica da pesquisa.

O Capítulo 3 possui, na primeira parte, a apresentação dos dois conjuntos de autores, abordagens e noções usadas no Brasil para entender os processos de reprodução social das agroindústrias. As teorias que se sobressaem são a Sociologia Econômica, a Teoria das Convenções e a Economia de Aglomeração (*clusters*). Ainda nessa primeira parte do Capítulo é proposta uma nova definição baseada no que se chamou das “condições alargadas” de reprodução social das agroindústrias familiares, alicerçada em cinco elementos centrais para compreensão dessa forma de produção e trabalho com alimentos nos espaços rurais. Na segunda parte do Capítulo, são caracterizadas as agroindústrias rurais, utilizando-se os dados do Censo Agropecuário 2006 do IBGE. Essa caracterização é feita por níveis territoriais, Brasil, RS e Microrregião de Frederico Westphalen, local do estudo. Os dados discutidos versam principalmente sobre o perfil produtivo, econômico e dos mercados e canais de comercialização das agroindústrias.

No Capítulo 4, são apresentados os primeiros resultados da pesquisa de campo. Caracterizam-se as sete agroindústrias inquiridas, destacando os motivos que as originaram e como os agricultores, outros atores sociais ou mesmo as ações governamentais foram importantes em sua criação. Também se evidencia que estas agroindústrias produzem novidades produtivas e tecnológicas em sua dinâmica de reprodução social, sendo que os conhecimentos históricos dos agricultores e sua capacidade de criatividade são os dois principais “insumos” para a geração das novidades. Entre as novidades, estão novos produtos, processos de produção diferenciados e a invenção e/ou adaptação de máquinas e equipamentos agroindustriais. Como resultados da produção destas novidades nas famílias,

notaram-se aumento da renda, melhoria da qualidade de vida, maior autonomia relativa, redução dos custos da atividade, entre outros efeitos auferidos.

No Capítulo 5, são discutidas as novidades produzidas pelas agroindústrias para fora das propriedades rurais, caracterizadas como os novos canais de comercialização, mercados e organizações sociais que são construídos. A investigação mostra que existem seis tipos de canais de vendas dos produtos das agroindústrias: os institucionais, cadeias curtas, pontos formais, vendas em eventos, cadeias longas de distribuição e os canais coletivos e em redes. Destes circuitos mercantis, alguns produzem novidades que ajudam a gerar transições no regime sociotécnico alimentar, como as cadeias curtas, vendas em eventos, locais e canais coletivos e em redes. Outros canais, como as cadeias longas e pontos formais de aquisição dos alimentos, agem em sentido contrário, incrementando o regime sociotécnico por não haver mudanças nas regras e normas instituídas. Também se demonstra que as agroindústrias possuem ações associativas que constroem novas organizações sociais coletivas e em redes, como foi evidenciado no estudo do caso da RECOSOL, suas cooperativas e associações de agricultores. Inclusive, do ponto de vista da produção de novidades, a RECOSOL é tida como a principal novidade operada pelos agricultores a partir das suas agroindústrias.

No Capítulo 6, são analisadas as ações governamentais voltadas ao apoio das agroindústrias familiares. Encontraram-se onze diferentes rubricas públicas que fornecem recursos às sete agroindústrias estudadas. Entretanto, para fins de aprofundamento analítico, escolheram-se apenas três programas para investigação: o PRONAF (Agroindústria e Crédito de Custeio e Comercialização para as Agroindústrias), Programa Territórios Rurais (que a partir de 2008 se tornou Território da Cidadania no local da pesquisa) e Programa de Agroindústria Familiar (PAF/RS). Estas três ações governamentais foram criadas ou se voltaram em sua trajetória evolutiva para o apoio às agroindústrias. De maneira geral, verificou-se que as três ações governamentais agem no sentido de prover as agroindústrias com estruturas físicas de produção, como a planta agroindustrial, máquinas e equipamentos, além de alguns trabalhos na área de construção de mercados. Contudo, essas ações não fortalecem as agroindústrias em outras de suas demandas como é o caso da formalização institucional (o principal problema das agroindústrias), da prestação de assistência técnica e extensão rural, do fornecimento de recursos para custeio e capital de giro, da melhoria da qualidade dos alimentos, entre outras necessidades apresentadas pelas experiências.

No Capítulo 7, são problematizadas as faces da ação institucional junto às agroindústrias, evidenciando que as instituições possuem ações dúbias. Uma parte do Estado e suas agências de regulação de alimentos são restritivas em legislações e exigências para a

formalização das agroindústrias. Já outras partes, do mesmo Estado, têm se mostrado permeáveis às demandas dos agricultores e nos últimos anos iniciaram processos de promulgação de novos regramentos, beneficiando as agroindústrias. Nesse sentido, o Capítulo analisa desde os diferentes níveis territoriais de inspeção dos alimentos (federal, estadual e municipal) e os novos Sistemas Unificados criados como o Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (SUASA) e Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF/RS). Também são estudados os papéis e limites dos sistemas estaduais e municipais de inspeção e fiscalização dos alimentos, como a Coordenadoria de Inspeção de Produtos de Origem Animal (CISPOA) e Sistema de Inspeção Municipal (SIM). Tecem-se alguns comentários acerca das legislações previdenciária, fiscal, jurídica e ambiental e suas influências sobre os processos legais das agroindústrias. O Capítulo é finalizado mostrando quais os principais motivos que estão na base dos altos números de informalidade das agroindústrias familiares, considerando-se para esta explicação as opiniões dos agricultores e de outros atores sociais inquiridos.

Como aprendizado geral do trabalho, é possível afirmar que os desdobramentos ocorrem em duas direções. Primeiro, o trabalho de investigação mostrou que as agroindústrias são atividades de produção de mercadorias pelos agricultores (alimentos diferenciados), mas também *locus* de processos de criatividade e inventividade. Na base desse processo social, estão os diferentes conhecimentos dos atores sociais interagindo de diferentes formas, recontextualizando-se localmente, coevoluindo e agindo como “insumos básicos” nos processos de geração das novidades. Nas agroindústrias, foram encontrados diversos tipos de novidades, desde a confecção de um novo alimento específico, processo produtivo, tecnologias, canais de comercialização, mercados e organizações sociais. Algumas destas novidades possuindo potencial em transicionar o regime sociotécnico alimentar vigente, outras, apenas incrementando-o.

Segundo, as ações institucionais de apoio às agroindústrias e as legislações que regulam a produção, distribuição e consumo dos alimentos no Brasil são dúbias. Uma parte do Estado brasileiro incentiva a criação e fortalecimento das agroindústrias, como, por exemplo, o PRONAF a nível federal e PAF/RS. De outro, o mesmo Estado é exigente em normatizações e regramentos técnicos e administrativos que estão em descompasso com a realidade social, cultural e econômica das experiências dos agricultores. O resultado desse processo social é a existência de inúmeras experiências espalhadas pelo país, muitas criadas com recursos públicos significativos. Entretanto, com inúmeras dificuldades de se viabilizarem, especialmente do ponto de vista institucional, explicando as altas taxas de

informalidade existentes nesse setor agroindustrial de pequeno porte. Muitos avanços institucionais já foram realizados visando a viabilizar os processos de reprodução social das agroindústrias, mas muitos ainda devem ser feitos para que elas tenham um ambiente institucional adequado ao seu desenvolvimento.

2 ELEMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS PARA O ESTUDO DAS NOVIDADES NAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES

Este capítulo tem como objetivo apresentar as principais referências teóricas usadas para estudar as agroindústrias familiares, mais especificamente, as novidades produzidas, os novos mercados, organizações sociais, ações governamentais de apoio e instituições reguladoras da produção, distribuição e consumo dos alimentos. Também objetiva explicar as fontes de dados da pesquisa, passos dados durante a investigação e as diferentes estratégias e instrumentos de inquirição dos atores sociais utilizados para a confecção deste trabalho. Nesse sentido, esta parte do trabalho tem o papel de fornecer os elementos teórico-metodológicos que serão utilizados para o estudo dos processos sociais, econômicos e institucionais em investigação.

A tese dialoga com diversos aportes teóricos, entre eles estão os da Perspectiva Orientada aos Atores (POA) que tem como autores principais Norman Long e Jan Douwe van der Ploeg. Utiliza-se também da Perspectiva Multinível e Coevolucionária (PMN) para o estudo das transições e/ou incrementalismos sociotécnicos e institucionais nos processos de mudanças rurais. Ainda muito relevante é a noção de produção de novidades (*novelty production*) composta a partir de um corpo de diferentes abordagens teóricas e autores em torno da tecnologia e inovação. A noção de novidades é usada para investigar as práticas criativas e inventivas dos agricultores e outros atores sociais.

Essas são as referências chave. Estes distintos enfoques possibilitam um caráter multidisciplinar de interpretação dos processos sociotécnicos, econômicos e institucionais com o uso de conceitos teóricos e perspectivas que interagem e são complementares. Propiciam também um trânsito por várias escolas da economia (institucional, neoschumpeterianos e evolucionária, economia da tecnologia), da sociologia (da tecnologia, rural, econômica, relacional) e da antropologia (rural com Norman Long), dando maior consistência teórico-metodológica e empírica às análises efetuadas e aos objetivos traçados na investigação.

Como exemplos de complementação destas abordagens, são citados alguns de seus pontos de contatos. Por exemplo, a POA é uma abordagem teórico-metodológica que trabalha com o conceito de agência dos atores e agricultores, sendo central para analisar como surge a produção de novidades nas agroindústrias, compreendendo-se os processos de uso dos conhecimentos, produtivos e tecnológicos desenvolvidos ativamente pelos atores a nível local. A POA será utilizada principalmente na compreensão dos “saberes” e dos “fazeres” dos

diferentes atores investigados nas iniciativas de agroindústrias e nos processos sociais de produção das novidades desenvolvidas.

A PMN é fundamental para se construir teoricamente os diferentes níveis de estruturação e de análise dos processos de produção das novidades. Através das noções de nicho, regime e paisagem sociotécnicas, é possível entender os diferentes tipos de institucionalização das práticas dos atores e como as novidades podem gerar processos de transição e/ou de incrementalismos nesses níveis, dependendo dos tipos de novidades desenvolvidas e de seus efeitos/resultados potenciais frente às regras e práticas sociais já institucionalizadas em análise. Pela PMN também é possível entender como estas novidades produzidas coevoluem no tempo e no espaço social, modificando-se e produzindo muitas vezes efeitos multidimensionais nas regras, nas práticas dos agricultores e de outros atores sociais.

Já a noção de produção de novidades é útil para interpretar como novas práticas técnico-produtivas podem ser responsáveis por mudanças no contexto institucional e ações dos agricultores. Através da noção de produção de novidades, analisam-se como e quais as novidades geradas pelas agroindústrias em nível das unidades produtivas (novidades em processos, produtos, tecnológicas), as novidades em termos de novos mercados construídos pelas famílias (cadeias curtas, cooperativados, em redes e coletivos) e novidades em torno de novas organizações coletivas criadas pelos próprios agricultores (associações, cooperativas, Rede de Comercialização Solidária das Agroindústrias Familiares - RECOSOL). Estes são os usos teórico-empíricos que serão feitos da noção de produção de novidades.

Com relação aos aspectos metodológicos da investigação, o Capítulo procura discutir as etapas da pesquisa, as diferentes fontes de dados usados e os instrumentos de coleta e análise das informações levantadas no trabalho de campo. Neste sentido, é traçado o percurso histórico trilhado pelo pesquisador, destacando a trajetória que o fez chegar à temática em investigação, bem como as escolhas teórico-metodológicas tomadas no desenvolvimento do trabalho. São apresentados os principais instrumentos de coleta dos dados, como foram utilizadas as estratégias de pesquisa e como foram realizadas as análises das informações. Também são problematizados os diferentes níveis analíticos usados no estudo, apresentados à região de desenvolvimento da pesquisa.

Este capítulo está estruturado em quatro partes principais. A primeira faz a apresentação de alguns dos elementos da Perspectiva Orientada aos Atores, com base principalmente nos trabalhos de Norman Long. A segunda faz um breve resgate das escolas clássicas e alguns autores contemporâneos sobre os conceitos de inovação e tecnologia. A

terceira parte desenvolve os elementos teóricos em torno da PMN e da ideia de produção de novidades, mostrando como as noções são aplicadas ao estudo. A última seção mostra como foi construído o percurso metodológico da investigação, descrevendo as etapas cumpridas, estratégias de pesquisa utilizadas, fontes de dados secundários e instrumentos empregados para o levantamento de dados primários e empíricos a campo.

2.1 A Perspectiva Orientada aos Atores (POA): a centralidade do conceito de agência

A POA é uma abordagem de interpretação dos processos de mudança social, formulada por Norman Long e autores do Grupo de Sociologia Rural da Universidade de Wageningen, como Jan Douwe van der Ploeg, Han Wiskerke, entre outros. Em primeiro lugar, a POA propõe-se a ser uma perspectiva teórica que foge do viés estruturalista de análise e explicação dos processos sociais e econômicos, como eram a teoria da modernização e a marxista. A POA oferece alternativas teóricas e metodológicas para a análise dos processos sociais e econômicos, bem como alguns conceitos chave para compreender a ação dos atores no desenvolvimento rural e o surgimento das novidades.

Um dos conceitos fundamentais é o de atores sociais. Segundo Long (2006), atores são todas as entidades sociais que possuem a capacidade de conhecer, avaliar situações problemáticas e organizar respostas apropriadas. Os atores sociais aparecem em uma variedade de formas: pessoas individuais, grupos informais ou redes interpessoais, organizações, agrupações coletivas e os macroatores, como, por exemplo, um governo nacional, uma igreja ou uma organização internacional em particular. Porém, deve-se ter o cuidado de evitar uma sobrevalorização, ou seja, não supor que organizações ou coletividades tais como movimentos sociais atuem em uma única direção e com uma só voz. Os projetos coletivos e organizativos dos atores são mais bem caracterizados com o uso dos termos coalizões de atores, projetos entrelaçados dos atores e por interjogo dos discursos.

Segundo Long e Ploeg (1994), a abordagem centrada nos atores salienta a importância de valorizar a forma como os próprios agricultores moldam os padrões de desenvolvimento agrário. Apesar de suas escolhas serem muitas vezes limitadas pela falta de recursos críticos, os agricultores não devem ser vistos como os receptores passivos ou vítimas de uma mudança planejada, nem como tão envolvidos na rotina que simplesmente seguem regras ou convenções estabelecidas. Como os outros atores, os agricultores desenvolvem formas de lidar com situações problemáticas e combinam recursos de formas criativas (materiais e não materiais – especialmente conhecimento prático derivado da experiência anterior) para

resolver os problemas. Os agricultores também tentam criar espaços de manobra para seus interesses de forma que possam se beneficiar ou, se necessário, neutralizar intervenções de grupos externos ou órgãos do Estado, construindo, dessa forma, um grau relativo de autonomia à sua reprodução social (PLOEG, 2008).

O conceito de agência possibilita uma abordagem que coloca os atores sociais no centro das atenções e os retira da passividade. Com o uso do conceito de agência, é possível analisar os seus repertórios culturais, processos de mediação, interfaces de relacionamento entre os atores, interações sociais e compreender os seus projetos e mundos de vida. Como Long (2006, p. 48) definiu agência baseado em Giddens:

[...] A noção de agência atribui ao ator individual a capacidade de processar a experiência social e de delinear formas de enfrentar a vida, mesmo sob as mais extremas formas de coerção. Dentro dos limites da informação, da incerteza e de outras restrições (físicas, normativas ou político-econômicas) existentes, os atores sociais são “detentores de conhecimento” e “capazes”. Eles procuram resolver problemas, aprender como intervir no fluxo de eventos sociais ao seu entorno e monitorar continuamente suas próprias ações, observando como os outros reagem ao seu comportamento e percebendo as várias circunstâncias inesperadas².

O enfoque da agência dos atores sociais não tem nada a ver com o indivíduo sozinho poder realizar mudanças sociais, filtrar informações, intervir no ambiente em que se encontra ou mesmo criar e gerar processos inovativos, pois a agência não se assenta no individualismo metodológico como outras teorias. A abordagem da agência (re)coloca os atores sociais em permanente interação, em redes, contatos constantes, em contextos de troca de conhecimentos (por exemplo, entre o conhecimento tácito dos agricultores e outros conhecimentos de extensionistas, pesquisadores, atores de desenvolvimento, consumidores, entre outros).

A concepção de agência vai ser usada nas agroindústrias para explicar a capacidade de ação e os conhecimentos que os agricultores familiares possuem. Neste sentido, os agricultores são entendidos como “capazes” e “conhecedores”, mesmo em situações em que suas iniciativas de agroindustrialização estejam precárias e informais. Um pressuposto teórico é que os agricultores possuem agência e podem construir suas próprias estratégias de agregação de valor, na condição de atores sociais que buscam maior autonomia relativa frente aos processos produtivos, tecnológicos, mercados e no contexto institucional em que estão imersos.

A POA também coloca as famílias dos agricultores em encontros com outros “mundos” e projetos de diferentes atores, o que os faz absorver, mediar, transformar, (re)construir seu sistema cognitivo e desenvolver interfaces com outros processos sociais,

² Do original em Espanhol.

econômicos e repertórios culturais. Esse processo social ajuda os atores sociais a moldar as suas percepções, motivações e projetos próprios de vida. Como Long (2001) fundamenta uma precondição para que haja agência são os processos de interações e interfaces, que levam a (re)construções e transformações entre os “mundos”, projetos e repertórios culturais dos atores em arenas específicas e localizadas³.

O segundo uso da POA nas agroindústrias é para explicar as interfaces e interações sociais entre os atores. Os agricultores destas experiências não possuem a sua agência de forma isolada, pois para ser efetivada (por exemplo, para eles construírem os seus conhecimentos e as novidades) os agricultores têm que desenvolver relações com outros atores. Estes outros atores podem ser extensionistas, agentes de desenvolvimento, políticos, investigadores, executores de políticas públicas, outros agricultores, consumidores, entre outros. Dessa forma, para operacionalizar o conceito de agência dos agricultores é necessário estudar as relações sociais que possuem nas agroindústrias, desde a produção das novidades em suas propriedades, nos mercados acessados, suas organizações sociais criadas, bem como em relação às políticas públicas e instituições reguladoras dos alimentos.

O conceito de agência dos atores sociais é constituído por três noções importantes e inter-relacionadas, que são o poder, conhecimentos e interfaces entre atores. As configurações de poder são importantes para a análise, pois trazem a discussão dos projetos entrelaçados dos atores, compostos de conjuntos heterogêneos de relações sociais que alojam valores, significados e noções de autoridade e controle, dominação e subordinação e sustentam a distribuição de recursos e competências específicas.

A noção de interface traz consigo a imagem da articulação entre dois sítios sociais ou de confrontação cara a cara, mas as situações de interface são mais complexas e múltiplas em sua natureza (podem conter relações sociais deslocadas no tempo e no espaço, como as define Giddens), pois contêm muitos interesses diferentes, racionalidades e poderes. A análise da interface enfoca os pontos de confrontação social, situando-os dentro de domínios institucionais, de conhecimento e de poder mais amplos (LONG, 2006).

Os processos de construção do conhecimento constituem as maneiras como os atores apreendem e organizam o “mundo” que os rodeia. Os atores fazem isso sobre a base de suas próprias experiências e entendimentos, assim como com os dos outros (nos processos de interação, formação de redes, contatos), gerando novas bases para a compreensão e a

³ Segundo Long (2006), arenas são definidas como situações sociais em que há concorrência entre e sobre assuntos, recursos, valores e representações. São sítios sociais e espaciais em que os atores se confrontam entre si, mobilizam relações sociais e utilizam de meios discursivos e outros meios culturais para atingir fins específicos, incluindo, talvez, permanecer no jogo.

construção dos seus conhecimentos (LONG, 2006). Os processos de construção de conhecimento são sempre um encontro de horizontes, pois os conhecimentos sempre emergem como produto de interação, diálogo, reflexão e concorrências de significados, além de envolver aspectos de controle, poder e autoridade entre atores.

Pela POA, também se podem reinterpretar os processos de geração - difusão - uso do conhecimento e inovações na agricultura para além do modelo linear da modernização agrícola, que colocou em questão as distinções dicotômicas entre conhecimentos indígenas/locais e científicos. Segundo Long e Ploeg (1994, p. 454):

Essas distinções são problemáticas, porque os estudos detalhados centrados nos atores revelam não só a criatividade e a experimentação desenvolvidas por agricultores, como também sua capacidade contínua de absorver e retrabalhar ideias externas e tecnologias de forma tal que se torna impossível caracterizar um elemento particular como pertencente à ciência popular ou à ciência dos cientistas. O encontro entre diferentes corpos de conhecimento envolve uma transformação ou tradução do conhecimento existente e uma fusão de horizontes (ou seja, a criação conjunta de conhecimento). Esse encontro também envolve a interpenetração dos mundos cotidianos e projetos de agricultores, extensionistas, planejadores, políticos e cientistas⁴.

A terceira aplicação ao estudo é a da noção de conhecimentos, que está na base da compreensão de como as novidades surgem. Pela POA, o conhecimento é multidimensional e construído nas interfaces dos atores sociais. Desse modo, para operacionalizar a noção de novidades, é necessário investigar os tipos de conhecimentos dos diferentes atores e como eles contribuem para construir as novidades nas agroindústrias. Também pesquisar os conhecimentos dos agricultores em suas formas tácitas, contextuais e também o conhecimento científico que provém de outros atores com quem os agricultores se relacionam, além de outros tipos de conhecimentos existentes⁵.

2.2 Abordagens e noções clássicas em inovação e tecnologia

Nesta seção, faz-se um breve resgate teórico dos principais trabalhos existentes sobre inovação e tecnologia em algumas tradições teóricas, de forma a contextualizar historicamente o debate existente, previamente à apresentação da abordagem que se vai

⁴ Do original em Inglês.

⁵ Nas próximas seções deste capítulo, desenvolvem-se outras contribuições teóricas que melhor situam o entendimento dos processos de construção dos conhecimentos e seus papéis na geração das novidades. A POA possui outras noções como arenas, desconstrução da intervenção planejada, valor social, entre outras. Consultar Long (2001; 2006) para ver estas noções, pois, devido a questões de espaço, elas não serão apresentadas neste capítulo.

utilizar na investigação, que é a PMN associada à ideia de produção de novidades nos processos de desenvolvimento rural.

Marx formulou as primeiras noções do papel da tecnologia no desenvolvimento das sociedades. Marx não possui uma teoria sobre inovações, pois para o marxismo a inovação deve ser entendida dentro dos movimentos gerais do desenvolvimento capitalista. A tecnologia era denominada *progresso técnico* e tinha o papel central de agir como uma ferramenta capitalista na extração da mais-valia, principalmente a extraordinária, devido ao emprego da tecnologia nos processos produtivos, especialmente nos derivados da Revolução Industrial em curso. Para Marx, a evolução histórica do capitalismo faria com que os processos tecnológicos se aprofundassem, chegando a haver a substituição de parte da força de trabalho nas indústrias (pelos capitalistas donos dos meios de produção) pelas máquinas. A ciência tinha o papel de gerar aumentos de produtividade do trabalho pelas contínuas melhorias tecnológicas em máquinas, equipamentos e instrumentos de trabalho (CIPOLLA, 2006)⁶.

Por seu turno, os economistas neoclássicos pouco contribuíram com o debate sobre o papel das inovações no desenvolvimento. Isso se deve ao fato de sua teoria considerar a variável tecnológica um elemento externo a ela e dada (*ceteris paribus*) frente aos demais parâmetros econômicos. A tecnologia é considerada uma variável que não tem nenhum papel no seu modelo de equilíbrio racional maximizador (HIGACHI, 2006). Ela somente teria influência na função de produção das firmas, em que o uso de determinada tecnologia pode aumentar a produtividade física total de um produto até um nível considerado ótimo (o chamado pico de produção), a partir do qual haveria deseconomias de escala com o uso de mais tecnologia e rendimentos cada vez mais decrescentes (ARBAGE, 2006). Tem-se também a explicação baseada na matriz insumo-produto, que relaciona as quantidades de insumos e tecnologia com a produtividade obtida dos fatores, mas que não rendeu avanços teóricos significativos.

Uma contribuição indispensável ao tema das inovações foi feita pelo economista Joseph Schumpeter. Este autor criou vários conceitos que foram fundamentais ao debate mais aprofundado sobre o papel das inovações no desenvolvimento econômico. Entre os conceitos chave, está o de novas combinações (as inovações), de empresário inovador, de

⁶ No Brasil, os estudos centrados no Marxismo e com foco na tecnologia insistiram na sua vertente Leninista da existência de uma diferenciação social na agricultura devida à penetração do capitalismo no campo através do progresso técnico (GRAZIANO DA SILVA, 1999). Do lado Kaustskysta, predominou o enfoque que o avanço tecnológico e a indústria quase conseguiriam sobrepor-se aos parâmetros naturais e biológicos da produção agrícola (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990).

empreendimento e do processo de destruição criadora do capitalismo. Segundo Schumpeter (1985), as inovações seriam definidas pela realização de combinações novas, assim, o desenvolvimento econômico consistiria em empregar recursos diferentes de uma maneira diferente e fazer coisas novas com eles. Segundo Schumpeter, as inovações poderiam ser de cinco tipos: introdução de um novo bem, introdução de um novo método de produção, abertura de um novo mercado, conquista de uma nova fonte de matérias-primas ou de bens manufaturados e estabelecimento de uma nova organização industrial.

O autor chamava estas inovações de empreendimentos e o agente econômico que realizava estas novas e diferentes combinações de recursos, de empresários. Segundo Schumpeter (1985), o empresário era o elemento que constituía o fenômeno da liderança. O sucesso do desenvolvimento dependia das características pessoais dos empresários, como conduta racional, capacidade de concorrência, engenhosidade, *status* social, ascensão frente aos demais, para chegar ao que o autor chamou de lucro empresarial no sistema capitalista⁷. Para Schumpeter, as inovações eram consideradas o motor do desenvolvimento econômico. Os empresários buscavam as inovações em função da concorrência e do monopólio dos mercados, como forma de proteção e garantia de lucros.

Outra noção de Schumpeter é a destruição criadora do capitalismo. Segundo o autor, o capitalismo tem um processo evolutivo, sendo, por natureza, uma forma ou um método de transformação econômica sem caráter estacionário. Seu impulso fundamental seria o de criar novos bens de consumo, novos métodos de produção, transportes, novos mercados e novas formas de organização industrial como um processo de mutação industrial, que revolucionaria incessantemente a estrutura econômica a partir de dentro, destruindo incessantemente o antigo e criando elementos novos (SCHUMPETER, 1961).

Muitas das referências marxistas, neoclássicas e schumpeterianas fundamentam as definições de tecnologia e inovações usadas atualmente, como colocado no Quadro 1⁸. Entretanto, nenhuma das três abordagens clássicas sobre o processo de produção de tecnologia e surgimento as inovações foram suficientemente consistentes para sua compreensão completa nos processos de desenvolvimento, ainda mais se forem aplicadas a análise das formas sociais familiares de produção e trabalho, como são as agroindústrias.

⁷ O enfoque do *treadmil* tecnológico formulado por Cocharne pode ser visto como um exemplo deste tipo de abordagem concorrencial do papel das inovações na agricultura. Para ter uma ideia dele, consultar Veiga (1991).

⁸ O pensamento sobre desenvolvimento tecnológico diferencia ainda inovações de invenções. As invenções seriam as inovações que não foram colocadas nos mercados, ou seja, tudo o que foi descoberto e inventado e por algum motivo ficou sob o domínio privado, não sendo possível serem encontradas nos mercados para serem adquiridas.

Contudo, estas abordagens constituíram os primeiros conceitos do percurso teórico e do debate atual, principalmente Schumpeter, que influencia a principal corrente teórica de abordagem dos processos de inovação, os economistas neoschumpeterianos ou também chamados de evolucionários.

Quadro 1: As compreensões vigentes de tecnologia e inovações.

Tecnologia – Vem do latim *tecno*, que significa “técnicas” + *logos* que significa “estudo”. Logo, definida pelos seus radicais, seria o estudo das técnicas, uma área de investigação das técnicas empregadas a diferentes contextos sociais, econômicos, sociedades e processos produtivos. Seria uma noção substantiva, ligada às “práticas”, às “transformações”, ao “como fazer”, às atividades diversas. Contudo, a tecnologia é vista atualmente como algo imanente e totalmente prático, materializado em uma máquina, utensílios, um equipamento, entre outros artefatos. A tecnologia, em suas definições habituais, é produzida pelo conhecimento científico, o qual possuiria legitimidade para desenvolvê-la. Ela nunca seria criada por outros tipos de conhecimentos.

Inovações – São definidas como o surgimento de “coisas” ou de “combinações” novas de diversos tipos e formas, mas principalmente por inovações tecnológicas, pois sempre se acreditou que elas fossem produzidas por meio dos pressupostos da ciência e seus conhecimentos. Seu papel no desenvolvimento sempre foi muito importante, sendo considerada o “motor” do desenvolvimento econômico, pois elas abrem as possibilidades de ganhos econômicos pela liderança de descobrimentos tecnológicos, lucros derivados de monopólios, patentes e garantia de novos mercados.

Fonte: Elaborado pelo autor (2012).

Outra obra importante no debate sobre as inovações é de Nelson e Winter (2005), economistas evolucionários. A economia é vista pelos autores como uma ciência evolucionária, como concebia Darwin as ciências biológicas e da vida. Para Nelson e Winter (2005), as inovações devem ser entendidas do ponto de vista de serem evolucionárias, pois os desenvolvimentos tecnológicos do passado são cumulativos e as inovações desenvolvidas em cada período do tempo são o resultado de uma evolução nos conhecimentos, rotinas das organizações e habilidades dos indivíduos. A cumulatividade histórica do desenvolvimento tecnológico é central nas suas análises e modelos evolucionários, sendo responsável pelas mudanças econômicas⁹.

Para Nelson e Winter, todos os comportamentos regulares e previsíveis de uma firma ou organização podem ser descritos pelo conceito de rotinas. As rotinas descrevem tanto características técnicas, de produção, dos estoques, pesquisa e desenvolvimento, políticas de investimento, publicidade, estratégias empresariais. Estas rotinas seriam análogas aos genes

⁹ Segundo Nelson e Winter (2005), o termo “evolucionário” inclui uma preocupação com os processos de mudança em longo prazo, que são progressivos.

na biologia, pois teriam, no campo econômico, metaforicamente, os mesmos papéis. Como Nelson e Winter (2005) formularam em nossa teoria evolucionária, essas rotinas assumem a função que os genes apresentam na teoria evolucionária biológica. As rotinas são características persistentes das organizações e firmas e determinam seu comportamento ao longo do tempo. Pelo fato de as rotinas serem hereditárias, por exemplo, uma nova fábrica seria construída com base no conhecimento que já havia sido acumulado de outras fábricas preexistentes, num mesmo ramo de atividade. As rotinas são também selecionáveis, já que as melhores se sobressaem às demais, aumentando em números e crescendo na economia e no mercado¹⁰.

Os papéis dos indivíduos nos processos inovativos poderiam ser apreendidos pela noção de habilidades. Segundo Nelson e Winter (2005), o papel das habilidades seria para o comportamento dos indivíduos o mesmo que as rotinas representariam para a organização da firma. As rotinas da firma e as habilidades dos indivíduos seriam duas noções centrais ao entendimento do modo como a firma se organiza e inova. Por habilidade, os autores entendem a capacidade de ter uma sequência regular de comportamento coordenado que em geral é eficiente em relação aos seus objetivos, dado o contexto em que normalmente ocorre (NELSON; WINTER, 2005). As habilidades dos indivíduos têm as características de serem programáticas, embasadas no conhecimento tácito e serem envoltas sempre por escolhas que os indivíduos fazem.

As inovações ocorreriam a partir do momento em que as rotinas na firma fossem transformadas pela busca de novas rotinas (mutações), que seriam selecionadas pelo mercado, pois para os evolucionários o mercado é definido como um ambiente de seleção em que a concorrência (a competição na biologia) define quem sobrevive e quem sai do ramo de atividade. Como os autores se referem:

Busca e seleção são aspectos simultâneos e interativos do processo evolucionário: os mesmos preços que geram o *feedback* da seleção também influenciam as direções da busca. As firmas evoluem ao longo do tempo através da ação conjunta de busca e seleção, e a situação do ramo de atividades em cada período carrega as sementes de sua situação no período seguinte (NELSON; WINTER, 2005, p. 40).

Segundo Nelson e Winter (2005), as inovações surgiriam em função de vários fatores: pesquisa e desenvolvimento realizado pela firma; o contexto em que a firma está inserida; o papel da ciência na geração de novos conhecimentos; o processo de seleção que os mercados

¹⁰ Segundo Nelson e Winter (2005), as rotinas teriam o papel de ser a forma de uma firma ou organização armazenar os seus conhecimentos, sendo definidas como suas memórias. As rotinas serviriam para as empresas terem uma trégua em seu processo de buscas e organizativo interno. Elas ainda serviriam para serem copiadas/imitadas e para os controles internos necessários.

realizariam com as inovações; a busca de novas rotinas por necessidade das firmas pela existência de dificuldades; as inovações seriam desenvolvidas em função de perguntas úteis geradas na firma para solucionar anomalias nas rotinas vigentes; as próprias ações da firma em resposta às perguntas feitas gerariam mudanças fundamentais; as inovações poderiam surgir também de novas combinações de rotinas já existentes na firma, algumas vezes, de forma inesperada; e as inovações dependem do estoque de tecnologias ainda não descobertas ou inventadas, do tamanho do mercado para onde se vai vender a tecnologia desenvolvida, da cumulatividade do processo inovativo, já que novas descobertas nascem das velhas e do que já há de conhecimentos acumulados (em rotinas e habilidades)¹¹.

Há avanços teóricos na compreensão do papel da tecnologia e inovações nos processos de desenvolvimento, especialmente a partir dos trabalhos de Schumpeter e dos economistas evolucionários. Entretanto, estas escolas de pensamento, bem como outras apresentadas, ainda têm várias limitações conceituais, principalmente para utilizarem seus conceitos na agricultura e no desenvolvimento rural. Estas limitações são mais presentes ainda quando se pensa em utilizar tais abordagens junto às formas familiares de produção e trabalho, que funcionam em pequena escala, com conhecimentos contextualizados, poucos recursos e muitas vezes informais aos mercados e ambiente institucional como são as agroindústrias familiares.

Entretanto, estas abordagens foram importantes no Brasil para os estudiosos do rural avançar para além da Teoria da Inovação Induzida e da Modernização. Nesse sentido, parece que a Perspectiva Multinível e Coevolucionária (PMN) e a noção da produção de novidades são mais adequadas à compreensão das realidades em torno das agroindústrias, tanto no sentido de entender as novas configurações sociotécnicas construídas, novos mercados e canais de comercialização, organizações sociais, produtos e processos gerados pelas agroindústrias. A PMN e a noção de novidades são apresentadas mais detidamente nesta próxima seção.

¹¹ Para Nelson e Winter (2005), a principal característica deste processo de busca e seleção de novas rotinas nos mercados é a incerteza presente nestas operações, pois a firma pode encontrar as inovações que buscava, mas também pode, por exemplo, dispendir muitos recursos em pesquisa e desenvolvimento e não encontrar o que buscava ou, ainda, encontrar outras rotinas e inovações que nem sequer procurava.

2.3 A Perspectiva Multinível e Coevolucionária (PMN) e a noção de produção de novidades (*novelty production*)

A PMN é uma abordagem que pode ser definida como multidisciplinar, constituída por vários autores, abordagens e enfoques disciplinares. Segundo Marques (2009), em sua constituição, a PMN tem traços de diversas disciplinas, figurando entre as principais a Teoria dos Sistemas Complexos Amplos (*Large Technical System Theory*), com os trabalhos de Hughes), da Construção Social da Tecnologia (*Social Construction Technology*, com Bijker), da Teoria do Ator-Rede (*Actor Network Theory*, com os estudos de Bruno Latour e Michael Callon e John Law), da noção de coevolução (de Bijker e Law e Rip e Kemp), da Avaliação Construtiva da Tecnologia (*Construtive Technology Assessment* com Rip) e da dependência de trajetória (*path dependence*, de Douglass North).

Segundo Geels (2004), resumindo todas as abordagens, a PMN tem fundamentação em duas grandes áreas de estudos teóricos. De um lado, a sociologia da tecnologia e, de outro, a economia evolucionária. Os primeiros trabalhos referenciais são dos economistas evolucionários como Kemp, Schot e Hoogma (1998), Geels (2004), entre outros, que inauguraram a noção de regime sociotécnico. Este enfoque está voltado a entender os processos sociotécnicos nas firmas, organizações e indústrias, chegando até setores intensivos em tecnologia. A PMN é adaptada para a análise dos processos tecnológicos no desenvolvimento rural por Wiskerke e Ploeg (2004) e outros autores. Com estes últimos autores, a abordagem incorpora os aspectos de agência dos agricultores e devota maior importância à noção de produção de novidades.

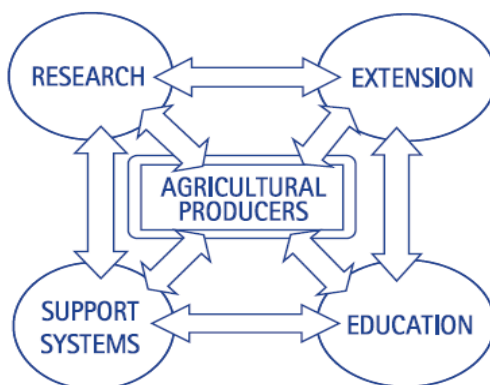
A noção de inovação (tecnológica) esteve muito presente nos anos de 1970 no Brasil, em função da Teoria da Modernização e da Inovação Induzida. Na modernização, as inovações foram difundidas de modo linear, geradas pelo conhecimento científico em centros de pesquisa e investigação → difundidas pelos serviços de assistência técnica e extensão rural → chegando até os agricultores que as absorviam sob a forma de pacotes tecnológicos pelos mercados como mostra a Figura 1 (PLOEG et al, 2004; KNICKEL et al, 2008; BRUNORI et al, 2009a).

Segundo Stuver e Wiskerke (2004), o modelo linear de inovação é baseado na divisão de tarefas entre os atores, alguns atores concebidos como supostos especialistas na geração de inovações, outros se concentram na transferência, enquanto aos agricultores cabe o mero papel passivo de aplicar estas inovações (Figura 1). Pela Teoria da Modernização, os agricultores não possuem agência e nem conseguem influenciar e expressar suas demandas ao

regime sociotécnico institucionalizado, pois a trajetória de desenvolvimento das inovações e os conhecimentos a elas associados são sempre externos às práticas e saberes dos agricultores.

Segundo Knickel et al (2008) e Brunori et al (2009a), o modelo linear ainda teria mais duas dimensões importantes, um sistema de educação e treinamento e um de suporte (Figura 1). No primeiro, seriam desenvolvidos os conhecimentos para a formação de técnicos e profissionais das ciências agrárias, agrônomos, especialistas e pesquisadores para serem depois repassadores das técnicas aos agricultores. Os sistemas de suporte seriam constituídos de serviços e organizações de crédito rural, insumos, associações de produtores, que dariam suporte ao padrão “moderno”¹². Observa-se que estas dimensões do modelo linear tiveram papéis diferentes, porém, agiam integradas e com um mesmo objetivo: institucionalizar o padrão moderno de agricultura como um modelo monolítico de desenvolvimento (VENTURA; MILONE, 2004; MILONE, 2009).

Figura 1: O processo de geração, transferência e adoção de inovações e conhecimentos na agricultura moderna.



Fonte: Knickel et al (2008).

Este tipo de abordagem chega a se radicalizar na Teoria da Inovação Induzida com Hayami e Ruttan (1971; 1988), que defendiam que se os agricultores não adotassem inovações, elas deveriam ser induzidas para que ocorresse mudanças na base técnica produtiva da agricultura. O padrão “moderno” foi introduzido, por exemplo, pelo Estado brasileiro com a constituição da EMBRAPA para dar conta dos processos inovativos na agricultura a partir dos anos de 1970, trazendo benefícios à agricultura como o aumento da produtividade, mas também inúmeras externalidades negativas sobre o meio ambiente, os agroecossistemas e as populações rurais.

¹² Um exemplo disso é a institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, pelo governo militar, que teve como objetivo principal modernizar a agricultura sem remover os entraves da estrutura agrária (concentração da terra).

De maneira geral, o processo de modernização foi baseado na geração de inovações padronizadas, produzidas em massa e com características idênticas. As inovações caracterizam-se por serem externalizadas, pois são desenvolvidas a partir de conhecimentos exógenos aos agricultores, a suas práticas de trabalho e a seus modos de vida. As inovações são globais, por serem produzidas fora do local de uso, podem ser aplicadas na agricultura em qualquer lugar do mundo. Uma quarta característica da tecnologia é ser incremental em suas trajetórias de desenvolvimento, já que segue caminhos predeterminados de evolução técnica. Estas quatro características das inovações são ilustradas na Figura 3 e delimitam diferenças fundantes em relação às novidades (STUIVER; WISKERKE, 2004; STUIVER, 2008; ROEP; WISKERKE, 2004; MOORS; WISKERKE, 2004).

A PMN define de forma diferente as inovações, chamando-as de novidades por surgirem de forma diferente e gerarem resultados que também são diferenciados das inovações junto aos atores sociais que as constroem, neste caso, os agricultores. Segundo Moors e Wiskerke (2004) e Roep e Wiskerke (2004), esta perspectiva apresenta três níveis heurísticos: nicho, regime e a paisagem sociotécnica, conforme colocado na Figura 2. É devido à existência destes três níveis de agregação das práticas dos atores sociais que a perspectiva é denominada de multinível. Estes três níveis de agregação têm comunicação entre si, sendo institucionalmente interligados. A outra característica central da PMN é ser evolucionária pelo fato de as práticas dos atores e as novidades coevoluírem no tempo e espaço sociais através destes três níveis (Figura 2).

Moors e Wiskerke (2004, p. 32) definem melhor esta perspectiva de análise:

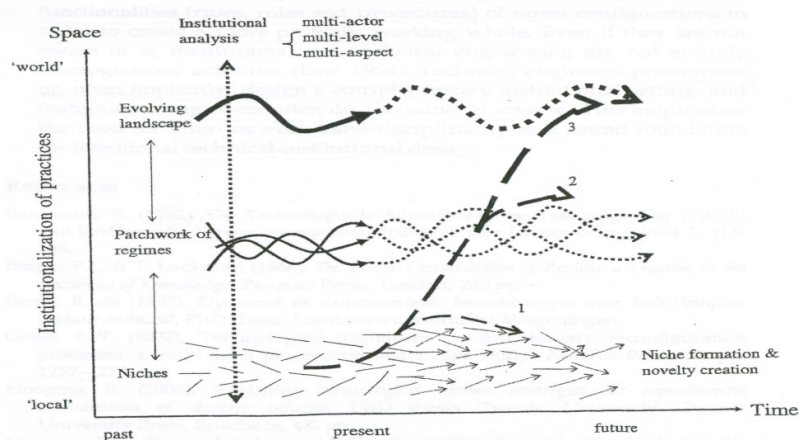
No desenvolvimento de tal perspectiva chamada de multinível, multiator e multiaspecto, a dinâmica da mudança sociotécnica acontece com um foco na interação entre tecnologia e sociedade, conceitualizada como um processo de coevolução ou de coprodução em que a tecnologia e o contexto social interagem e mudam. Nesta perspectiva, nós precisamos compreender a dinâmica coevolucionária de interação entre o natural, o técnico e o institucional¹³.

As novidades surgiriam nos nichos que seriam espaços protegidos e incubadores, onde elas se desenvolveriam, podendo permanecer nos nichos através do tempo ou ganhar o regime sociotécnico, modificando-o ou incrementando-o (Figura 2). Ou ainda, algumas poderiam atingir a paisagem, influenciando suas tendências estruturais de longo prazo. Os nichos estariam posicionados em um nível micro, no qual se encontram os atores individuais como os agricultores, a própria agricultura, as tecnologias e as práticas agrícolas. É no nível do nicho que o surgimento das novidades ocorre e é nele que as novidades realizam os desvios de

¹³ Do original em Inglês.

rota, e as novas práticas emergem (novos produtos e serviços associados a novos mercados, como afirmou Ploeg).

Figura 2: Perspectiva Multinível e Coevolucionária e o processo de produção das novidades.



Fonte: Roep e Wiskerke (2004).

Também é nos nichos que os processos de interfaces entre conhecimentos são desenvolvidos pelos agricultores em interação constante com os outros atores sociais, como, por exemplo, extensionistas, pesquisadores, universidades, agências do Estado, consumidores, ambientalistas. Para Roep e Wiskerke (2004), três características são centrais para o sucesso no desenvolvimento dos nichos: o desenvolvimento e o alinhamento das estratégias e expectativas futuras dos atores, a existência de um processo de aprendizagem social entre atores e a criação e estabilização das redes sociais existentes.

Esta noção de nicho sociotécnico será utilizada junto às agroindústrias familiares para entender a geração de novidades. Nas agroindústrias investigadas, por exemplo, há formação de redes entre atores, uso de conhecimentos tácitos e contextuais (o que se chama de processos de aprendizagem coletivos) e existência de expectativas comuns sobre as atividades e práticas, que são compartilhadas pelos atores sociais. O exemplo disso é a RECOSOL. A noção de nicho também ajuda a entender como as novidades surgem a partir destas agroindústrias, os atores sociais envolvidos, como se dão os processos de agência social, os recursos ou redes sociais mobilizados, os tipos de novidades construídas, entre outros arranjos técnicos e produtivos criados por estes atores presentes nos nichos.

Já a noção de regime sociotécnico é definida como um conjunto de práticas, tecnologias, regras e a institucionalidade vigente. Neste regime, estão as normas, crenças e interesses que servem de guias para os atores privados e a ação política (MOORS;

WISKERKE, 2004). Segundo Brunori et al (2009a), o regime é um sistema de regras e a gramática é que coordena as redes de atores e as coisas (artefatos, tecnologias, base material). A noção de paisagem sociotécnica compõe-se dos elementos materiais e imateriais do macro-nível de agregação, como a infraestrutura material, cultura política, coalizões políticas, valores sociais, visões de mundo, paradigmas, macroeconomia, demografia e o ambiente natural. Também compreende conglomerados de instituições e organizações, como, por exemplo, as nações. Podem ser incluídos nessa categoria situações e eventos fora do alcance das políticas nacionais, como a mudança climática global, relações norte-sul, regulação capitalista.

As noções de regime e paisagem sociotécnicas são usadas para investigar as agroindústrias de duas maneiras. Primeiro, para estudar as novidades, é necessário que se entenda que elas surgem em um local com regras, normas e tendências macroestruturais. Assim, tanto o regime como a paisagem são determinantes da produção de novidades que acontece nas agroindústrias. Isso implica que sempre há normas e regras já existentes que regulam e até sancionam a produção de novidades a partir das agroindústrias. Um exemplo disso são as legislações agroalimentares, que regulam, fiscalizam e até sancionam muitas destas agroindústrias. Em segundo lugar, estas novidades produzidas por estas agroindústrias podem ganhar o regime e até a paisagem sociotécnica, influenciando-os. Como exemplo disso, podem ser citados os programas de apoio à agroindustrialização existentes a níveis estaduais e federais, que foram criados com o surgimento das agroindústrias, como, respectivamente, o PAF/RS e o PRONAF Agroindústria. Nesse sentido, para a análise das novidades é necessário considerar tanto as relações que acontecem no nicho com suas novidades, bem como do regime e paisagem com as novidades do nicho, em um processo de coevolução e interações constantes através do tempo e espaços sociais.

Segundo Ploeg et al (2004), Roep e Wiskerke (2004) e Moors e Wiskerke (2004), as novidades constituiriam as “sementes da transição”, pois através delas seria possível a ocorrência de mudanças do padrão de agricultura produtivista em direção aos princípios do desenvolvimento rural¹⁴. Estas novidades produzidas pelas agroindústrias podem gerar transições e/ou incrementalismos no regime sociotécnico instituído. Nesse sentido, é preciso definir o que é regime sociotécnico para confrontar as novidades desenvolvidas com as suas

¹⁴ Autores como Brunori et al (2009a) e Knickel et al (2008) argumentam que o primeiro “modelo” da agricultura produtivista seria composto de economias de escala, especialização, alta resposta para o uso de insumos externos, produtividade do trabalho, tecnologias químicas, mecânicas e biotecnologia, queda do emprego rural e exclusão dos residentes rurais não agrícolas. Já o desenvolvimento rural seria ancorado em economias de escopo, diversificação rural, redução do uso de insumos externos, obtenção de maiores valores agregados, agroecologia, comunicação e organização das tecnologias e empoderamento da população rural.

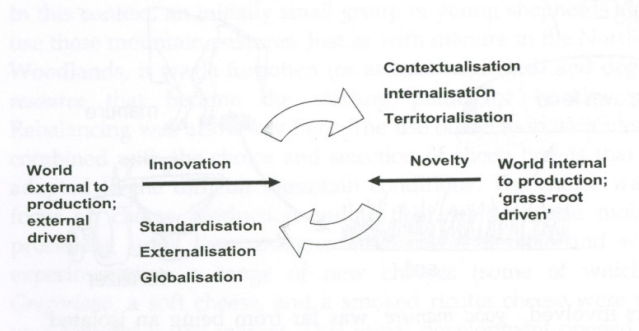
características. Na presente tese, o regime sociotécnico é entendido como as normas e regras que regulam a produção, distribuição, comercialização e consumo dos alimentos no país.

O regime sociotécnico é caracterizado pela padronização dos alimentos, monopólios das grandes cadeias de distribuição, fusões e aquisições entre grandes firmas, verticalidade e dominância na coordenação das cadeias agroalimentares, industrialização acentuada dos produtos, produção em massa, dietas desequilibradas nutricionalmente, centralização dos capitais agroindustriais e, eventualmente, por graves crises econômicas, ambientais e ocorrência de doenças agroalimentares como o mal da “vaca louca” na Europa. Todas estas características definem os contornos do atual regime sociotécnico alimentar hegemônico.

Nas agroindústrias, algumas novidades tomam forma para fora das unidades de produção e ganham o contexto institucional. É importante compreender empiricamente como estas novidades se alinham formando, por exemplo, os novos circuitos e mercados em que ocorre a venda dos produtos e alimentos (cadeias curtas, vendas locais, em eventos). Em outros casos, as agroindústrias geram novas organizações sociais coletivas e em redes como associações, cooperativas, RECOSOL. Nesse sentido, é importante investigar como elas são construídas, se desenvolvem e como ganham espaços no ambiente institucional, evoluindo para além das práticas técnicas e produtivas das famílias no interior das suas unidades.

A noção de produção de novidades, como se argumentou brevemente antes, é diferente do conceito de inovação como evidencia a Figura 3. As principais características das inovações já foram discutidas anteriormente no início desta seção, não sendo retomadas. As novidades são consideradas como sendo contextualizadas, internalizadas, territorializadas e radicais (Figura 3). A contextualização se refere à forma como os agricultores obtêm os conhecimentos para gerar suas novidades. Eles utilizam os conhecimentos contextuais, que são saberes que resultam do contexto socioeconômico, institucional e dos repertórios culturais em que os agricultores estão inseridos. Os conhecimentos contextuais são o resultado da fusão de conhecimentos e “mundos” dos agricultores. Os conhecimentos tácitos sobre as agroindústrias são integrados com os de outros atores sociais, como pesquisadores, extensionistas, agências do Estado, consumidores, agentes de desenvolvimento, que possuem conhecimentos científicos, formais e outros tipos de saberes (STUIVER; WISKERKE, 2004; STUIVER, 2008).

Figura 3: Principais diferenças entre inovações e produção de novidades.



Fonte: Oostindie e Broekhuizen (2008).

Como a Figura 3 evidencia, a internalização das novidades é o processo pelo qual elas são criadas com recursos internos ao local ou até à unidade de produção agrícola - a chamada endogenidade das práticas. Por exemplo, é o que acontece na chamada agricultura econômica como no caso da agroecologia, que é desenvolvida com os recursos próprios dos agricultores e poucas tecnologias e insumos externos à propriedade. Isso faz com que estas novidades sejam mais rentáveis e sustentáveis, pois elas conseguem com rearranjos e melhoramentos de recursos, com uma fina sintonia nos fatores produtivos e práticas dos agricultores, baixar os custos de produção e transação na agricultura (OOSTENDIE; BROEKHUIZEN, 2008; MILONE, 2009; VENTURA; MILONE, 2004).

Já a territorialização caracteriza que as novidades nascem inseridas (*embeddedness*) em um espaço social, num conjunto de relações locais e redes de atores. O processo de surgimento das novidades é sempre localizado e dependente do tempo, dos ecossistemas e dos repertórios culturais em que o processo de trabalho na agricultura está imerso. Além disso, as novidades são o resultado do processo de coprodução, que é a interação e transformação do social e do natural, que se desenvolve no local ou no territorial (PLOEG et al, 2004). Uma quarta diferença entre o conceito de inovação e a noção de novidades é que as primeiras são consideradas incrementais e as segundas, radicais (WISKERKE; PLOEG, 2004). O caráter incremental das inovações é devido ao fato de ao longo do tempo estas novidades passarem por pequenos ajustamentos na trajetória tecnológica existente, sem levar a rompimentos, apenas aprofundando uma direção adotada. Nesse caso, não haveria rompimentos com as regras e normas estabelecidas no regime sociotécnico.

Já as novidades seriam radicais por realizarem rompimentos com as regras e normas constituídas pelo regime e paisagem sociotécnicos existentes (PLOEG et al, 2004; PLOEG, 2008; OOSTENDIE; BROEKHUIZEN, 2008). As novidades são consideradas radicais em função de três atributos. Primeiro, por romperem com as regras e trajetórias da grande

produção industrial de alimentos, o que se poderia denominar de regime sociotécnico alimentar como se definiu anteriormente. Segundo, por serem produzidas fora do padrão linear de produção de conhecimentos e tecnologias para o setor agroalimentar. Terceiro, por toda novidade carregar consigo o potencial de gerar mudanças multidimensionais não mensuráveis em diferentes domínios das atividades produtivas, técnicas e sociais.

Aplicada aos objetivos da investigação, a noção de produção de novidades serve para identificar as novidades empiricamente pelas ideias associadas a elas que o conceito exprime. Estas novidades são internas ao local e às unidades de produção, não são lineares (coevoluem no tempo e nos espaços sociais), são contextualizadas, possuem radicalidade (desenvolvem-se fora das regras e normas do regime sociotécnico alimentar), são baseadas nos conhecimentos locais (tácitos e contextuais), dirigem-se aos pressupostos da sustentabilidade socioeconômica e ambiental e tendem a gerar processos de desenvolvimento rurais em que os agricultores possuem maiores graus relativos de autonomia em suas atividades técnicas e produtivas.

Estas características das novidades as tornam de mais fácil apreensão durante a pesquisa, embora a identificação de uma novidade seja desafiadora e só possa ser realizada com a ajuda do campo empírico de investigação das agroindústrias familiares. A estratégia principal para identificar novidades é seguir as práticas dos atores sociais envolvidos no seu desenvolvimento, especialmente as famílias agricultoras. Nesse sentido, foi necessário empreender processos de observação empírica continuada e atenciosa das rotinas e processos de trabalho dos agricultores para compreender as novas práticas, como elas surgiram e foram desenvolvidas ao longo do tempo. “Seguir os atores sociais e suas práticas” foi o principal método de investigação utilizado para observar, identificar, descrever, tipificar e analisar as novidades que os agricultores constroem em seus processos diários de trabalho e modos de vida (LONG, 2006).

Além destas características discutidas da produção de novidades, Ploeg et al (2004, p. 1) oferecem uma definição das novidades, ressaltando alguns de seus atributos.

Uma novidade é uma modificação, e algumas vezes uma ruptura, com as rotinas existentes. Ela é, desse modo, um desvio. A novidade pode emergir e funcionar como um novo conhecimento dentro das práticas existentes ou pode consistir em uma nova prática. Principalmente, uma novidade é um novo jeito de fazer e pensar - um novo modo que carrega consigo o potencial de fazer melhor, de forma superior às rotinas já existentes. Por isso, elas são consideradas as sementes da transição (...) ¹⁵.

No mesmo sentido de definir as novidades de um modo mais pontual, autores como Oostindie e Broekhuizen (2008) vão afirmar que as novidades podem ser entendidas como

¹⁵ Do original em Inglês.

novos conhecimentos, práticas, artefatos e combinações (de recursos, procedimentos tecnológicos, diferentes corpos de conhecimento), que conduzem a promissoras constelações (um novo processo de produção, redes, integração de duas diferentes atividades), funcionando de forma melhor. Os autores vão defini-las da seguinte forma.

As novidades localizam-se nas fronteiras que separam o conhecido do desconhecido. Uma novidade é alguma coisa nova, podendo ser uma nova prática, um novo conhecimento, um resultado inesperado, mas interessante. Ao mesmo tempo as novidades são, ainda, não completamente compreendidas. Elas são desvios da regra. Elas correspondem ao conhecimento acumulado do agricultor – elas desafiam a compreensão convencional. As novidades vão além das regularidades existentes e explicadas (OOSTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008, p. 68)¹⁶.

Do ponto de vista da investigação, as novidades identificadas junto às agroindústrias serão agrupadas, como descreve a literatura, em diferentes tipos, para melhor compreender como surgem, coevoluem e geram resultados nas famílias e agroindústrias. Essa operação é central para demonstrar que existem vários tipos de novidades, como as ligadas aos novos mercados, produtos, processos de processamento agroindustrial, tecnologias, organizações sociais (RECO SOL), entre outras. Também serão estabelecidas as relações causais e interligações entre as novidades existentes nas agroindústrias, pois em muitos casos elas poderão formar as chamadas teias de novidades (*webs novelties*), pois algumas novidades têm efeitos multidimensionais e inesperados junto às agroindústrias. Com a montagem das teias de novidades, será possível elucidar como uma novidade está alinhada com outras e seu caráter sequencial, coevolutivo e simbiótico.

A produção das novidades também é fundamentada nos conhecimentos dos agricultores e de outros atores, pois os diferentes tipos de conhecimentos sofrem constantes interfaces, funcionando como catalisadores e “insumos” básicos para a produção das novidades. Segundo Stuver e Wiskerke (2004), os conhecimentos dos agricultores são definidos como a capacidade dos agricultores em coordenar e remodelar uma ampla gama de fatores sociotécnicos nas suas localidades específicas e redes, em direção aos resultados desejados (como, por exemplo, obtenção de níveis sustentáveis de produção).

Para autores como Stuver e Wiskerke (2004), os conhecimentos dos agricultores têm três características chave. Primeiro, o conhecimento se refere a um contexto específico e local, mas incorpora elementos de fora (da ciência, da educação formal e outros) e necessita formar uma malha com as práticas, recursos e modos de vidas das famílias. Segundo, os conhecimentos são experimentais e implícitos aos trabalhos dos agricultores. Ao longo do

¹⁶ Do original em Inglês.

tempo, os agricultores avaliam e monitoram os efeitos das suas práticas e decisões e fazem os ajustamentos necessários e possíveis, em forma de espiral: os agricultores constantemente ajustam → monitoram → avaliam e → ajustam novamente suas práticas. Desse modo, eles apreendem fazendo e fazem apreendendo. Terceiro, seus conhecimentos são coordenados e integrados. Os agricultores conseguem construir um conhecimento integrado dos diferentes domínios da agricultura, como objetos de trabalho, processos, ambiente, clima, plantas e animais e como eles se inter-relacionam entre si e com o todo (STUIVER; WISKERKE, 2004; STUIVER, 2008).

Segundo Amim e Cohendet (2004), os conhecimentos tácitos são aqueles que o indivíduo adquiriu ao longo da vida, que está na cabeça das pessoas. Geralmente é difícil ser formalizado ou explicado, pois é subjetivo e inerente às habilidades de uma pessoa, como *know-how*. A palavra tácito vem do latim *tacitus*, que significa “não expresso por palavras”. Isto se deve ao fato de ser um conhecimento subjetivo, não mensurável, quase impossível de se ensinar, passar através de manuais ou mesmo em sala de aula. Este tipo de conhecimento parece ser mais valioso devido à sua difícil captura, registro e divulgação, exatamente por ele estar ligado às pessoas. É o que algumas pessoas chamam de conhecimento verdadeiro. Estes conhecimentos tácitos dos agricultores são as bases fundamentais para a construção das novidades.

Entretanto, os agricultores não constroem as novidades somente com os seus conhecimentos. Segundo Stuiver e Wiskerke (2004), há outros tipos de conhecimentos, como os científicos, contextuais e a educação formal na base da produção das novas técnicas sociais. Estes tipos de conhecimentos não são fragmentados, pois há processos de interfaces entre atores, ocorrendo coconstruções e coevoluções entre conhecimentos¹⁷. Para autores como Roep e Wiskerke (2004), os conhecimentos tácitos sofreriam interações com os conhecimentos científicos e outros tipos de conhecimentos existentes, constituindo os conhecimentos denominados contextuais, tendo esta designação por serem conhecimentos que pertencem ao contexto social, aos repertórios culturais e institucionais em que os atores e suas práticas inovativas estão imersos¹⁸.

¹⁷ Outros autores vão utilizar outras classificações e nomenclaturas para designar os tipos de conhecimentos. É o caso de Brunori et al (2009a), que vão elencar quatro tipos de conhecimentos: tácito, codificado, sintético e analítico. É o caso também de Sardan (2005).

¹⁸ Não há a existência de conhecimentos tácitos, contextuais e científicos apenas. Os agricultores constroem suas experiências com base numa multiplicidade de conhecimentos que têm aspectos da religião, astronomia, prática de trabalho, agronomia, mundo místico, história agrária, meio ambiente, entre outros tipos de conhecimentos relevantes nas suas estratégias.

Estas noções em torno dos diferentes tipos de conhecimentos aplicados à pesquisa empírica junto às agroindústrias familiares reconhecem que há existência de vários tipos de conhecimentos na base do surgimento das novidades. Desse modo, foi necessário identificar os tipos de conhecimentos, entendê-los e analisá-los do ponto de vista dos papéis que cumprem nos processos de produção das novidades nas agroindústrias. Isso fez com que fossem investigados os conhecimentos existentes, sua história, relevância, papéis desempenhados, interações com outros conhecimentos, coevoluções, atores envolvidos e os tipos de novidades que deles resultaram como os Capítulos 4 e 5 abordam¹⁹.

2.4 O percurso da pesquisa: as diferentes etapas cumpridas e estratégias acionadas

Nestas próximas três seções, são discutidas as etapas da pesquisa, as diferentes fontes de dados usados e os instrumentos de coleta e análise das informações utilizados no trabalho de campo. Na primeira, resgata-se um pouco do percurso histórico do pesquisador, destacando a trajetória que o fez chegar à temática em investigação, bem como as escolhas teórico-metodológicas que foram sendo tomadas no desenvolvimento do trabalho. Na segunda, são discutidos os principais instrumentos de coleta dos dados, como eles foram utilizados, as estratégias de pesquisa e como foram realizadas as análises das informações. Na terceira parte, são problematizados os diferentes níveis analíticos usados no estudo e, também, apresentada a região onde ocorreu a pesquisa.

As investigações dos processos sociais, econômicos e institucionais em torno das agroindústrias familiares são um tema vivenciado desde 2006, quando juntamente com colegas da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões (URI - Campus de Frederico Westphalen) foi desenvolvido um projeto de pesquisa em torno das agroindústrias familiares. Este projeto foi aprovado pela Fundação Estadual de Amparo a Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS), cujo título era Caracterização e análise das agroindústrias familiares na Região do Médio Alto Uruguai. Em sigla foi denominada Pesquisa CAAF (PELEGRINI; GAZOLLA, 2006). Este foi o primeiro encontro com a temática das agroindústrias familiares (2006 - 08).

Conjuntamente com o desenvolvimento dessa pesquisa, houve o chamamento por parte da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM - Campus de Frederico Westphalen)

¹⁹ Para ver dois trabalhos de investigação elaborados com a abordagem da PMN e a noção de produção de novidades, consultar Marques (2009) e Mello (2009). O segundo, inclusive, aplicando a análise de algumas experiências com as agroindústrias familiares no Oeste Catarinense.

para representá-la regionalmente em fóruns, conselhos e discussões diversas sobre desenvolvimento rural. Por exemplo, junto ao Conselho de Desenvolvimento Regional do Médio Alto Uruguai (COREDE), Conselho de Desenvolvimento Territorial do Médio Alto Uruguai (CODETER), Conselho de Meio Ambiente de Frederico Westphalen, entre outros espaços. Estes fóruns e discussões aproximaram o pesquisador da problemática vivenciada pelos agricultores e agroindústrias.

Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o Professor Sergio Schneider apresentou-me o desafio de trabalhar com os enfoques da PMN e a noção de produção de novidades, para melhor entender estas agroindústrias e contribuir com outros olhares acadêmicos sobre esse objeto de investigação. Isso me fez sentir a necessidade de ir à Itália (Região da Toscana), num estágio de doutorado no exterior, na *Università Degli Studi di Pisa* (UNIPI). Neste período fora do país, buscaram-se maiores aprofundamentos teórico-metodológicos sobre estas abordagens e, sobretudo, confrontaram-se experiências brasileiras de agroindústrias em suas várias variáveis de investigação (novidades, mercados e canais de comercialização, organizações sociais, ações públicas e instituições), com algumas iniciativas italianas de transformação alimentar típicas dessa região, visando a aprimorar as reflexões em torno das questões de pesquisa, os objetivos traçados e as perguntas fundamentais que serviam de guia na elaboração da tese.

Entretanto, antes deste estágio no exterior, participou-se de outro projeto de pesquisa multidisciplinar e multi-institucional que enfocava a temática das agroindústrias familiares em um dos seus subprojetos. Esta pesquisa tinha uma metodologia comparativa entre experiências do Sul e Nordeste do país e teve a participação de várias instituições de ensino, pesquisa e extensão, durante os anos de 2008 a 2010. Esta pesquisa se chamava ‘Sementes e Brotos da Transição’: Inovação, Poder e Desenvolvimento em Áreas Rurais do Brasil (SCHNEIDER, 2007), abreviado de Projeto IPODE²⁰, e foi importante por permitir uma primeira aproximação com os enfoques teóricos da PMN e da noção de produção de novidades bem como possibilitar uma primeira imersão com este olhar teórico na região de pesquisa, conhecendo algumas agroindústrias e tentando entendê-las através destas abordagens.

Estes foram os fatos mais gerais que aconteceram e que fizeram o pesquisador chegar a este tema de tese de doutoramento. Especificamente, no sentido das etapas de investigação,

²⁰ Para maiores detalhes do Projeto IPODE, consultar o site: <http://www.ufrgs.br/pgdr/ipode/>

foram cumpridas as seguintes, cronologicamente. Num primeiro momento, nos meses de fevereiro a março de 2011, foi realizada a primeira etapa da pesquisa, que consistiu num estudo exploratório das agroindústrias, municípios, organizações sociais e atores sociais que trabalham com as agroindústrias. Nessa fase, procurou-se observar e conhecer as experiências sem compromissos com o rigor teórico e metodológico do estudo. Ela consistiu de visitas, observações e conversas informais com atores sociais distintos, visando a apreender a realidade em que estas agroindústrias estavam imersas.

Procurou-se dialogar com atores sociais chave para melhor aproveitamento do tempo de investigação e por terem informações privilegiadas e detalhadas dos processos sociais que se queria averiguar. Foram procurados atores chave dentro dos serviços de extensão rural como, EMATER, dirigentes de organizações sociais ligadas às agroindústrias como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), cooperativas de agroindústrias, dirigentes da RECOSOL, pessoas ligadas à gestão das políticas territoriais e dos programas de agroindústrias, pesquisadores da URI, entre outros atores, que tinham conhecimentos aprofundados das agroindústrias. Essa fase visou a reunir informações básicas sobre as agroindústrias interessantes a serem investigadas, sempre tendo em mente as principais variáveis a estudar, objetivos e questões de pesquisa.

De posse destas informações, adentrou-se o campo de pesquisa empírica, realizando visitas em diferentes agroindústrias, municípios, conversando informalmente com agricultores e suas famílias (sem o uso de registros). Estas abordagens visavam a compreender suas lógicas organizativas através das cooperativas e associações, mercados em que os alimentos eram comercializados, a existência de programas de apoio e observar suas práticas de agroindustrialização dos alimentos. Com as informações chave colhidas dos atores sociais, visitas e diálogos com os agricultores, foram escolhidas sete agroindústrias que seriam estudadas. Foram observados, em todas as agroindústrias eleitas para a investigação que estivessem presentes, a produção de novidades, algum grau de organização social cooperativo, ligações com a RECOSOL e que tivessem recebido algum tipo de ajuda das instituições de desenvolvimento e programas públicos na área de agroindustrialização.

Estes foram os “filtros empíricos” utilizados para chegar às sete agroindústrias investigadas. Esse não foi um trabalho fácil de ser realizado, principalmente do ponto de vista de identificar agroindústrias que produzem novidades em suas práticas e trabalhos de processamento de alimentos, já que a grande maioria das iniciativas se desenvolve de maneira habitual. Não são todas as agroindústrias que produzem novidades, por isso, a busca das que as produzem demandou dias de procura, observação acurada das práticas e rotinas dos

agricultores, viagens aos municípios e comunidades rurais, bem como muitos quilômetros rodados pela região do Médio Alto Uruguai. Desse modo, foram identificadas as agroindústrias que tinham criatividade e inventividade, sobre as quais podem ser geradas reflexões profícuas sobre novos processos de desenvolvimento rural envolvendo a transformação de alimentos em pequena escala.

Tendo isso em mente, as sete iniciativas pesquisadas foram escolhidas com base na produção de diferentes produtos e seus derivados: Agroindústria Prevedello (cana-de-açúcar e derivados como cachaça); Agroindústria Cooperativa Biorga (pequenos grãos alternativos e óleos orgânicos); Strack Alimentos Naturais (cana-de-açúcar e derivados, como açúcar mascavo, melado e rapadura - todos produtos naturais); Agroindústria Gehen (erva-mate ecológica de barbaquá); Agroindústria Ludke (leite e derivados como os queijos coloniais e temperados); Agroindústria Jotti (carnes e derivados de suínos como salames, copas, linguiças, ossinhos, torresmo pururuca, entre outros); e Agroindústria Zonta (uva e derivados como o suco de uva e vinhos coloniais).

A próxima etapa consistiu em acompanhar as atividades nas propriedades rurais e nas agroindústrias das famílias escolhidas para investigação. Isso foi realizado nos meses de março, abril e parte de maio de 2011. Todas as experiências tiveram acompanhamento por alguns dias (1 a 2 dias cada agroindústria) de suas atividades, fossem elas de produção das matérias-primas ou de transformação dos alimentos. Também, em vários momentos, os agricultores foram acompanhados nos processos de comercialização em alguns dos diferentes circuitos em que os alimentos eram vendidos. Ocorreram participações em reuniões das organizações sociais a que as agroindústrias estão ligadas e fóruns regionais de discussões estratégicas em relação a políticas e programas de desenvolvimento rural, em que muitas agroindústrias e suas organizações estavam presentes ou representadas. Essas observações, em alguns casos, como as ocorridas nas agroindústrias e propriedades rurais, podem ser chamadas de participantes, já que foram intensivamente desenvolvidas junto às práticas diárias das famílias e atores sociais (MINAYO, 2002).

Em outros casos, foram observações pontuais para aprender dinâmicas de processos sociais específicos em investigação como nas reuniões (das cooperativas, RECOSOL, Território da Cidadania, entre outras). No caso da observação participante, estes momentos foram essenciais para entender como os agricultores agem diariamente para produzir as novidades, principalmente as produtivas e tecnológicas, desenvolvidas internamente em suas agroindústrias. A compreensão dos diferentes conhecimentos utilizados, recursos, práticas sociais dos agricultores, uso do solo, clima, força de trabalho familiar, agroecossistemas e

suas heterogêneas maneiras como participam nos processos coevolutivos de desenvolvimento das novidades só foi possível pela vista apurada do pesquisador, pela observação participante efetuada. De outra maneira, dificilmente conseguiria entender e explicar processos sociais tão microssociológicos e econômicos, em torno das práticas técnico-produtivas das famílias.

A última das etapas concentrou-se na aplicação das entrevistas semiestruturadas junto aos agricultores donos de agroindústrias (Apêndice A), suas organizações sociais coletivas e de representação (Apêndice B). Também foram aplicadas entrevistas às agências do Estado, em diferentes níveis (municipal, estadual e nacional), que atuaram em ações públicas, programas e projetos de apoio às atividades agroindustriais, bem como as instituições vinculadas à regulação da produção, distribuição e consumo de alimentos (Apêndice C). Como é possível notar nos Apêndices (A, B e C), o roteiro de questões das entrevistas foi formulado de acordo com os objetivos, a problemática de pesquisa e as variáveis e indicadores específicos das variáveis que deveriam ser levantados na pesquisa de campo (Apêndice E). Uma parte das entrevistas foi aplicada aos atores sociais no período de março, abril e parte de maio de 2011 (12 entrevistas) e o restante (11 entrevistas), no período de novembro e dezembro de 2011, após o retorno do estágio de doutorado no exterior.

2.5 Fontes de dados, instrumentos de coleta e formas de análise

Para cumprir os objetivos propostos à pesquisa e de acordo com os referenciais teóricos esboçados, foram utilizadas técnicas de investigação e coleta de dados apropriados para o estudo. Procurou-se mesclar métodos de investigação e análise socioeconômicos e institucionais de cunho quantitativo e qualitativo, bem como utilizar dados primários (aqueles gerados a partir da pesquisa de campo) e secundários de diversas fontes (aqueles coletados em outras fontes já preexistentes no local de pesquisa, como instituições de investigação, estatística, universidades, organizações sociais, STR, ações públicas, entre outras). As fontes primárias de obtenção dos dados foram as entrevistas semiestruturadas, mas também foi fundamental a observação (participante em alguns casos) como relatado acima, o trabalho com imagens (fotografias das agroindústrias, das práticas dos agricultores, das suas organizações sociais) e a construção de esquemas/organogramas (por exemplo, desenho das redes de novidades, redes de relações sociais de uma agroindústria, das organizações em torno da RECOSOL) e o diário de anotações de campo.

As entrevistas semiestruturadas têm a vantagem de deixar perguntas secundárias serem realizadas aos entrevistados e propiciarem uma maior aproximação real das respostas a serem

dadas com relação ao que se pede (MINAYO, 2002). Estas entrevistas foram aplicadas por meio de um roteiro de questões predeterminadas, de uma “estrutura de perguntas” previamente elaboradas, de acordo com as grandes variáveis investigadas (origem das agroindústrias, novidades, canais de comercialização e mercados, organizações sociais, ações governamentais e instituições) e seus respectivos indicadores específicos, como está exposto no Apêndice E. Ao todo foram aplicadas 23 entrevistas, abrangendo 28 atores sociais, já que algumas entrevistas foram realizadas com mais de uma pessoa ao mesmo tempo. O Apêndice D apresenta a lista completa das entrevistas aplicadas, a profissão/cargo dos entrevistados e local onde foi realizada, dando ideia da diversidade e heterogeneidade dos atores inquiridos.

Para obter a quantidade desejada de entrevistas, foram seguidas as pistas teórico-metodológicas fornecidas pelos estudos de Long (2001; 2006), que, devido à postura teórica adotada (a Perspectiva Orientada aos Atores), condicionam um olhar diferente para os objetos empíricos investigados. Deve ser um olhar direcionado às práticas sociotécnicas que estão sendo desvendadas. No caminho de investigação sempre foram utilizadas “lentes” multidimensionais para analisar o objeto empírico pesquisado, considerando-se a multiplicidade de possibilidades de explicação dos fenômenos sociais (a chamada problematização sociológica do objeto empírico por diferentes ângulos, antes de explicá-lo efetivamente, de realizar a síntese final no sentido marxista do termo).

Tendo como base teórico-metodológica de estudo a POA, faz-se necessário um olhar quase etnográfico (no sentido dos instrumentos de pesquisa, como a entrevista se aproximar de uma etnografia) das práticas dos atores sociais, em seus “micromundos” de vida e trabalho (principalmente para desvendar e entender os processos de produção de novidades associados às agroindústrias). É por este motivo que as entrevistas foram estrategicamente pensadas, assim como as observações ativas no convívio continuado com os agricultores. Como afirmou Long (2006), “seguir as práticas sociais dos atores” é a principal pista que esta perspectiva apresenta como caminhos teórico-metodológicos de investigação.

Estas entrevistas foram, num primeiro momento, foram registradas em um gravador, procedendo-se, posteriormente, à transcrição, chegando a um número total de 281 páginas de conteúdo, dados e informações, tanto qualitativos (em sua grande maioria) como quantitativos. A terceira etapa foi a análise destas entrevistas pela verificação do comportamento das variáveis (e dos indicadores existentes para cada uma das variáveis). Sua análise foi feita com base no comportamento dinâmico das variáveis e indicadores arrolados na estrutura das perguntas que compõem a entrevista, tentando-se captar, pelas respostas dos diversos atores sociais, os acontecimentos socioeconômicos, técnico-produtivos e

institucionais em torno das agroindústrias. Cruzaram-se dados de diferentes entrevistas, documentos e fontes, quando havia informações conflitantes entre atores, garantindo a fidelidade das informações apresentadas e discutidas no trabalho. Os trechos centrais de falas importantes foram citados literalmente no decorrer da elaboração do texto, como forma de ilustrar os argumentos em questão e a discussão que foi desenvolvida em cada um dos capítulos.

Ressalta-se que muitas informações e dados das entrevistas não foram possíveis de serem levantados a campo, devido à dificuldade de extraí-los de alguns atores sociais e organizações. São os casos de alguns dados de rendas das agroindústrias que alguns entrevistados não se sentiram à vontade em fornecer. Em outros casos, não foram obtidos dados relativos aos valores dos recursos financiados e/ou às fontes destes recursos. Ocorreram situações também em que os entrevistados, devido ao longo tempo em que os agricultores ou outros atores sociais haviam financiado determinado equipamento, máquina agroindustrial ou outro tipo de estrutura, não lembravam mais a fonte dos recursos. Ou mesmo quando o recurso veio, por exemplo, para um determinado município para ser investido nas agroindústrias, o técnico responsável pela sua operacionalização era outra pessoa, que não trabalhava mais na instituição. Enfim, houve várias situações em que os dados não foram fornecidos, foram arredondados segundo os depoimentos dos atores ou que a fonte dos recursos e outras informações relevantes à análise não estão totalmente completas. Isso foi indicado de uma forma ou outra nos diferentes quadros e tabelas do trabalho.

As fotografias foram essenciais para registros de momentos pontuais junto aos agricultores, suas práticas, processos de trabalho, equipamentos e maquinários e plantas agroindustriais, como as fotos utilizadas como figuras no Capítulo 3, por ocasião da caracterização geral das sete agroindústrias estudadas. As observações (participantes em alguns casos) foram fundamentais para apreender os fenômenos sociais que não seriam possíveis com uma visita, conversa ou mesmo no momento da aplicação das entrevistas. As observações conseguem ir além das entrevistas, no sentido de captar processos sociais que não seriam facilmente assimiláveis por outros métodos.

Já o diário de campo possibilitou fazer anotações diversas e aprofundadas dos objetos em averiguação, já que os relatos dos atores quando o gravador está desligado é mais livre, rico em novas informações e menciona aspectos centrais ao entendimento das questões de investigação. O diário de campo propicia captar passagens, ideias e questões essenciais à pesquisa que os atores não mencionam, por exemplo, na presença de alguém do Estado (em algumas entrevistas fui acompanhado de pessoas ligadas às instituições). Mas estes aspectos

são mencionados depois, num passeio pela lavoura, no ato de ir conhecer a sua criação de animais, visitar a agroindústria, tomando um chimarrão ou em outros momentos menos formais de conversa e interação social.

Do ponto de vista quantitativo, foram utilizados dados primários e secundários. Os dados secundários são de diversas fontes, citam-se os da FEE e IBGE relativos aos Censos Agropecuários e Demográficos. Nesse sentido, durante o ano de 2010 e 2011 participou-se de um projeto de pesquisa em cooperação técnica com o IPEA, IBGE e um grupo de pesquisadores do PGDR/UFRGS. O projeto se chamava Análise Multidimensional dos Dados do Censo Agropecuário 2006. Dentro desse projeto maior, havia seis subprojetos específicos, sendo um deles direcionado ao estudo das variáveis em torno da agroindústria rural. Esse Subprojeto se chamava O Perfil da Agroindústria Rural no Brasil: uma análise baseada nos dados do Censo Agropecuário 2006. Estes dados secundários foram organizados em um banco e analisados utilizando-se o do *Software* Microsoft Excel, quando necessário. Alguns dos resultados mais interessantes desse subprojeto de investigação estão discutidos na segunda parte do Capítulo 3, compondo um perfil básico da agroindústria rural em distintos níveis territoriais (Brasil, RS e Microrregião de Frederico Westphalen)²¹.

Foram também utilizados os dados primários de outras pesquisas já realizadas no local. Uma das investigações é a Pesquisa CAAF, como mencionado anteriormente. Esta pesquisa investigou um elenco de 106 agroindústrias familiares, distribuídas nos 30 municípios que compõem o CODEMAU. A Pesquisa CAAF foi desenvolvida no ano de 2006, tendo como base os dados de 2005 (janeiro a dezembro - ano civil). Ela constou da aplicação de um questionário quali-quantitativo com quatro grandes blocos de questões sobre as agroindústrias: dados de identificação e de caracterização das agroindústrias; produção e rendas geradas; comercialização e construção dos mercados; e administração das experiências.

Os dados desta pesquisa foram organizados e analisados no *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). Estas estatísticas das agroindústrias foram utilizadas em partes pontuais do trabalho, nas quais são ilustrados processos sociais, econômicos ou situações institucionais que estavam em discussão. Por exemplo, os diferentes percentuais que cada um dos canais de comercialização das agroindústrias perfazem no total, como está exposto no Capítulo 5.

²¹ Informações adicionais podem ser consultadas no Relatório do Subprojeto sobre Agroindústrias Rurais (WAQUIL et al, 2012), que será publicado pelo IPEA.

Outra pesquisa cujos dados foram utilizados foi o Projeto IPODE, como mencionado na seção anterior. Os dados utilizados são específicos da parte da temática das agroindústrias, cuja pesquisa foi desenvolvida em 2009, na Região do Médio Alto Uruguaí. Esta parte da pesquisa objetivou estudar com aprofundamento duas experiências (casos) de agroindustrialização: a Agroindústria Magalski (produtora de derivados de frutas e hortaliças) e a Agroindústria Vitalli (produtora de derivados de cana-de-açúcar). Esta investigação foi desenvolvida com a aplicação de um questionário padrão do projeto junto às duas experiências. Os objetivos principais dessa pesquisa foram investigar a capacidade de inventividade técnica e produtiva dos agricultores, os efeitos gerados na economia local, no contexto institucional e os mercados locais destes alimentos (GAZOLLA; PELEGRINI; CADONÁ, 2010). Contudo, deste projeto apenas são utilizados algumas de suas reflexões e ensinamentos pontuais apreendidos durante seu desenvolvimento.

Como fonte de dados diversos estão documentos coletados junto às organizações sociais, instituições e executores das ações públicas que fazem parte do âmbito da pesquisa, tanto quantitativos como qualitativos. Estes documentos são compostos de estatutos, convênios com outras entidades ou com o Estado, projetos de crédito rural, planejamentos institucionais, legislações alimentares e regulamentações de diferentes níveis territoriais (Sistema de Inspeção Municipal - SIM, Coordenadoria de Inspeção de Produtos de Origem Animal - CISPOA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, etc.), documentos de crédito rural e relacionados às ações governamentais (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA, PRONAF, PAF/RS, Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, para citar algumas) que deram pistas do objeto investigado. Os dados qualitativos e quantitativos destes documentos foram analisados pelo seu conteúdo, questões que trazem à tona e utilizados quando se mostraram convenientes às explicitações do objeto em discussão.

2.6 Níveis de análise e local de investigação

Para a construção da pesquisa também foi necessário pensar-se nos níveis de análise que seriam utilizados para operacionalizar estas abordagens, conceitos, objetivos e responder às indagações do estudo. Optou-se por trabalhar com dois níveis analíticos distintos: o micro e o contextual/local. No nível micro estão incluídas as unidades familiares, estratégias dos membros do grupo familiar, estratégias dos outros atores sociais que têm interfaces com os agricultores, produção de novidades, entre outros elementos. Também estão neste nível

diferentes tipos de relações sociais que os agricultores desenvolvem com outros atores, em processos de interação e contratos no nível microssociológico.

Como esclarece Schneider (2003, p. 108-109), neste nível,

[...] encontram-se as estratégias das famílias e dos grupos domésticos, que também variam de acordo com os interesses individuais e coletivos resultantes de suas convicções. Esse é o nível privilegiado da percepção de como se dão as estratégias de alocação de trabalho e recursos no interior de um pequeno grupo social [...].

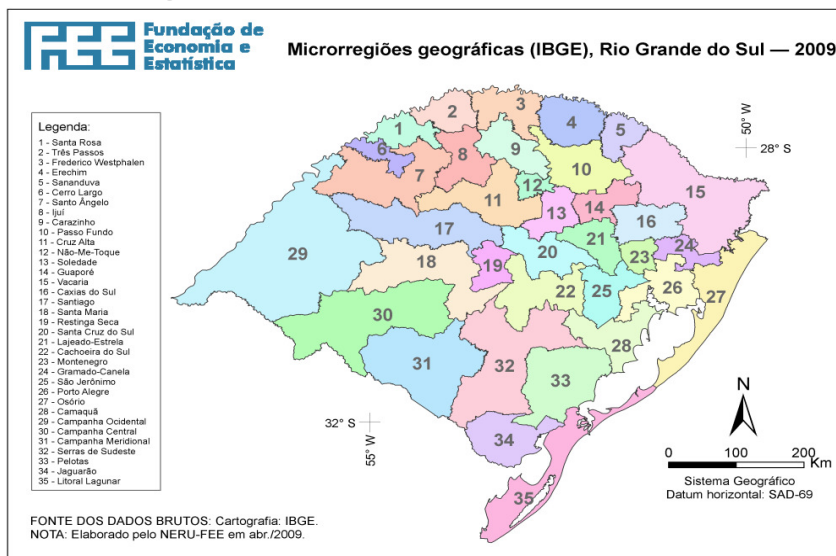
No nível contextual de investigação, foram considerados os atributos e características da economia e do local, sendo definidos pelo contexto existente em relação às ações governamentais alocadas a estes atores sociais, coalizões de diferentes atores, o papel dos contratos, organizações coletivas surgidas das agroindústrias, legislações agroalimentares que regulam as iniciativas, os canais de comercialização e mercados, regras e normas, entre outros aspectos relevantes. Neste nível está presente a análise dos processos sociais, técnicos, produtivos e institucionais que acontecem no local - Região do Médio Alto Uruguai/RS.

Como definiu Kageyama (1998, p. 538) em um dos seus estudos sobre pluriatividade e desenvolvimento rural, como sendo a noção de entorno ou de contexto local.

[...] A ideia de entorno ou contexto – uma espécie de nível meso de análise, porque ultrapassa a unidade produtiva, a família e os atores individuais (micro) e fica aquém do nível geral do desenvolvimento do país ou da grande região (macro), na qual a economia agrícola familiar [...] está inserida.

Quanto à área de abrangência da investigação, o estudo foi realizado na Microrregião de Frederico Westphalen/RS, localizada no extremo Norte Gaúcho (Figura 4). De maneira geral, a região em estudo é chamada de Médio Alto Uruguai para a maioria das instituições locais de desenvolvimento, como, por exemplo, o Conselho de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai (CODEMAU) e Conselho de Desenvolvimento Territorial do Médio Alto Uruguai (CODETER). Contudo, o importante é sublinhar que o recorte é muito similar entre estas instituições, divergindo por poucos municípios. Por exemplo, o CODEMAU e o CODETER diferem entre si somente em quatro municípios por ocasião da realização da Pesquisa CAAF (PELEGRINI; GAZOLLA, 2006), tendo o segundo 34 e o primeiro 30 municípios. Já a Microrregião de Frederico Westphalen, como a define o IBGE, tem menos municípios, em torno de 25. Por este motivo, quando são citados os dados, são referenciados os dois tipos de espacializações: Médio Alto Uruguai ou Microrregião de Frederico Westphalen, dependendo das fontes de dados estatísticos e de pesquisa usados.

Figura 4: Mapa do Rio Grande do Sul com destaque para a Microrregião de Frederico Westphalen (Microrregião 3).



Fonte: FEE (2011a).

No próximo capítulo, é apresentado o debate teórico existente entre estudiosos sobre as agroindústrias e os papéis que elas cumprem nos processos de desenvolvimento rural. É realizada uma retomada de alguns dos principais estudos e abordagens teóricas existentes no Brasil. Ainda nesta parte, são discutidos cinco elementos que são centrais para compreender o que se denomina de “condições alargadas” de reprodução social das agroindústrias familiares. Na segunda parte do capítulo, é apresentado um perfil da agroindústria rural para os diferentes níveis territoriais (Brasil, RS e Microrregião de Frederico Westphalen), com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006. Foram analisados o perfil produtivo, o econômico, os canais de comercialização e as diferenças das agroindústrias que existem nas duas agriculturas, a familiar e não familiar.

3 AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NO BRASIL: ELEMENTOS TEÓRICOS E CARACTERIZAÇÃO GERAL

Este capítulo apresenta dois objetivos principais. O primeiro é descrever os principais estudos, autores e abordagens teóricas usadas para entender os processos de reprodução social das agroindústrias nos espaços rurais. O segundo consiste em caracterizar o contexto institucional, produtivo, canais de comercialização e mercados que estas iniciativas de agroindustrialização da produção desenvolvem a nível nacional, mas também no Estado do RS e Região do Médio Alto Uruguai/RS, local onde foi feita a investigação com as experiências.

Neste trabalho, as agroindústrias podem ser conceituadas como atividades familiares de produção de matérias-primas agropecuárias e alimentos com sua consequente transformação em derivados alimentares de diversos tipos, ocorrendo nesse processo a agregação de valor ao produto final, que geralmente é diferenciado. Nestas unidades, há grande predominância do trabalho e administração por parte do próprio núcleo familiar, que empresta os significados e as estratégias que serão adotadas na atividade. As experiências baseiam-se na pequena escala de produção e têm ligações locais de proximidade com os mercados, muitas vezes, informais. As agroindústrias funcionam com base nos conhecimentos dos próprios agricultores, o que realça a existência de outras questões que implicam seu desenvolvimento, como a produção de novidades.

Com relação ao debate teórico brasileiro sobre a agregação de valor realizada pela agricultura familiar, são apresentados dois conjuntos distintos de autores que têm desenvolvido contribuições importantes à compreensão das agroindústrias. Por um lado, estão autores que procuram entender as agroindústrias através da Sociologia Econômica (com o uso de conceitos como *embeddedness*, construção de mercados, redes sociais), Teoria das Convenções, da noção de redes verticais e horizontais de desenvolvimento rural, Economia de Aglomeração (*clustering*), utilizando elementos como mercados locais, relações sociais de proximidade ou circuitos locais/regionais de comercialização.

Um segundo conjunto de autores tem dado contribuições interessantes, pois procuram explicar as agroindústrias através de ideias como qualidade ampla, pequena e média escala de processamento dos alimentos, processamento artesanal dos produtos, diferentes capacidades instaladas nas agroindústrias e através da noção de validação social da qualidade dos alimentos fabricados. Este grupo de estudiosos se diferencia dos primeiros, antes referidos, por não conterem em seus trabalhos um corpo teórico e conceitual como é observável nos

outros autores analisados. Há ainda um terceiro grupo de autores, que são os trabalhos desenvolvidos pelas consultorias especializadas. São materiais descritivos sobre as agroindústrias que devido ao caráter interventivo não serão detalhados neste capítulo.

Tenta-se avançar além destes elementos propostos por estes dois conjuntos de autores para compreender as agroindústrias familiares e suas estratégias de reprodução social. Propõem-se cinco elementos que comporiam as “condições alargadas” de reprodução social das agroindústrias familiares, pelos quais estas experiências podem ser compreendidas nos espaços rurais. Estes elementos são: a forma familiar de produção, administração e trabalho nas agroindústrias, aliada à capacidade de construção ativa de suas próprias estratégias; a pequena e média escala ligada à produção de alimentos com especificidades (diferenciados); a existência de uma base material de recursos estrategicamente autocontrolada pelas famílias (trabalho familiar, autoconsumo, terras, recursos), sendo só em partes mercantilizada, assentada numa lógica que estaria de acordo com os fundamentos da economia de escopo.

As agroindústrias ainda funcionariam com agregação de valor às próprias matérias-primas produzidas pela família. Esta seria a característica central das agroindústrias, manifestada em três direções principais: agregação de valor econômico ligado às transformações dos alimentos, agregação de valor social ligado à forma familiar de trabalho e baseada na produção de alimentos típicos de um local ou território. A comercialização dos alimentos é desenvolvida em mercados locais e de proximidade social, devido a fatores como informalidade das agroindústrias, fidelidade dos consumidores, relações de lealdade e confiança. Além destes elementos, explicaria estas formas de comercialização a existência de um contexto institucional que às vezes lhes é hostil, devido às exigências higiênico-sanitárias e administrativas para formalização das experiências. Estes cinco elementos constituem o que se denomina de “condições alargadas” de reprodução social e econômica das agroindústrias familiares.

O capítulo também desenvolve uma caracterização das agroindústrias rurais, com base nos dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006), em que são discutidos alguns aspectos produtivos, econômicos, mercados e canais de comercialização delas. Isso é feito para diferentes unidades territoriais. Primeiro, para o Brasil, estado do RS e Microrregião de Frederico Westphalen. Estes dados ajudam entender como as agroindústrias rurais estão se reproduzindo nas diferentes escalas territoriais, bem como traçar um perfil mínimo de como funcionam estas iniciativas, entretanto, o objetivo não é aprofundar a discussão sobre estes dados estatísticos, eles apenas servem para fazer uma caracterização geral das agroindústrias rurais.

No final do capítulo, é desenvolvida uma breve caracterização histórica da Região do Médio Alto Uruguai e de sua agricultura, situando o nascimento das agroindústrias neste contexto social, econômico, cultural e institucional. Não é aprofundada a discussão sobre os elementos regionais, pois estes dados estão disponíveis em estudos já realizados por instituições, organizações, universidades e pesquisadores, sendo a dinâmica da agropecuária local conhecida. Nesse sentido, apenas são pontuados alguns aspectos característicos do Norte gaúcho em que as agroindústrias estão imersas.

3.1 *Embeddedness*, construção de mercados, redes e circuitos locais/regionais de comercialização

O primeiro autor a desenvolver trabalhos interpretativos e propositivos importantes sobre o tema é John Wilkinson, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Este autor tem muita influência no debate sobre a compreensão das lógicas de reprodução social das agroindústrias e destaca-se por utilizar da Sociologia Econômica e Teoria das Convenções para entender as agroindústrias, principalmente o funcionamento dos seus mercados.

Para Wilkinson (2002), os mercados dos pequenos empreendimentos agroindustriais são construídos com base no prolongamento das relações familiares nas localidades rurais, com os consumidores e com os diversos tipos de canais de comercialização, sendo que a produção dos alimentos evoluiria conforme a demanda destes atores sociais fosse manifestada. A estes mercados, o autor chama de mercados de proximidade. Aspectos como transações frequentes, confiança entre consumidores e agricultores, conhecimento pessoal, parentesco e vizinhança consolidariam estes mercados, mesmo os mais informais, gerando lealdades mútuas entre os empreendimentos agroindustriais e os demais atores.

Estes mercados também seriam imunes a pressões externas e do Estado, pois eles se consolidam conquistando as elites e consumidores locais pelos seus atributos de “qualidade”, e como as transações são muitas vezes diretas entre agricultores e consumidores, as experiências de agroindustrialização não sofrem as sanções do ambiente institucional. Contudo, Wilkinson (2008) ressalta uma questão de limitação destes mercados, sua coincidência com o tamanho das suas redes sociais, sendo difícil ampliá-los para além delas. Para o autor, as questões fundamentais seriam: como estes mercados poderiam ser ampliados além dessas redes sociais localizadas? Como estender as redes sociais além destes mercados?

Segundo Wilkinson (2002), a persistência e a resistência das pequenas agroindústrias se devem à sua imersão (*embeddedness*)²² na vida social local, enquanto sua adaptação às transformações dos mercados existentes e aos parâmetros regulativos exigiria a construção de mercados. Para Wilkinson, o *embeddedness*, que protegeu por muito tempo estes mercados locais e informais, está sofrendo a concorrência de outros mercados formais que se apropriam destes nichos e também das regras “impessoais” do mercado formal higiênico-sanitário. Se isso ocorrer, estes empreendimentos agroindustriais correriam o risco de sofrer um alto grau de seleção e de mortalidade no meio rural brasileiro.

As proposições de Wilkinson (2008) para que estes empreendimentos continuem tendo vida nos espaços rurais se dirige a dois sentidos. Primeiro, seria necessário negociar uma legislação agroalimentar adequada à escala destes empreendimentos, sendo que os critérios técnicos existentes e “inegociáveis” deveriam ser revistos de modo a poder aplicá-los aos vários atores existentes nestes mercados. O autor utiliza-se da Teoria das Convenções para explicar que tanto os padrões higiênico-sanitários do mundo industrial como do artesanal são legítimos, por seguirem princípios diferentes para alimentos diferentes. Wilkinson (2008) afirma que seria necessário transportar os valores específicos e a confiança destes mercados de proximidades para outras redes mais amplas, utilizando-se de novas regras, normas e artefatos, mas sem perder as características típicas e qualidades diferenciadoras destes produtos. Estas duas estratégias poderiam garantir a maior sobrevivência futura destes empreendimentos alimentares de pequena e média escala²³.

Outro autor relevante ao debate é Luís Carlos Mior, da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), que vem desenvolvendo pesquisas sobre o setor da pequena agroindústria rural no Sul do país, utilizando-se do enfoque das redes horizontais e verticais de desenvolvimento rural e também da noção de construção de mercados. Mior (2005) faz uma distinção interessante entre a transformação de alimentos para o autoconsumo familiar e a agroindústria familiar rural. Segundo ele, a primeira visa ao processamento de produtos e matérias-primas para a alimentação do grupo doméstico, constituindo um valor de uso. Ela estaria ligada aos hábitos alimentares dos habitantes de uma dada região. Já a segunda é uma forma de organização social em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte da sua produção agrícola e/ou pecuária

²² A tradução do termo do inglês para o português tem muitas significações diferentes, assim mantém-se o mesmo significado na língua original.

²³ Trabalhos têm sido desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (UFRGS), utilizando estes elementos teóricos da Sociologia Econômica propostos por Wilkinson. Ver, por exemplo, os trabalhos de Agne (2010) e Carvalheiro e Waquil (2009).

visando à sua comercialização. Ela também se distancia da primeira definição por ser entendida como um novo empreendimento social e econômico, que visa a gerar excedentes pelo acesso aos mercados (MIOR, 2008)²⁴.

Nessa mesma obra, o autor busca cercar alguns elementos que melhor definam o que é agroindústria familiar rural e elenca os seguintes aspectos como característicos dessa forma de produção e trabalho: a localização no meio rural; a utilização de máquinas, equipamentos e escalas menores; procedência própria da maior parte das matérias-primas processadas ou utilização da produzida por vizinhos; processos artesanais próprios de fabricação de alimentos; utilização de mão de obra familiar; a existência de empreendimentos associativos entre famílias com grau de parentesco ou individuais; e a internalização crescente dos aspectos regulativos e fiscais nos empreendimentos (MIOR, 2005).

Com estes elementos mais gerais, Mior (2005, p. 191) vai definir o que entende como conceito específico de agroindústria familiar rural:

A agroindústria familiar rural é uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, à produção de valor de troca que se realiza na comercialização. Enquanto o processamento e a transformação de alimentos ocorrem geralmente na cozinha das agricultoras, a agroindústria familiar rural constitui um novo espaço e um novo empreendimento social e econômico.

Para Mior (2007), dois aspectos são centrais na viabilização destes pequenos empreendimentos. Primeiro, as redes sociais horizontais que estes agricultores conseguem construir com organizações sociais, instituições e os diversos atores e consumidores no nível local no qual estão inseridos. O segundo aspecto, que tem papel fundamental, é o uso do saber fazer incorporado a uma cultura regional. Estes conhecimentos dos agricultores seriam importantes para a elaboração de produtos agroindustriais diferenciados, que teriam, junto aos consumidores, uma representação de uma qualidade distinta dos produtos convencionais da grande distribuição agroalimentar. Isso seria estratégico para estes alimentos poderem se beneficiar de sua imagem artesanal, colonial e agroecológica frente aos mercados.

Para Mior, estes empreendimentos são susceptíveis de se extinguir por as regulações do Estado serem penosas para as iniciativas, casos das legislações agroalimentares, fiscais e jurídicas. Nesse sentido, Wilkinson e Mior (1999) fazem uma discussão importante de que

²⁴ Mior, em um artigo em coautoria com Wilkinson (WILKINSON; MIOR, 1999), critica a abordagem do novo rural brasileiro por colocar estas pequenas agroindústrias rurais como parte das atividades não agrícolas. Para os autores, estas atividades de processamento agroalimentar estão longe de fazer parte do novo rural, pois elas seriam tão antigas quanto a agricultura familiar. Eles defendem que sua inclusão nesta rubrica obscurece o surgimento de um novo tipo de valorização do espaço rural para o qual estes estudos, com razão, têm chamado atenção e que deve ser levado em conta nas políticas locais e regionais. Este trabalho coincide nesse ponto com os argumentos de Maluf (2004), que são apresentados à frente.

grande parte deste setor é informal e que ele seria diferente dos ramos ilegais da economia. O primeiro setor distinguir-se-ia do segundo por seus produtos não serem proibidos, pois se trataria de uma atividade cujos processos de produção não se enquadram nos padrões regulativos estabelecidos (por exemplo, regulamentos industriais e sanitários). O setor informal seria definido como constituído de atividades que não adotam as normas e regulamentações estatais que prevalecem num determinado momento da economia em que eles operam.

Outro autor importante a esse tema é Renato Sergio Maluf, também do CPDA/UFRRJ. Para Maluf (2004), a análise destes empreendimentos de pequeno e médio porte deve ser realizada através das noções de sistemas agroalimentares, regimes alimentares e sistemas produtivos, associadas à ideia de redes sociotécnicas como relações situadas. Para o autor, essas pequenas atividades agroalimentares são essenciais à reprodução social digna das famílias, por serem fontes diretas de renda monetária e também para autoconsumo, que estariam relacionados à sua segurança alimentar. Afirma ainda que essa atividade dá suporte às outras atividades não agrícolas desenvolvidas pelas famílias. Para ele, as agroindústrias não devem ser classificadas como não agrícolas, pois isso seria um erro no sentido de que a produção agrícola familiar é que lhe dá a base necessária ao seu desenvolvimento, no caso da produção das matérias-primas pelas famílias para posteriormente serem transformadas²⁵.

Segundo Maluf (2004), o enfoque territorial também é importante para compreender estes empreendimentos, pois adiciona três outros elementos. Primeiro, a identidade territorial dos agricultores, pois dela deriva o valor dos produtos comercializados. Seriam exemplos os produtos com denominação de origem e os advindos de uma dada região cultural específica. Segundo, os aspectos territoriais permitiriam aproximar a produção do consumo local dos alimentos (segurança alimentar), cujas vantagens seriam menores custos de transporte, qualidade e confiabilidade dos produtos, proporcionando hábitos de consumo diferenciados. Terceiro, a abordagem espacial-territorial possibilitaria o aproveitamento da aglomeração destes empreendimentos (*clustering*), ressaltando as vantagens do aproveitamento de capacidades específicas, mão de obra, economia de custos, inovações locais e conhecimentos compartilhados.

Para Maluf (2004), o grande sentido das agroindústrias é produzir a sua própria matéria-prima agrícola e lhe agregar valor, processando-a, seja de forma individual ou

²⁵ Já autores como Belik (2003) vão insistir que as agroindústrias são atividades rurais não agrícolas, demonstrando sua importância social e econômica com estudos baseados nos dados do Censo Agropecuário. Fernandes Filho, Belik e Rezende Campos (2003) também endossam esse argumento e utilizam-se do termo agroindústria rural para definir estas experiências de transformação agroalimentar em Minas Gerais.

associativa. Isso é o que possibilita a diferenciação social e econômica destes agricultores. Para o êxito adequado destes empreendimentos de pequeno e médio porte, o autor aponta alguns fatores, entre eles, o acesso aos mercados domésticos. O sucesso destas estratégias de agregação de valor passaria pela ótica da construção de mercados adequados às iniciativas de pequenos e médios portes, com a sua inserção em mercados de nichos nacionais e internacionais, denominação de origem, orgânicos e circuitos regionais de produção, distribuição e consumo.

Para o autor, ainda são necessários às agroindústrias, programas de créditos adequados a estes tipos de unidades produtivas (à sua escala pequena ou média); as agroindústrias devem fazer agregação de valor como uma das atividades existentes nas propriedades, sempre observando a combinação com outras atividades econômicas e produtivas, mantendo assim sua diversificação rural; a aproximação dos produtores com os consumidores através do fornecimento de alimentos ligados aos hábitos alimentares específicos e locais, bem como a processos de melhoria da qualidade dos produtos (retirada das agroindústrias da informalidade e adequação das legislações existentes). Estes são aspectos essenciais à sua sobrevivência.

Estes três autores apresentam abordagens muito próximas com relação aos papéis que as agroindústrias familiares desempenham. Primeiro, por se aproximarem muito em termos de enfoques teóricos usados. Entre os principais itens estão as noções de construção de mercados, redes sociais, redes horizontais de desenvolvimento, *embeddedness*, circuitos locais/regionais (mercados de proximidade) e da noção de produtos territorializados. Segundo, por estes autores definirem as agroindústrias, suas dinâmicas e a construção dos seus mercados de forma singular, alocando elementos similares à compreensão dos processos reprodutivos desta forma social de produção e trabalho com alimentos. Entre os elementos principais, figuram a pequena e média escala das unidades, o uso predominante da força de trabalho familiar, tecnologias adequadas à escala produtiva, mercados de proximidade e de redes sociais, agroindústrias como sendo um novo empreendimento social e econômico, vendas em circuitos locais e/ou regionais dos alimentos e a noção de agregar valor à sua própria produção de matérias-primas.

3.2 Qualidade ampla, pequena e média escala e validação social da qualidade

Outro autor que desenvolveu trabalhos que visaram a compreender as agroindústrias foi Prezotto (2002a; 2002b). Segundo este autor, as agroindústrias rurais de pequeno porte surgiriam como uma alternativa ao modelo atual de desenvolvimento agrícola e visaria à obtenção da sustentabilidade social, econômica e ambiental, indo além de uma abordagem somente agrícola dos processos de desenvolvimento. Para o autor, estes empreendimentos se reproduziriam com base em três princípios: a economia em pequena escala de processamentos dos alimentos; um modelo de agroindustrialização descentralizado, pois estes empreendimentos seriam pulverizados nos diferentes espaços rurais trazendo benefícios; as unidades agroindustriais se desenvolverem através de uma qualidade ampla, que seria considerar outros aspectos além dos normativos e regulamentares formais para definir os padrões de qualidade dos alimentos. Pela noção da qualidade ampla, outros aspectos seriam considerados, como os ecológicos, sociais, culturais, hábitos alimentares, aparência dos alimentos, sanitários, organolépticos, entre outros (PREZOTTO, 2002a; 2002b)²⁶.

Prezotto (2002b) elenca alguns aspectos que caracterizariam a agroindústria rural de pequeno porte como: a propriedade e a gestão, que seriam feitas pelo grupo familiar e/ou com grupos coletivos de famílias; a produção das matérias-primas é familiar e/ou do grupo associado ou comprada em pequenas quantidades de vizinhos e outros agricultores locais; a mão de obra é predominantemente familiar, podendo contar com outros trabalhadores em pequenas quantidades; as tecnologias utilizadas são adequadas à escala produtiva, à viabilidade econômica das unidades e à qualidade dos alimentos; sua localização predominante nos espaços rurais; produtos diferenciados; e organização formando redes de atores coletivos para se desenvolver e superar entraves.

Com esse conjunto de elementos, Prezotto (2002b, p. 8) formula uma definição mais específica do que ele entende por agroindustrialização de pequeno porte:

[...] a agroindustrialização é o beneficiamento dos produtos agropecuários (secagem, classificação, limpeza) e/ou a transformação de matérias-primas gerando novos produtos, de origem animal ou vegetal, como, por exemplo, leite em queijo e frutas em doces e bebidas.

²⁶ Outros autores também desenvolvem diversos trabalhos utilizando-se da ideia de qualidade ampla proposta por Prezotto. Só para citar alguns trabalhos: Silveira e Heinz (2005), Silveira e Trevisan (2007), Sulzbacher e Silveira (2009), Santos (2006) e Silveira et al (2010).

Outros autores presentes no debate são os da Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM, que vêm desenvolvendo trabalhos sobre o tema. O trabalho de Guimarães e Silveira (2010) parece sistematizar esse conjunto de estudos, problematizando as conceituações em torno das agroindústrias e também o papel exercido pelas políticas públicas. Segundo Guimarães e Silveira (2010), existem duas distintas situações envolvendo as agroindústrias. Uma primeira seria chamada de agroindústria caseira na qual a produção manteria as características artesanais, seria voltada principalmente ao autoconsumo, ao valor de uso e teria poucas relações com os mercados (venda de excedentes).

O segundo tipo seria a agroindústria familiar rural entendida como um novo empreendimento social e econômico, que produziria valores de troca como um negócio, geraria rendas, teria integração com os mercados e internalizaria os equipamentos e a legislação formal em seus processos reprodutivos. O que diferenciaria estas unidades de fabricação de alimentos seria a arte que permeia os processos artesanais, a diferenciação dos produtos, o componente humano na sua elaboração e a possibilidade de criatividade e inovação dos agricultores, que no primeiro caso seriam essenciais à sua existência. Para os autores, as agroindústrias do segundo caso, por serem recriadas segundo os conhecimentos técnicos científicos e legislações alimentares formais, em nada se diferenciam da grande indústria alimentar.

Guimarães e Silveira (2010) desenvolveram uma tipologia para abarcar a diversidade de situações das agroindústrias, propondo a existência de três tipos de agroindústrias: a agroindústria caseira, definida pela inexistência de um espaço físico para o processamento e suas relações com o autoconsumo familiar; a agroindústria familiar artesanal, caracterizada pela existência de um espaço para o processamento, mantendo as características artesanais dos processos produtivos; a agroindústria familiar de pequeno porte com espaço específico de processamento, procedimentos industriais de produção, diferenciando-se da grande indústria somente pela pequena escala. Estes três tipos teriam diferentes lógicas de reprodução social dependendo das suas capacidades, sendo classificadas em capacidades instaladas, mobilizáveis, adquiridas e adicionadas²⁷. Segundo os autores, as políticas públicas deveriam incentivar estas agroindústrias, levando em conta estas diferentes capacidades.

²⁷ Segundo Guimarães e Silveira (2010), as capacidades instaladas seriam os equipamentos, mão de obra familiar, instalações e os conhecimentos intergeracionais. As mobilizáveis seria a habilidade em comercializar, capital social, confiança dos consumidores em seus alimentos produzidos, laços comunitários, habilidade em gestão e redes formadas com outros atores. As adquiridas são as que viriam de trocas de experiências, em cursos diversos (de gestão, de qualidade), as receitas reelaboradas de alimentos. As adicionadas seriam as que viriam de fora da unidade, como apoio ao crédito, de ONGs, redes sociais, apoios técnicos recebidos, das cooperativas, movimentos sociais, entre outros.

Segundo Guimarães e Silveira (2010), as políticas públicas tratam de maneira equivocada as agroindústrias, por considerarem, sob um mesmo rótulo homogêneo da denominação de agroindústria familiar rural, um público, que é heterogêneo. Sob termos diferentes, como os das diversas definições acadêmicas usadas, escondem-se diferenças marcantes em termos da localização do empreendimento (rural), do processo de produção (artesanal), do tipo de produto (colonial) e da escala de produção (pequeno porte)²⁸. Estas inconsistências conceituais fariam com que as ações públicas fracassassem ou tivessem resultados abaixo dos esperados em apoiar as experiências. As políticas públicas recriariam estas agroindústrias nos espaços rurais na forma de um negócio que visaria ao lucro e que apresentaria problemas por ter que investir muitos recursos para buscar a legalização dos empreendimentos (SILVEIRA et al, 2010).

Este segundo grupo de autores analisados estão muito próximos entre si em suas reflexões sobre as características das agroindústrias. Eles vão apoiar seus argumentos nas noções de pequena e média escala, diferenciação dos alimentos artesanais e na noção de qualidade ampla para os alimentos (ou validação social da qualidade). Estes elementos elencados pelos autores dessa segunda seção são importantes à compreensão dos processos reprodutivos que ocorrem nas agroindústrias, entretanto, são trabalhos que carecem de um aprofundamento teórico mais adequado. Este último aspecto os diferencia do primeiro grupo de autores, que se utilizam, principalmente, da Teoria das Convenções, Sociologia Econômica e Economia da Aglomeração (*clustering*) para compreender as agroindústrias.

3.3 “Condições alargadas” de reprodução social das agroindústrias familiares

Com base nas reflexões desse conjunto de autores anteriormente apresentados, busca-se construir uma definição alargada do que se entende por agroindústria familiar. Ressalta-se que os elementos arrolados não visam a precisar em todos os aspectos sociais, culturais, econômicos e institucionais essa forma de produção e trabalho com processamento de alimentos presente nos espaços rurais. Algumas dimensões conceituais propostas coincidem com os autores acima analisados, algumas apresentam dissensos cognitivos e outras procuram ir além das questões por eles propostas. São elencados cinco elementos centrais que visam a

²⁸ Segundo Guimarães e Silveira (2010), as principais denominações diferentes usadas pelos estudos acadêmicos seriam: agroindústria familiar e/ou rural, agroindústria ou indústria artesanal e/ou colonial, agroindústria ou indústria rural de pequeno porte.

mostrar as bases reprodutivas principais pelas quais as agroindústrias se desenvolvem e podem ser compreendidas.

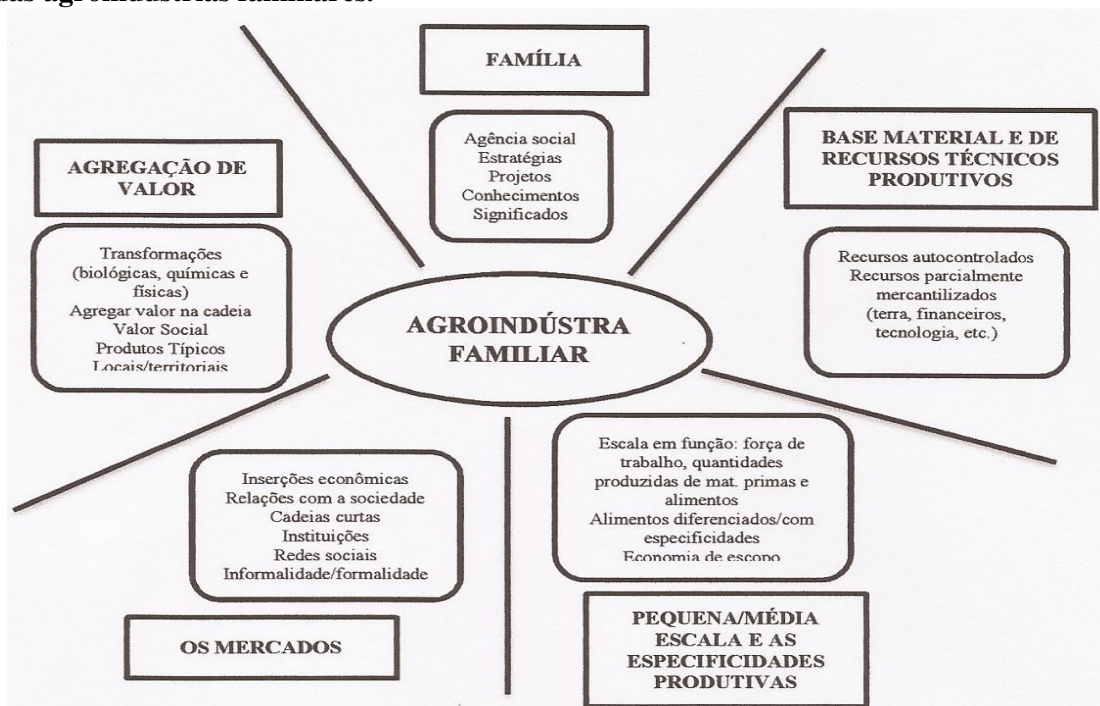
A Figura 5 apresenta as “condições alargadas” dos processos de reprodução social das agroindústrias familiares²⁹. Entende-se que as agroindústrias se desenvolvem conjugando cinco elementos principais: a lógica familiar e proativa nos processos de construção das suas próprias estratégias e ações; uma base material e de recursos técnicos produtivos; diferentes processos de agregação de valor; a pequena/média escala aliada à produção de alimentos diferenciados/com especificidades (novidades); e suas ligações sociais e econômicas com os mercados locais/proximidades e as instituições. Estes elementos estariam presentes em todas as agroindústrias, definindo-as, mesmo que não sejam sempre perfeitamente integrados nos diferentes processos de agroindustrialização. Estes cinco elementos também estariam presentes em maiores ou menores graus diferenciando as agroindústrias, dependendo das estratégias que os agricultores colocarem em prática e do contexto institucional presente.

Um primeiro elemento central à compreensão da forma como se reproduzem as agroindústrias é entender a família como lócus dos processos decisivos. A dimensão principal que define estas iniciativas é a esfera familiar como força propulsora principal destas agroindústrias. É o grupo familiar que empresta os sentidos, significados e estratégias que serão postos em prática nos processos produtivos e de trabalho junto a toda a cadeia da qual a agregação de valor faz parte, desde a produção das matérias-primas, processamento dos alimentos, administração da unidade familiar, à venda dos produtos agroindustriais nos mercados. Para que isso aconteça, muitas vezes, são colocadas em prática relações de parentesco, vizinhança e de comunidade com outras famílias e atores sociais, mas o grupo familiar continua sendo a célula básica de desenvolvimento das agroindústrias. A predominância da lógica familiar em enfrentar os seus problemas sociais, econômicos e institucionais, aliada à sua capacidade de decisão proativa, são os determinantes da resiliência e da sobrevivência das agroindústrias nos espaços rurais.

Um segundo elemento que define as agroindústrias é a pequena escala de produção dos alimentos, conectada às especificidades dos produtos fabricados. A pequena escala produtiva é definida em função do tamanho do grupo familiar, das quantidades de matérias-primas a serem processadas e dos mercados que estas famílias conseguem construir para seus produtos. Dessa maneira, a escala está associada à característica familiar discutida acima, que define as direções e as possibilidades de crescimento das agroindústrias.

²⁹ A noção de “condições alargadas” de reprodução social foi tomada emprestada de Ploeg (2008), que a usa para definir os princípios camponeses.

Figura 5: Representação das “condições alargadas” dos processos de reprodução social das agroindústrias familiares.



Fonte: Elaborado pelo autor (2012).

Nesse sentido, alguns enfoques existentes sobre as iniciativas no Brasil têm uma carência central, que é a de propor o aumento das quantidades produzidas e da inserção destas experiências em “mais” mercados (em torno das ideias neoclássicas), como forma de crescimento das agroindústrias³⁰. Isso se configura na forma clássica de crescimento (*scale up*) de todas as firmas, mas principalmente das médias e grandes, para as quais essa proposição é factível. As agroindústrias familiares não podem seguir este caminho, pois se defrontariam com o *treadmill* tecnológico, possivelmente tendo que ampliar sua escala produtiva e contratar força de trabalho de fora do estabelecimento, o que foge aos seus princípios de reprodução social.

Para as agroindústrias familiares, a forma mais sustentável de desenvolvimento é a diferenciação dos alimentos processados, o que se chama de produção de especificidades (que seria o componente da criatividade e inventividades dos agricultores – as novidades). Essa é uma estratégia de crescimento mais segura, pois estas agroindústrias poderiam trabalhar com

³⁰ Ver, por exemplo, as ações de apoio às agroindústrias aportadas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Estas duas entidades trabalham com as agroindústrias, definindo-as como “empreendedoras”. Ver, por exemplo, Chér (2008).

diversos tipos de alimentos, diversificando as inserções mercantis, mantendo a pequena escala e utilizando-se da sua força de trabalho familiar existente na unidade.

Por exemplo, esta estratégia seria posta em ação, através dos casos de produção de alimentos artesanais, agroecológicos e/ou orgânicos, étnicos, regionais, ligados a um conjunto de repertórios culturais específicos, produtos ligados a tradições históricas de um lugar, produtos típicos locais, alimentos feitos com arte, produtos desenvolvidos com conhecimentos específicos, entre outros que poderiam ser arrolados. Com isso, estas experiências poderiam manter suas características funcionais e se desenvolver utilizando o maior potencial que possuem para agregar valor às matérias-primas próprias, que é a possibilidade de diferenciar alimentos, através do uso da inovação e criatividade (WISKERKE; PLOEG, 2004).

Um exemplo disso seriam os chamados queijos coloniais. Atualmente, a maioria das agroindústrias faz um produto que é único, indiferenciado frente aos mercados, ganhando preços que não são remuneradores em sua comercialização. Estas mesmas agroindústrias poderiam diferenciar os tipos de queijos fabricados, através de processos inovativos em sua confecção, o que resultaria em produtos específicos e com maiores valores agregados. Da mesma matéria-prima leite, fabricam-se, por exemplo, vários tipos de queijos (colonial, temperados, frescos, queijos envelhecidos em contato com outras substâncias, curados, queijos para ralar etc.). É claro que para isso os agricultores necessitariam de novos conhecimentos, usar sua criatividade, lançar mão de processos inovativos, apoio dos atores de desenvolvimento e instituições, entre outras coisas. Essa parece ser uma estratégia mais segura e sustentável de crescimento das agroindústrias do que a mencionada anteriormente. Entretanto, a primeira estratégia de desenvolvimento mencionada para as agroindústrias parece ser predominante como forma de intervenção das ações públicas e instituições que trabalham com estes agricultores.

O terceiro conjunto de elementos que fundamentam os processos reprodutivos das agroindústrias é a base material e de recursos técnicos produtivos que as unidades familiares possuem e o uso que fazem deles. A base material de recursos autocontrolada é que lhes dá uma maior autonomia frente ao ambiente institucional em suas decisões e estratégias (PLOEG, 2008). Essa base é constituída por elementos como a posse da terra, os instrumentos de trabalho, produção para autoconsumo e recursos técnicos produtivos como tecnologias, insumos, água, recursos financeiros, entre outros, essenciais aos processos de produção de matérias-primas e processamento dos alimentos. Em muitos casos, essa base de recursos autocontrolada é também mercantilizada, mas somente parcialmente, o que garante processos semiautônomos de reprodução social.

Por outro lado, esta base de recursos autocontrolada é utilizada de uma maneira estratégica. Em termos econômicos, as agroindústrias atuam com base no que Marsden (2009) chama de “fazer várias coisas com os mesmos recursos”. As agroindústrias se utilizam de economias de escopo, já que conseguem se organizar e fabricar um conjunto relativamente grande de alimentos diversificados, mesmo possuindo recursos diminutos (pouca terra, força de trabalho, tecnologias). Estas agroindústrias fazem mais (alimentos, atividades produtivas, econômicas, serviços) com uma mesma base de recursos muito limitada, agindo de modo diferente, por exemplo, de uma empresa rural. Estes dois fatores, uma base de recursos autocontrolados e o uso em economias de escopo, fazem estas agroindústrias sobreviver através do tempo, mesmo com um ambiente institucional que muitas vezes lhes é hostil.

O quarto elemento essencial à compreensão das agroindústrias é a noção de agregação de valor. Esse é um elemento central e potencializador de todas as experiências de agroindustrialização. Ploeg (2008) esboça uma definição mais geral de valor agregado como sendo uma das características centrais do que o autor chama de condição camponesa. Segundo o autor, os camponeses fazem agricultura de modo a se orientar para a produção e crescimento do máximo de valor agregado possível, pois sua condição camponesa faz com que usem basicamente seus recursos autocriados e automanejados que estão disponíveis.

A condição camponesa seria fruto de cinco características principais: os camponeses possuem uma base de recursos quase sempre limitada; sua mão de obra ser abundante, enquanto os objetos de trabalho (terra, animais, etc.) são escassos; os recursos sociais e materiais dos camponeses representarem uma unidade orgânica, não divisível; a centralidade do trabalho ser familiar; e uma reprodução social relativamente autônoma e historicamente garantida, sendo pouco mercantilizada. Segundo Ploeg (2008), estas características do modo camponês de fazer agricultura o dirigiram em direção à obtenção de maior valor agregado, utilizando-se de dois níveis inter-relacionados: a comunidade geral em que a unidade camponesa está imersa e o nível dos atores individuais envolvidos no processo.

Com outros elementos mais específicos ao debate sobre agregação de valor na agricultura familiar, são apontados alguns caminhos pelos quais os agricultores poderiam empreender suas ações nas agroindústrias. A primeira estratégia para maior agregação de valor é os agricultores terem o controle de todos ou dos principais elos da cadeia de produção, desde a produção das matérias-primas, processamento dos derivados, administração e comercialização dos produtos. Isso seria fundamental por manter as etapas fundamentais da cadeia produtiva nas mãos dos agricultores, garantindo a eles maiores graus de autonomia. Nesse caso, a agregação de valor seria obtida pelo efeito do controle de toda a cadeia de

produção pelos agricultores. É isso que, por exemplo, os dados do IBGE (2006) mostram que ocorre para a agroindústria rural em nível de país, como foi demonstrado em outro trabalho (GAZOLLA; NIEDERLE; WAQUIL, 2012).

Associado a isso, embora não seja um enfoque novo no meio rural, argumenta-se que seria fundamental a redução dos custos de produção e a construção de arranjos organizacionais que reduzissem custos de transação nas agroindústrias, de forma que estes valores gerados fiquem em poder dos agricultores e não de intermediários. Isso geraria aumento dos valores agregados pela via da diminuição dos custos e da dependência em relação a outros atores e mercados. Estes dois processos associados gerariam aumento do valor agregado como um todo para as agroindústrias.

Especificamente, a noção de agregação de valor é entendida como sendo constituída de três dimensões fundamentais, pelas quais os alimentos dos agricultores conseguem constituir maiores valores ao chegar aos mercados. A primeira dimensão seria a das transformações dos alimentos (física, biológica, química, enzimática), que, para a maior parte dos estudos, é mais salientada, por expressar melhor o seu componente econômico associado. Esta dimensão poderia ser definida como os processos pelos quais as fibras, matérias-primas e alimentos passam no processo produtivo de transformações que sofrem, em que alguns de seus constituintes químicos, nutricionais e organolépticos são modificados. As transformações sofridas na agroindustrialização agregariam maior valor econômico aos alimentos, devido aos aspectos diferenciados que estes produtos possuiriam. Essa dimensão de agregação de valor aos alimentos ressalta o seu valor econômico, devido às elaborações que as matérias-primas sofreram, podendo alcançar maiores valores nos mercados, gerando renda às famílias. Seriam exemplos os casos da transformação de frutas em doces, da carne suína em salame, entre outros.

A segunda dimensão dos processos agregativos de valor seria desenvolvida com base em um valor social que estes alimentos possuiriam, por serem produzidos sob uma forma social de produção e trabalho específicos, nesse caso, representada pela agricultura familiar. O que daria um maior valor agregado aos alimentos e matérias-primas seriam as características culturais, étnicas e simbólicas da agricultura familiar, que seriam transmitidas aos produtos, que os definiriam como sendo de “qualidades superiores” em relação a outros alimentos, como, por exemplo, os industrializados. Nessa definição, os conhecimentos das famílias seriam centrais, expressos nas características sensoriais, sabor, odor, consistência e palatabilidade destes alimentos. No sul do Brasil, isso poderia ser ilustrado, por exemplo, pela boa aceitação pelos consumidores e pelos mercados dos chamados “produtos coloniais”, que

são provenientes destas agroindústrias³¹. Ou mesmo pelos produtos ligados aos repertórios culturais de uma etnia, como é o caso do “salame italiano”, da “cuca recheada alemã”, do “salame Cracóvia” (polonês), entre outros produtos.

A terceira dimensão da agregação de valor aos produtos é aquela ligada a um produto típico local de um determinado território ou lugar onde ele é processado³². Os atributos do local como os seus recursos naturais específicos, agroecossistemas, história, paisagens, tradições, identidade dos atores sociais, entre outros aspectos é que seriam definidores da qualidade destes alimentos (MARESCOTTI, 2006). O espaço rural em que o processamento dos produtos é realizado é entendido como uma âncora territorial em que os vários elementos constituintes do território poderiam ser “transportados” e estariam presentes nos alimentos elaborados de uma forma única, já que não poderiam ser reproduzidos em outros contextos e locais. Os produtos expressariam os aspectos essenciais fundantes do seu território. No sul do país, podem ser citados como exemplos os produtos típicos locais com marcas, rótulos ou selos que identificam o seu pertencimento a um território, como a marca Vita Colônia, do Município de Constantina e microrregião, ou mesmo as marcas Sabor Colonial e Terra Viva, da Região Oeste de Santa Catarina³³.

Estas duas últimas dimensões da noção de agregação de valor são diferentes da primeira, pois ela ressalta a adição de um “valor agregado econômico” aos alimentos devido às transformações realizadas, enquanto as outras duas estão fundamentadas nos repertórios socioculturais e na tipicidade específica dos alimentos imersos em um território ou local. Estas são três dimensões fundamentais para compreender as diferentes estratégias que os agricultores e as políticas públicas podem utilizar para adicionar mais valor às matérias-primas da agricultura familiar. No Brasil, o enfoque econômico ainda é predominante no sentido de “se transformar para agregar valor e gerar mais renda”. Talvez seja o momento de repensar o fortalecimento dos outros dois últimos enfoques de agregação de valor como estratégias inovativas de desenvolvimento rural para estes atores sociais, principalmente sob a

³¹ Nesse sentido, ver Oliveira, Schmidt e Turnes (1999) e Oliveira, Prezotto e Voigt (2002).

³² Segundo Marescotti (2006), um produto agroalimentar típico é um alimento que apresenta alguns atributos de qualidade únicos que são a expressão de um contexto territorial específico. As características do produto são irreproduzíveis em outro lugar, fora daquele contexto particular econômico, ambiental, social e cultural. O produto típico é um alimento com qualidade específica e deriva da própria especificidade de ser intimamente ligado ao território.

³³ Na Europa, seriam exemplos os produtos agroalimentares que têm Denominação de Origem Protegida (DOP) ou Indicação Geográfica Protegida (IGP).

ótica da “construção” de novas políticas públicas e mercados³⁴. Contudo, ressalta-se que a opção por uma das estratégias não exclui as outras, pois ambas podem ocorrer de forma integrada nas agroindústrias e regiões.

Como quinto elemento, é necessário discutir as características dos mercados construídos pelas agroindústrias. Os diferentes mercados são a forma como as experiências se inserem economicamente e também desenvolvem relações sociais com outros atores e instituições da sociedade. De maneira geral, os mercados são caracterizados como de proximidade social e com grande interdependência entre redes sociais de atores, como no caso das relações diretas de compra e venda dos agricultores com os consumidores locais e outros pequenos compradores. Em outros casos, os mercados são coletivos, formados por diversos tipos de atores, suas organizações e redes sociais que auxiliam as agroindústrias a ganhar escala de produção-comercialização. Também apoiam as experiências fornecendo uma base de serviços (formalização, serviços de inspeção, rótulos, equipes técnicas, embalagens etc.), fazendo com que as agroindústrias consigam diminuir seus custos, como estudos recentes têm apontado (WILKINSON; DURIGON; MIOR, 2011).

Os mercados e canais de comercialização são construídos dessa forma devido a dois conjuntos de fatores. Primeiro, pelo fato de os consumidores terem confiança, prévio conhecimento dos agricultores, e as transações econômicas realizadas serem frequentes entre eles, gerando lealdades entre estes atores sociais e famílias rurais. O segundo fator é devido às regulamentações institucionais formais que barram muitas agroindústrias de se adequarem aos padrões necessários à produção, distribuição e consumo dos alimentos. Essa é uma situação estrutural que limita o crescimento (*scale up*) de muitas agroindústrias e também a construção de novos mercados, especialmente os que exigem formalização. Estes tipos de mercados apresentados são os predominantes junto às agroindústrias, embora atualmente outros mercados inovativos estejam surgindo, como as compras institucionais, solidários, cooperativos, coletivos, sendo alguns destes tipos de mercados discutidos no Capítulo 5 deste trabalho.

3.4 Características das agroindústrias rurais no Brasil e Rio Grande do Sul

Nas seções seguintes, são discutidas algumas características da agroindústria rural, com base nos dados do último Censo Agropecuário do IBGE (2006). É apresentada uma

³⁴ Inclusive os dados estatísticos do IBGE (2006) apresentados na sequência nesse capítulo só permitem evidenciar essa “estratégia econômica” da agregação de valor da agroindústria rural no Brasil.

caracterização sobre as experiências a nível nacional, para o Estado do Rio Grande do Sul e para a Microrregião de Frederico Westphalen/RS, local em que se desenvolve a investigação. Contudo, ressalta-se que os dados estatísticos levantados pelo IBGE definem estas experiências como agroindústria rural, que é uma noção diferente da utilizada (agroindústrias familiares) na presente tese. Porém, é interessante o uso destes dados, mesmo com algumas ressalvas a serem feitas, pois são dados oficiais que ajudam a melhor compreender o universo que envolve a agroindustrialização das matérias-primas pelos agricultores³⁵. Não se objetiva aprofundar a discussão em torno destes dados estatísticos, mas apenas pontuar algumas questões sobre a agroindústria rural, formando um contexto geral sobre elas em diferentes escalas territoriais.

A Tabela 1 apresenta os dados de valor da produção da agroindústria rural no Brasil, distribuindo-a em seus diversos canais de comercialização. Observa-se que o valor da produção total é de R\$ 2.988.123.630,00, dividindo-se entre os diferentes circuitos que essa produção acessa. O primeiro canal de comercialização importante para as agroindústrias é a comercialização para intermediários, com 42,17%, caracterizando a entrega da produção a outros agentes econômicos na cadeia. O segundo canal em números são as vendas para as indústrias, com 16,31% dos valores da produção. Nesses circuitos, é observada uma perda relativa de autonomia das agroindústrias, já que não dominam a fase final da cadeia produtiva, a comercialização dos seus produtos, que fica nas mãos de outros atores sociais.

Tabela 1: Brasil – Valor da Produção da agroindústria rural e mercados acessados

Destino da produção vendida ou entregue a terceiros	Valor da produção (Mil Reais)	Valor da Produção (%)
Vendida ou entregue a cooperativas	33.729,27	1,13
Vendida diretamente para indústrias	487.460,23	16,31
Entregue à empresa integradora	35.349,43	1,18
Vendida diretamente a intermediários	1.260.164,70	42,17
Vendida, entregue ou doada ao governo	16.081,69	0,54
Vendida diretamente ao consumidor	405.324,65	13,56
Exportada	365.800,99	12,24
Não vendeu	384.212,65	12,86
Total	2.988.123,63	100,00

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2006).

³⁵ Segundo o IBGE (2006), a agroindústria rural são as “(...) atividades de transformação e beneficiamento de produtos agropecuários de origem animal ou vegetal, que foram realizadas em instalações próprias, comunitárias ou de terceiros, a partir de matéria-prima produzida no próprio estabelecimento agropecuário ou adquirida de outros produtores, desde que a destinação final do produto tivesse sido dada pelo produtor”. Para ver uma primeira problematização do conceito de “agroindústria rural” usado pelo IBGE, consultar o trabalho de Bastian et al (2011), no âmbito do Grupo de Pesquisa do PGDR e do Projeto de Cooperação Técnica entre este primeiro o IBGE e IPEA.

As vendas diretas aos consumidores perfazem 13,56% da comercialização, sendo conhecidos na literatura como mercados de proximidade social (WILKINSON, 2008) ou cadeias curtas de produção-comercialização (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003; BRUNORI et al, 2009a). Outra importante parte desta produção não é vendida (12,86%), constituindo-se naquela parte da produção que as famílias consomem, estocam, doaram ou se perdeu por algum motivo (estragada, perdida, etc.). As vendas para exportação perfazem 12,24% dos valores da produção dos agroindustrializados. Estes canais atribuem maiores processos de autonomia às famílias, aproximando-as dos consumidores, exportando ou consumindo estes alimentos. Já as vendas para cooperativas, empresas integradoras e institucionais são pouco representativas nas agroindústrias³⁶.

A Tabela 2 traz o valor da produção da agroindústria rural, para as cinco grandes macrorregiões brasileiras, divisa pelos diferentes mercados em que é comercializada. A região Nordeste se destaca com o primeiro posto em valor da produção, sendo responsável por R\$ 1.237.860.340,00, o que corresponde em percentuais a 41,42%. Esse comportamento é explicado pela grande quantidade de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar estarem inseridos nessa região, que a faz ser também representativa em relação às agroindústrias rurais existentes. A segunda Região é a Sudeste, que alcançou um valor da produção de R\$ 654.939.490,00, correspondendo a 21,91% a nível nacional, porém, se aproximando da metade dos valores da produção da Região Nordeste.

A Região Sudeste é seguida de perto pela Região Norte, que possui um valor da produção de R\$ 569.814.550,00, correspondendo a um percentual de 19,07%. Nos últimos dois postos, estão as Regiões Sul, com R\$ 338.291.750,00, que em percentuais é igual a um valor da produção de 11,32%, e a Região Centro Oeste, com um valor da produção de R\$ 187.217.550,00, equivalente em percentuais a 6,26% dos valores produzidos pela agroindústria rural a nível nacional.

Em relação aos canais de escoamento, a Região Nordeste comercializa principalmente com intermediários (39,09%) e exporta também um percentual significativo da produção (24,31%). Menos importantes são as vendas diretas aos consumidores (12,57%), a produção não vendida (12,30%) e para as indústrias (10,57%). Na Região Sudeste, os circuitos predominantes são a venda para indústrias (41,22%), para os intermediários (33,34%) e diretamente para consumidores (12,77%), mostrando haver uma maior apropriação dos

³⁶ Talvez atualmente as agroindústrias possuam uma maior inserção em programas institucionais de venda da produção como o PNAE e o PAA, pois os dados do Censo Agropecuário captam os números em relação ao ano de 2006, apenas três anos depois da criação do PAA, e o PNAE não possuía ainda a norma dos 30% das compras serem voltadas aos agricultores familiares.

valores da cadeia na comercialização dos alimentos por atores externos aos circuitos das agroindústrias. Na Região Norte, os canais de comércio são dominados em 79,64% pelos intermediários, sendo uma situação bastante peculiar desta região, o que resulta em uma menor autonomia relativa dos agricultores em relação aos processos de vendas. Com menor significância, aparecem as vendas diretas aos consumidores, com 10,92% da comercialização.

Tabela 2: Grandes Regiões Brasileiras – Valores da produção e mercados acessados pela agroindústria rural

BR - Grandes regiões	Norte		Nordeste		Sudeste	
	Valor Prod. (mil reais)	Val. Prod. (%)	Valor Prod. (mil reais)	Val. Prod. (%)	Valor Prod. (mil reais)	Val. Prod. (%)
Destino da produção vendida ou entregue a terceiros						
Ven. ou entregue a cooperativa	541,78	0,10	4.000,97	0,32	19.069,85	2,91
Ven. dir. para indústrias	9.075,51	1,59	130.782,54	10,57	269.947,53	41,22
Entregue à empresa integradora	2.138,00	0,38	2.952,20	0,24	28.313,66	4,32
Vendida diret. a intermediários	453.777,20	79,64	483.883,40	39,09	218.365,54	33,34
Vend. ent. ou doada ao governo	5.768,13	1,01	7.352,56	0,59	1.919,08	0,29
Vendida dir. ao consumidor	62.219,18	10,92	155.637,52	12,57	83.664,67	12,77
Exportada	262,60	0,05	300.965,90	24,31	950,80	0,15
Não vendeu	36.032,16	6,32	152.285,25	12,30	32.708,36	4,99
Total	569.814,55	100,00	1.237.860,34	100,00	654.939,49	100,00
Continuação...						
BR - Grandes regiões	Sul		Centro-Oeste			
Destino da produção vendida ou entregue a terceiros	Valor Prod. (mil reais)	Val. Prod. (%)	Valor Prod. (mil reais)	Val. Prod. (%)	Valor Prod. (mil reais)	Val. Prod. (%)
Vem. ou entregue a cooperativa	3.751,62	1,11	6.365,06	3,40		
Vem. dir. para indústrias	21.095,15	6,24	56.559,51	30,21		
Entregue à empresa integradora	1.018,98	0,30	926,59	0,49		
Vendida diret. a intermediários	74.192,52	21,93	29.946,05	16,00		
Vend. ent. ou doada ao governo	832,56	0,25	209,35	0,11		
Vendida dir. ao consumidor	84.821,19	25,07	18.982,09	10,14		
Exportada	1.515,76	0,45	62.105,93	33,17		
Não vendeu	151.063,97	44,65	12.122,92	6,48		
Total	338.291,75	100,00	187.217,50	100,00		

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2006).

No sul, os valores da produção são distribuídos entre a produção não vendida (44,65%), a entrega direta aos consumidores (25,07%) e a comercialização com intermediários (21,93%). Nessa região, as estratégias de autoprovisionamento do consumo das famílias para a garantia de sua autonomia e segurança alimentar são muito importantes, e as vendas através de cadeias curtas são predominantes em termos de inserção nos circuitos de mercados (GAZOLLA, 2004; GRISA, 2007). A Região Centro-Oeste apresenta um perfil de canais de vendas parecidos com os do Nordeste, pois os principais circuitos são a exportação (33,17%) e venda para indústrias (30,21%), seguidos pela comercialização para intermediários (16,00%) e para consumidores (10,14%).

Como foi analisado por Niederle et al (2011), estes canais de vendas e mercados variam em função das particularidades do contexto de inserção das agroindústrias em suas diversas regiões, sendo fatores determinantes o tipo de produto, dispersão territorial dos estabelecimentos, existência de unidades agroindústrias mais consolidadas, grau de informalidade das agroindústrias e a presença de centros consumidores próximos. A combinação destes diferentes fatores regionalmente é traz variações em termos dos circuitos acessados pelas unidades agroindustriais.

A Tabela 3 apresenta o número de informantes, quantidades vendidas e valores da produção da agroindústria rural, para os 32 produtos recenseados pelo IBGE, a nível nacional. Em primeiro lugar, observa-se dominância da farinha de mandioca, pois este alimento tem sua produção informada por 264.882 estabelecimentos, 948.190 toneladas vendidas, um valor da produção de R\$ 941.981.000,00, o que corresponde a 31,52% do total. Apenas a farinha de mandioca é responsável por cerca de quase 1/3 dos valores da produção da agroindústria rural nacional, mostrando sua importância agroalimentar. Como foi discutido em outra ocasião (NIEDERLE et al, 2011), este alimento é um produto típico, e seu consumo está arraigado aos hábitos alimentares e gastronômicos da população brasileira, especialmente no nordeste e norte do país.

Como segundo produto da agroindústria rural, aparece o algodão em plumas, um produto não alimentar³⁷. Este produto tem apenas 120 informantes, com uma quantidade vendida de 228.168 toneladas e um valor da produção de R\$ 473.315.000,00, igual a um percentual de 15,84% dos valores de produção da agroindústria rural em nível do país. Esse produto é típico de utilização têxtil e em fabricados com suas fibras, sendo localizado principalmente na Região Sudeste. Em terceiro posto, aparece outro produto não alimentar, o carvão vegetal, com 44.228 informantes, para uma quantidade vendida de 887.835 toneladas e um valor da produção de R\$ 415.508.000,00, igual a um percentual de 13,91% do valor da produção das agroindústrias.

Segundo a Tabela 3, o quarto lugar em valor da produção é ocupado pelos queijos e requeijões. Estes alimentos têm 80.825 informantes, uma quantidade vendida de 99.329 toneladas e um valor da produção de R\$ 411.018.000,00, que corresponde a um percentual de 13,76%, valor muito próximo ao do carvão vegetal. Este também é um alimento típico, e sua produção é concentrada principalmente no Sul do país, devido à imigração europeia (italiana

³⁷ O IBGE (2006) levantou principalmente os produtos agroalimentares como constituintes da agroindústria rural, mas são encontrados no Censo Agropecuário alguns produtos não alimentares, seis no total, que são: algodão em pluma, caroço de algodão, fumo em rolo ou corda, couros e peles, carvão vegetal e produtos de madeira.

especialmente) existente nessa região que introduziu estes alimentos típicos nas dietas e na culinária local. Também é explicativo o grande rebanho de gado de leite presente na produção da matéria-prima, sendo o RS o segundo estado produtor, atrás somente de Minas Gerais, o que explica a grande produção de derivados.

Tabela 3: Brasil – Número de informantes, quantidades vendidas e valores da produção da agroindústria rural.

Produtos da Agroindústria Rural	Nº de informantes (Un.)	Quantidade Vendida	Valor da produção (mil reais)	Valor da Produção (%)
Aguardente de cana (mil litros)	11.124	105.376	112.647	3,77
Algodão em pluma (toneladas)	120	228.168	473.315	15,84
Caroço de algodão (toneladas)	24	87.112	42.402	1,42
Arroz em grão (toneladas)	41.509	44.672	79.206	2,65
Café torrado em grão (toneladas)	2.389	12.335	36.103	1,21
Café torrado e moído (toneladas)	8.112	3.013	8.574	0,29
Cajuína (mil litros)	410	693	687	0,02
Creme de leite (toneladas)	1.688	449	950	0,03
Doces e geleias (toneladas)	14.647	5.740	13.533	0,45
Farinha de mandioca (toneladas)	264.882	948.190	941.981	31,52
Fubá de milho (toneladas)	7.438	6.582	5.705	0,19
Fumo em rolo ou corda (toneladas)	8.500	14.613	50.987	1,71
Legumes e verduras (proc.) (T)	1.675	2.535	2.577	0,09
Licores (mil litros)	769	221	638	0,02
Manteiga (toneladas)	5.762	894	3.398	0,11
Melado (mil litros)	17.436	4.770	10.210	0,34
Óleos vegetais (mil litros)	11.111	4.758	7.781	0,26
Pães, bolos e biscoitos (toneladas)	34.829	5.407	13.428	0,45
Polpa de frutas (toneladas)	1.701	4.783	9.816	0,33
Queijo e requeijão (toneladas)	80.825	99.329	411.018	13,76
Rapadura (toneladas)	14.680	29.930	35.607	1,19
Sucos de frutas (mil litros)	8.816	1.006	3.587	0,12
Vinho de uva (mil litros)	8.383	14.087	26.543	0,89
Carne de bovinos (verde) (T)	71.667	12.805	119.220	3,99
Carne de suínos (verde) (toneladas)	78.547	6.450	61.358	2,05
Carne de outros animais (verde) (T)	59.276	2.082	27.015	0,90
Carne tratada (de sol, salgada) (T)	1.582	315	1.472	0,05
Embutidos (linguiças, salsichas) (T)	17.722	1.811	12.478	0,42
Couros e peles (toneladas)	3.147	1.049	637	0,02
Carvão vegetal (toneladas)	44.228	887.835	415.508	13,91
Produtos de madeira (mil metros cúb.)	674	1.255	11.108	0,37
Goma ou tapioca (toneladas)	40.251	30.736	48.638	1,63
Total	-	-	2.988.124	100,00

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2006).

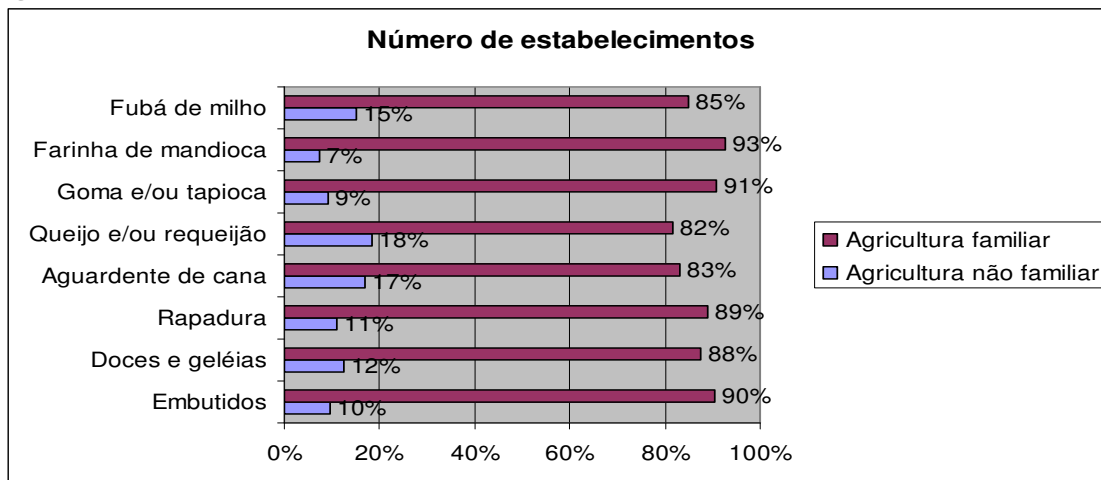
Com valores menores a níveis nacionais aparecem depois às carnes bovinas verdes³⁸, com 3,99% dos valores da produção, aguardente de cana (3,77%), arroz em grãos (2,65%),

³⁸ Tem este nome por provir de bovinos recém-abatidos, e a carne não ter passado por um processamento mais apurado. As demais carnes como as suínas, de aves e outros pequenos animais são assim também designadas. Estas carnes são produtos controversos no conceito de agroindústria rural como definido pelo IBGE. Como se discutiu em outro local (BASTIAN et al, 2011), estas carnes só são obtidas dos animais recém-abatidos e não passam por nenhum processo de transformação ou elaboração, mas mesmo assim o IBGE as define como

carne suína verde (2,05%), fumo em rolo ou corda (1,71%), goma ou tapioca (1,63%), caroço de algodão (1,42%), café torrado em grão (1,21%) e rapadura (1,19%). Ressalta-se uma questão fundamental em relação às agroindústrias rurais: alguns alimentos que são à base de reprodução social de muitas experiências, em regiões específicas do país, no nível nacional, tem percentuais menores do que 1%, sendo pouco representativas neste nível. É o caso, por exemplo, para alguns produtos importantes no Sul, como os doces e geleias (0,45%), legumes e verduras (0,09%), melados (0,34%), pães, bolos e biscoitos (0,45%), sucos de frutas (0,12%), vinho de uva (0,89%), embutidos (0,42%), entre outros alimentos.

Alguns destes produtos processados pelas agroindústrias rurais que são mais importantes para o estudo da sua dinâmica no Brasil foram organizados pela equipe do Projeto de Cooperação Técnica PGDR-IBGE-IPEA, para análise dos dados do Censo Agropecuário de 2006, os quais são apresentados a seguir. Foram selecionados nove produtos pela sua importância econômica e representatividade em termos de alimentos típicos elaborados pelas agroindústrias (alimentos que possuíam um maior grau de transformação). Eles são apresentados no Gráfico 1, que traz uma diferenciação entre os estabelecimentos familiares e não familiares, segundo a Lei da Agricultura Familiar nº 11.326/2006.

Gráfico 1: Brasil – Número de estabelecimentos familiares e não familiares que possuem agroindústria rural.



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2006). Organização: Equipe de pesquisadores do Projeto de Cooperação Técnica para a Análise dos Dados do Censo Agropecuário de 2006 PGDR-IBGE-IPEA (2011).

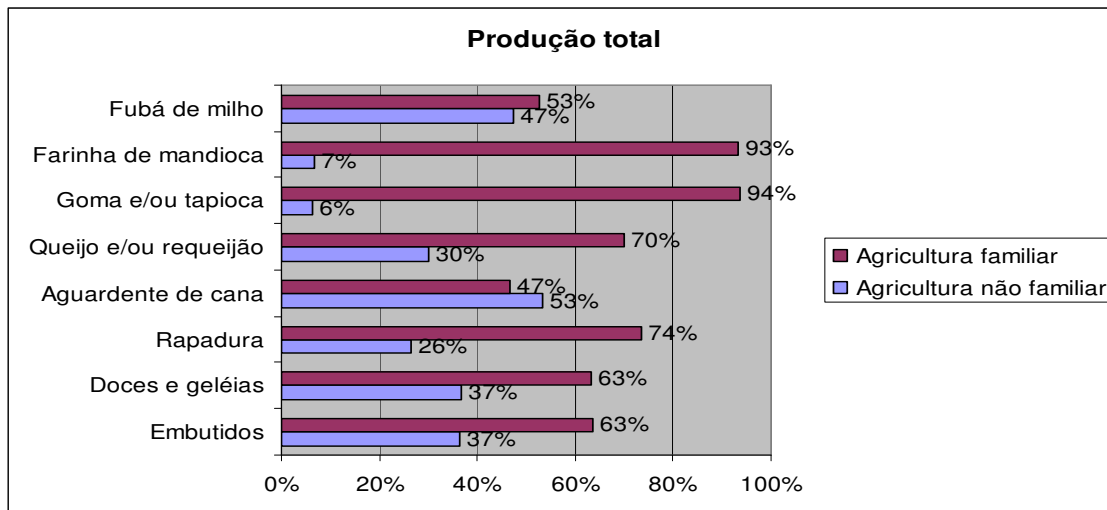
O Gráfico 1 mostra que na agricultura familiar mais de 80% dos estabelecimentos existentes no país têm a agroindústria rural em sua dinâmica, levando-se em conta os nove

sendo um produto da agroindústria rural (que sofreu transformação). Esta forma de visualizar os dados estatísticos oficiais superestima os valores de produção da agroindústria rural.

produtos selecionados pelo Censo. A agricultura familiar tem menores percentuais em produtos como o queijo e o requeijão (82%) e aguardente de cana (83%). Percentuais maiores em produtos como os embutidos (90%), goma e/ou tapioca (91%) e farinha de mandioca (93%). Já na agricultura não familiar ocorre o contrário, estes estabelecimentos mostram um baixo percentual de participação na transformação de alimentos. Os menores percentuais estão presentes em produtos como a farinha de mandioca (7%) e goma e/ou tapioca (9%), e os maiores, na aguardente de cana (17%) e queijo e requeijão (18%), mas de maneira geral estes não superam os 20% dos estabelecimentos em nenhum dos produtos analisados. Estes dados evidenciam que a agroindústrias rurais estão presentes majoritariamente nos estabelecimentos familiares como estratégia produtiva e econômica, considerando estes nove produtos analisados.

O Gráfico 2 faz a mesma diferenciação entre as agroindústrias rurais nas duas agriculturas brasileiras, porém, apreendendo-as através da variável produção total. Nos nove produtos selecionados, observa-se que em produtos como farinha de mandioca (93%) e goma e/ou tapioca (94%) a produção da agricultura familiar é hegemônica. Em situação intermediária, mas em que a familiar ainda se sobressai, a não familiar apresenta produtos como rapadura (74%), queijo e/ou requeijão (70%), doces e geleias (63%) e embutidos (65%). Em alguns produtos, a agricultura familiar tem uma participação pouco acima ou abaixo da não familiar, casos do fubá de milho (53%) e da aguardente de cana (47%).

Gráfico 2: Brasil – Valor da produção total da agroindústria rural na agricultura familiar e não familiar.



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2006). Organização: Equipe de pesquisadores do Projeto de Cooperação Técnica para a Análise dos Dados do Censo Agropecuário de 2006 PGDR-IBGE-IPEA (2011).

Já a agricultura não familiar mostra maior presença em apenas um produto, a aguardente de cana (53%), e no fubá de milho (47%), ela fica um pouco abaixo da forma familiar. Nos demais produtos, a forma não familiar fica atrás na produção de todos, destacando-se a grande diferença dela para a familiar em produtos como a goma e/ou tapioca (6%) e farinha de mandioca (7%), em que sua produção total é baixa. Estes dados reforçam os relativos ao número de estabelecimentos discutidos acima, em que a agricultura familiar é a forma social de trabalho e produção que se utiliza da estratégia de agroindustrialização da sua produção de uma forma mais efetiva.

Quando é analisada a agregação de valor, a produção agropecuária dos estabelecimentos brasileiros também mostra uma diferenciação entre os familiares e não familiares, bem como diferenças entre as cinco grandes regiões do país. Em nível nacional, a agricultura familiar responde pela maioria dos valores agregados à produção devido à transformação dos alimentos. Ela é responsável por 78,40% da agregação de valor, enquanto a agricultura não familiar fica com um percentual de 21,60%. Isso também corrobora os outros dados antes apresentados, da predominância da agricultura familiar nas estratégias de agroindustrialização.

Em nível de regiões do país, é notada grande diferenciação na agregação de valor da agroindústria rural. A Região Nordeste aparece em primeiro lugar com 43% dos valores agregados aos alimentos. Isso se explica pela predominância dos estabelecimentos familiares nessa região e por a agregação de valor ser desenvolvida principalmente neste tipo de agricultura, como discutido anteriormente. Com percentuais menores, aparece a Região Sudeste com 24%, a Região Norte com 21%, regiões com percentuais intermediários e valores muito próximos uma da outra. Depois vem a Região Sul com 8% e a Região Centro Oeste com apenas 4%. Destaca-se o baixo percentual de agregação de valor das duas últimas regiões, principalmente a Região Sul, que é a segunda região a nível nacional em predominância de estabelecimentos familiares³⁹.

Especificamente no Estado do RS, onde se desenvolve a presente investigação, observa-se que os valores agregados em relação ao Brasil são de 4,98%. Ou seja, dos 8% dos valores agregados pela agroindústria rural na Região Sul (PR, SC e RS), a maior parte é adicionada pelo RS, e os estados do PR e SC respondem pelos outros 3% (3,02%). Quando são abertos os dados pelos dois tipos de agricultura para o RS, nota-se que a agregação de

³⁹ Contudo, seriam necessários estudos mais específicos regionais e/ou microrregionais para analisar quais fatores explicam as diferenças regionais nos valores, pois com os dados agregados de uma forma macro, como são apresentados pelo IBGE (2006), é difícil uma análise minuciosa e precisa das relações de causa-efeito sobre a agregação de valor.

valor nos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar é predominante, atingindo um percentual de 73,47%, enquanto os não familiares respondem por apenas 26,53% dos valores agregados. Por estes dados, nota-se a protuberância da agricultura familiar no papel de transformar alimentos, agregando valor⁴⁰.

Já a Tabela 4 traz os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006), para a agroindústria rural no Rio Grande do Sul, de forma a caracterizar estas iniciativas a nível estadual. Ela mostra os dados agregados relativos aos canais de comércio acessados para todos os 32 produtos. Observa-se que a agroindústria rural no RS tem um valor total da produção de R\$ 231.391.480,00. Este valor, quando comparado aos totais da agroindústria rural no país, como se discutiu anteriormente, é de 7,71%. Do total do valor da produção da agroindústria rural a nível nacional, o RS contribui com 7,71% de tudo o que é gerado.

Este valor é distribuído de forma diferenciada entre os circuitos acessados e a parte da produção que não foi vendida pelos agricultores (autoconsumo, estocada, perdida ou doada pelo grupo doméstico). Esta produção que as famílias não venderam compõe-se de quase a metade de tudo o que é processado pela agroindústria rural (49,95%), sendo que uma parcela relevante que não chega aos mercados, mas é utilizada de vários modos pelas famílias, destacando-se alimentação dos próprios membros, visando à segurança alimentar e à autonomia familiar (GRISA, 2007).

Tabela 4: Rio Grande do Sul – Valor da Produção da agroindústria rural e canais de comercialização acessados.

Destino da produção vendida ou entregue a terceiros	Valor da produção (Mil Reais)	Valor da produção (%)
Vendida ou entregue a cooperativas	2.905,91	1,26
Vendida diretamente para indústrias	16.006,78	6,92
Entregue à empresa integradora	603,14	0,26
Vendida diretamente a intermediários	42.107,06	18,20
Vendida, entregue ou doada ao governo	255,26	0,11
Vendida diretamente ao consumidor	53.935,80	23,31
Exportada	0,05	0,00
Não vendeu	115.577,49	49,95
Total	231.391,48	100,00

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2006).

Em segundo lugar, aparece a venda direta aos consumidores, com 23,31%. As cadeias curtas são muito importantes à reprodução social das agroindústrias gaúchas, pois elas são a principal forma de comercialização dos produtos, já que o autoprovisionamento não gera

⁴⁰ Infelizmente não se dispõe dos dados de agregação de valor para a Microrregião de Frederico Westphalen/RS, local da investigação, pois o IBGE (2006) os disponibilizou para a Equipe de Pesquisadores do PGDR-IBGE-IPEA a nível de Estados.

renda monetária via circuitos de mercados. As vendas diretas podem ser constituídas pelo comércio dos produtos nas próprias unidades agroindustriais, de forma direta com os consumidores em ruas, estradas, locais de trabalho, casas, vendas em feiras, quiosques, entre outros pontos (SANTOS, 2011; GAZOLLA; PELEGRINI, 2011).

A venda da produção para intermediários constitui 18,20% dos valores da produção e para as indústrias, 6,92%. Essas são estratégias menos interessantes de comercialização para os agricultores, já que eles não ficam com os maiores valores agregados aos produtos, geram menos rendas e as famílias têm pouco controle sobre as condições de troca destes circuitos (menor grau de autonomia relativa). O acesso ao comércio por meio de cooperativas, exportação e mercados institucionais é pouco representativo e, em outros casos, são nulos (zero).

A Tabela 5 apresenta os 32 produtos da agroindústria rural no RS, com relação ao número de informantes, quantidades vendidas e valores da produção. Nota-se grande relevância das carnes “verdes” como o IBGE (2006) as define, apesar de haver problemas com relação a essa definição, como já foi salientado a nível nacional anteriormente e em Bastian et al (2011). As carnes verdes bovinas são as que têm maior importância econômica e produtiva, com 45.847 informantes, uma quantidade vendida de 2.816 toneladas e um valor da produção de R\$ 54.150.000,00, correspondendo em percentuais a 23,40%, ficando com o primeiro lugar entre os produtos, considerando os valores da produção.

Ainda importantes dentro das carnes verdes são as suínas com 46.622 informantes, uma quantidade vendida de 1.913 toneladas e um valor da produção de R\$ 33.592.000,00, que corresponde a 14,52%, sendo o terceiro produto de maior importância econômica. No quarto posto, aparecem as carnes de outros animais, provavelmente pequenos animais (perus, galinhas, cabras, ovelhas e outros), com 33.600 informantes, uma quantidade vendida de 678 toneladas, sendo o valor da produção de R\$ 14.480.000,00, equivalente em percentuais a 6,26%. Observa-se que estas carnes têm, de maneira geral, um número grande de informantes, mas pequenas quantidades vendidas, o que leva à conclusão de que a maioria dos animais são abatidos visando ao consumo familiar. Estes tipos de carnes verdes, quando somados, perfazem quase a metade dos valores da produção da agroindústria rural do RS, atingindo um percentual de 44,18%.

Em terceiro lugar em importância, aparecem os queijos e requeijões, com 19.331 informantes, uma quantidade vendida de 5.829 toneladas e um valor da produção de R\$ 41.016.000,00, representando 17,73% dos valores da produção. Os vinhos aparecem depois, com 7.096 informantes, uma quantidade comercializada de 9.629 mil litros e um valor da

produção de R\$ 20.778.000,00, sendo igual a um percentual de 8,98%. Estes dois produtos se configuram com um conjunto variado de produtos típicos locais, estando ligados à imigração europeia e à culinária local, sendo produtos muitos diversificados em seus tipos existentes. Contudo, nas regiões de agricultura familiar, se destacam os chamados queijos e vinhos “coloniais”.

Tabela 5: Rio Grande do Sul – N° de informantes, quantidades vendidas e valores da produção da agroindústria rural.

Produtos da Agroindústria Rural	N° de informantes (Un.)	Quantidade Vendida	Valor da produção (mil reais)	Valor da Produção (%)
Aguardente de cana (mil litros)	1.056	8.012	12.687	5,48
Algodão em pluma (toneladas)	1	X	-	-
Caroço de algodão (toneladas)	1	-	X	X
Arroz em grão (toneladas)	326	18.784	9.415	4,07
Café torrado em grão (toneladas)	5	-	1	0,00
Café torrado e moído (toneladas)	22	1	1	0,00
Cajuína (mil litros)	1	-	X	X
Creme de leite (toneladas)	1.078	14	141	0,06
Doces e geleias (toneladas)	10.166	2.063	6.796	2,94
Farinha de mandioca (toneladas)	95	141	148	0,06
Fubá de milho (toneladas)	215	1.129	250	0,11
Fumo em rolo ou corda (toneladas)	199	353	1.519	0,66
Legumes e verduras (proc.) (T)	1.174	568	615	0,27
Licores (mil litros)	108	40	97	0,04
Manteiga (toneladas)	1.950	24	185	0,08
Melado (mil litros)	13.758	2.369	6.056	2,62
Óleos vegetais (mil litros)	430	2	31	0,01
Pães, bolos e biscoitos (toneladas)	26.755	3.782	9.943	4,30
Polpa de frutas (toneladas)	354	20	135	0,06
Queijo e requeijão (toneladas)	19.331	5.829	41.016	17,73
Rapadura (toneladas)	2.410	278	1.131	0,49
Sucos de frutas (mil litros)	5.277	427	1.444	0,62
Vinho de uva (mil litros)	7.096	9.629	20.778	8,98
Carne de bovinos (verde) (toneladas)	45.847	2.816	54.150	23,40
Carne de suínos (verde) (toneladas)	46.622	1.913	33.592	14,52
Carne de outros animais (verde) (T)	33.600	678	14.480	6,26
Carne tratada (de sol, salgada) (T)	288	14	161	0,07
Embutidos (linguiças, salsichas) (T)	14.758	903	9.075	3,92
Couros e peles (toneladas)	1.906	84	280	0,12
Carvão vegetal (toneladas)	494	17.172	5.591	2,42
Produtos de madeira (mil m cúb.)	140	14	1.669	0,72
Goma ou tapioca (toneladas)	6	1	3	0,00
Total	-	-	231.391	100,00

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2006).OBS: o caráter “X” é usado onde havia menos de três informantes, tendo IBGE descartado estes dados.

Em menores proporções aparecem a aguardente de cana (5,48%), pães, bolos e biscoitos (4,30%), arroz em grãos (4,07%), embutidos (3,92%), doces e geleias (2,94%), melado (2,62%) e carvão vegetal (2,42%). Este conjunto de produtos, apesar de terem percentuais muito pequenos, são fundamentais à reprodução social de muitas agroindústrias

no RS, como as que são investigadas nesse trabalho. Os demais produtos alimentares ficam com menos de 1% dos percentuais dos valores da produção da agroindústria rural gaúcha, sendo menos significativos a nível estadual.

3.5 As agroindústrias rurais na Região do Médio Alto Uruguai/RS

Esta seção apresenta um panorama geral das agroindústrias rurais na Região do Médio Alto Uruguai, local em que se desenvolveu esta investigação com as experiências. Discutem-se as agroindústrias rurais utilizando-se dos dados do último Censo Agropecuário do IBGE (2006). Busca-se contextualizar como se reproduzem estas agroindústrias em seus aspectos produtivos, canais de comercialização, econômicos, entre outros, de forma a melhor compreendê-las, antes de adentrar as questões específicas de pesquisa, nos próximos capítulos⁴¹.

A Tabela 6 traz os valores da produção não vendida pela agroindústria rural para o RS e a Microrregião de Frederico Westphalen, local da investigação. Pode-se inferir que os valores da produção das agroindústrias voltados para o autoconsumo (já que esta parcela é a maior dentro do que o IBGE chama de produção não vendida) na Microrregião de Frederico Westphalen (55,45%) são muito similares aos do RS (49,16%), em termos percentuais.

Tabela 6: Rio Grande do Sul e Microrregião de Frederico Westphalen/RS - Valores da produção da agroindústria rural consumida no estabelecimento.

	Valor da produção (Mil Reais)	Valor da produção (%)
Rio Grande do Sul	113.742,54	49,16
Frederico Westphalen	8.841,73	55,45

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2006).

Nos dois casos, o autoprovisionamento é uma estratégia muito utilizada pelas famílias para dar a elas autonomia reprodutiva e ser uma fonte de segurança alimentar para o grupo doméstico (GAZOLLA, 2004). Contudo, quando são analisados os valores em reais da produção, nota-se que a Microrregião de Frederico Westphalen é responsável por menos de 10%, atingindo um percentual de 7,77% de tudo o que é produzido para autoconsumo no total do RS.

⁴¹ Há dados de outras pesquisas (por exemplo, a Pesquisa CAAF e o Projeto IPODE), dados primários, que poderiam ser usados nesta seção para caracterizar as agroindústrias familiares, porém, optou-se por usá-los nos próximos capítulos, juntamente com os demais dados das entrevistas e outros dados levantados durante a pesquisa de campo (pois são todos dados primários). Um dos motivos por essa opção é o já adiantado tamanho deste capítulo.

A Tabela 7 apresenta o valor da produção da agroindústria rural para a microrregião antes referida, bem como os circuitos de venda que esta produção acessa. Comparando os valores da produção da Microrregião de Frederico Westphalen aos do RS, é possível checar que ela perfaz 6,89% (R\$ 15.946.780,00) de tudo o que as agroindústrias rurais produzem em nível estadual. Quando são analisados os canais de comercialização a que esta produção chega, nota-se que a parcela não comercializada (“não vendeu” nos termos do IBGE) destes alimentos é a mais importante (55,84%), como discutido no parágrafo anterior⁴².

Tabela 7: Microrregião de Frederico Westphalen/RS – Valor da Produção da agroindústria rural e mercados acessados.

Destino da produção vendida ou entregue a terceiros	Valor da produção (Mil Reais)	Valor da produção (%)
Vendida ou entregue a cooperativas	49,30	0,31
Vendida diretamente para indústrias	943,30	5,92
Entregue à empresa integradora	28,60	0,18
Vendida diretamente a intermediários	2.101,23	13,18
Vendida, entregue ou doada ao governo	32,31	0,20
Vendida diretamente ao consumidor	3.888,12	24,38
Exportada	-	-
Não vendeu	8.903,92	55,84
Total	15.946,78	100,00

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2006).

Em segundo lugar, nota-se a importância das vendas diretas entre agricultores e consumidores, que perfaz 24,38% dos valores da produção. Estes circuitos curtos são importantes à reprodução destas experiências como demonstrou Santos (2006) no estudo da comercialização dos produtos das agroindústrias no Alto Uruguai/RS. Estes são os mercados principais, já que no caso do autoconsumo não há obtenção de rendas monetárias pelo grupo familiar. Em segundo lugar, as agroindústrias se inserem nas cadeias curtas, devido principalmente ao grande número de agroindústrias que estão na informalidade neste local, algo maior que 70% das existentes (PELEGRINI; GAZOLLA, 2006), bem como devido às relações sociais de proximidade e contatos frequentes que são estabelecidos entre agricultores e consumidores (confiança mútua, interconhecimento, lealdade nas compras, crença numa “qualidade superior” dos alimentos por parte dos consumidores).

Em terceiro lugar, aparecem os circuitos de comércio com os intermediários, com 13,18% dos valores da produção. Os canais que escoam a produção para as indústrias são responsáveis por 5,92%, ficando com o quarto posto de importância. Estes dois tipos de

⁴² Note que o valor numérico após a “vírgula” (,) é um pouco diferente do anteriormente apresentado. Isso é um problema com o Sistema Automático de Recuperação de Dados (Sidra) do IBGE, quando se retiram dele os dados, sempre há pequenas diferenças. Assim, optou-se por manter os dados como o sistema apresentou originalmente para as diferentes tabelas.

circuitos não são muito interessantes para as agroindústrias em termos de sua sustentabilidade, pois as famílias não detêm o domínio de toda a cadeia produtiva, já que as vendas e o valor agregado aos alimentos são transferidos a outros atores externos. Por outro lado, estas experiências passam por um processo de perda da sua autonomia, já que outros atores dominam a esfera final da cadeia – a comercialização - que é onde os rendimentos sobre o seu trabalho e produção são definidos. Os outros canais acessados aparecem em percentuais menos significativos [vendas a cooperativas (0,31%), doações ou comércio institucional (0,20%) e para empresas integradoras (0,18%)] e alguns são inexistentes, caso da exportação.

A Tabela 8 apresenta os dados estatísticos relativos ao número de informantes, quantidades comercializadas e valores da produção para os 32 produtos recenseados pelo IBGE para a Microrregião de Frederico Westphalen/RS. Como discutido anteriormente para o RS, as chamadas carnes verdes são os principais alimentos produzidos pelas agroindústrias nesse local. Destaca-se a carne bovina em primeiro posto, com 3.851 informantes, uma quantidade comercializada de 219 toneladas e um valor da produção de R\$ 3.469.000,00, que corresponde a 21,75%. Ainda importante, no terceiro posto, aparecem as carnes suínas, com 4.504 informantes, vendas de 168 toneladas e um valor da produção de R\$ 2.749.000,00, sendo igual a um percentual de 17,24%.

Aparecem também as carnes de outros animais, notadamente de pequenos animais, como ovelha, cabra, coelho, galináceos, entre outros, que foram informadas por 3.075, uma quantidade comercializada de 11 toneladas e um valor da produção de R\$ 992.000,00, sendo igual a um percentual de 6,22%, ficando com o quinto lugar em importância. Somados, os três tipos de carnes são responsáveis por 45,21% do valor da produção da agroindústria rural para a Microrregião, quase a metade dos valores da agroindústria rural, apresentando uma dinâmica muito semelhante à estadual.

Com situações muito similares em relação aos valores da produção em percentuais, aparecem os embutidos (salsichas, linguiças, salames etc.) e a aguardente de cana. Os embutidos foram informados por 1.336, têm uma quantidade vendida de 203 toneladas e um valor da produção de R\$ 932.000,00, que corresponde a um percentual de 5,84%. Já a aguardente de cana foi informada por 119, tem uma quantidade comercializada de 478 mil litros e um valor da produção de R\$ 881.000,00, um percentual de 5,53%. Em menores percentuais, aparecem outros produtos como o carvão vegetal (4,68% dos valores da produção), vinhos de uva (4,44%), melado (1,31%), suco de frutas (1,06%). Outros produtos assumem percentuais menores do que 1%, sendo pouco significativos na Microrregião em

estudo, segundo os dados do IBGE, embora possam ser centrais a algumas agroindústrias em específico, como será mostrado nos próximos capítulos.

Tabela 8: Microrregião de Frederico Westphalen/RS – N° de informantes, quantidades vendidas e valores da produção da agroindústria rural.

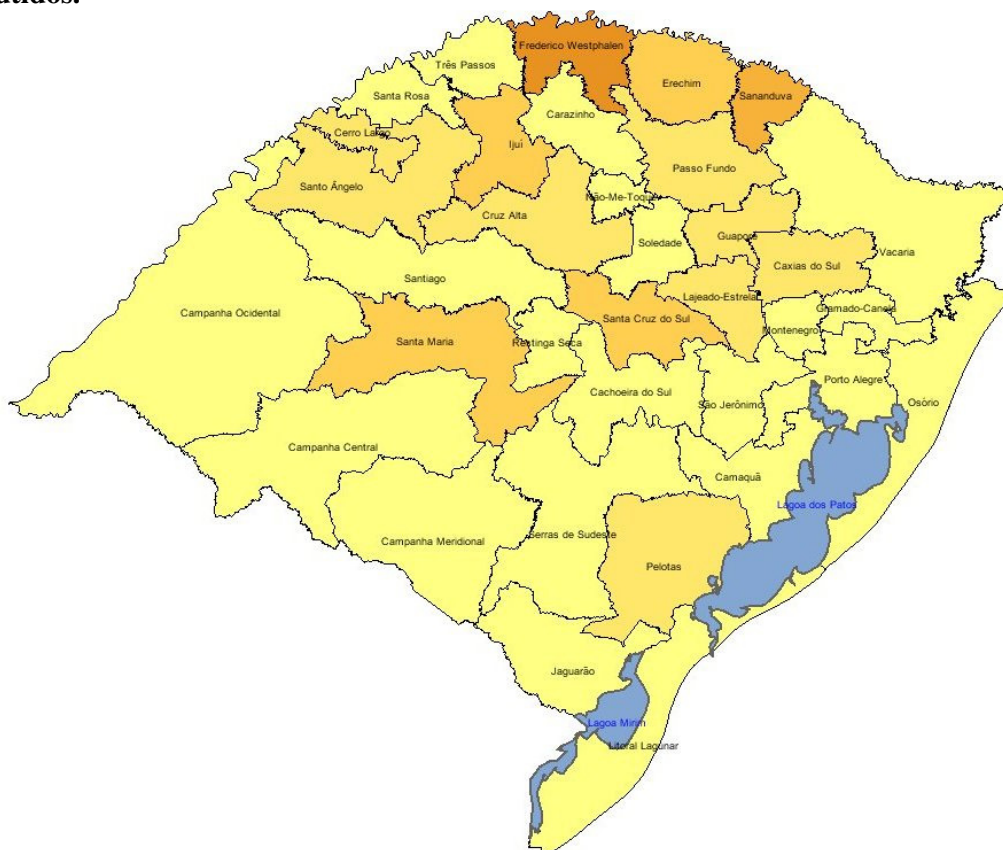
Produtos da Agroindústria Rural	N° de informantes (Un.)	Quantidade Vendida	Valor da produção (mil reais)	Valor da Produção (%)
Aguardente de cana (mil litros)	119	478	881	5,53
Algodão em pluma (toneladas)	1	x	-	-
Caroço de algodão (toneladas)	-	-	-	-
Arroz em grão (toneladas)	11	-	45	0,28
Café torrado em grão (toneladas)	1	-	X	X
Café torrado e moído (toneladas)	-	-	-	-
Cajuína (mil litros)	-	-	-	-
Creme de leite (toneladas)	97	2	9	0,05
Doces e geleias (toneladas)	780	20	86	0,54
Farinha de mandioca (toneladas)	19	3	7	0,04
Fubá de milho (toneladas)	13	3	1	0,00
Fumo em rolo ou corda (toneladas)	2	x	X	X
Legumes e verduras (proc.) (T.)	245	23	55	0,35
Licores (til litros)	5	-	0	0,00
Manteiga (toneladas)	243	1	11	0,07
Melado (mil litros)	1.314	37	209	1,31
Óleos vegetais (mil litros)	102	1	15	0,09
Pães, bolos e biscoitos (toneladas)	5.237	792	1.322	8,29
Polpa de frutas (toneladas)	19	-	1	0,01
Queijo e requeijão (toneladas)	2.677	468	3.287	20,61
Rapadura (toneladas)	639	14	94	0,59
Sucos de frutas (mil litros)	1.037	8	169	1,06
Vinho de uva (mil litros)	549	129	707	4,44
Carne de bovinos (verde) (toneladas)	3.851	219	3.469	21,75
Carne de suínos (verde) (toneladas)	4.504	168	2.749	17,24
Carne de out. animais (verde) (T)	3.075	11	992	6,22
Carne tratada (de sol, salgada) (T)	1	-	X	X
Embutidos (ling., salsichas) (T)	1.336	203	932	5,84
Couros e peles (toneladas)	126	4	7	0,05
Carvão vegetal (toneladas)	6	659	746	4,68
Produtos de madeira (mil m cúb.)	4	0	0	0,00
Goma ou tapioca (toneladas)	-	-	-	-
Total	-	-	15.947	100,00

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2006).

Já a Figura 6 traz a espacialização da agroindústria rural, com base nas microrregiões definidas pelo IBGE para o RS. Esse mapa é baseado na variável número de informantes para cinco produtos da agroindústria rural (doces e geleias, queijo e requeijão, pães, bolos e biscoitos e embutidos). Para o RS, os dados apontam 71.010 informantes da agroindústria rural, que podem ser localizados no mapa nos locais em que as cores estão mais fortes (Figura 6). Nestas microrregiões, as agroindústrias estão mais concentradas. No RS, há predomínio das experiências nas regiões localizadas ao norte, noroeste e centro do estado. No norte, a Microrregião de Frederico Westphalen, local da pesquisa, encontra-se em destaque, pois está

em primeiro lugar do RS, com 14,12% do total das agroindústrias rurais. Ela é seguida pela Microrregião de Sananduva, em segundo posto, com 9,64% dos informantes. Depois aparece a Microrregião de Erechim, com 6,58% dos números de informantes. A noroeste sobressai a Microrregião de Ijuí, com 6,95% das agroindústrias. No centro do RS, destacam-se as Microrregiões de Santa Maria, com 6,65%, e Santa Cruz do Sul, com 6,49% dos informantes.

Figura 6: Espacialização da agroindústria rural no RS, com base no número de informantes para os produtos doces e geleias, queijo e requeijão, pães, bolos e biscoitos e embutidos.



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2006). Espacialização realizada pela Equipe de pesquisadores do Projeto de Cooperação Técnica para a Análise dos Dados do Censo Agropecuário 2006 PGDR-IBGE-IPEA (2011).

Outras Microrregiões importantes em número de informantes, contudo, com percentuais menores do que as mencionadas são: Cerro Largo (4,90%), Pelotas (4,64%), Lajeado-Estrela (4,44%), Passo Fundo (4,34%), Cruz Alta (3,94%), Santo Ângelo (3,51%), Caxias do Sul (3,26%), Soledade (2,45%), Santa Rosa (2,24%). O restante das microrregiões aparece com percentuais menores do que 2%. De maneira geral, nota-se uma distribuição das agroindústrias rurais em regiões de colonização europeia e de forte presença da agricultura familiar, como no norte e centro do estado, o que leva à discussão da existência de um

patrimônio histórico e sociocultural nessas microrregiões, responsável pelo nascimento e consolidação das agroindústrias.

3.6 Características da Região do Médio Alto Uruguai/RS na qual as agroindústrias familiares estão imersas

Nesta seção, são discutidas, brevemente, as principais características históricas, sociais, econômicas e produtivas da Região do Médio Alto Uruguai/RS, na qual as agroindústrias estão imersas. Desenvolve-se uma abordagem sobre alguns aspectos do local julgados fundamentais para a caracterização da região, já que outras informações e dados podem ser facilmente acessados em outros estudos como em Cadoná (1993), Conterato (2004), Gazolla (2004) e Pelegrini e Gazolla (2008), entre outros.

O Médio Alto Uruguai do RS é tipicamente um local de colonização por imigrantes europeus, principalmente italianos, alemães, poloneses, entre outras etnias. A colonização é recente, quando comparada às demais regiões do RS, pois as colônias⁴³ “novas” foram constituídas a partir de 1925, com a instalação da Comissão de Terras pelo Governo Estadual, na cidade de Palmeiras das Missões. Esta característica fez com que o norte gaúcho desenvolvesse historicamente sistemas produtivos com a predominância da lógica familiar como forma social de produção e trabalho rural⁴⁴.

Os dados do último Censo Agropecuário do IBGE ajudam a revelar a importância da agricultura de base familiar no local. Segundo o IBGE (2006), a Microrregião de Frederico Westphalen possui 23.090 estabelecimentos agropecuários, sendo que os familiares atingem 93,04% do total existente. Com relação à área, estes estabelecimentos perfazem 288.114 ha, que é igual a 73,97% da área de terras da Microrregião. Quando se analisa o pessoal ocupado na agropecuária, encontram-se 64.801 pessoas, das quais 91,86% são familiares. A média de tamanho das propriedades rurais não chega a 13,0 hectares (12,47 ha). Segundo o Conselho de Desenvolvimento Territorial do Médio Alto Uruguai (CODETER, 2010), a população total do

⁴³ O termo “colônia” não remete a uma região que é colonizada por outra região e/ou pessoas, como conhece-se usualmente. O termo é atribuído à colonização em que imigrantes forâneos são inseridos em uma nova área de terras para começar atividades econômicas. No caso do RS, as colônias “novas” do Norte do estado descendem das “velhas” como são chamadas as primeiras existentes, como é o caso das Regiões da Serra Gaúcha (italianos) e São Leopoldo (alemães). Ver Schneider (1999) para uma melhor explanação deste tema.

⁴⁴ É claro que antes da colonização por imigrantes europeus havia outros povos e populações vivendo neste local, como os indígenas, pessoas fugidas da Revolução Farroupilha, Guerra da Degola e transportadores de mercadorias que usavam o local como passagem. Mas é com os imigrantes que a agricultura é iniciada mais largamente.

local é de 193.402 habitantes, dos quais 102.168 vivem na área rural (52,83% do total). O local tem ainda 26.429 agricultores familiares, 109 famílias assentadas e 6 terras indígenas.

Alguns dados estatísticos auxiliam a entender o contexto mais geral do local, como os fornecidos pela Fundação Estadual de Economia e Estatística (FEE, 2011b) para o Conselho de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai (COREDE), que podem ser visualizados no Quadro 2. Este local apresenta uma população total de 152.501 mil habitantes, área total 4.337,5 km², densidade demográfica de 35,2 hab./km², taxa de analfabetismo de 9,42%, expectativa de vida ao nascer de 71,25 anos, um coeficiente de mortalidade infantil de 7,85 por mil nascidos vivos, Produto Interno Bruto (PIB) por município de R\$ 1.847.711,00, PIB per capita de R\$ 11.629,00, e, em exportações totais U\$S *Free On Board* (FOB), R\$ 38.635.934,00.

Quadro 2: Alguns indicadores do COREDE do Médio Alto Uruguai/RS.

Alguns indicadores do COREDE do Médio Alto Uruguai	Números/indicadores
População Total (em mil habitantes)	152.501
Área Total (km ²)	4.337,50
Taxa de Analfabetismo (%)	9,42
Expectativa de Vida (anos)	71,25
Coeficiente de Mortalidade Infantil (por mil nascidos)	7,85
PIB por Município (R\$)	1.847.711,00
PIB per Capita (R\$)	11.629,00
Exportações Totais (U\$S FOB)	38.635.934,00

Fonte: FEE (2011b).

O desenvolvimento da agricultura regional passou por várias fases. Em uma breve periodização, há quatro fases: uma de colonização, desbravamento das matas e constituição das primeiras atividades agropecuárias desenvolvidas quase que exclusivamente visando à sobrevivência e ao autoconsumo das famílias; a segunda, que compreende a maior integração aos mercados e início do processo de especialização produtiva, que engloba o período de 1935 a 1960; a terceira, dos anos de 1960 ao início dos anos 90, caracterizada pela intensa mercantilização da agricultura com a produção de *commodities* agrícolas e seu contínuo empobrecimento econômico e social (CONTERATO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007); finalmente, pós-anos 1990, quando se inicia um processo de diversificação rural, surgindo algumas alternativas de fortalecimento da agricultura, casos das agroindústrias do leite e da fruticultura.

O Médio Alto Uruguai é uma região caracterizada por baixos indicadores sociais e econômicos. Essas fragilidades regionais são notadas quando se analisam os dados estatísticos. Segundo a FEE, a Microrregião apresenta um Índice de Desenvolvimento Social

(IDS) de 0,5051 e um Índice de Carência Social (ICS) de 0,4949⁴⁵. Estes dois índices demonstram o elevado grau de vulnerabilidade socioeconômica do local. O Médio Alto Uruguai é uma área que revela indicadores em que o percentual da população rural é o mais elevado, 72,14% e 64,49%, respectivamente, para as duas das três sub-regiões em que foi dividido o estudo, e o grau de indigência também ocupa posições de destaque, 31,57% e 30,73%, respectivamente. Ou seja, o segundo e terceiro mais elevados do RS, embora o IDS não esteja entre os mais baixos do estado (SCHNEIDER; WAQUIL, 2000). Essa vulnerabilidade está principalmente nos espaços rurais, já que a maior parte da população regional ainda reside neles, sendo principalmente agricultores familiares, como os dados apresentados anteriormente evidenciam.

Isso fica comprovado quando se analisam outros indicadores socioeconômicos como o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) da FEE (2011b) para os COREDES do RS, no ano de 2008. O COREDE do Médio Alto Uruguai é o de menor IDESE, estando em última colocação a nível estadual, com 0,685, bem atrás do Estado do RS, de 0,772, e dos dois primeiros COREDES do estado: o COREDE Serra (0,815) e o COREDE Metropolitano do Delta do Jacuí (0,810). Segundo o CODETER (2010), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do local também é baixo, quando comparado com o estadual, já que o regional é de 0,760 e o do RS, de 0,814, para o ano 2000.

Atualmente, a agricultura local tem como características principais um elenco restrito de atividades agropecuárias (é especializada), especialmente em grãos e *commodities* agrícolas visando aos mercados (soja, milho, fumo). Muitas famílias estão desestruturadas socialmente (com migração de jovens, baixos níveis de escolaridade, problemas de saúde, unidades de produção somente com pessoas idosas, sem sucessão familiar). Há fragilidade econômica nas famílias (renda agrícola e total baixas, descapitalização, poucas atividades econômicas e produtivas, mercados restritivos em alguns produtos). Também é uma região com intensa mobilização e protesto social no campo com a presença de movimentos sociais devidos aos inúmeros problemas causados pela modernização da agricultura, minifundização das propriedades e baixa qualidade de vida das famílias.

Levando em conta estes elementos, diz-se que a agricultura do Norte Gaúcho chegou a uma encruzilhada histórica na metade dos anos 1990. As estratégias colocadas em prática pelos agricultores em vez de fortalecê-los, cada vez mais os tornaram dependentes dos

⁴⁵ Estes índices quanto mais próximos de 1,0 demonstram a existência de melhores condições sociais e econômicas e, quanto mais próximo a 0 (zero), demonstram uma situação de maior vulnerabilidade da população.

mercados habituais de grãos, *commodities* e integração agroindustrial aos impérios alimentares (PLOEG, 2008). Todos estes problemas apontados em relação às famílias e às práticas tecno-produtivas desenvolvidas fizeram com que emergissem dois movimentos em direções opostas ao desenvolvimento rural.

Por um lado, uma parte considerável dessa agricultura adentrou um processo cada vez mais profundo de inserção nos mercados e no padrão agrícola atual, fragilizando-se, como alguns estudos têm apontado (CADONÁ, 1993; CONTERATO, 2004; CONTERATO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007). Esta parcela de agricultores se reproduz com base em estratégias voltadas aos mercados de grãos (milho, soja, trigo). Em outros casos, estão integrados verticalmente com as cadeias de produção de aves, suínos, fruticultura. Este tipo de agricultura perfaz a maior parcela das unidades de produção e já foi objeto de algumas investigações, sendo sua dinâmica bem conhecida.

Outra parcela da agricultura familiar está buscando novas formas de manutenção e de inserção nos mercados para tentar superar os problemas produtivos, tecnológicos e socioeconômicos. Estes agricultores estão construindo novas estratégias de reprodução social e econômica, entre elas citam-se: inserção em atividades que possibilitam a obtenção de um maior valor agregado (agroindústrias familiares, artesanato, turismo); diversificação de suas atividades produtivas agropecuárias e econômicas (leite, fruticultura, prestação de serviços); busca pela inserção em canais de comercialização curtos e entrar em mercados diferenciados; procura por manter os filhos nos espaços rurais; utilização de estratégias de caráter coletivo e na formação de novas organizações rurais; busca por assistência, recursos públicos e novos conhecimentos junto a agências de desenvolvimento rural.

As agroindústrias familiares são uma destas alternativas sociotécnicas que surgem como forma de melhorar os padrões de desenvolvimento regional, diversificar a economia agrária e melhorar a vida dos agricultores. O próximo capítulo mostra como muitas destas agroindústrias surgiram junto às famílias investigadas e foram se sedimentando como nova atividade produtiva e econômica. Também mostra que estas agroindústrias são capazes de produzir novidades de diversos tipos, entre as quais se destacam as produtivas, tecnológicas e os novos processos. Algumas destas novidades geradas ajudam a promover transições no regime sociotécnico alimentar e outras agem melhorando a renda, a qualidade de vida, o nível de autonomia relativa das atividades, entre outros aspectos importantes da vida das famílias.

4 CONHECIMENTOS, NOVIDADES PRODUTIVAS E TECNOLÓGICAS: A CRIATIVIDADE DOS AGRICULTORES

Este capítulo apresenta dois objetivos principais. O primeiro é descrever sinteticamente as principais características das agroindústrias estudadas, ressaltando os motivos e/ou fatores que levaram ao seu surgimento, respondendo à primeira questão de pesquisa deste trabalho: como surgem as agroindústrias em regiões de agricultura familiar integrada aos mercados de grãos e *commodities* agrícolas? O segundo objetivo é mostrar como estas experiências conseguem produzir novidades no seu ambiente familiar e de trabalho. As novidades são tanto tecnológicas como produtivas (novos processos, alimentos, tecnologias). Com esse segundo objetivo, responde-se, em parte, à segunda indagação do trabalho: como e quais os tipos de novidades são produzidas nas agroindústrias familiares? Estas duas questões fundamentais é que serviram de guia para a redação de todo este capítulo.

No surgimento das agroindústrias, nota-se que existem diversos elementos implicados, sendo fatores multidimensionais. Entretanto, evidencia-se que a origem das agroindústrias é explicada por quatro conjuntos de fatores: a capacidade de agir proativamente dos agricultores e suas famílias na busca de alternativas às atividades habituais (grãos, *commodities* e integração agroindustrial); o processo de estreitamento das rendas geradas na agricultura e o aumento dos custos de produção, o que a literatura internacional conceitua como *squeeze* (PLOEG et al, 2000); a busca de maiores níveis de autonomia pelo fato de a agroindústria lhes oferecer um negócio próprio e os conhecimentos relativos às atividades de transformação dos alimentos serem históricos nas famílias; as ações governamentais de programas de apoio à agroindustrialização também se mostram importantes em uma parcela das agroindústrias, ajudando na sua criação.

No que diz respeito às novidades, este capítulo evidencia as novas configurações sociotécnicas produzidas com os conhecimentos dos agricultores, mas também mostra que eles interagem com os de outros atores sociais, instituições, organizações e ações governamentais. A busca por novos conhecimentos pelos agricultores, recontextualizando-os para produzir novidades, é um dos fatores mais importantes que fazem com que as agroindústrias continuem evoluindo nos espaços rurais. Isso é notado pelas redes de atores e instituições mobilizados pelas diferentes experiências, como exemplificado na Agroindústria Cooperativa Biorga e Prevedello. Ressalta-se que as novidades discutidas no presente capítulo são somente aquelas construídas internamente às unidades de processamento de alimentos e propriedades dos agricultores, especialmente as denominadas de produtivas e tecnológicas, já

que as relacionadas aos novos canais de comercialização e organizações sociais ligadas às agroindústrias serão abordadas no próximo capítulo.

Como novidades produtivas encontradas na investigação, aparecem novos produtos como a erva-mate de barbaquá ecológica, os derivados naturais da cana-de-açúcar (melados, açúcar mascavo, rapaduras), queijos temperados, torresmo “pururuca” e os óleos de linhaça e gergelim orgânicos. Já as novidades tecnológicas são a adaptação de máquinas e equipamentos agroindustriais para processamento de derivados de cana, como ocorre na Agroindústria Strack Alimentos Naturais, até o invento de máquinas, utensílios e equipamentos, como acontece nas experiências das Agroindústrias Gehen e Prevedello. Em outros casos, pode ser ainda mais aprofundado o grau de inventividades dos agricultores, como quando há o desenvolvimento de um novo sistema de produção limpa de energia para ser utilizado na unidade, como ocorre na Agroindústria Zonta. Com a instalação de um biodigestor a partir do esterco dos suínos, o uso da energia gerada foi voltado para realizar diversas fases do processamento de vinhos e sucos de uva e nas operações de higienização da planta agroindustrial.

Tanto no caso das agroindústrias que produzem as novidades produtivas, como naquelas que desenvolvem as tecnológicas, duas coisas chamam a atenção. A primeira é o alto grau de criatividade que os agricultores têm para desenvolver soluções (as novidades) frente aos seus problemas. Para isso, eles usam principalmente seus conhecimentos herdados das suas experiências práticas de vida e trabalho. A segunda é a capacidade de recontextualizar conhecimentos de fora da sua unidade. Os agricultores constroem as novidades a partir dos seus conhecimentos, mas há um momento na “linha do tempo” de desenvolvimento das agroindústrias em que são necessários conhecimentos novos de outros atores e instituições para continuarem evoluindo em seus processos sociotécnicos. Os agricultores buscam estes conhecimentos, mas não os usam de maneira indiscriminada. Eles sempre os recontextualizam de acordo com as oportunidades, recursos, processos de trabalho, agroecossistemas e práticas diárias. Estes dois aspectos são centrais à compreensão das novidades discutidas neste capítulo.

Neste capítulo também se discute o potencial das novidades em gerar transições e/ou incrementalismos no regime sociotécnico alimentar instituído. O regime sociotécnico é entendido no trabalho como as normas e regras que regulam a produção, distribuição e comercialização dos alimentos, como argumentado no Capítulo 2. O regime sociotécnico alimentar é caracterizado pela padronização dos produtos, monopólio das grandes cadeias de distribuição e produção, fusões de grandes firmas, industrialização crescente dos alimentos,

por dietas nutricionalmente desequilibradas, aumento do domínio dos mercados pelas grandes redes supermercadistas, centralização dos capitais agroindustriais e, rotineiramente, por graves crises e doenças agroalimentares como mostra a bibliografia da área (ROEP; WISKERKE, 2004; STUIVER, 2008; BRUNORI et al, 2009a).

O capítulo está estruturado em quatro partes. Na primeira, há uma breve caracterização das sete agroindústrias estudadas, sendo discutidos os principais fatores que levaram a seu surgimento no Médio Alto Uruguai. Na segunda e terceiras partes, são analisados os tipos de novidades produtivas e tecnológicas construídas pelas agroindústrias, bem como os conhecimentos, redes de atores e instituições mobilizados para tais feitos. Na última seção, evidenciam-se alguns dos efeitos/resultados destas novidades sobre alguns indicadores importantes das experiências, como a renda familiar, autonomia, externalização da unidade, custos produtivos, entre outros.

4.1 Uma breve caracterização das agroindústrias investigadas: como ocorre o seu surgimento?

Essa seção é destinada a caracterizar as sete experiências de agroindústrias investigadas. Descrevem-se os atributos das sete agroindústrias, enfocando algumas características básicas como a descrição de sua trajetória, tempo de existência, força de trabalho usada, produtos processados, outras atividades desenvolvidas pelas famílias na propriedade rural, situação institucional relativa ao ambiente regulador da produção, distribuição e consumo dos alimentos, entre outros aspectos importantes para compreender o universo empírico das agroindústrias pesquisadas.

A Tabela 9 apresenta as agroindústrias investigadas, os municípios onde estão localizadas e os produtos produzidos/processados. Fizeram parte da investigação as Agroindústrias Prevedello e Strack Alimentos Naturais, localizadas no Município de Caiçara; a Agroindústria Cooperativa Biorga, de Erval Seco; a Agroindústria Gehen, de Seberi; a Agroindústria Ludke e Jotti, de Constantina; e a Agroindústria Zonta, de Frederico Westphalen. As agroindústrias têm diversos alimentos elaborados, como as bebidas (cachaças), pequenos grãos e óleos diversificados orgânicos (trigo, feijão, gergelim, linhaça, amendoim), derivados sólidos da cana (melado, açúcar, rapadura), erva-mate de barbaquá, derivados animais (queijos, salames, banha, linguiças, carnes) e derivados de frutas (sucos, vinhos).

Tabela 9: As sete agroindústrias investigadas, ano de criação e principais produtos elaborados.

Nº	Experiência e local	Ano de constituição	Produtos produzidos e processados
1	Agroindústria Prevedello (Caiçara)	1986	Cachaça, cachaça envelhecida em barril de carvalho e álcool para consumo próprio (carro e moto)
2	Cooperativa Biorga – (Filial de Eral Seco)	2001	Linhaça, trigo, feijão, milho pipoca, amendoim, gergelim, óleos de gergelim e linhaça, canjica de milho, farinhas de milho, de gergelim, de linhaça e trigo
3	Strack Alimentos Naturais (Caiçara)	1994	Melado batido, melado fino (“cotovelo”), açúcar mascavo e rapadura colonial
4	Agroindústria Gehen (Seberi)	1973	Erva-mate ecológica de barbaquá
5	Agroindústria Ludke (Constantina)	2002	Queijo colonial, parmesão e temperados
6	Agroindústria Jotti (Constantina)	2009	Salame colonial, cracóvia e calabresa, salsichão, linguiça mista defumada, bacon e costela defumados, mortilhas, mortadela (em teste), torresmo prensado e pururuca (“casquinha”), codeguins, carne in natura, banha, ossinhos
7	Agroindústria Zonta (antiga Natufred) (Frederico Westphalen)	2002	Suco de uva, vinhos bordô, isabel e branco e graspa

Fonte: Pesquisa de campo (2011).

Quanto ao surgimento das agroindústrias, a Pesquisa CAAF (PELEGRINI; GAZOLLA, 2006) oferece um panorama geral de alguns fatores que motivaram o aparecimento das experiências no Médio Alto Uruguai (Tabela 10). Um primeiro dado interessante é o tempo de existência das agroindústrias. A maior parte delas (61,35%) surgiu há menos de 10 anos, sendo agroindústrias recentes no local. No Médio Alto Uruguai, 33,02% das agroindústrias começaram o processamento de alimentos pelo fato de as famílias terem uma tradição de confeccionar produtos processados e devido aos conhecimentos existentes em produzi-los. Outras 28,30% das agroindústrias surgiram devido ao interesse dos seus atuais proprietários e famílias rurais. Se somados estes dois percentuais, nota-se que 61,32% das agroindústrias começaram em função das estratégias acionadas pelas próprias famílias, mostrando o caráter familiar destas experiências e a proatividade dos agricultores em fundá-las.

Por outro lado, muitas agroindústrias são ativadas por entidades e instituições (23,58%) e pelo incentivo governamental (9,43%). Se somados os dois percentuais, em 33,01% dos casos investigados as agroindústrias nasceram a partir da existência de um contexto institucional de apoio a elas, como foi o caso das ações desenvolvidas pelo Banco Nacional da Agricultura Familiar (BNAF) neste local, PAF/RS, PRONAF Agregar (depois

renomeado de Agroindústria), entre outros programas, só para citar alguns⁴⁶. Ainda é importante citar a existência de associações ou cooperativas ligadas às agroindústrias, responsáveis pelo surgimento de 4,72% das experiências. Entretanto, estes são dados gerais, sendo necessário um olhar mais pontual sobre o motivo de estas agroindústrias emergirem em regiões de agricultura familiar. É isso o que é abordado para cada uma das sete experiências investigadas, seguindo a trajetória histórica do que os atores sociais fizeram para constituí-las.

Tabela 10: A origem histórica de formação das agroindústrias familiares no Médio Alto Uruguai/RS.

Como surgiu a agroindústria?	Número de agroindústrias	Percentual (%)
Como origem histórica da família que já trabalhavam com a atividade	35	33,02
De outras formas	31	29,25
Incentivo de entidades ou instituições (STR, EMATER, SEBRAE, ONGs etc.)	25	23,58
Incentivo governamental (Programas, investimento a fundo perdido etc.)	10	9,43
Associação ou cooperativa (família ingressou posteriormente)	5	4,72
Total	106	100
Outras formas (especificação)		
Por interesse do proprietário	30	28,30
Pela existência de feiras municipais	1	0,94
Subtotal	31	29,25

Fonte: Pesquisa CAAF (PELEGRINI; GAZOLLA, 2006).

A primeira agroindústria analisada é a Agroindústria Prevedello. Ela foi criada em 1986 e desde então fabrica cachaça de forma artesanal (foto à esquerda da Figura 7). A agroindústria iniciou o processamento da cana em um galpão rural sem piso pavimentado e todo em madeira. A família sempre trabalhou com o plantio de milho, soja e produção de sementes de aveia (branca, preta e crioula), azevém e ervilhaca antes de iniciar a agroindústria e, atualmente, mantém ainda algumas destas atividades. A força de trabalho da unidade é composta pelo Senhor Prevedello e sua mulher, que trabalham nos processos de elaboração da aguardente de cana. Há mais 5 ou 6 pessoas encarregadas da moagem da cana no engenho, corte e carregamento, todos contratados em caráter temporário.

A agroindústria iniciou como mais uma atividade no rol das existentes na propriedade e com o passar do tempo a família notou que ela dava mais rentabilidade do que as demais. Também contribuiu para o seu surgimento a influência de um vizinho, que já fabricava aguardente da cana e lhes vendeu os primeiros equipamentos. A atividade também ocupa o “tempo livre” existente nos períodos de inverno. A agroindustrialização foi se sedimentando aos poucos na dinâmica da unidade, sendo melhorada continuamente pela família.

⁴⁶ O papel das ações governamentais de apoio às agroindústrias será analisado no Capítulo 6 deste trabalho.

O maior desafio inicial da agroindústria foi a falta de conhecimentos da família sobre a atividade, que não era uma tradição familiar. O Senhor Prevedello relatou que lhe faltavam conhecimentos em áreas específicas da produção, como os controles de temperatura, pH, acidez, fermentação, aparelhos usados e destilação da cachaça. A agroindústria sempre funcionou de maneira informal, e o agricultor relatou que nunca buscou a formalização, pois não houve problemas com as agências reguladoras de alimentos e nem com as vendas realizadas nos circuitos de mercados.

Figura 7: Fotos das experiências da Agroindústria Prevedello (Caiçara) à esquerda e da Cooperativa Biorga (Ervall Seco) à direita.



Fonte: Pesquisa de campo (2011).

Na Figura 7, foto à direita, é possível observar outra experiência pesquisada, que é a Cooperativa Biorga. Ela começou suas atividades em 2001. A agroindústria funciona de forma associativa, sendo uma Filial da Cooperativa Biorga do Município de Mondai/SC, trabalhando em forma de rede. Atualmente, ela tem em torno de 32 famílias associadas do Município de Erval Seco e Cristal do Sul. Essa experiência trabalha com a produção de pequenos grãos alternativos (feijão, linhaça, amendoim, gergelim etc.) e com produtos transformados como os de óleos vegetais virgens de gergelim e linhaça e farinhas (trigo e milho), todos eles produtos orgânicos. As famílias associadas à Biorga antes de fundarem a agroindústria trabalhavam com grãos como o milho e soja e, algumas, com leite. Hoje muitas famílias ainda desenvolvem estas atividades, pois a maioria se encontra com algumas áreas das propriedades em processo de transição agroecológica. Na agroindústria, trabalham um funcionário em regime de contratado fixo, que desenvolve todas as operações de

processamentos dos alimentos, e um administrador responsável pelas vendas externas da organização e operações de contabilidade.

A Agroindústria Biorga se origina de dois fatores. De um lado, a apreensão de novos conhecimentos acerca da produção agroecológica em cursos de formação e visitas a experiências de outros agricultores e organizações. Nesse sentido, a Igreja Luterana, o Centro de Apoio ao Pequeno Produtor (CAPA) e a Organização Não Governamental (ONG) Terra Nova de Mondai/SC foram fundamentais no apoio às famílias. De outro, teve importância o nascimento de uma “consciência alternativa” ao padrão existente de agricultura, principalmente pelos danos causados pelos agrotóxicos e monoculturas. Atualmente o principal desafio da Cooperativa Biorga é conseguir novos sócios para aumentar as quantidades de produtos *in natura* e alimentos processados orgânicos, pois ela está com as mesmas 32 famílias desde sua fundação. A agroindústria está formalizada perante as instituições reguladoras dos alimentos, seguindo todos os parâmetros sanitários, fiscais, ambientais dos alimentos que produz. Segue também as normas federais de produção orgânica de matérias-primas e detém a certificação social participativa através da Rede Ecovida de Agroecologia.

Outra experiência investigada é a Agroindústria Strack Alimentos Naturais, foto à esquerda da Figura 8. Como o nome da iniciativa sugere, a família produz somente derivados de cana-de-açúcar de forma orgânica, pois a produção é desta forma conduzida em toda a cadeia produtiva. São processados o melado batido, melado fino (também chamado de “cotovelo”), açúcar mascavo e a rapadura colonial, sendo que o açúcar é o principal alimento elaborado. Trabalha na unidade de agroindustrialização o casal Strack, como gestores e nas vendas dos produtos. A agroindústria tem força de trabalho contratada de fora para algumas atividades como o corte, carregamento da cana, moagem (9 pessoas contratadas em caráter temporário) e para a fabricação dos diversos derivados da cana (10 pessoas fixas com carteira assinada).

A família Strack iniciou as atividades plantando fumo, soja e feijão em 1982. Também já cultivavam a cana que era transformada e vendida na forma de açúcar mascavo, junto com outros alimentos como frutas, batata doce e mandioca. Uma intoxicação com os agrotóxicos usados no fumo fez o agricultor abandonar a atividade agrícola e abrir uma fruteira com um pequeno minimercado na cidade de Caiçara. Nessa época, o senhor Strack também levava “produtos coloniais” de Caiçara e região para serem comercializados em Uruguaiana, Argentina e Uruguai, e trazia, destes lugares para venda na região, alimentos como arroz e peixes. A família trabalhava como comerciante de produtos agrícolas.

A agroindustrialização da cana é iniciada efetivamente em 1994, quando a família compra uma agroindústria de produção de derivados de cana de um grupo privado do município de Caiçara. Além disso, contribuíram para a decisão de iniciar a agroindústria os conhecimentos já existentes na família sobre comercialização de produtos coloniais e um seminário sobre produtos naturais e futuro da agricultura, promovido pela Associação Comercial e Industrial (ACI), de Frederico Westphalen, do qual o agricultor participou, motivando-o a agroindustrializar a cana de maneira natural. A agroindústria Strack está formalizada perante os órgãos reguladores do Estado para alimentos (ambiental, fiscal, sanitária e trabalhista). Apesar de produzirem alimentos “naturais”, a experiência não tem nenhuma certificação orgânica formal ou participativa.

Figura 8: Fotos das experiências das Agroindústrias Strack Alimentos Naturais (Caiçara) à esquerda e Agroindústria Gehen (Seberi) à direita.



Fonte: Pesquisa de campo (2011).

Na foto à direita da Figura 8 é possível também observar outra iniciativa investigada, a Agroindústria Gehen. Ela foi iniciada em 1973, sendo a mais histórica de todas. Essa família produz somente um produto, a erva-mate ecológica de barbaquá, tendo esse nome devido ser produzida por um processo artesanal e natural. O “barbaquá” é uma das construções utilizadas em uma das etapas do processamento da infusão (na secagem)⁴⁷. A família sempre produziu erva-mate dessa forma e desenvolvia também na propriedade as culturas da soja, feijão, trigo, milho e criação de algumas vacas leiteiras. A força de trabalho da agroindústria é toda

⁴⁷ Após as operações de corte, carregamento e sapeco dos ramos e folhas da erva-mate, eles ficam depositados no barbaquá, que é uma estrutura construída de ripas de madeira em forma de uma pirâmide, porém, aberta na parte de baixo para que o calor do fogo chegue até a erva para poder secá-la. A erva é colocada sobre a estrutura e o calor chega pela parte de baixo, conduzido por um túnel subterrâneo construído a uns 20 m do local do barbaquá, ao qual o agricultor tem acesso e faz fogo utilizando-se de lenha.

familiar, composta pelo casal e dois filhos casados que habitam nas imediações. Eles são responsáveis pelo trabalho nas etapas de corte, carregamento, secagem e cancheamento da erva⁴⁸. Com a renda dessa ervateira artesanal, a família conseguiu comprar outra ervateira maior, que está sendo administrada pelos dois filhos casados - a Ervateira Alto Uruguai.

Quanto à origem da Agroindústria Gehen, ela é fruto de dois processos integrados. De um lado, a tradição de produzir a erva-mate, que vem de quatro gerações na família, pois desde os seus bisavôs já era costume produzir a erva para consumo e vender o excedente. A família produzia primeiramente a erva-mate de carijo⁴⁹, mas seguidamente ele se incendiava devido à precariedade desse sistema, ocorrendo muitas perdas. Passou-se a produzir a erva de barbaquá que não apresenta este problema, porém sempre mantendo a artesanidade dos processos de elaboração. Um segundo fator foram os conhecimentos históricos⁵⁰ preservados na família e repassados de forma intergeracional, assumindo um papel fundamental a confecção deste tipo de erva, pois se desconhecem outras experiências que preservaram os conhecimentos da erva-mate em todas as suas etapas produtivas da maneira como a família faz. Com relação às instituições reguladoras dos alimentos que regem a produção da bebida, a agroindústria está informal, tendo somente o Alvará de Funcionamento Municipal, concedido pela Prefeitura da Seberi.

Na foto à esquerda da Figura 9, é possível visualizar a Agroindústria Ludke. Esta experiência iniciou suas atividades no ano de 2002 e produz atualmente derivados de leite como queijos colonial, parmesão e temperados, estes últimos considerados diferenciados por serem confeccionados em vários aromas, misturas com outras matérias-primas e sabores. A família sempre produziu soja, milho, feijão e leite que não era vendido, mas transformado em queijos que serviam ao consumo familiar e também à venda em pequenas quantidades. Trabalha na agroindústria o casal, um filho casado que reside junto ao Senhor Ludke, sendo toda a força de trabalho familiar, desde a produção do leite passando pelo processamento e vendas.

⁴⁸ A secagem da erva-mate é o processo pelo qual ela perde a água natural existente nas folhas e pequenos ramos. Geralmente é executada com o auxílio do calor. O cancheamento consiste na moagem grossa da erva-mate antes de fazer o chamado “soque” dela, que é a moagem fina.

⁴⁹ Era um sistema armado em forma de pirâmide, muitas vezes construído de varas da própria mata. Geralmente erguido nas imediações das lavouras de erva-mate, em que a família fazia a secagem do produto pelo fogo em baixo desta armação. Era um sistema muito antigo de produção da erva-mate, que geralmente se incendiava e perdia-se a produção. Por isso, foi abandonado pela família.

⁵⁰ Os conhecimentos históricos são aqueles que provêm da história de vida e trabalho das famílias. No caso da família Gehen, estes conhecimentos foram acumulados e repassados intergerações. Durante quatro gerações familiares, os conhecimentos em torno da fabricação da erva-mate foram aprimorados e reproduzidos através do tempo e espaço social familiar.

A agroindustrialização surge dos conhecimentos históricos que a família tinha sobre os processos de transformação do leite na sua unidade. Antes de construir a agroindústria, a família visitou outras experiências no RS (Guaporé, Erechim e Sananduva) e em SC (Chapecó) para conhecer como era a produção, organização social e comercialização dos alimentos. Com incentivo da Prefeitura Municipal de Constantina, o Senhor Ludke relatou que foi possível construir a estrutura agroindustrial e colocar a atividade em outro patamar econômico, que não servir somente ao autoconsumo familiar.

A constituição da agroindústria foi possível pelo apoio da Prefeitura e de outras instituições municipais como EMATER, Secretaria da Agricultura e STR, que apoiaram a família (em Constantina há um programa municipal de agroindustrialização). Atualmente, o principal desafio da Agroindústria Ludke é construir novos canais de venda e formalizar a agroindústria em esferas mais amplas dos serviços de inspeção alimentar, pois ela é registrada somente no Sistema de Inspeção Municipal (SIM), o que restringe o acesso aos mercados ao âmbito municipal. A agroindústria também tem o Alvará de Funcionamento Municipal.

Figura 9: Fotos das experiências da Agroindústria Ludke à esquerda e Jotti à direita, ambas do Município de Constantina.



Fonte: Pesquisa de campo (2011).

A Figura 9 à direita mostra a Agroindústria Jotti, que entrou em operação no ano de 2009, sendo a experiência mais recente das investigadas. A agroindústria produz derivados de suínos, sendo bem diversificada. Confeccionam-se salame colonial, cracóvia e calabresa, salsichão, linguiça mista defumada, bacon e costela defumados, mortadela (ainda em fase de testes), torresmo prensado e pururuca (também chamado de “casquinha”), codeguins, carnes *in natura*, banha e ossinhos suínos. A força de trabalho é familiar, sendo composta pelo casal e mais um irmão do Senhor Jotti, que é sócio. Há ainda um empregado

contratado de forma fixa com carteira de trabalho assinada. A família sempre trabalhou na agricultura, mas há alguns anos havia deixado a atividade por falta de condições econômicas. O Senhor Jotti trabalhava em um açougue local e seu irmão como garçom em São Paulo, na cidade de São José dos Campos. A agroindústria foi uma oportunidade para eles retomarem suas raízes com a agricultura⁵¹.

Com relação ao surgimento da agroindústria, três motivos foram relatados como principais pelo Senhor Jotti. O primeiro foi devido ao irmão retornar de SP e ficar junto com a família em Constantina. O segundo foi a possibilidade de deixarem de ser empregados urbanos e buscarem maior autonomia com a abertura do seu próprio negócio no município. Foi determinante também o incentivo das instituições locais como Prefeitura Municipal, EMATER e Secretaria da Agricultura. Estas instituições disponibilizaram à família uma estrutura industrial preexistente com certo número de equipamentos básicos na qual a família Jotti pôde iniciar as atividades. A agroindústria está formalizada perante o SIM e com Alvará de Funcionamento Municipal, porém, enfrenta o mesmo problema da família Ludke, o acesso a novos mercados, devido ao SIM ser restrito aos espaços municipais.

A última agroindústria investigada é da família Zonta (as duas fotos da Figura 10). A foto à esquerda é do Senhor Zonta e da planta da sua agroindústria e à direita, da embalagem usada na comercialização dos vinhos. A agroindústria origina-se em 2002, em conjunto com um primo (sócio), chamando-se Agroindústria Natufred. Posteriormente, a sociedade foi desfeita e a agroindústria passou a se chamar Zonta. A iniciativa produz derivados de uvas, como o suco, vinhos (bordô, isabel e branco) e, em menor proporção, a graspa. Antes de possuir a agroindústria, a família cultivava lavouras de soja e milho e criava vacas de leite.

Com o início da agroindustrialização, as atividades se modificam e a família passa a trabalhar com pomares de uvas para o processamento e de ameixas e pêssegos para venda *in natura*. Atualmente, trabalham na agroindústria o casal Zonta e uma pessoa contratada em regime de 20 horas semanais para ajudar nas demais tarefas da propriedade rural. Nos momentos de pico de produção da uva, a família conta com a ajuda de mais dois familiares, a mãe do Senhor Zonta e um irmão, além de contratar sete pessoas como diaristas para operações de colheita, transporte, moagem e processamento dos derivados.

⁵¹ Contudo, esta retomada de raízes com a agricultura é parcial, pois nessa agroindústria a família Jotti não faz a agregação de valor às suas matérias-primas, que são compradas de outros atores locais e agricultores, sendo que a agroindústria só faz a transformação alimentar e as vendas dos produtos.

Figura 10: Fotos da experiência da Agroindústria Zonta, antiga Natufred (Frederico Westphalen).



Fonte: Pesquisa de campo (2011).

A agroindústria Zonta se origina de três processos integrados. Primeiro, o curso superior feito pelos dois sócios em Ciências Contábeis, que lhes ampliaram os horizontes de conhecimentos, no sentido de visualizar as potencialidades do próprio negócio. Contribuiu também a influência de um Agrônomo da EMATER com a sua experiência e conhecimentos sobre a produção e processamento de uvas. Terceiro, os agricultores fizeram um curso sobre técnicas de processamento de uvas na Fazenda Souza, em Caxias do Sul, um Centro de Treinamentos administrado pela Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO), ligado ao Programa da Agroindústria Familiar (PAF/RS). A agroindústria é formalizada na parte ambiental (junto ao Município de Frederico Westphalen), fiscal e jurídica (Alvará de Funcionamento, Nota do Bloco do Produtor Rural e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ) e sanitária (Registro no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento- MAPA). A agroindústria ainda tem liberação do PAF para usar o Selo Sabor Gaúcho.

O Quadro 3 sumariza os principais motivos pelos quais as sete agroindústrias se originaram nas famílias e no contexto institucional local. De maneira geral, unifica-se o surgimento das agroindústrias devido a quatro vetores principais. Primeiro, os processos de aumento dos custos de produção na agricultura devido à aquisição externa de insumos e tecnologias. Também a queda das rendas agrícolas, em função dos baixos preços recebidos pelos produtos agropecuários. Estes dois movimentos associados estreitaram as condições de reprodução social dos agricultores. Este processo chama-se *squeeze*⁵² (PLOEG, 2008).

⁵² A tradução para a palavra *squeeze* significa “aperto”, “compressão” ou “estreitamento”. É a situação gerada pelo processo de modernização da agricultura, em que os agricultores são comprimidos entre, de um lado, o aumento dos custos de produção de insumos e tecnologias externas a propriedade e, de outro, pela diminuição

Quadro 3: Principais motivos que levaram as famílias a constituir as agroindústrias nas propriedades rurais.

Nº	INICIATIVAS	MOTIVOS DE SUA CRIAÇÃO/SURGIMENTO
1	Agroindústria Prevedello (Caiçara)	- Exemplo de um vizinho que fazia a cachaça. A família Prevedello adquiriu dele os primeiros equipamentos para a sua agroindústria; - Geração de maiores rendas do que as outras atividades na dinâmica da propriedade rural; - Ocupação do “tempo livre” das outras atividades no período invernal.
2	Cooperativa Biorga – (Filial de Erval Seco)	- Curso de Agroecologia através da Igreja Luterana para aprender os conhecimentos iniciais sobre a produção orgânica de grãos alternativos. O curso foi desenvolvido através da ONG Terra Nova de Mondai/SC; - Visita a uma indústria de óleos convencionais em Panambi, em que foram adquiridos alguns conhecimentos sobre o processamento de óleos vegetais; - Assessoria técnica em Agroecologia através do Centro de Apoio aos Pequenos Agricultores (CAPA – Mondai/SC).
3	Strack Alimentos Naturais (Caiçara)	- A família quando era agricultora sempre transformou pequenas quantidades de cana para comercializar na forma de derivados, principalmente o açúcar mascavo, sendo a atividade uma tradição familiar; - Habilidade e conhecimentos de comércio possuídos pelo Senhor Strack e a participação em um Seminário sobre produtos naturais promovidos pela Associação Comercial e Industrial (ACI – Frederico Westphalen/RS); - A família compra uma indústria de cana de um grupo urbano privado de 27 sócios do Município de Caiçara, constituindo a atual Agroindústria Strack Alimentos Naturais.
4	Agroindústria Gehen (Seberi)	- A produção de erva-mate artesanal (primeiro de carijo e depois de barbaquá) é feita pela 4ª geração na família, sendo uma atividade histórica; - Os conhecimentos e habilidades históricos de produção e processamento de erva-mate que foram repassados intergeracionalmente dentro da família.
5	Agroindústria Ludke (Constantina)	- História e conhecimentos familiares de produção dos derivados do leite, especialmente dos queijos para autoconsumo sempre estiveram presente na família; - Visitas a outras iniciativas de agroindustrialização no RS e SC para adquirir conhecimentos de como se organizavam e confeccionavam os alimentos; - Incentivo por parte do poder público municipal e de outras instituições locais (EMATER, STR, Secretaria da Agricultura) para a implantação de agroindústrias no município e construção de um programa de agroindustrialização familiar.
6	Agroindústria Jotti (Constantina)	- Possibilidade de com a agroindústria o irmão retornar de São José dos Campos/SP e ficar com a família no município; - Com a iniciativa, a família teria seu próprio negócio e renda; - Apoio da Prefeitura Municipal e demais instituições locais (EMATER, Secretaria da Agricultura) para que fossem usados um prédio já construído e alguns equipamentos que este tinha no seu interior.
7	Agroindústria Zonta (antiga Natufred) (Frederico Westphalen)	- Cursou Ciências Contábeis, sendo que o curso o incentivou a colocar um negócio próprio na agricultura, e os próprios sócios da experiência já pensavam dessa forma; - Influências de um Agrônomo da EMATER de Frederico Westphalen que os convenceu que deveriam investir na produção de uvas, seja para vendas <i>in natura</i> e/ou processada; - Os sócios fizeram um curso de processamento de uvas na Fazenda Souza, da FEPAGRO, em Caxias do Sul, no qual apreenderam os conhecimentos para a nova atividade, fato decisivo para fortalecer suas convicções em torno da confecção dos novos produtos na unidade.

Fonte: Pesquisa de campo (2011)

nos preços dos principais produtos agrícolas e alimentos, gerando um processo de queda constante na rentabilidade das atividades produtivas.

Segundo, os agricultores buscam alternativas a esse tipo de desenvolvimento da agricultura, já que não conseguiram ficar inseridos nas cadeias longas. Para efetuar isso, as famílias se utilizam proativamente de diversas estratégias para montar suas agroindústrias, como fazer uso dos seus conhecimentos, recursos existentes na propriedade, buscam recursos públicos, produzem suas próprias matérias-primas, trocam experiências com vizinhos, recontextualizam novos conhecimentos de fora da unidade, entre outras ações. Um aspecto que chama a atenção é as famílias agirem estrategicamente, constituindo agroindústrias, no sentido de atingir maiores graus de autonomia. Esse aspecto é expresso no Quadro 3, quando alguns agricultores apontam, por exemplo, a “vontade de terem seu próprio negócio”, para não serem dependentes ou empregados de outros atores sociais, confluindo com o que apontam os estudos de Long (2001).

Terceiro, os conhecimentos históricos dos agricultores dos processos de elaboração de alimentos processados são colocados em prática, pois as famílias já tinham tradição de elaborar esses produtos (Quadro 3). A estes conhecimentos, somam-se outros tipos de conhecimentos provenientes de outras unidades, como dos agentes de desenvolvimento, serviços de extensão rural, cursos, viagens, trocas de experiências. Estes conhecimentos agem sobre uma base de recursos dos agricultores preexistente nas unidades, que são a produção diversificada das propriedades (por exemplo, o autoconsumo⁵³) e seus recursos básicos (água, terra e objetos de trabalho). Este resultado da pesquisa se une aos estudos de Stuver (2008) e Stuver e Wiskerke (2004) ao apontar que os conhecimentos tácitos e contextuais dos agricultores geram novas práticas sociais e produtivas na agricultura como as agroindústrias familiares.

Quarto, o surgimento das agroindústrias também dependeu das ações governamentais, serviços de apoio como extensão rural e do papel de algumas instituições como o Quadro 3 e a Tabela 10 mostram. Basicamente, as instituições e as ações governamentais apoiam estas agroindústrias com novos conhecimentos, fornecimento de infraestrutura para processamento dos alimentos (prédios e máquinas agroindustriais), assistência técnica e extensão rural, no processo de formalização as regras alimentares, crédito rural, entre outros suportes, como são analisados nos Capítulos 6 e 7. A conjugação destes quatro elementos mencionados de forma integrada e multifacetada na realidade das famílias e contexto institucional é que faz surgir essa nova atividade econômica e produtiva nas propriedades – as agroindústrias familiares.

⁵³ Nesta região da pesquisa, a produção para autoconsumo das famílias é expressiva e perfaz 14,85% de tudo o que é produzido nas unidades familiares (GAZOLLA, 2004).

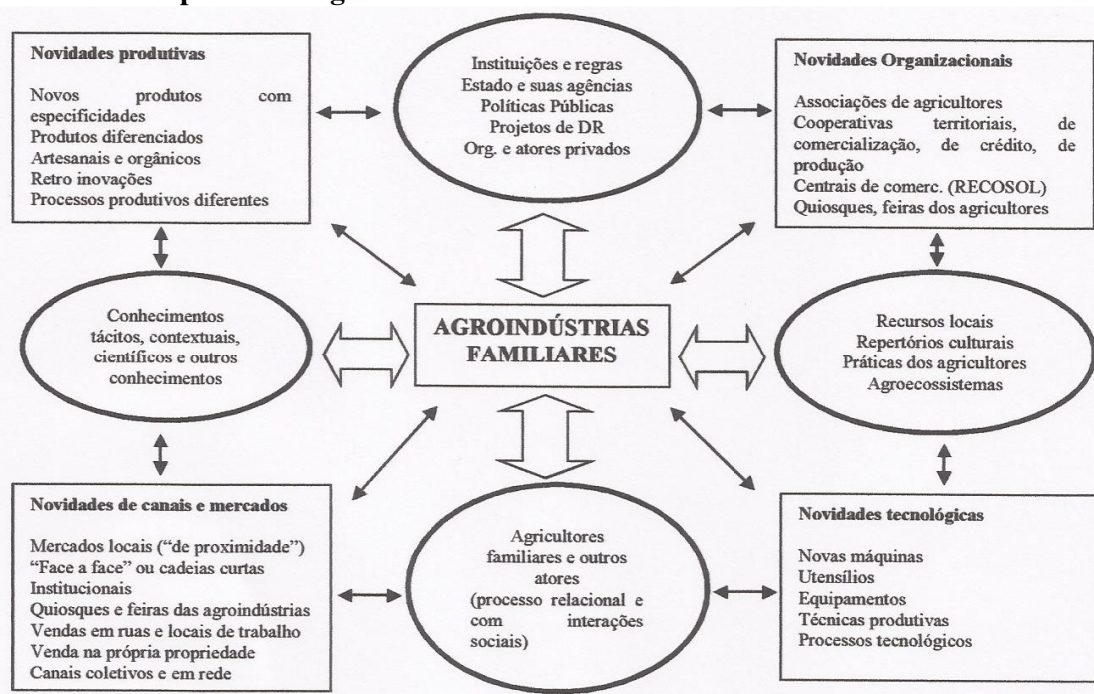
4.2 Conhecimentos, experimentações e interações dos agricultores: como eles fazem diferente?

Nesta seção, são discutidas as novidades desenvolvidas pelos agricultores familiares em suas agroindústrias. As novidades discutidas são de quatro tipos: produtivas, tecnológicas, canais de comercialização e mercados e organizacionais (Figura 11). Contudo, neste capítulo são analisadas apenas as novidades criadas internamente nas unidades agroindustriais - “porteira para dentro” – produtivas e/ou processos e tecnológicas. As produtivas são novidades como novos alimentos e processos de produção e processamento inventados pelos agricultores. As novidades tecnológicas estão ligadas à criação/adequação de novas máquinas, equipamentos e utensílios rurais e agroindustriais. As demais novidades que as agroindústrias desenvolvem, como os novos canais de comercialização e mercados e organizações sociais coletivas, caso da Rede de Comercialização Solidária das Agroindústrias Familiares (RECOSOL), serão analisadas no próximo capítulo do trabalho.

A Figura 11 apresenta um esquema geral explicativo das novidades desenvolvidas pelas agroindústrias familiares, sendo possível entender os principais fatores envolvidos na produção de novidades, sejam eles internos ou externos às unidades. Esses fatores são entendidos como multidimensionais, atores e institucionais em sua essência. Estes fatores que desencadeiam as novidades são os tipos de conhecimentos que interagem historicamente nas experiências (contextual, científico, tácitos, outros), recursos disponíveis, agroecossistemas e práticas de trabalho desenvolvidas pelos agricultores. Também são importantes as interações que os agricultores desenvolvem com outros atores sociais, pois mesmo que, em muitas agroindústrias, os conhecimentos dos agricultores sejam à base do desenvolvimento das novidades, há grande potencialização da sua produção quando os agricultores desenvolvem recontextualizações de conhecimentos exógenos às suas atividades técnico-produtivas e ao contexto institucional em estão imersos.

A Figura 11 evidencia ainda que a produção das novidades é influenciada pela atuação das instituições, políticas públicas, organizações privadas e atores sociais que têm interfaces com os agricultores e suas atividades de transformação alimentar. Em muitos casos, o ambiente institucional fortalece a produção de novidades, como, por exemplo, a existência de programas de crédito rural como o PRONAF Agroindústria. Ou pode inibir a geração de novidades, via aplicações de sanções as agroindústrias, como evidenciado no Capítulo 7 deste trabalho. Destes determinantes contidos na Figura 11, resulta a produção de novidades das agroindústrias.

Figura 11: Esquema explicativo multidimensional, ator e institucional de como surgem as novidades a partir das agroindústrias familiares.



Fonte: Elaborado pelo autor (2012).

As novidades são agrupadas em quatro tipos principais: novidades produtivas - novos produtos diferenciados, agroecológicos, com processos produtivos específicos; novidades tecnológicas - seriam aquelas em que os agricultores inventam ou adaptam novas tecnologias para produzir suas matérias-primas ou alimentos elaborados, como novas máquinas, equipamentos, utensílios; novidades mercadológicas - são os novos circuitos de vendas construídos pelas agroindústrias, como a venda direta, quiosques de comercialização, vendas locais, canais em redes e coletivos, eventos, entre outros; e novidades organizacionais - são as novas organizações sociais criadas a partir das agroindústrias como a RECOSOL e suas organizações sociais parceiras e em redes (cooperativas, associações, grupos de agricultores, pontos de comercialização).

4.2.1 As novidades produtivas desenvolvidas pelas agroindústrias

Essa seção visa a discutir as novidades produtivas geradas a partir de algumas das sete agroindústrias investigadas. O Quadro 4 apresenta as novidades geradas pelas diferentes agroindústrias, bem como suas características fundamentais. Nota-se que os agricultores

desenvolvem novidades em processos produtivos quando fazem modificações pontuais nestes processos, como ocorre na produção dos queijos temperados da Agroindústria Ludke. Em outras situações, os agricultores usam de sua criatividade ao inventar novos produtos em suas experiências. É o que ocorre nas Agroindústrias Biorga (os óleos orgânicos), Strack Alimentos Naturais (os derivados naturais de cana-de-açúcar), Gehen (erva-mate ecológica de barbaquá) e Jotti (torresmo pururuca).

Quadro 4: Tipos de novidades produtivas geradas pelas agroindústrias e suas características.

TIPOS DE NOVIDADES	O QUE FOI FEITO?	CARACTERÍSTICAS DAS NOVIDADES
Óleos de gergelim e de linhaça	Novos produtos agroecológicos	Óleos orgânicos, virgens e artesanais; não possuem refino químico industrial; certificação participativa pela ECOVIDA; recontextualização de conhecimentos externos à agroindústria.
Açúcar mascavo, melado batido, melado cotovelo e rapadura	Novos produtos naturais	Derivados naturais da cana-de-açúcar; alimentos que mantêm a artesanidade produtiva; não têm conservantes e outros agentes químicos artificiais; conhecimentos da família.
Erva-mate ecológica de barbaquá	Reintrodução da bebida artesanal (retroinovação)	Reutilização dos conhecimentos familiares sobre produção de erva-mate; produto ecológico; processo de produção artesanal e diferenciador.
Queijos temperados com salame, orégano e pimentões doces	Modificação de uma fase do processo de processamento do queijo colonial	Novo processo de produção de queijos temperados; recontextualizações de conhecimentos de fora da agroindústria; produto confeccionado a partir de leite cru.
Casquinha (torresmo “pururuca”)	Um novo produto derivado animal	Novo produto derivado da pele de suínos; processos de produção criativos e artesanais; conhecimentos aprendidos em curso de formação foram recontextualizados.

Fonte: Pesquisa de campo (2011).

Quanto às características principais das novidades produtivas desenvolvidas pelas agroindústrias, elas são provenientes de recontextualizações de conhecimentos dos agricultores com os de outros atores sociais e instituições. As novidades produtivas surgem de processos ecológicos/orgânicos/agroecológicos de produção e elaboração dos alimentos. São ainda baseadas em processos artesanais, contrapondo-se aos industriais, que usam conservantes e outros aditivos químicos em alimentos. A criatividade dos agricultores é um elemento central para geração dos produtos diferenciados e específicos. A seguir, são detalhadas como estas novidades originadas coevoluem nas agroindústrias e suas características fundamentais em cada uma das experiências investigadas.

Uma agroindústria importante na produção de novos formatos tecno-produtivos é a Cooperativa Biorga. Nesta experiência, são produzidos produtos diferenciados, como óleos orgânicos de linhaça e de gergelim, que são inovadores no contexto local da agricultura

familiar por serem produzidos somente por esta agroindústria. Além disso, os óleos dessas matérias-primas são considerados agroecológicos/orgânicos. Nesta agroindústria, os agricultores seguem os princípios agroecológicos de produção e transformação dos alimentos em todas as etapas da cadeia produtiva. Também estão enquadrados nas regras federais formais de produção de orgânicos e têm a certificação participativa da Rede Ecovida de Agroecologia (RADOMSKY, 2011). Os óleos obtidos são fabricados apenas através de processos físicos como prensagem, filtração e embalagem hermética, sem passar pelas etapas de purificação e refino químicos como é feito comumente pelas indústrias habituais de óleos comestíveis. Com estes processos manuais e artesanais de produção, obtêm-se óleos diferenciados, naturais e virgens.

Como evidencia a Figura 12, nesta agroindústria, os conhecimentos dos agricultores sobre elaboração dos alimentos interagiram com outros de fora da iniciativa para a produção dos novos produtos. A Cooperativa Biorga mobilizou um leque de alianças para ser possível a obtenção dos conhecimentos necessários ao desenvolvimento desses alimentos, como mostra a Figura 12. Por exemplo, os associados buscaram os conhecimentos sobre a produção agroecológica das matérias-primas em curso desenvolvido pela ONG Terra Nova de Mondai\SC, sendo a negociação para o curso feita pela Igreja Luterana, o principal ator a atuar no apoio da agroindústria.

Figura 12: Rede de relações construídas pela Agroindústria Biorga na produção de novidades.



Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

O trecho da entrevista com o Presidente da COOPERBIORGA mostra o papel da Igreja Luterana em formar os agricultores com preocupações relacionadas à produção de alimentos limpos e também em organizá-los em forma de cooperativa e agroindústria.

É a igreja, por trás tem a pastoral. Já tinha reuniões muito antes, antes de fazer os cursos, né. Tinha os preparatórios com a Luterana. Os preparatórios sobre essa maneira de pensar mais na vida, né. Produzir coisas mais saudáveis, né. Não contaminam o meio ambiente, né, essas coisas. Primeiro foi pensado só na associação no município, aí como a Igreja a Paróquia é de Cristal do Sul, né. Daí por fim, foi conversado em formar a cooperativa com a agroindústria, daí fomos atrás das partes legais de como organizar e o que precisava (Entrevista 2: COOPERBIORGA, Erval Seco, Abril de 2011).

Também contribuíram com novos conhecimentos para a experiência da Biorga visitas feitas a uma feira e experiências orgânicas em Santa Rosa/RS, através dos serviços do SEBRAE. Os associados foram confrontados ainda com os conhecimentos convencionais de elaboração de óleos de uma indústria tradicional de Panambi. O Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) de Mondai\SC, Secretaria da Agricultura e EMATER de Erval Seco também lhes prestam assistência técnica e conhecimentos na área da produção diferenciada de alimentos orgânicos (Figura 12). Na parte de operacionalização das máquinas da agroindústria, a empresa Ecirtek, de São Paulo, lhes ofereceu um curso básico. A própria Cooperativa Biorga também é um ator importante por funcionar em rede com outras filiais no sul do país (principalmente em municípios de SC), permitindo a troca de conhecimentos entre os seus associados e a construção de interfaces com outros atores sociais e grupos que desenvolvem a produção orgânica.

Outra experiência que desenvolve produtos com formatos técnico-produtivos diferenciados é a Agroindústria Strack Alimentos Naturais (Figura 13). Como o nome sugere, os derivados da cana-de-açúcar produzidos, como o açúcar mascavo, rapadura, melado e melado fino, também conhecido como “melado cotovelo”, são originários de processos de produção naturais. A fabricação orgânica dos alimentos é uma característica em toda a cadeia produtiva, desde a produção da matéria-prima, elaboração dos alimentos, armazenamento e comercialização. O processo produtivo é feito de forma artesanal, procurando manter a qualidade ecológica dos alimentos.

Inicialmente a cana é cortada, carregada manualmente e a família não usa fogo na despalha. Depois a matéria-prima passa pela moagem em engenho mecânico de três moendas (“ternos”), extraindo-se o caldo da cana (“garapa”). Dessa “parte suja” da agroindústria, o caldo segue por calhas, por gravidade, para a “parte limpa”, onde é depositado em reservatório, geralmente por 1 a 2 horas. Deste local, é bombeado aos tachos de fervura a vapor para sofrer o processamento em um dos produtos, por exemplo, açúcar mascavo, que é o principal produto. Nesta fase, são utilizados o calor e a evaporação da água como métodos de conservação, deixando os derivados ao natural. Dessa parte da agroindústria, os produtos

são embalados e comercializados, não havendo adição de substâncias químicas ou conservantes.

Essa qualidade ecológica dos produtos da agroindústria e a capacidade de inovar criando produtos derivados da cana-de-açúcar naturais são os diferenciais da Agroindústria Strack, como o relato do agricultor evidencia.

Aqui o produto que nós produzimos nós consumimos, tem que mostrar isso pra o consumidor, tem que ser direto. Com certeza, a parte da produção natural é um diferencial, é um dos pontos fortes que tem a empresa. E nós estamos sempre inovando o nosso produto e nunca se para de buscar (se refere aos conhecimentos necessários). Mas o produto tá bom? Será que não dá para melhorar? O que podemos fazer de diferencial de outras agroindústrias? Então isso eu acho que é um ponto positivo da nossa empresa (Entrevista 3: Agroindústria Strack Alimentos Naturais, Caiçara, abril de 2011).

Como comentado anteriormente, a produção dos derivados da cana sempre foi do conhecimento da família. Esse foi o ponto de partida da atividade. Depois contribuíram outros conhecimentos de fora da propriedade. Por exemplo, os conhecimentos de um seminário organizado pela ACI de Frederico Westphalen sobre perspectivas de futuro para agricultura, em que se ressaltava a produção ecológica como uma das estratégias de avanço na sustentabilidade dos processos produtivos. Outra estratégia é a troca de informações entre as próprias agroindústrias em visitas/viagens, feiras, exposições, reuniões ou outros eventos públicos do setor, pois o Senhor Strack faz questão de ressaltar que os conhecimentos em torno da produção da cana-de-açúcar e sua transformação para a produção dos alimentos diferenciados são difíceis de serem encontrados nas instituições formais e organizações.

Figura 13: Açúcar mascavo natural da Agroindústria Strack (à esquerda) e erva-mate ecológica de barbaquá da Agroindústria Gehen (à direita).



Fonte: Pesquisa de campo (2011).

Como o seu relato do Senhor Strack evidencia, a maior parte destes conhecimentos provém dos processos de experimentações que os agricultores fazem (aprendizagens tácitas), às vezes, avançando, em outras errando, mas sempre tentando melhorar a ajustar os conhecimentos às suas rotinas, necessidades das atividades e práticas de trabalho (STUIVER, 2008).

Infelizmente, nós somos pessoas pobres em conhecimentos, a nossa parte técnica deixa a desejar, tanto a EMATER, SENAR e SEBRAE têm alguma coisa, mas é alguma coisa só. Infelizmente, 98% é criado pela própria agroindústria ou pelas próprias agroindústrias da região aqui, você vai mudando, você vai errando, né, testando e perguntando para o vizinho da agroindústria do lado (Entrevista 3: Agroindústria Strack Alimentos Naturais, Caiçara, abril de 2011).

O agricultor também faz experimentações com variedades de cana, tentando identificar as mais adaptadas à atividade. São observados parâmetros como adaptação ao solo, °Brix de açúcar (medida em graus de açúcar da doçura da cana), aspectos do desenvolvimento da cultura, incidência de doenças, resistência a geadas, adubações diferentes etc. Estes testes são fundamentais, pois de uma boa matéria-prima é que são obtidos alimentos com qualidade agroecológica na fabricação. Isto é feito em rede com outros atores como o Senhor Prevedello, técnicos da Secretaria da Agricultura local, SENAR, SEBRAE, UFSM, trocas de experiências com outros agricultores, EMATER, Comitê Regional da Cana e Derivados, entre outros. O caso do Senhor Strack é um típico exemplo das experimentações que os agricultores desenvolvem, visando a melhorar seus conhecimentos sobre uma determinada atividade como os estudos têm ressaltado (STUIVER, 2008; STUIVER; WISKERKE, 2004).

Na Agroindústria Gehen, também há geração de novos formatos sociotécnicos de produção, mais assentados com a preocupação com os recursos naturais. Nesta agroindústria, há produção de uma bebida antiga e artesanal - o mate. A erva-mate ecológica de barbaquá pode ser vista na Figura 13. Tudo começa com a plantação dos ervais. Eles ocorrem de maneira natural em meio às demais árvores, capões, pequenas florestas e campos que a família possui. Seu manejo é realizado sem o uso de agrotóxicos, adubos químicos e inseticidas, mantendo as plantas em seu estado natural, pois, segundo o Senhor Gehen, é a partir de “uma erva natural que se faz um bom chimarrão”. Inclusive, as novas mudas são produzidas pela família a partir das sementes de plantas já existentes na propriedade.

É dessa matéria-prima orgânica que é obtida a erva-mate de barbaquá. A bebida é produzida de forma artesanal, com processos manuais de confecção e operações de processamento que mantêm as características típicas e naturais do produto. A erva é colhida

manualmente pela família e transportada em carroça (recentemente a família adquiriu uma caminhonete). Depois passa, respectivamente, pelos processos de sapeco, secagem, cancheamento (moagem grossa), moagem fina (soque) e embalagem final. Todas as operações são realizadas na estrutura da agroindústria, que foi montada pela própria família, tendo por base um galpão construído de madeira. O calor usado no sapeco e secagem é produzido pela queima de madeiras da propriedade, sendo conduzido por um túnel subterrâneo até o produto onde se desenvolve a sua ação desidratante.

A ação do calor consiste na secagem da erva pela evaporação da água existente, único processo de conservação utilizado no produto, além da embalagem final e armazenamento em condições adequadas (temperatura, umidade e longe do contato com o sol/luz). A título de comparação, na marcha do processo produtivo da erva-mate industrial, o tempo de fabricação é recorde, já que em um dia a erva está pronta para ser embalada. Na erva-mate industrial, os processos são acelerados, feitos por máquinas, e a erva é confeccionada por processos fordistas de produção em massa. Já no processo produtivo da família Gehen, o produto leva em torno de uma semana para ficar pronto, devido à artesanidade presente, ao tempo certo para a secagem da erva-mate e a outros processos envolvidos como cancheamento e moagem final. Dessa forma, a família mantém as propriedades naturais do produto (sabor, aroma, “perfumes”) e a artesanidade dos processos de fabricação, que são os diferenciais da bebida.

A família sempre produziu a erva-mate de barbaquá desde 1973, mas houve um período, principalmente nos anos 90, em que esse tipo de erva-mate foi desvalorizado pelos consumidores e compradores, pois começou a sobressair-se a “erva-mate de indústria” como o Senhor Gehen a define. Nesse período, a família continuou fabricando a bebida só para consumo e para uns poucos compradores, geralmente seus vizinhos de comunidade, mas conservando os conhecimentos históricos de seu processamento. No início do século, há uma reviravolta nesta conjuntura, no sentido de uma revalorização do produto pela sociedade, e a família começa incrementar a produção conforme a demanda crescia do lado dos consumidores, como é possível observar no depoimento do Senhor Gehlen.

A erva já vem de tradição, eu mesmo desde 73 já fabricava a erva. Só que de uns anos atrás quando entrou a indústria de erva-mate o barbaquá caiu bastante, às vezes, se fazia só para o gasto. Às vezes, fazia para o gasto e para os vizinhos que não gostavam da erva da indústria. E daí a gente continuou fazendo do mesmo jeito. Daí depois a gente continuou, e as pessoas começaram a vir pedir daquela erva que nós estávamos fazendo e tomando mate, aquela primeira lá de monjolo que foi deixado para trás, porque a gente continuou fazendo para nós, e o pessoal começou a pedir. Começaram a não gostar daquela erva da indústria e começaram a pedir para a gente de novo. Conforme vieram vindo os fregueses, a gente vinha aumentando, ia

faltando a erva. A gente foi fazendo um pouquinho mais, foi aumentando e daí que foi feita essa estrutura ali (Entrevista 5: Agroindústria Gehen, Seberi, abril de 2011).

O caso da erva-mate de barbaquá é uma novidade, pois a agroindústria Gehen é a única que produz a bebida dessa forma, utilizando-se de conhecimentos que só esta família possui, que não são encontrados em instituições locais e outros atores. Também pode ser considerado um caso de retroinovação (STUIVER, 2010), pois os conhecimentos foram novamente reintroduzidos como uma atividade inovativa da família junto à região, aos compradores e consumidores. Isso ocorreu em função de dois fatores: primeiro, por causa de a erva-mate industrializada, que faz parte do regime sociotécnico alimentar prevalecente, passar a ser vista como uma bebida de “menor qualidade” pelos consumidores, que passaram a procurar a erva-mate natural produzida anteriormente com aqueles conhecimentos antigos e artesanais da família; segundo, porque a família agiu estrategicamente e soube aproveitar a janela de oportunidade que se abriu no flanco do regime estabelecido (*window of the opportunity*) para reinserir o produto nos novos circuitos de mercados que estavam demandando o produto.

A agroindústria da família Ludke também é importante para discutir a produção de novas configurações sociotécnicas. No caso dessa agroindústria, há produção de queijos específicos regionalmente, como os temperados com salames, orégano (uma erva medicinal e aromática) e com pimentões doces (Figura 14). A matéria-prima é produzida pela família na sua quase totalidade, sendo adquirida em torno de 30% de familiares, vizinhos ou comunidade local. O leite é produzido a pasto pela família e pelos fornecedores de quem a família adquire partes da produção, sendo utilizados baixos níveis de insumos externos na sua produção como rações, insumos, medicamentos animais, entre outros.

No processamento dos queijos temperados, o que a família fez foi modificar uma das fases cruciais do processo de fabricação dos chamados “queijos coloniais” fabricados no RS. Os queijos são confeccionados seguindo-se as etapas de obtenção do leite (ordenha), filtração, aquecimento do leite cru a 50-60°C (sem pasteurização, que é uma etapa industrial de produção dos queijos), manutenção em repouso com a adição de coalho e CaCl para coagulação proteica e formação da massa. Depois procede-se à salga da massa e à sua separação do soro, sendo que é nessa fase que a família introduziu a modificação em relação aos outros queijos coloniais. Tradicionalmente, a massa seria enformada e posta a enxugar o excesso de soro, sendo depois retirada da forma, curada (por tempo variável e a gosto) e comercializada.

A família Ludke, antes de enformar a massa, adiciona juntamente com o sal o tempero diferenciador dos queijos, misturando-os e deixando alguns dias em repouso (processo chamado de maturação dos queijos) para que haja interação entre os ingredientes. São adicionados, separadamente, para cada tipo de massa, pequenos pedaços de salames, orégano ou pimentões doces, resultando no queijo temperado com salame, orégano e pimentão doce. Estes são alimentos diferenciados em sabor, aroma e palatabilidade, sendo considerados novidades produtivas dessa agroindústria pela modificação pontual de uma das fases de processamento.

O relato do Senhor Ludke ilustra como o processo de produção dos queijos temperados é feito. Na Figura 14 também é possível visualizar o queijo temperado com salame.

Na verdade, o processo é o mesmo do queijo colonial e só no final, no acabamento é que vai o tempero, vai na massa, para colocar nas formas. Prepara com a massa final, os ingredientes que vão, os temperos lá antes de enformar. O processo em si é o mesmo para todos, mas o que vale é a mistura que você vai fazer lá no final. Fizemos queijos temperados com salame, com orégano, com pimentões doces, estes tipos de temperos aí. Cada tempero vai separado em um queijo, em cada produto é um ingrediente. Vendem demais estes queijos! Nas feiras, em Porto Alegre, Brasília, Rio de Janeiro, isso aí é uma loucura! É porque é um produto diferente e que na verdade até então ninguém fazia. Com certeza, tem um sabor diferente (Entrevista 7: Agroindústria Ludke, Constantina, abril de 2011).

Figura 14: Queijo temperado da Agroindústria Ludke (à esquerda) e torresmo pururuca da Agroindústria Jotti (à direita).



Fonte: Pesquisa de campo (2011).

A base para produção destes queijos temperados foram os conhecimentos da família, que, historicamente, fabricava queijos coloniais, que sempre foram feitos para o consumo e comercialização em pequenos excedentes. No caso dos temperados, esses conhecimentos interagiram com os de outros atores sociais, que os apoiaram. No processamento destes

alimentos, a mulher do Senhor Ludke fez um curso de um mês no Centro de Formação de Agricultores da Emater, em Montenegro/RS, ligado ao PAF/RS. Neste curso, a Senhora Ludke aprendeu as técnicas para fazer queijos temperados e as modificações implementadas no seu processo produtivo. Estes dois tipos de conhecimentos se integraram à atividade para produzir as novidades, recontextualizando-se localmente, como os estudos da área evidenciam (PLOEG et al, 2004; MILONE, 2009; BRUNORI et al, 2009a).

Outra iniciativa produtora de novos formatos sociotécnicos é a Agroindústria Jotti, que se destaca por produzir um novo alimento derivado dos suínos abatidos, o produto é chamado de casquinha ou torresmo “pururuca” (Figura 14). Ele é um alimento diferenciado obtido a partir do couro dos suínos, sendo similar ao torresmo comum prensado encontrado nas regiões coloniais do RS. As diferenças estão nas etapas do processo de produção que fazem surgir um produto novo. Depois do abate do suíno, é feita a separação do couro do animal da carcaça. Do couro, são retiradas partes de gordura existentes, pelos e demais partes que o compõem, restando somente parte da pele do animal.

Esta pele é colocada em água a ferver por um período não determinado, sendo definido pelo ponto em que a pele começa a se tornar gelatinosa, segundo o Senhor Jotti. Isso tudo é definido pelos conhecimentos práticos do agricultor, sem uso de aparelhos técnicos. Nessa fase, é retirada a pele da água fervente, deixa-se secar à temperatura ambiente e depois procede-se à separação em partes menores, picando-a do tamanho desejado para depois serem embaladas e comercializadas. De maneira geral, o tamanho varia de (2 a 3 cm) x (2 a 3 cm) quadrados.

A fase posterior de produção é a fritura da pele na gordura retirada dos próprios animais, a chamada “banha de porco”. O alimento fica em fritura por um período também indeterminado, sendo o ponto final de fritura atingido pela observação prática do agricultor sobre a pele, que deve estar cozida. O produto é retirado da fritura, deixa-se secar e esfriar novamente à temperatura ambiente. Depois os pedaços de pele são colocados a fritar novamente, fazendo o mesmo processo, observando-os. Quando a pele “estoura”, nas palavras do agricultor, o torresmo pururuca está pronto, sendo retirado da fritura e deixado esfriar à temperatura ambiente. O “estourar” a que o agricultor refere-se, é quando a pele atinge um determinado nível de crocância e expansão, as duas características principais que indicam o ponto final do alimento. Depois disso, o produto é temperado, geralmente com sal, mas podem ser usados também outros temperos, como alho, salsa e outras ervas condimentares e aromáticas (na prática, tempera-se segundo o gosto dos consumidores). Na sequência, o

pururuca é embalado em pequenos sacos plásticos de 200gramas nos quais é comercializado pela agroindústria (Figura 14).

O relato do Senhor Jotti ilustra como é produzido o torresmo pururuca, dando uma descrição das etapas de processamento deste novo alimento confeccionado pela agroindústria.

Separa só o courinho. Raspa todo ele e tira a gordura e pelos. O certo seria ferver ele na água e quando ele começa a ficar em ponto de gelatina, tira ele fora da água e deixa secar, pica ele e frita na banha. Mas que nem nós a gente faz ele um pouco diferente, a gente raspa o courinho, já pica ele e frita na banha que nem fosse fritar o torresmo. Quando o courinho, a casquinha está seca tira e deixa esfriar e depois põe ele a fritar de novo. Ele se abre, se expande e fica crocante. Ele estoura que nem a bistequinha aquela. Sai dessa segunda fritura pronta para embalar. Daí vai o sal, se tempera e embala. Só sal, mas se quiser pode pôr alho, salsa, com outras coisas também (Entrevista 10: Agroindústria Jotti, Constantina, abril de 2011).

Neste caso do torresmo pururuca, novamente os conhecimentos dos agricultores foram complementados pelos conhecimentos das instituições, pois a família Jotti aprendeu a fazer a casquinha em um curso de processamento de derivados de suínos, desenvolvido no Centro Regional de Formação Profissional de Agricultores de Nova Petrópolis (CETAMP), que é ligado ao sindicato e à EMATER de Nova Petrópolis/RS. As instituições são um apoio fundamental à produção de novidades dos agricultores, mesmo que os conhecimentos repassados a eles sejam depois recontextualizados pelas famílias para serem usados nas agroindústrias, já que a família modificou a receita original da casquinha apreendida no curso e o faz de uma forma única na região. Em função disso, o torresmo pururuca é considerado uma novidade da Agroindústria Jotti.

4.2.2 As novidades tecnológicas inventadas/adequadas à realidade sociotécnica

Nesta seção, são discutidas as novidades das agroindústrias, enfocando os novos processos tecnológicos que as famílias envolvidas desenvolvem. As novidades tecnológicas, como são denominadas estas invenções técnicas dos agricultores, são adaptações e/ou fabricação de novas máquinas, equipamentos, utensílios rurais e agroindustriais. Estas invenções são criadas pelos próprios agricultores com base nos seus conhecimentos e práticas históricas na atividade, mas também contam com a ajuda de algumas instituições, atores sociais públicos e privados e serviços de aprimoramento dos conhecimentos técnicos na agricultura como a extensão rural.

No Quadro 5, são elencados os tipos de novidades tecnológicas e algumas das suas características chave. Há novidades tecnológicas como a invenção e/ou adequação de (novas)

máquinas e equipamentos como ocorre nas Agroindústrias Prevedello e Strack. Em outras experiências como a Agroindústria Gehen, a família utilizou-se de sua criatividade e conhecimentos de quatro gerações para construir suas próprias tecnologias autóctones de processamento da erva-mate de barbaquá. Já a Agroindústria Zonta chama a atenção para o fato de desenvolver um sistema de biodigestão de esterco suíno, do qual é gerado o biogás metano, utilizado como fonte de energia nas operações de processamento dos alimentos da agroindústria.

Quadro5: Tipos de novidades tecnológicas desenvolvidas nas agroindústrias e suas características fundamentais.

TIPOS DE NOVIDADES	O QUE FOI FEITO?	CARACTERÍSTICAS DAS NOVIDADES
Máquina agrícola (de sulcar, adubar, plantar e pulverizar); carretas de transporte de cana; moenda de cana; decantador por gravidade; elevador por correntes, tanque de armazenamento de caldo; dornas (abastecimento, garapa, com e sem frio, fermentação); dornas de aguardente e torres de destilação.	Invenção de novas máquinas, equipamentos e utensílios usados na propriedade rural e processamento da cana-de-açúcar.	Recontextualização dos conhecimentos tecnológicos; baixos custos de produção; aumento dos níveis de autonomia familiar na atividade; máquinas e equipamentos adequados à realidade sociotécnica.
Readaptação da moenda de cana; dos tachos a vapor para fazer açúcar mascavo e da caldeira de produção de vapor; fabricação de correia de transmissão entre engrenagens.	Readaptação de máquinas e equipamentos novos e usados.	Trocas e recontextualizações dos conhecimentos; máquinas e equipamentos “ambientalmente corretos”; menores custos de produção.
Sapegador de rolete; secador tipo arapuca; cancheador e túnel de calor para secagem da erva-mate.	Criação de novas máquinas e equipamentos usados no processamento da erva-mate ecológica de barbaquá.	Uso dos próprios conhecimentos da família de quatro gerações; máquinas e equipamentos autóctones; menores custos de produção; baixo grau de dependência ao ambiente institucional.
Sistema de produção de energia pela queima do gás metano (biodigestor) produzido pelo esterco suíno.	Desenvolvimento de um novo sistema de produção de energia limpa para a agroindústria.	Sustentabilidade ambiental; energia limpa (biogás); recontextualizações de conhecimentos; economia nos custos de produção.

Fonte: Pesquisa de campo (2011).

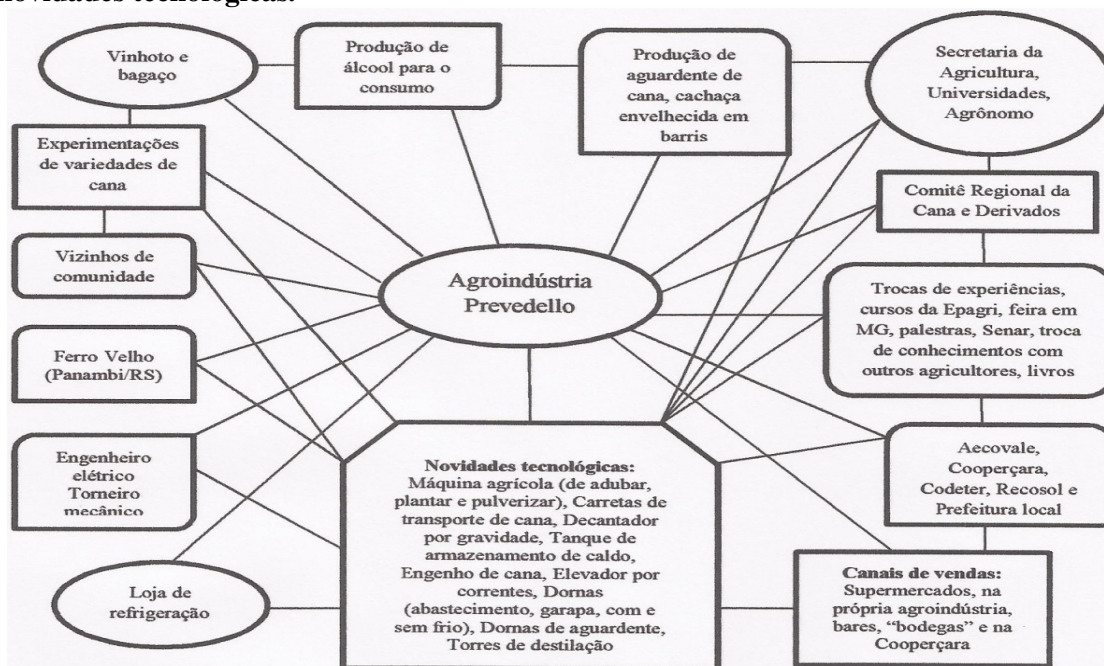
Como características principais das novidades tecnológicas geradas pelas agroindústrias familiares destacam-se a recontextualização dos conhecimentos usados nas iniciativas, o aumento de autonomia dos agricultores frente ao contexto institucional, a existência de menores custos de produção devidos à invenção de máquinas e equipamentos mais baratos, a produção de energia limpa (biogás de esterco suíno), aumento da sustentabilidade ambiental em algumas experiências e uso de tecnologias mais adequadas à realidade sociotécnica das agroindústrias (Quadro 5). Na sequência, são analisadas cada uma das agroindústrias investigadas que geraram novidades tecnológicas, destacando-se os

processos sociais responsáveis pelo surgimento das novidades, como elas coevoluíram nas iniciativas e nas suas características centrais.

A primeira experiência analisada é a da Agroindústria Prevedello. A Figura 15 evidencia as novidades tecnológicas inventadas pelo agricultor e as diferentes relações sociais e conhecimentos que a iniciativa mobilizou para ser possível a produção das novidades. Esse agricultor é de uma imensa criatividade em montar suas máquinas, equipamentos e utensílios usados em toda a cadeia produtiva de agroindustrialização, desde o plantio, cultivo da cana-de-açúcar até o processamento da cachaça. O agricultor utiliza-se dos seus próprios conhecimentos sobre as variedades de cana e também sobre as tecnologias que utiliza/inventa na agroindústria.

Tudo começa nas lavouras de cana em que o agricultor faz experimentações com variedades da cultura, para avaliar as mais adequadas ao solo, clima, geadas, adubações, espaçamentos, teor de açúcar produzido, entre outros parâmetros. Este processo social de experimentações que o Senhor Prevedello faz, assemelha-se ao que Stuver e Wiskerke (2004) chamam de agricultores experimentadores. Nesse trabalho das variedades de cana, o Senhor Prevedello tem o apoio de um Agrônomo da Secretaria da Agricultura de Caiçara na parte de conhecimentos científicos da cultura e do Senhor Strack, com quem troca informações e experiências, conduzindo em conjunto a seleção das melhores cultivares.

Figura 15: Rede de relações construídas pela Agroindústria Prevedello na produção de novidades tecnológicas.



Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

Ainda com relação à cultura da cana-de-açúcar, o agricultor inventou uma máquina muito dinâmica, que faz quatro operações em conjunto na implantação dos canaviais. A novidade reside em essa máquina não ser encontrada nos mercados existentes para a cultura com as inúmeras funções que ela executa. A referida máquina abre valas de plantio de cana, coloca as partes vegetativas da cultura e fecha as valas, soterrando-as. Coloca os adubos necessários incorporados na mesma operação, porém, em níveis separados das camadas do solo (os adubos ficam abaixo da parte vegetativa plantada). Ela ainda pulveriza os agrotóxicos quando necessários à cultura, em conjunto com o plantio. Em apenas uma máquina o agricultor colocou quatro funções (abrir valas, adubar, plantar e pulverizar), evidenciando a inventividade do processo social. É claro que estas etapas descritas não se referem ao processamento agroindustrial, mas elas são operações essenciais à obtenção da matéria-prima, que vai servir à fabricação da cachaça.

O relato do Senhor Prevedello deixa claro o processo de invenção da máquina multifuncional acima descrita.

Até hoje ninguém me ajudou, nem com ideias. Sei lá eu tenho uma facilidade de assim, de forma projeto dentro da cabeça pra depois forma no papel, né, só que eu fico pensando muito tempo e virando os meus ferros aí para ver o que se adapta melhor. Vendo e pegando as peças, vendo o que se adapta melhor. Que nem aquela plantadeira de cana ninguém me disse: “Olha é assim, assim, assado”. Nunca vi, nem em foto ou na TV essa plantadeira. Sempre mostram colheitadeira, mas plantadeiras não mostram (Entrevista 1: Agroindústria Prevedello, Caiçara, abril de 2011).

Com relação à agroindustrialização da cana-de-açúcar, o agricultor desenvolveu várias máquinas, equipamentos e utensílios, com diferentes funções (Figura 15). Ele construiu também carretas de transporte da cana para a moagem, que são também utilizadas no transporte dos resíduos de moagem da cana (bagaços). A moenda de cana foi comprada de um vizinho que não a utilizava e foi readaptada com novas peças e acessórios que melhoraram seu desempenho, especialmente nos níveis de extração do caldo de cana, que ultrapassa os 70% existentes na cana⁵⁴. Desenvolveu também outros utensílios como o decantador por gravidade que foi feito com lâminas cortadas de polietileno duro, utilizando-se do princípio da gravidade (diferentes níveis entre as partes) para decantar as impurezas do caldo de cana, limpando-o sem o uso de outras energias.

⁵⁴ Segundo informações colhidas durante a pesquisa de campo, a maioria das moendas existentes nos mercados não chega aos 70% de extração do caldo da cana. Por isso, a moenda do Senhor Prevedello é muito eficiente, quando comparada às demais.

O agricultor também desenvolveu inúmeros tanques de armazenamento de caldo, dornas (para o abastecimento da fermentação, garapa, com e sem frio artificial, fermentação) e dornas de armazenamento da aguardente já pronta. Todas foram montadas com caixas plásticas adquiridas e cortadas ao meio, nas quais o agricultor colocou um novo fundo soldado com colas especiais para o polietileno com fibras, fazendo duas caixas onde havia apenas uma. Em muitas destas caixas, o agricultor instalou um sistema de refrigeração elétrica, com serpentinas de cobre que conduzem o gás de refrigeração para manter a temperatura de fermentação em condições ideais e constantes (26 a 30° C), para que deste modo ocorra perfeitamente a formação do álcool na cachaça.

O agricultor também construiu as duas torres de destilação (“alambiques”) que existem na agroindústria com base nos seus conhecimentos (Figura 15). O Senhor Prevedello relatou que as reconstruiu quatro vezes, pelo fato de as primeiras não terem ficado ideais para a destilação da cachaça, assim, o agricultor foi fazendo experimentações em torno da melhor forma de construí-las. As torres atuais têm capacidade para 1.500 litros. Na parte inferior, elas têm entrada para o fogo que aquece o caldo fermentado. Sua base é feita de tijolos e cimento e serve para fixar a estrutura. A parte da torre de destilação foi construída toda em cobre, saindo na parte de cima dos tijolos, onde há os relógios controladores de pressão interna, temperatura e vapor d’água. Há nestas torres também um sistema de reaproveitamento da água quente, que recircula no sistema, economizando energia.

O trecho da entrevista com Senhor Prevedello evidencia como foram desenvolvidas algumas dessas novidades, ressaltando a necessidade de inventar/adequar máquinas e equipamentos que sejam mais econômicos para a agroindústria (para haver diminuição dos custos produtivos) e também adaptados à sua realidade social na atividade.

Não consigo olhar uma coisa e copiar, tem que sempre tentar melhorar, nem que às vezes se estrague, mas tem que ser diferente. Isso adaptado à realidade daqui. Tu tens necessidade de mudar, mas não tem dinheiro pra comprar, apesar de que o que tem ali, você encontra o engenho ali com redução, mas com elevador, com aquelas outras coisas você não encontrar, né (nos mercados). Aquela esteirinha fui eu que inventei né. Tem aquela caixa ali (o decantador do caldo), o elevador. Tem a parte dos alambiques ali, aquele sistema de fogo eu não vi em lugar nenhum, que é um aproveitamento muito grande (de energia). E agora tem aquele outro sistema de refrigeração, pode ter em outro lugar, mas até agora eu não vi ninguém falando que tem esse sistema (Entrevista 1: Agroindústria Prevedello, Caiçara, abril de 2011).

Para desenvolver todas estas novidades descritas, o agricultor utilizou-se dos seus conhecimentos históricos na produção da cachaça, mas também se alicerçou nos conhecimentos de outros atores privados e públicos como evidencia a Figura 15. No rol dos

atores privados, foram importantes os vizinhos da comunidade no início da atividade, fornecendo os primeiros conhecimentos sobre elaboração da cachaça. Há um ferro velho em Panambi/RS, onde o agricultor compra as peças necessárias aos seus inventos. Um engenheiro mecânico e elétrico e uma loja de refrigeração local o auxiliaram nos projetos das máquinas e equipamentos e no fornecimento de alguns materiais e peças básicas. Houve o apoio de um grupo de instituições públicas como a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Secretaria da Agricultura, Prefeitura e CODETER, que o auxiliaram com alguns conhecimentos científicos para melhoria da qualidade da cachaça.

Também participaram na construção das novidades tecnológicas na Agroindústria Prevedello algumas organizações sociais das quais o agricultor participava (Figura 15). A agroindústria fazia parte do Comitê Regional da Cana-de-Açúcar e Derivados, Associação das Agroindústrias Ecológicas Familiares do Vale do Rio Uruguai (AECOVALE), Cooperativa dos Agricultores de Caiçara (COPERÇARA) e RECOSOL. O agricultor também reconhece o papel dos conhecimentos obtidos em visitas a feiras, realização de cursos (foram cinco no total, feitos na Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI e SENAR), troca de experiências em eventos, com outros agricultores e estudos em livros da área. Na experiência da família Prevedello, houve mobilização de diversos atores sociais diferentes, mas que estavam formando redes sociais entre si e com a agroindústria. Todos estes atores e instituições foram essenciais para fornecer conhecimentos à experiência, que permitiu a produção das novidades tecnológicas (PLOEG et al, 2004; VENTURA; MILONE, 2004; BRUNORI et al, 2009a).

A agroindústria Strack Alimentos Naturais também produz novidades tecnológicas interessantes. A maior parte são adaptações de máquinas e equipamentos que o agricultor realizou, muitas, em conjunto com o Senhor Prevedello, já que as duas iniciativas desenvolvem experimentações em conjunto. Por exemplo, as duas agroindústrias são sócias cofundadoras da COOPERÇARA. O início da produção de novidades tecnológicas pela Agroindústria Strack ocorreu quando o agricultor começou a montar a unidade agroindustrial. O Senhor Strack deparou-se com máquinas e equipamentos caros que tinham que ser comprados de fora (normalmente das grandes regiões produtoras de São Paulo), além de serem inadequados às suas condições locais de escala e trabalho com os derivados da cana-de-açúcar.

Por exemplo, o agricultor comprou uma moenda de cana que se mostrou inadequada às suas condições de trabalho e teve que ser readaptada, pois não extraía o caldo eficientemente. O Senhor Strack contou com a ajuda do Senhor Prevedello, no ajuste das engrenagens da

moenda, visando a melhorá-la. A mesma situação ocorreu com alguns tachos a vapor adquiridos, que não se adaptaram à sua agroindústria, pois não davam o “ponto exato do açúcar”. Estes tachos tiveram que ser reajustados, o que foi feito com a ajuda de outro agricultor de Constantina, que tinha conhecimentos na atividade há mais tempo. Foi montada outra saída de vapor na parte inferior dos tachos (uma espécie de expurgo), fazendo-os funcionar (Figura 16).

Outro exemplo é o da correia de transmissão entre o motor elétrico e a moenda, que tinha um preço muito elevado para ser adquirida nos mercados. O agricultor construiu uma adaptada às suas condições operacionais, com menores custos, utilizando-se de uma correia de colheitadeira agrícola. O agricultor também adaptou a caldeira de produção de vapor para a agroindústria, que funcionava somente com lenha como fonte de energia, sendo pouco sustentável e de alto custo operacional. Com a ajuda da empresa que vendeu a caldeira (Caldeiras Paissandu), foi feita uma modificação para que pudesse fazer também a queima do bagaço da cana-de-açúcar, pós-moagem e extração do caldo. Com isso, o Senhor Strack aumentou a sustentabilidade ambiental da agroindústria e economizou em custos com a aquisição da lenha (Figura 16).

Figura 16: Exemplos de adequações de máquinas na Agroindústria Strack Alimentos Naturais: à direita os tachos de cozimento a vapor e à esquerda a caldeira adaptada à queima do bagaço da cana.



Fonte: Pesquisa de campo (2011).

Para fazer essas modificações em sua agroindústria, o agricultor mobilizou relações e redes sociais. A primeira é a que ele chama de “parceria” com o Senhor Prevedello na adaptação dos equipamentos e experimentação com as variedades de cana-de-açúcar. A agroindústria também obtém as peças e materiais necessários à adaptação das máquinas, a

preços mais baixos, no Ferro Velho Panambi, Sucfer em Chapecó ou mesmo entre as peças e equipamentos da Sadia S.A., que não são mais utilizados pela empresa. O agricultor também faz cooperações com pequenas empresas locais que fabricam equipamentos agroindustriais para desenvolver máquinas e equipamentos em conjunto, adequados à sua realidade social (Metalúrgica Santo Inácio, de Seberi). Segundo o Senhor Strack, com essa cooperação, “a agroindústria fica com a máquina adaptada a baixo custo e a empresa com o projeto da máquina para vender a outros agricultores”.

O depoimento do Senhor Strack transparece no processo cooperativo entre as duas agroindústrias, a economia de recursos com a adaptação das máquinas e equipamentos e a necessidade de buscar conhecimentos complementares aos seus com outros atores sociais.

É um dos pontos fortes da empresa, aí entra na minha área e do Prevedello. É onde entra a franqueza de uma agroindústria para a outra agroindústria [...]. Você olha uma máquina nova. Bah! Nós podíamos fazer uma máquina igual essa aí. Mas aí já vê um defeito na máquina nova. Tem que tentar assim adaptar aquela máquina de acordo com a sua necessidade e com o teu bolso. Então você indo ao ferro velho você vai economizar muitas vezes 70% ou até mais, mais daí tem que trocar ideia, não pode fazer as coisas sozinho, não pode ser individualista porque você nunca vai saber tudo (Entrevista 3: Agroindústria Strack Alimentos Naturais, Caiçara, Abril de 2011).

Outra agroindústria que inventa novas tecnologias de processamento agroindustrial é a da Família Gehen. Nesta experiência, todas as máquinas e equipamentos utilizados na produção da erva-mate de barbaquá foram montados pela família, usando os seus conhecimentos históricos dos processos de produção de erva-mate (de quatro gerações da família), em toda a sua cadeia de fabricação. Tudo começa na parte de sapeco da erva, na qual a família desenvolveu um sapecador em forma de rolete, que gira sobre o próprio eixo de ferro por energia manual (uma pessoa faz esse trabalho), fazendo com que a erva passe por fogo leve, numa extensão de 4 metros onde ela sofre o sapeco. O equipamento foi construído com armações de ferro e tela formando um “tubo” por onde a erva-mate se move pelo fato de o equipamento girar em desnível sobre o eixo. O equipamento está colocado na parte de fora da agroindústria em função da existência do fogo, tendo somente a parte onde a erva-mate sai já sapecada no seu interior.

Depois de sofrer esse sapeco, a erva-mate é colocada no secador tipo arapuca, também desenvolvido pela família. Esse equipamento tem esse nome por ser montado no formato de uma arapuca⁵⁵. É uma estrutura piramidal construída de madeira. Na base, seus pés de

⁵⁵ No meio rural, a arapuca é uma armadilha muito utilizada para pegar pássaros e segurá-los presos até os caçadores virem buscá-los. O nome do equipamento deriva dessa armadilha de caça por ter o mesmo formato.

madeira o sustentam até em torno de 1 m de altura e na parte de cima há a arapuca, formada de pedaços de madeiras pregados, formando uma “tela” retangular. Embaixo de toda essa estrutura de madeira, chega um túnel subterrâneo, construído com tijolos e cimento, que traz o calor do fogo para fazer a secagem da erva-mate.

Este túnel tem uns 20 metros de extensão e seu início é um forno aberto (permite o acesso de pessoas e lenha), onde é queimada a lenha para a produção de calor, que é a fonte de energia responsável pela secagem da erva-mate. Ele também foi construído com base nos conhecimentos da família sobre a atividade. Em cima dessa tela de ripas de madeira retangular, é distribuída uniformemente a erva-mate após o sapeco, para que fique por 3 ou 4 dias até atingir a secagem final, quando a umidade atinge níveis baixos.

Depois de seca, a erva-mate deve ser moída em partes menores para passar à fase final de elaboração, chamada de “soque”. Mas antes, a erva-mate passa pelo cancheador, uma máquina que tem a função de fazer uma maceração grossa dos ramos e folhas. Para fazer essa moagem grossa, a família montou uma máquina inovadora de canchear (Figura 17). Eles uniram duas partes de outras máquinas, que usualmente faziam serviços em diferentes aplicações agrícolas. Juntou-se na parte da frente, um cilindro de trilhadeira de grãos, máquina muito comum nas regiões coloniais, utilizada na debulha de vagens e espigas (soja, milho, trigo, etc.). Na parte de trás da nova máquina, foi montado um picador de palha, retirado de uma colheitadeira automotriz, responsável pela moagem final dos materiais (Figura 17). Dessa junção resultou o novo cancheador utilizado pela família, que antes de desenvolver essa máquina fazia essas tarefas manualmente com a ajuda de facões de madeira.

Figura 17: Máquina de cancheamento da erva-mate inventada pela Agroindústria Gehen (à esquerda) e panelas de vapor para extração do suco de uva com uso de energia da queima de biogás na Agroindústria Zonta (à direita).



Fonte: Pesquisa de campo (2011).

O relato do Senhor Gehen mostra como a família desenvolveu essa nova máquina de cancheir a erva-mate e a intenção de avançar no desenvolvimento de outras novidades, como colocar um pequeno motor para gerar a energia que movimenta o sapecador do produto, que atualmente é manual.

Ali fomos nós mesmos, fomos estudando com as ideias, podia ser assim e o que ficava melhor. A parte de frente (do cancheador) é um cilindro de uma trilhadeira e a parte de trás é de um picador de ceifa. Fomos nós que montamos. Agora estamos fazendo outro para tocar com um motorzinho daí (o sapecador), para reduzir um pouco o esforço, porque estamos com pouca gente para trabalhar. Se eu botar para tocar aquela manivela com um motor eu poupo uma pessoa daí. E nós não podemos estar pagando peão porque daí o que vai sobrar para nós? (Entrevista 5: Agroindústria Gehen, Seberi, abril de 2011).

A experiência da Família Gehen na construção destas novidades baseou-se nos seus conhecimentos históricos de produção da cultura e processamento de erva-mate, que provêm da quarta geração na família. Somente o auxiliaram a Secretaria da Agricultura de Seberi, que intermediou os recursos federais públicos para a montagem da máquina de cancheir, e uma metalúrgica local que fabricou a máquina. Porém, segundo o Senhor Gehen, foi ele quem explicou ao metalúrgico como era para fazer a nova máquina, já que a empresa não detinha os conhecimentos para realizar tal feito. O caso da Agroindústria Gehen é ilustrativo de como os agricultores podem produzir novidades tecnológicas, usando seus próprios conhecimentos e recursos, economizando em custos e fazendo uma agricultura econômica, como propuseram Ploeg (2008) e Ploeg et al (2004).

O exemplo da Agroindústria Zonta também é ilustrativo de como os agricultores desenvolvem novas configurações tecnológicas, realizando experimentações para superar os entraves técnicos e produtivos que têm. O Senhor Zonta precisava adquirir uma caldeira para produção de vapor na sua agroindústria que lhe custaria R\$ 15.000,00, valor que não possuía. Além disso, necessitava (devido às regras para operar a caldeira) fazer curso de calderista e pagar as taxas de sua inspeção anual. Qual a saída encontrada? Reativou a produção de suínos do seu pai que reside ao lado de sua agroindústria e utilizando-se do esterco suíno instalou um biodigestor. Um Agrônomo da EMATER lhe repassou os conhecimentos de como o biodigestor funcionava e também o levou a um moinho de cereais no Município de Pinhal, que utilizava um sistema similar de produção de energia. Desse modo, o agricultor conseguiu apreender os conhecimentos em torno da biodigestão de substâncias orgânicas para a

produção de energia, através da queima do metano produzido pela fermentação do esterco dos suínos.

A Figura 17 mostra um dos usos da energia do biogás na agroindústria. Nesta ilustração, o gás é queimado para gerar energia para extração do suco de uva em painéis de arraste a vapor. A energia do biogás também é utilizada para aquecimento de água para uso geral na agroindústria, inclusive, nas operações de higienização de embalagens de vidro e da planta agroindustrial. O trecho da entrevista com o Senhor Zonta é ilustrativo, pois esclarece como ocorreu este processo social de aprendizagem para o uso do biodigestor de esterco de suínos.

A ideia quem deu foi o Carlos, da EMATER, porque quando nós começamos a fazer o orçamento das coisas que tinha que comprar, a caldeira na época custava 15 mil reais, uma das menores. Aí o Carlos disse: botem um biodigestor. Perguntei: o que é isso? Daí ele disse: é a fermentação do esterco e explicou. Nós ficamos meio assim. E existe isso mesmo? Daí ele levou nós ali em Pinhal onde tem o Moinho Irmãos Três e eles têm granja de suínos também, eles têm fertirrigação tocada a biogás, eles têm um gerador de energia a biogás. Ele nos levou ver lá e que realmente funcionava e partir daí fomos atrás para instalar (Entrevista 11: Agroindústria Zonta, Frederico Westphalen, abril de 2011).

Mas com a evolução da agroindústria utilizando-se do biogás, outros entraves surgiram. Por exemplo, como conduzir o gás até a agroindústria? Foram feitas experimentações e concluiu-se que o uso de mangueiras plásticas de polegada grande podia ser adequado, aproveitando o declive do terreno, já que a agroindústria está localizada em local mais baixo que a criação de suínos. Essas mangueiras conduziam o gás com sua própria pressão natural, entretanto, era conduzido juntamente vapor d'água, causando danos aos equipamentos da agroindústria e congestionando o “escorrimento” do gás pela mangueira. A saída encontrada foi colocar ralos nos pontos baixos do terreno junto à mangueira, em que a água saísse e o gás continuasse seu percurso até a agroindústria.

Após, foi descoberto outro inconveniente. Em dias nublados ou chuvosos (sem o sol), havia menos pressão natural do gás devido à menor fermentação do esterco (temperaturas mais baixas levam a menores taxas de fermentação). Nestes dias, o gás não se deslocava convenientemente do biodigestor até a agroindústria, formando um volume mínimo de pressão para percorrer naturalmente seu percurso e ser queimado na geração de energia. Qual a solução desenvolvida dessa vez? O agricultor adquiriu um compressor e o colocou a sugar o gás até a agroindústria, resolvendo o problema de fluxo insuficiente.

Outros gargalos tecnoprodutivos surgiram e o agricultor foi estudando-os, experimentando e tentando resolvê-los. No momento atual, a agroindústria estava com dois

problemas ainda não solucionados. Um era a corrosão que o metano gerava no compressor e tubulações metálicas da agroindústria, pois como o gás não é filtrado, sendo usado em estado natural. É normal que o gás arraste consigo partículas de sais (Ca, NaCl, P, K) e amônia da composição do próprio esterco, que geram corrosões nos equipamentos. Isso ainda não estava solucionado. O Senhor Zonta consertava os encanamentos com soldas, mas como uma medida paliativa de curto prazo.

O segundo problema é com a maior demanda de produtos para os mercados, especialmente os do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O agricultor deseja aumentar sua produção de suco de uva, mas o gás produzido pelo biodigestor (com 500 suínos) é insuficiente. O agricultor pensava em colocar outro biodigestor para mais 1.000 animais, já que a criação de suínos do seu pai é de 1.500 animais. Este caso da Agroindústria Zonta mostra como os agricultores são atores que conseguem frente a um contexto de privação de alguém recurso necessário, de uma forma proativa, ir experimentando – melhorando – construindo novos conhecimentos – e gerando novidades tecnológicas como alguns autores já refeririam (STUIVER; WISKERKE, 2004; LONG, 2006; BRUNORI et al, 2009a).

4.3 Principais resultados obtidos com as novidades produtivas e tecnológicas

Nesta seção, são discutidos os principais resultados que as novidades produtivas e tecnológicas desenvolvidas pelas agroindústrias geraram para as famílias, atividades de agroindustrialização e contexto institucional. São analisados os efeitos auferidos pelo grupo familiar sobre indicadores como canais de comercialização e mercados construídos, processos de autonomia familiar, rendas, qualidade de vida, agregação de valor aos alimentos, entre outros indicadores de desenvolvimento das agroindústrias.

Um primeiro conjunto de efeitos desenvolvidos pelas novidades junto às agroindústrias se refere a dois processos sociais que ocorrem de forma associada. Eles dizem respeito a processos de aumento da autonomia do grupo familiar e interferem na chamada economização de custos de produção. O primeiro processo, de aumento da autonomia relativa do grupo social, ocorre principalmente pela família desenvolver as novidades tecnológicas em suas agroindústrias. As novidades fazem as agroindústrias depender menos do ambiente externo à sua unidade para viabilizar as tecnologias necessárias aos processos de transformação dos alimentos. Isso ocorre devido ao uso dos conhecimentos e recursos próprios das unidades para desenvolver soluções tecnológicas, como afirmaram Ploeg et al

(2004) e Ploeg (2008), sendo uma das características típicas dos processos de produção de novidades na agricultura.

O segundo processo é a economização dos custos de produção nas agroindústrias. Os agricultores utilizam-se dos seus próprios recursos, agroecossistemas, conhecimentos e criatividade, capital financeiro, entre outras coisas, para construir as novidades. Com isso, eles internalizam na unidade agroindustrial vários custos que antes seriam mobilizados via mercados de insumos, produtos e tecnologias (VENTURA; MILONE, 2004). Os agricultores produzem novidades sempre tentando reduzir a chamada externalização (PLOEG et al, 2000), de maneira a dependerem menos dos mercados fornecedores. Isso faz as agroindústrias dar um salto qualitativo no sentido de elas conseguirem com estes dois processos sociais conjugados alcançar maiores níveis de rentabilidade nas suas atividades.

Estes dois processos descritos acima ficam claros no depoimento do Senhor Prevedello. Ele descreve algumas das máquinas e equipamentos desenvolvidos na sua agroindústria e os efeitos delas sobre o grupo familiar, principalmente na diminuição dos custos de produção da atividade.

Um engenho sem redução desse porte é mais ou menos uns R\$ 32.000,00, né. E com redução é bem mais caro. As engrenagens tudo de aço e banhado a ouro, são caras. É uma fortuna isso aí. Com três ternos e com um hidráulico, só que é uma fortuna essas coisas! E se você busca tudo novo, você não vai ter pernas pra conseguir, né. Então tudo que tem ser adaptado, desde as pipas de fermentação de 5.000 l, o engenho e as outras coisas. Isso aí já me saiu 50% a menos do valor. 50% do que eu consegui da renda é por causa disso, né. (Entrevista 1: Agroindústria Prevedello, Caiçara, abril de 2011).

Outro efeito das novidades é a obtenção de uma produção mais sustentável do ponto de vista do meio ambiente e, também, da saúde dos consumidores de alguns produtos. É o que acontece com as agroindústrias que processam alimentos a partir das suas matérias-primas produzidas em formatos agroecológicos e obtêm produtos ambientalmente específicos. São os casos dos produtos da Agroindústria Biorga, Strack Produtos Naturais e Gehen, que fabricam produtos com diferenciais ambientais. Isso é um resultado importante, pois estes produtos inovadores começam a disputar espaços no regime sociotécnico alimentar dominante. Essas disputas também geram tensões no regime, as quais vão aos poucos abrindo janelas de oportunidade para pequenas transições que vão transformando normas e regras instituídas na produção de alimentos (OOESTENDIE; BROEKHUIZEN, 2008).

Com a produção de novidades, nota-se que as agroindústrias sentem necessidade de se relacionarem com outros atores sociais, instituições e entidades do contexto em que elas estão

inseridas, aumentando suas interfaces. Os agricultores não detêm todos os conhecimentos necessários à produção das novidades, embora, tenham um bom estoque deles. Em algum período de desenvolvimento das agroindústrias, nota-se que as famílias necessitam de *feedbacks* de conhecimentos de fora. Neste momento, elas mobilizam outros atores sociais públicos, privados e diferentes instituições que as ajudam a construir novos conhecimentos, recontextualizando-os de acordo com suas necessidades, realidade social e práticas tecnológicas (STUIVER; WISKERKE, 2004; STUIVER, 2008). Os conhecimentos dos agricultores são a primeira base sobre a qual ocorre o desenvolvimento das novidades, mas os outros conhecimentos de fora das suas unidades são primordiais para as experiências conseguirem avançar.

Em outras situações, as novidades desenvolvidas pelas agroindústrias melhoram a renda e a qualidade de vida das famílias. É o caso da Agroindústria Strack Alimentos Naturais, como o relato evidencia. Com a renda gerada na experiência, o casal pode pagar a faculdade das duas filhas e ter momentos de lazer que antes não tinham (como, por exemplo, ir à praia).

Você pode investir na faculdade de uma filha ou pagar um curso ou melhorar a condição nossa. Por exemplo, pela primeira vez esse ano a Lenir (mulher do Senhor Strack) foi para a praia com a família, a agente já tem 12 anos de indústria, só nos tocando aqui, então isso é fruto dessa sobra. Que bom você ver uma filha sua formada, eu estudei até a quarta série, e eu me sinto orgulhoso de ter uma filha já formada em Administração – Comércio Exterior e fazendo pós em Gestão Empresarial. A outra está fazendo Veterinária e a gente está pagando com o lucro da agroindústria aqui. Isso é gratificante para um pai (Entrevista 3: Agroindústria Strack Alimentos Naturais, Caiçara, abril de 2011).

Neste mesmo sentido, a Agroindústria Gehen também é ilustrativa dos resultados obtidos com a produção da erva-mate de barbaquá ecológica. Com a agroindústria, a família conseguiu juntar recursos financeiros suficientes para comprar outra ervateira - a Ervateira Alto Uruguai - onde trabalham os três filhos do casal Gehen em forma de sociedade. Segundo o Senhor Gehen, com isso a família conseguiu manter-se unida, conseguindo dar trabalho produtivo aos filhos no próprio local (Seberi). Assim, eles não precisaram migrar para outros locais em busca de empregos fora da agricultura, como é típico acontecer historicamente nessa porção norte do RS (CONTERATO, 2004).

Nota-se que, nesse caso da Agroindústria Gehen, a produção de novidades melhora a qualidade de vida e mantém as pessoas no campo. Entretanto, a mesma produção de novidades ajudou a incrementar o regime sociotécnico alimentar existente, na medida em que as sobras de recursos geradas da produção e venda da erva-mate ecológica de barbaquá são carregados para a compra de uma indústria de erva-mate, que fabrica um produto

indiferenciado para os mercados. Nesse caso, a novidade gerou modificações no regime por ser um novo produto (a erva-mate ecológica de barbaquá), mas, ao mesmo tempo, o incrementou por fornecer recursos para a compra de uma indústria de erva-mate padronizada pertencente ao regime sociotécnico alimentar prevalecente.

Em outras situações, as novidades produzidas abrem novos mercados às agroindústrias. É o que acontece, por exemplo, com os queijos temperados produzidos pela Família Ludke. Pelo relato do Senhor Ludke, observa-se que estes queijos temperados têm uma boa aceitação entre consumidores e compradores nos canais de comercialização de que a iniciativa participa como a Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária (FENAFRA). Isso é devido ao seu caráter diferenciado dos queijos e por serem alimentos que antes não eram confeccionados pelos agricultores, sendo que os consumidores não os conheciam. Nesse caso, as novidades produzidas ajudam a família a melhorar sua inserção nos circuitos de vendas e ganhar maiores preços pelos alimentos fabricados.

Vende demais. Nas feiras em Porto Alegre, Brasília, Rio de Janeiro, isso aí é uma loucura! É porque é um produto diferente e que na verdade até então ninguém fazia. Com certeza, tem um sabor diferente (Entrevista 7: Agroindústria Ludke, Constantina, abril de 2011).

Outro efeito das novidades, especialmente das produtivas, é o aumento do valor agregado obtido pelos agricultores. Esse valor agregado é alcançado por dois processos inter-relacionados. O primeiro processo é inerente à própria novidade. Quando se desenvolve um novo produto, que antes era inexistente, ele se apresenta com um valor agregado maior frente aos demais alimentos nos mercados. Isso é intrínseco aos processos inovativos como as teorias clássicas já haviam explicado e se referem à diferenciação sofrida por um produto frente a mercados que vendem somente alimentos indiferenciados⁵⁶.

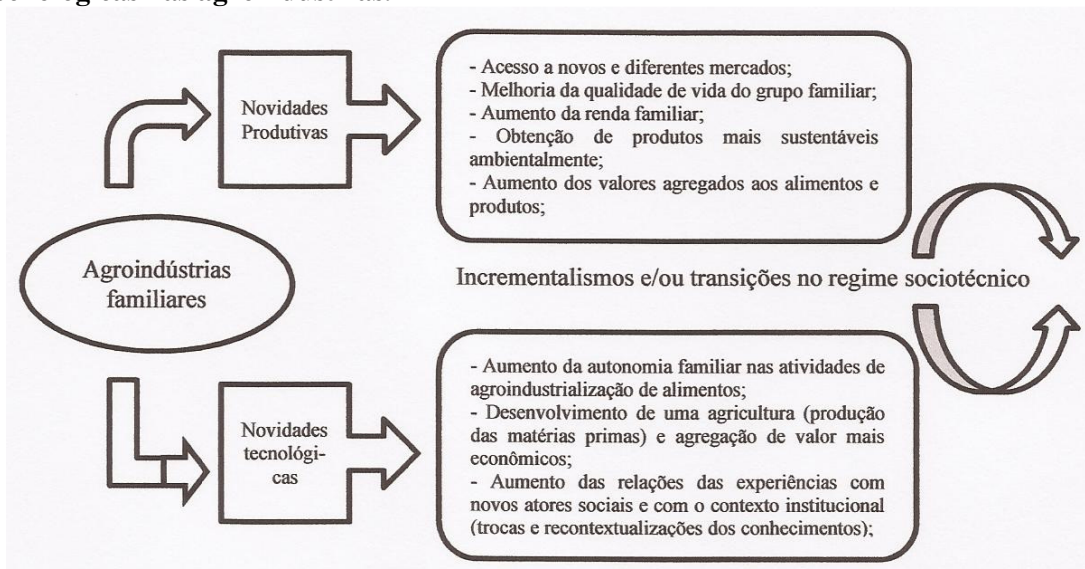
O segundo é obtido pelas agroindústrias terem ganhos de valor agregado devidos ao controle de toda ou quase toda a extensão da cadeia produtiva. Isso decorre de as experiências realizarem autonomamente todas ou a maior parte das etapas de elaboração dos alimentos, mantendo os valores agregados com as próprias famílias [(na maior parte das famílias investigadas elas produzem as matérias-primas – processam (fazem a transformação) – administram a unidade – realizam a comercialização)], como já se ressaltou no Capítulo 3. Isso garante a retenção de maior valor agregado às agroindústrias pela manutenção da autonomia decisiva sobre os principais elos da cadeia de produção e comercialização, como evidenciam os trabalhos (GAZOLLA; NIEDERLE; WAQUIL, 2012). Por estes dois

⁵⁶ Ver, por exemplo, Schumpeter (1985).

processos, as novidades, como no caso dos novos produtos e alimentos confeccionados pelas iniciativas, agregam maiores valores ao chegarem aos mercados.

A Figura 18 resume os principais resultados descritos produzidos pelas novidades produtivas e tecnológicas nas diferentes agroindústrias investigadas. Nota-se que estes efeitos passam tanto pelo aumento do grau de autonomia das famílias, por exemplo, quando eles adaptam ou desenvolvem suas próprias máquinas, equipamentos e utensílios nas suas próprias agroindústrias. Também perpassam as questões econômicas quando as novidades aumentam a renda familiar, agem no sentido de gerar uma economização de custos de produção ou abrindo novos mercados para os novos produtos inventados. Até questões ligadas ao bem-estar familiar e ao aumento da qualidade de vida do grupo são resultados sociais das novidades. Estes diferentes efeitos gerados pelas novidades reafirmam seu caráter multidimensional de ocorrência como alguns autores ressaltaram (PLOEG et al, 2004; STUIVER; WISKERKE, 2004; BRUNORI et al, 2009a; OOSTENDIE; BROEKHUIZEN, 2008).

Figura 18: Principais resultados obtidos com a produção das novidades produtivas e tecnológicas nas agroindústrias.



Fonte: Elaborado pelo autor (2012).

O próximo capítulo é dedicado a revelar duas coisas. A primeira é a dinâmica e o funcionamento dos principais canais de comercialização e mercados que são construídos pelas agroindústrias. São analisados os diferentes circuitos que as agroindústrias têm de vendas, desde a venda direta, institucionais, coletivos e em redes, cadeias longas de comercialização destes alimentos, entre outros. A segunda parte do capítulo é dedicada a discutir as novas organizações sociais coletivas e em redes que surgiram a partir das agroindústrias como

cooperativas, RECOSOL, associações, quiosques de vendas. Tanto na questão dos novos canais de comercialização construídos, como no caso das novas organizações sociais, utiliza-se a noção de produção de novidades para entendê-los. Também são verificados os papéis dos novos canais de vendas e organizações sociais surgidos a partir das agroindústrias nos processos de transição e/ou incrementalismos no regime sociotécnico alimentar dominante.

É importante ressaltar que, até o momento, as novidades discutidas no trabalho localizavam-se dentro das propriedades rurais dos agricultores e em suas agroindústrias. Mesmo demonstrando-se que havia interações sociais entre agricultores e outros atores e instituições, estas interfaces eram para construir e recontextualizar os conhecimentos usados no desenvolvimento das novidades em suas agroindústrias. Com a evolução das agroindústrias no Médio Alto Uruguai, elas ganham o contexto institucional e começam a manifestar outras demandas, como, por exemplo, a construção de mercados para os seus produtos diferenciados que será discutida neste próximo capítulo.

Além disso, as agroindústrias iniciam processos coletivos de organização social regional como na experiência da RECOSOL, mostrando a necessidade de ações coletivas para se viabilizarem. As agroindústrias também manifestam a necessidade de existência de políticas públicas específicas junto ao Estado em seus vários níveis e mudanças nas instituições reguladoras dos alimentos com quem as agroindústrias mantêm processos de interfaces. Neste sentido, nos próximos capítulos evidencia-se que as agroindústrias produzem novidades para além do interior das propriedades rurais, novidades que se manifestam sob a forma de novos canais de comercialização, mercados e organizações sociais coletivas, chegando até a reivindicações em torno das políticas públicas e de mudanças nas instituições reguladoras dos alimentos.

5 NOVOS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: OUTRAS NOVIDADES DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES

O objetivo deste capítulo é investigar como são construídos os mercados em torno das agroindústrias, bem como evidenciar em quais canais de comercialização são vendidos os produtos agroindustriais. Pretende-se verificar quais circuitos de comércio produzem transições e/ou incrementam o regime sociotécnico alimentar existente, bem como conhecer dinâmicas específicas presentes em que cada um dos canais de vendas. Basicamente, a questão de pesquisa a responder é: como os agricultores constroem socialmente seus canais de vendas para os produtos e quais deles se constituem como novidades das agroindústrias familiares?

As noções usadas para estudar os circuitos de mercados das agroindústrias apropriam-se de alguns enfoques teóricos. O primeiro conceito é o de agência pela qual se mostra que alguns canais de comercialização são ativamente construídos pelos agricultores, segundo suas estratégias proativas e conhecimentos (LONG, 2001; 2006). A segunda noção essencial ao entendimento dos canais de comercialização é a de *nested markets*. Segundo Ploeg, Jingzhong e Schneider (2010), os *nested markets* são definidos como lugares concretos em que ocorrerem transações concretas, com produtores concretos, consumidores concretos e concretas estruturas de referência subjacentes que ajudam a compreender a emergência de novos mercados. A terceira é o enfoque da produção de novidades, pois alguns destes circuitos mercantis são entendidos como novidades das agroindústrias e suas organizações sociais. Nesse sentido, as novidades não são somente novos produtos, processos, tecnologias como discutido no capítulo anterior, elas podem ser também novos mercados, canais de comercialização e organizações sociais, como as discutidas neste capítulo (WISKERKE; PLOEG, 2004).

Este capítulo complementa o anterior do trabalho, em que se demonstrou como os agricultores são criativos e utilizam seus conhecimentos e de outros atores e instituições para produzir novidades produtivas, novos processos e tecnologias. No capítulo anterior, foram mostradas as novidades que estão dentro das propriedades rurais e agroindústrias. Neste capítulo, evidencia-se que, além das novidades construídas internamente às unidades agroindustriais, os agricultores são capazes de produzir novidades para fora das suas propriedades. Isso acontece quando seus alimentos diferenciados acessam os canais de comercialização, mas também quando as agroindústrias individuais se utilizam de estratégias coletivas pela constituição de associações, cooperativas, redes de agroindústrias. È isso que

discute-se neste Capítulo, complementando o conjunto multidimensional de novidades produzidas pelas agroindústrias.

O capítulo mostra que as agroindústrias se inserem na sociedade através de uma ampla gama de canais de comercialização, muito heterogêneos e diversificados. As agroindústrias constroem cadeias curtas ou vendas diretas dos agricultores para os consumidores (comercializam nas residências, locais de trabalho, casa dos consumidores, ruas, na própria agroindústria), mercados institucionais (PAA e PNAE), pontos de vendas formais (supermercados, restaurantes, cantinas, “bodegas”), vendas em eventos (feiras, expo-feiras, festas), cadeias longas de abastecimento e distribuição (supermercados, atacadistas, intermediários, empresas de alimentos) e através das organizações sociais coletivas e em redes (cooperativas, associações, RECOSOL e quiosques de comercialização).

Nestes seis conjuntos de canais de comercialização, são analisadas suas dinâmicas heterogêneas de funcionamento e verificados quais destes circuitos desenvolvem transições e/ou incrementalismos no regime sociotécnico alimentar hegemônico. Discute-se o que acontece nos dois processos sociais nos canais de vendas, ocorrendo transições, mas também incrementalismos que coevoluem no tempo e no espaço social. Os circuitos de vendas que procuram transicionar o regime sociotécnico alimentar são as cadeias curtas, comércio em eventos, vendas coletivos e em redes. Neles há produção de novidades e ocorrência de transições relevantes. As cadeias curtas são predominantes nas vendas das agroindústrias pesquisadas, possuindo mais de 50% dos percentuais de fluxos de alimentos (RENTING, MARSDEN; BANKS, 2003; FERRARI, 2011). Já as cadeias longas e pontos de venda formais ajudam a incrementar o regime sociotécnico alimentar vigente, pois neles não há produção de novidades, mudanças nas regras, e os agricultores são dependentes das grandes empresas agroalimentares.

Também se evidencia que o caso em estudo da RECOSOL é a principal novidade encontrada em todo o trabalho de pesquisa a campo. Essa nova organização social é entendida como uma novidade organizacional das agroindústrias, cooperativas e associações ligadas às experiências. É uma novidade construída pelos conhecimentos e estratégias ativas dos agricultores que possuem agroindústrias. Ela constitui-se numa novidade de vendas coletivas e em redes, já que o principal motivo de sua fundação é dar organicidade coletiva aos mercados das agroindústrias, diminuindo custos de produção e transação, ganhando escala comercial e barganhando maiores espaços sociais e políticos nos mercados e ambiente institucional em que a RECOSOL está inserida.

O capítulo está estruturado em três seções principais. Na primeira, são apresentados os tipos de circuitos mercantis encontrados durante a pesquisa de campo, bem como as transições e/ou incrementalismos desenvolvidos. A segunda é dedicada à análise da estrutura organizacional em torno da RECOSOL (suas agroindústrias, associações, cooperativas e quiosques de comercialização) e de como essa experiência funciona em formatos coletivos e em redes. A terceira seção procura entender, a partir da discussão já realizada sobre os diferentes canais de comercialização e organização social da RECOSOL, por que alguns destes circuitos e organizações são definidos como novidades mercadológicas e organizacionais, respectivamente, que se originam das agroindústrias.

5.1 Novos canais de comercialização: construção de mercados e novidades organizacionais

Esta seção apresenta os principais canais de comercialização construídos pelas sete agroindústrias familiares investigadas. São caracterizados os diferentes fluxos dos produtos, as dinâmicas das vendas, funcionamento dos circuitos e suas situações perante as instituições reguladoras dos alimentos do Estado nos diversos níveis federativos. Esta seção fornece um panorama geral dos canais de vendas das agroindústrias para, posteriormente, “classificar” e analisar cada um deles especificamente.

A Tabela 11 apresenta as agroindústrias pesquisadas, produtos comercializados e seus respectivos preços, quantidades e renda bruta obtida, visando a caracterizar as sete experiências. Os produtos acessam os canais de comercialização de diferentes formas, Tabela 12, produzindo uma renda variável aos agricultores. Há agroindústrias cuja renda bruta anual é menor (R\$ 76.000,00) como a Agroindústria Zonta, que produz suco de uva e vinhos, e a Agroindústria Gehen (R\$ 45.000,00), que processa erva-mate ecológica de barbaquá. Em outras experiências, a renda é um pouco mais elevada, como nas Agroindústrias Prevedello (R\$ 101.750,00) com a produção de cachaça e cachaça envelhecida, e Ludke (R\$ 174.500,00), fabricando queijos colonial, parmesão e temperado.

Outras agroindústrias atingem níveis mais altos de renda bruta anual, como a Strack Alimentos Naturais, que chega a R\$ 332.000,00 com a venda de açúcar mascavo, melado batido e rapadura colonial. A Agroindústria Jotti atinge R\$ 376.672,00 de renda bruta anual, da venda de uma diversidade de produtos cárneos derivados de suínos. Estes dados mostram as diferentes situações socioeconômicas que as iniciativas têm em termos de renda gerada nos

circuitos mercantis em que os produtos são comercializados⁵⁷. Também refletem a heterogeneidade das agroindústrias nos canais de vendas de que participam.

Tabela 11: Preços, quantidades vendidas e rendas anuais obtidas pelas experiências de agroindustrialização.

Nº	Experiência	Produtos vendidos	Quantidade	Preços (R\$/Un.)	Renda Bruta (R\$)
1	Agroindústria Prevedello	- Cachaça	40.000 L	2,50/L	100.000,00
		- Cachaça envelhecida em barril de carvalho	500 L	3,50/L	1.750,00
2	Cooperativa Biorga – Filial de Erval Seco*	Linhaça, trigo, feijão, amendoim, gergelim, óleo de gergelim e linhaça, canjica de milho, farinha de milho e trigo	-	-	-
3	Strack Alimentos Naturais	- Melado batido	20.000 Kg	2,60/kg	52.000,00
		- Melado fino (“cotovelo”)	-	-	-
		- Açúcar mascavo	100.000 Kg	2,30/kg	230.000,00
		- Rapadura colonial	5.000 Kg	10,00/kg	50.000,00
4	Agroindústria Gehen	- Erva-mate ecológica de barbaquá	10.000 Kg	4,50/kg	45.000,00
5	Agroindústria Ludke	- Queijo colonial	15.000 Kg	10,50/kg	157.500,00
		- Queijo parmesão	300 Kg	16,00/kg	4.800,00
		- Queijos temperados	1.000 Kg	12,00/kg	12.000,00
		- Salame colonial e calabresa	24.000 Kg	10,00/kg	240.000,00
		- Salame cracóvia	50 Kg	14,00/kg	700,00
		- Salsichão	12.000 Kg	5,50/kg	66.000,00
		- Linguiça mista defumada	-	-	-
		- Bacon defumado	-	-	-
		- Costela defumada	2.400 Kg	8,50/kg	20.400,00
		6	Agroindústria Jotti	- Morcilhas	-
- Mortadela (em teste)	-			-	-
- Torresmo prensado	960 Kg			8,00/kg	7.680,00
- Torresmo pururuca (“casquinha”)	4.800 pc.			2,00/pc.	9.600,00
- Codeguim	480 Kg			4,50/kg	2.160,00
- Carnes in natura	3.600 Kg			5,75/kg	20.700,00
- Banha	2.160Kg			2,70/kg	5.832,00
- Ossinhos	3.600 Kg			1,00/kg	3.600,00
7	Agroindústria Zonta (antiga Natufred)	- Vinhos bordô, branco e isabel	7.000 L	6,00/L	42.000,00
		- Suco de uva	8.000 L	4,25/L	34.000,00
		- Graspá	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo (2011). *Não foi possível obter estas informações durante a pesquisa de campo.

A Tabela 12 apresenta de forma detalhada os diferentes canais de comercialização construídos pelas sete agroindústrias pesquisadas e sua situação frente às legislações alimentares. Primeiro, observa-se que estes canais possuem diferentes tipos de inserções

⁵⁷ Na Pesquisa CAAF (PELEGRINI; GAZOLLA, 2006) foram observadas rendas um pouco mais baixas do que nas sete experiências investigadas no trabalho de campo desta tese. A grande maioria das agroindústrias auferia rendas de R\$ 5.000,00 a 15.000,00 num percentual de 41,5% das experiências. Outras 20,8% das agroindústrias possuem renda bruta anual de R\$ 15.000,00 a 30.000,00 e, outros 17% das unidades renda menor do que R\$ 5.000,00, sendo unidades pequenas, com pouca escala de produção, trabalhando o processamento de alimentos de forma artesanal. Somando-se as agroindústrias que obtêm até R\$ 30.000,00 por ano de renda bruta, tem-se que a sua grande maioria, 79,3% das unidades pesquisadas ficam até esta faixa de renda bruta anual.

institucionais como locais (Sistema de Inspeção Municipal - SIM, Alvará de Licença Municipal, Licença Ambiental Municipal), passando pelas Certificações Participativas da Rede Ecovida (Cooperativa Biorga) e regionais (Secretaria Regional da Saúde, Venda com Notas Fiscais do Bloco do Produtor Rural – Modelo 15). Até situações que cumprem os requisitos a nível nacional, como no MAPA e MS (por exemplo, os vinhos). Por outro lado, há agroindústrias que estão na informalidade, como as Agroindústrias Prevedello e Gehen.

Tabela 12: Os canais de comercialização construídos pelas sete agroindústrias e suas situações institucionais frente às legislações agroalimentares.

Nº	Agroindústrias	Situação em relação às legislações alimentares	Tipos de canais de comercialização
1	Agroindústria Prevedello	Informal	Vendas na própria agroindústria, nos supermercados locais, bares e “bodegas”, COOPERÇARA.
2	Cooperativa Biorga – Filial de Erval Seco	Formal: Certificação Ecovida, CNPJ, Secretaria Regional da Saúde (MS) e FEPAM	Cadeias longas (supermercados de SP e RJ), quiosques da RECOSOL (Erval Seco e Frederico Westphalen), Supermercados locais, vendas na própria agroindústria, expo-feiras municipais locais e de SC, Feira do Produtor de Palmitos – SC, mercados institucionais (PAA), CORAC (PAA) e PAA formação de estoques (CONAB), Cooperativa Coolmeia, COOPERBIORGA.
3	Strack Alimentos Naturais	Formal: CNPJ, FEPAM Secretaria Regional da Saúde (MS)	Cadeias longas e atacadistas (Porto Alegre, SC, RJ, PR, MG), intermediários, Cooperativa Colônia, supermercados locais, vendas na própria agroindústria, expo-feiras locais, mercados institucionais (PNAE) 2 municípios, quiosques da RECOSOL, COOPERÇARA.
4	Agroindústria Gehen	Informal: apenas com Alvará de Licença de Municipal	Vendas na própria agroindústria, Associação dos Trabalhadores de Seberi (ATS), CORAC, “bodegas” locais, Ervateira Alto Uruguai, expo feira municipal
5	Agroindústria Ludke	Formal: Sistema de Inspeção Municipal (SIM)	Feiras da agricultura familiar (Porto Alegre, DF, RJ e regionais), vendas na própria agroindústria, quiosques da RECOSOL, supermercados municipais, nas casas e locais de trabalho dos consumidores, restaurantes e cantinas, expo-feiras locais, mercados institucionais (PAA), COOPERAC.
6	Agroindústria Jotti	Formal: Sistema de Inspeção Municipal (SIM)	Feiras da agricultura familiar (RS, RJ, DF e regionais), um supermercado em Porto Alegre, e supermercados locais e regionais (10 a 12 municípios), vendas nas ruas, casas e locais de trabalho, vendas na própria agroindústria, COOPERAC.
7	Agroindústria Zonta (antiga Natufred)	Formal: Registro no Mapa, Alvará de Licença Municipal, CNPJ, Licença Ambiental (sendo encaminhada) e Bloco de Produtor (“Sabor Gaúcho”)	Mercados institucionais de 7 municípios e escolas (PAA e PNAE), supermercados locais, COOPRAF, quiosques da RECOSOL, vendas na própria agroindústria, expo-feiras locais e do RS, feiras da agricultura familiar (RS, RJ, DF), vendas nas casas e locais de trabalho, STR, Feira do Produtor de Frederico Westphalen

Fonte: Pesquisa de campo (2011)

O segundo aspecto é a enorme diversidade de formas de comercialização da produção, que muitas vezes depende do modo de vida da família, contexto local, tipo de produto processado, legislações alimentares, entre outros aspectos. Isso mostra a heterogeneidade das agroindústrias em relação às vendas que elas realizam. Esta estratégia de diversificação de circuitos de vendas assegura aos agricultores a autonomia necessária nas transações, pois se alguns mercados não funcionarem adequadamente eles podem estabelecer transações com os demais, protegendo-se de crises, logro ou outros eventos inesperados. Por exemplo, é o que acontece com o comércio nas expo-feiras, feiras da agricultura familiar ou venda diretas na própria agroindústria. Estas transações são sazonais, ocorrendo em alguns períodos do ano, sendo que os agricultores não podem contar com apenas esses canais de comercialização para sobreviver, pois suas vendas são flutuantes e incertas.

Terceiro, alguns destes canais de comercialização e mercados são interpretados como novidades nas agroindústrias familiares. Historicamente, a microrregião estudada viabilizou-se devido aos mercados de grãos, *commodities* agrícolas e integração aos grandes atores alimentares (empresas integradoras na área da fumiicultura e de carnes de suínos e aves). Estes eram os mercados dominantes e hegemônicos. Com o surgimento das agroindústrias, este cenário começa a se modificar. Os mercados construídos pelas agroindústrias passam a ser outros, como as cadeias curtas de comercialização, as vendas em feiras, circuitos locais, vendas em eventos, canais em redes e coletivos etc. Isso começa a gerar uma nova gama de circuitos locais de produção-consumo, que, por serem diferentes dos mercados habituais anteriores, podem ser chamados de novidades em termos de serem novos canais de comercialização e mercados, que eram inexistentes regionalmente antes de as agroindústrias serem constituídas.

Quarto lugar, para organizar a interpretação destes diferentes canais de comercialização, eles serão agrupados segundo características comuns entre si, para que os circuitos possam ser descritos. Os fluxos comerciais foram agrupados em seis conjuntos similares: compras públicas (PAA e PNAE); cadeias curtas ou vendas diretas agricultor-consumidores (vendas nas ruas, trabalho, casas, propriedades rurais, feiras de agricultores); vendas em eventos (feiras da agricultura familiar, festas e expo-feiras); cadeias longas de abastecimento e distribuição (vendas a supermercados, intermediários e atacadistas distantes); pontos formais de vendas (supermercados, bares, “bodegões”, restaurantes, cantinas); e os novos canais de comercialização das organizações sociais coletivas e em redes (cooperativas, Recosol, quiosques, associações de agricultores).

Nas próximas subseções cada um dos canais de vendas é analisado em específico, discutindo-se suas particularidades e dinâmicas. Os circuitos construídos pelas agroindústrias são relacionados com a noção de produção de novidades, verificando-se a ocorrência de transições e/ou incrementalismos no regime sociotécnico alimentar instituído. Inicia-se a análise com as compras governamentais do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

5.1.1 Vendas institucionais: as compras públicas do PAA e PNAE

Os canais institucionais são aqueles pelos quais os governos adquirem produtos dos agricultores familiares para execução de seus programas e políticas sociais. Os dois circuitos criados pelo Estado são o PAA e o PNAE. O primeiro surgiu pela Lei 10.696/2003 como uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (BRASIL, 2012a), o PAA está comprando alimentos de 255 mil agricultores. O programa adquire em torno de 330 alimentos e produtos diferentes para serem distribuídos. Os alimentos adquiridos pelo programa abastecem 25 mil entidades anualmente, atendendo cerca de 15 milhões de pessoas, com um orçamento de R\$ 1,3 bilhão de recursos aplicados.

O PNAE foi modificado pela Lei 11.947/2009, que estabeleceu como regra principal que as compras para a alimentação escolar dos municípios fossem voltadas, no mínimo, em 30% para agricultores e empreendimentos familiares. Atualmente, o programa abarca 48 milhões de alunos atendidos em todo o Brasil, uma cobertura de 60% dos municípios brasileiros, cerca de R\$ 1 bilhão em compras/ano, atendendo um público de 104 mil agricultores familiares (BRASIL, 2012a). Tanto o PAA como PNAE são programas que estão ajudando na abertura de mercados aos agricultores familiares e também contribuem com a segurança alimentar e nutricional das populações vulneráveis (no caso do PAA) e na alimentação dos alunos (PNAE). Muitas agroindústrias investigadas marcam presença nestes canais de vendas para fazer o escoamento de seus alimentos (Tabela 12).

Estes canais institucionais são importantes para as agroindústrias, pois eles representam um espaço de comercialização dos seus produtos que antes de 2003 inexistiam. Na pesquisa CAAF (PELEGRINI; GAZOLLA, 2006), estes circuitos foram diagnosticados com um tamanho de 4,7% do total acessado pelas agroindústrias, lembrando que este dado é relativo a 2006 e está um pouco defasado. Possivelmente hoje estes canais sejam maiores. Os

programas institucionais deram novo alento aos agricultores nas agroindústrias investigadas. Alguns chegam a afirmar que antes do PAA e do PNAE, “a dificuldade não era produzir, mas sim vender os produtos” e que atualmente a lógica se inverteu, sendo que a “dificuldade é produzir para suprir estes mercados”. Em alguns casos investigados, as prefeituras, entidades e escolas compradoras destes alimentos chegam a ligar ou vir buscar os produtos na residência dos agricultores, em função da exigência de cumprimento dos 30% obrigatórios de compras da agricultura familiar estabelecidos pelo PNAE.

O relato do Senhor Zonta, que vende sucos de uva para o PAA (6.000 L/ano) e para o PNAE (3.000 L/ano) para sete municípios e escolas locais, ilustra o processo de inversão de prioridades entre produção-comercialização como efeito dos programas governamentais de compras. O agricultor relata que no passado era difícil comercializar os produtos de sua agroindústria. No atual momento, a dificuldade é conseguir produzir para suprir a comercialização demandada pelos circuitos institucionais.

Os colégios ligam atrás para comprar os sucos e as prefeituras. A prefeitura para merenda municipal e em determinados municípios os colégios estão ligando também atrás. Eles se passam até os números. O fechamento foi aquela reunião do outro dia (Reunião do Território da Cidadania). O cara me disse vocês me dizem quanto produto têm que está vendido, mas já era antes aqui. Bom, o suco que eu fiz esse ano já está totalmente encaixado e colocado, então por isso que eu estava lhe falando que tem que tentar aumentar a produção. Então agora ficou mais fácil vender do que produzir, até dois anos atrás era mais fácil produzir do que vender. Inverteu a lógica. Isso é por causa dos programas do governo. Podia ter três vezes mais produtos que venderia (Entrevista 11: Agroindústria Zonta, Frederico Westphalen, abril de 2011).

A Tabela 13 traz um dos exemplos pesquisados a campo. É o caso de vendas da Sociedade Frederiquense dos Produtores Rurais⁵⁸ e Cooperativa dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Frederico Westphalen (COOPRAFF) a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), pelo PAA Doação Simultânea. Observa-se um valor total aplicado de R\$ 134.539,24 na aquisição de 16 produtos provenientes da agricultura e agroindústrias do Município de Frederico Westphalen. Chama atenção a diversidade dos produtos vendidos, desde os *in natura* como frutas, tubérculos, verduras passando pelos processados como o mel, “*schimier*” (doce em massa), bolachas, macarrão, sucos e outros produtos que são transformados pelas agroindústrias⁵⁹.

⁵⁸ É uma associação coletiva dos agricultores e agroindústrias que administram a Feira do Produtor existente no Município de Frederico Westphalen/RS.

⁵⁹ Ressalta-se que neste projeto foram beneficiários 41 agricultores e agroindústrias e 10 entidades de consumidores, como centros de assistência social, entidades de cuidados a excepcionais, idosos, comunidades terapêuticas, deficientes físicos e mentais, entidades de cuidado ao menor abandonado e escolas municipais.

Segundo dados do MDA (BRASIL, 2010a) a nível nacional, o grupo dos alimentos agroindustrializados está em 3º lugar em vendas ao PAA com 10,29% do total dos produtos fornecidos, ficando atrás somente do leite e derivados (43,73%) e grãos e derivados (23,36%). Outro fato relevante é que os agricultores também ganham mais com as vendas aos programas institucionais. Por exemplo, no PAA os preços praticados são um pouco superiores à média de comercialização geral da microrregião (Tabela 12). Para os alimentos orgânicos/agroecológicos os preços podem chegar até 30% a mais do que os pagos aos produtos convencionais (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2005).

Tabela 13: Produtos, quantidades e preços recebidos pela Sociedade Frederiquense dos Produtores Rurais e Coopraff pelos produtos entregues ao PAA (Doação Simultânea).

Produtos	Unidade	Preço/Un.	Peso Líquido (Un.)	Quantidade	Valor Total (R\$)
Tangerina	kg	0,51	1,0	9.000	4.590,00
Milho verde em espiga	kg	0,75	1,0	3.990	2.992,50
Alface	kg	1,20	1,0	3.924	4.708,80
Mel de abelha	kg	7,50	1,0	1.800	13.500,00
Schimier de frutas	kg	4,00	1,0	5.625	22.500,00
Pão caseiro	kg	4,00	1,0	1.125	4.500,00
Bolacha caseira	kg	5,50	1,0	1.600	8.800,00
Macarrão caseiro	kg	4,00	1,0	3.375	13.500,00
Suco concentrado de uva	L	4,40	1,0	6.000	26.400,00
Cenoura	kg	1,05	1,0	3.786	3.975,30
Beterraba	kg	0,94	1,0	2.496	2.346,24
Feijão anão preto tipo 1	kg	1,97	1,0	6.000	11.820,00
Laranja comum	kg	0,61	1,0	6.600	4.026,00
Abóbora tipo moranga	kg	0,70	1,0	4.500	3.150,00
Mandioca (aipim com casca)	kg	0,54	1,0	5.760	3.110,00
Batata doce	kg	0,77	1,0	6.000	4.620,00
Total					134.539,24

Fonte: COOPRAFF (2010).

Foram observados junto às agroindústrias três outros efeitos principais destas vendas institucionais. Primeiro, as compras fortalecem as atividades produtivas e a economia das famílias, havendo incremento de produção de vários dos produtos que acessam estes mercados (produção de maior diversidade de alimentos nas unidades) e também das rendas geradas com as vendas. As agroindústrias fazem novos investimentos na própria atividade existente, melhorando suas dimensões necessárias (planta agroindustrial, equipamentos, aumenta da produção, compra de embalagens, entre outras coisas) como já haviam observado Grisa et al (2009).

Segundo, há estímulo à inserção em novos tipos de canais de comercialização, pois as agroindústrias passam a se relacionar com uma gama crescente de instituições públicas, entidades e organizações sociais que não faziam parte da sua dinâmica no período anterior aos programas. Um exemplo disso são as novas associações e cooperativas que surgem, como a

Recosol, que é discutida à frente neste capítulo. Isso gera aumento dos conhecimentos e informações dos agricultores e lhes faz vislumbrar as possibilidades de expandir seus mercados além dos locais, inserindo os alimentos em outras regiões e conseguindo outros compradores, principalmente iniciativas formais perante as instituições que conseguem ampliar seu raio espacial de comercialização (CHMIELEWSKA; SOUZA; LOURETE, 2010). Tanto a existência da RECOSOL como de conhecimentos e informações por parte dos agricultores evidencia o enraizamento social destes mercados (FERRARI, 2011).

Como terceiro efeito, cita-se o fortalecimento dos circuitos locais de produção e consumo (TRICHES; SCHNEIDER, 2010). Isso acontece devido às transações serem realizadas localmente, já que a maioria das compras é feita pelas prefeituras, escolas, CONAB (mas distribuídas no local) ou entidades dos agricultores e organizações sociais. A entrega dos alimentos é num raio espacial pequeno de quilômetros, aproximando os produtores dos consumidores, religando-os em novas dinâmicas e estimulando a produção e consumo dos alimentos com base na culinária e cultura alimentar local como mostram os dados contidos na Tabela 12.

Estes programas institucionais são importantes para a absorção de parte da oferta dos produtos das agroindústrias como foi evidenciado, contudo, eles apresentam alguns problemas. Uma limitação observada diz respeito às agroindústrias informais. Para as experiências, é exigido que estejam formalizadas do ponto de vista sanitário, jurídico, ambiental, entre outras exigências, para poderem acessar os programas institucionais. Os programas não permitem a comercialização da produção informal, o que representa uma sanção institucional. Estudos feitos sobre o PNAE no RS já haviam indicado esse problema, casos de Triches e Schneider (2010). Para os autores, as regulamentações referentes ao PNAE fazem alusão ao incentivo à compra de gêneros básicos e locais, mas, na prática, a burocracia da Lei de Licitações, a dificuldade organizativa dos agricultores e as exigências legais sanitárias, ambientais e fiscais necessárias para a formalização das agroindústrias são impedimentos explicativos da baixa adesão dos municípios aos programas federais.

Em outros casos, como é o exemplo da Agroindústria Zonta, houve o abandono de alguns canais de comercialização que eram acessados, como a venda direta aos consumidores, supermercados, feiras locais e expo-feiras regionais e nacionais. Atualmente, a agroindústria Zonta vende somente para programas institucionais. Esta situação pode gerar dependência deste agricultor a estas compras, surgindo uma situação em que estes programas se tornam exclusivos para o escoamento dos alimentos. Este fato pode levar a experiência à perda da

autonomia e margens de manobra, já que começa a se relacionar com uma menor gama de canais de comercialização.

Outra limitação dos programas é com relação à aprovação dos projetos de aquisição destes alimentos, como ocorre no PAA. Os agricultores só participarão das vendas se houver projetos selecionados de compras, o que gera descontinuidades de vendas e expectativas junto às famílias beneficiadas (MULLER, 2007). No local de pesquisa, é exemplo disso o ocorrido com a Cooperativa Regional da Agricultura Camponesa (CORAC), localizada no Município de Seberi. Essa cooperativa era formada regionalmente por agricultores de 20 municípios e visava a comercializar os produtos, sobretudo, junto ao PAA. Ela chegou a adquirir mais de 800 cestas alimentares de 34 quilos cada mês dos agricultores. Entretanto, em 2009 teve suas atividades finalizadas (por motivos de má administração da cooperativa) e os agricultores familiares que haviam produzido para escoar sua produção por esta organização social ficaram sem ter para quem vender, pois a CONAB suspendeu as aquisições via PAA. A Agroindústria Biorga e o Senhor Gehen são exemplos de atores que vendiam para CORAC e ficaram desamparados⁶⁰.

5.1.2 Cadeias curtas ou vendas diretas do agricultor com interações com consumidores

As cadeias curtas são canais de comercialização em que há um relacionamento de proximidade entre agricultores e compradores e consumidores dos produtos. São canais nos quais esta relação de proximidade acontece em uma feira de produtor local, através de vendas nas ruas, casas ou locais de trabalho dos consumidores, na própria agroindústria ou casa dos agricultores (Tabela 12). Estas vendas são caracterizadas como cadeias curtas como as definem Renting, Marsden e Banks (2003), devido os alimentos percorrerem poucos quilômetros entre o local de produção e venda e consumo. Também são conhecidos na bibliografia como de proximidade social, formando redes (WILKINSON, 2008). Ou ainda são conceituados como mercados diretos, pois as negociações em torno das transações ocorrem entre agricultor e consumidores, sem intermediários. Os circuitos breves são construídos a partir das iniciativas dos agricultores, como descreveram Rossi, Brunori e Guidi (2008) para o caso dos *farmers markets* italianos ou a partir de grupos coletivos de consumidores

⁶⁰ Ainda dentro dos mercados que podem ser considerados institucionais, existem cooperativas destas experiências como a COOPRAFF que foi selecionada pelo Governo Federal para entregar alimentos para o Programa Talentos Brasil Rural, que vai abastecer hotéis, restaurantes e quiosques durante a Copa do Mundo de Futebol em 2014.

organizados como analisaram Brunori, Rossi e Malandrini (2010) para o caso dos Grupos de Aquisições Solidárias italianos.

O relato do Senhor Prevedello ilustra esse processo de venda direta no início da sua experiência de agroindustrializar a cachaça. Ele vendia o produto em embalagens como garrafas de cinco litros e os clientes vinham buscar o produto em sua residência.

Antigamente era só em casa e aquela época lá só em dinheiro. Só girava garrafão, nem existia também essas *pet* (garrafas plásticas de 2 L). É porque a gente fazia pouquinho e era segundo plano, né, fazia um pouquinho e ia vendendo em casa aos pouquinho, né (Entrevista 01: Agroindústria Prevedello, Caiçara, abril de 2011).

Na microrregião analisada, estes canais de vendas são os principais, compreendendo 50,9% das vendas diretamente para os consumidores. Dois fatores explicam sua predominância nas transações locais entre agricultores e consumidores. Primeiro, a maioria das iniciativas (72,64% das agroindústrias) não são formais perante o ambiente institucional sanitário do Estado. Isso é o principal fator que leva estas experiências a acessar estes canais de vendas que ficam à margem das sanções e fiscalizações, pois estão fora dos parâmetros técnicos específicos da legislação agroalimentar oficial. Os agricultores não conseguem se enquadrar nas exigências, devido a uma gama de fatores que serão detalhados no Capítulo 7, específico sobre o tema.

Em outros casos, os agricultores não se legalizam perante estes canais de comercialização, casos das Agroindústrias Prevedello e Gehen (Tabela 12). Estas duas iniciativas comercializam a cachaça e a erva-mate ecológica, respectivamente, de maneira informal. A informalidade ocorre devido a alguns fatores. Primeiro, os agricultores sabem que para formalização arcarão com maiores custos associados ao processo produtivo e comercialização dos produtos (GAZOLLA, 2009). Segundo, os agricultores escoam sua produção sem problemas, pois estas vendas são devidas às relações sociais de proximidade, interconhecimento e transações repetidas entre os atores sociais. Este tipo de relações sociais gera lealdades mútuas e confiança, que faz com que as compras dos alimentos sejam frequentes, mesmo não havendo um “selo institucional” como já mostraram outros estudos (WILKINSON, 2008; ROSSI; BRUNORI; GUIDI, 2008; CARVALHEIRO; WAQUIL, 2009; AGNE, 2010; WILKINSON; DURIGON; MIOR, 2011).

O relato da Agroindústria Prevedello evidencia alguns destes atributos que fazem funcionar este tipo de canal de vendas informal. Destacam-se a confiança entre atores, o tempo em que realizam as transações (a frequência), as características específicas do produto, entre outros atributos.

A gente pega uma clientela boa e de confiança do pessoal. Tem confiança no produto da gente. Já aconteceu várias vezes na época de fabricação de ir outras pessoas vende mais barato, eles não compram. Faz vinte anos que compram de mim e pegaram confiança e só compram de mim. E esses lugares se acostumaram com a minha cachaça e não querem que eu pare de nenhum jeito (Entrevista 01: Agroindústria Prevedello, Caiçara, abril de 2011).

Terceiro, há acordos tácitos entre os agricultores, consumidores e instituições de fiscalização de alimentos que asseguram que os produtos em determinadas ocasiões possam acessar as cadeias curtas. É o que acontece na Agroindústria Gehen, que, por causa da amizade com a família e conhecimento dos produtos, a Vigilância Sanitária deixa esta iniciativa vender livremente no município, inclusive, os fiscais vão à casa do agricultor comprar a erva-mate ecológica de barbaquá. Outro exemplo ocorre nas feiras do agricultor, nas quais as instituições locais fazem um acordo tácito coletivo em que não é possível a aplicação de sanções às agroindústrias que estão comercializando produtos, para que estas possam viabilizar as vendas, mesmo sendo informais.

Uma solução a considerar para esse alto grau de informalidade das agroindústrias é proposta por Marsden e Sonnino (2006), para os quais estas redes alternativas de alimentos não podem ser reguladas somente pelas leis, normas e a institucionalidades do Estado. A saída proposta pelos autores é que as instituições regulem estes setores, instituições entendidas como coalizões de atores tanto do Estado como dos setores interessados pela regulação e normatização do setor agroalimentar. Esta proposição é inteligente, pois visa a reunir em um “pacto mínimo” os atores e as instituições envolvidas, propalando uma regulação mista do setor agroalimentar, o que parece factível no atual momento de crescimento das redes produtoras de alimentos diferenciados.

As cadeias curtas também são importantes para os agricultores em função da autonomia que lhes preserva, pois nestes circuitos os agricultores produzem seus alimentos, vendem-nos aos consumidores conhecidos e leais a preços negociados na hora da troca e não dependem da legislação institucional (ROSSI; BRUNORI; GUIDI, 2008; BRUNORI; ROSSI; MALANDRIN, 2010). O resultado são circuitos de comércio com um alto grau relativo de autonomia e plásticos no sentido de serem maleáveis as condições de trocas, preços, relações sociais, entre outros aspectos. Um exemplo dessa autonomia são as vendas realizadas pelas agroindústrias, as quais, em 86,7% dos casos, são feitas pelo próprio núcleo familiar, utilizando-se de suas estratégias como atores sociais ativos na construção dos seus mercados.

Estes canais de comercialização funcionam devido aos preços e “qualidades superiores” atribuídos aos produtos pelo imaginário dos consumidores. Os preços geralmente

praticados são inferiores aos pontos formais de comercialização, como supermercados e outros, o que torna um atrativo interessante aos consumidores. Estes preços também são negociáveis, não são fixados a priori pelos agricultores, pois os agentes da transação se conhecem mutuamente há algum tempo (BRUNORI et al, 2009b). Os consumidores veem estes alimentos como detentores de “qualidades superiores” e lhes atribuem adjetivações como sendo “naturais”, “sem conservantes químicos”, “orgânicos”, “nutritivos”, “ecológicos”, “honestos”, entre outras (OLIVEIRA; PREZZOTO; VOIGT, 2002; BRUNORI; ROSSI; MALANDRIN, 2010). Estas qualidades especiais dos alimentos fabricados pelas agroindústrias são entendidas pela noção de *nested markets* (PLOEG; JINGZHONG; SCHNEIDER, 2010), já que todos os produtos detêm algum grau de especificidades produtivas e são diferenciados.

Nas cadeias curtas, é possível observar que os agricultores conseguem pôr em prática suas estratégias e conhecimentos para construir os circuitos. Os agricultores são responsáveis pelos canais de vendas que acessam, que são construídos com base nos seus recursos, conhecimentos e práticas produtivas e comerciais. As cadeias curtas são consideradas novidades pelo alto grau de autonomia que propiciam às famílias, pelos tipos de relações sociais estabelecidas (confiança, interconhecimento, proximidade social, etc.) e pela proatividade dos agricultores na sua construção. As cadeias curtas também são uma novidade por surgirem fora das regras do regime sociotécnico alimentar hegemônico, como outros estudos já concluíram (ROSSI; BRUNORI; GUIDI, 2008; BRUNORI et al, 2009b; BRUNORI; ROSSI; MALANDRIN, 2010).

5.1.3 Vendas em eventos e feiras: contato direto com os consumidores

As vendas em eventos e feiras também são caracterizadas pela proximidade entre consumidores e agricultores nas transações, contudo, algumas vezes ocorrem longe espacialmente dos locais de produção dos alimentos. Estes canais são compostos pelas vendas em feiras, eventos, festas e exposições. Além das vendas, uma das características centrais destes eventos e feiras é divulgar os produtos pela degustação, visualização dos alimentos e conversa com o público visitante. São canais de vendas pelos quais passa uma quantidade da produção das agroindústrias, segundo a Pesquisa CAAF, é de 9,4%. Caracterizam-se ainda por serem mercados formais e informais, um misto de situações frente às instituições alimentares.

Quando informais, há acordos tácitos entre instituições fiscalizadoras (Vigilância Sanitária, organizações e movimentos sociais da agricultura familiar, Ministério da Saúde - MS, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, entre outras) para que estes alimentos possam sair de um local até outro para serem expostos e comercializados. É o caso da FENAFRA, organizada anualmente pelo MDA. As agroindústrias são cadastradas pelos movimentos sociais (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul - FETAG, Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - FETRAF-Sul, Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA) e mesmo sendo informais recebem uma “licença provisória” para transporte e venda dos alimentos junto ao público visitante das feiras.

O relato de um Técnico da Secretaria da Agricultura de Constantina, responsável pela inspeção do SIM, ilustra esse processo. Veja que o técnico contesta a questão de o SIM servir somente para dentro do município, mas nas feiras os produtos inspecionados pelo serviço municipal podem ser vendidos fora destes limites.

E veja como é a divergência das leis. Nas feiras você vai a Brasília, você vai ao Rio de Janeiro e vende para os atores de novela, por exemplo, que vão lá comprar e com o SIM. Com um sisteminha nosso aqui, mas por que eu não posso vender no supermercado ou fora do município então?! (Entrevista 06: Secretaria da Agricultura, Constantina, maio de 2011).

Apesar destas características, as vendas em eventos apresentam uma segunda importância para as agroindústrias. É o caso das Agroindústrias Zonta e Ludke, que relataram que no início dos seus processos de agroindustrialização, as feiras, expo-feiras e eventos eram responsáveis por 70% das suas vendas anuais. As vendas em eventos são a forma pela qual estas agroindústrias conseguem atingir mercados fora da sua região de origem, chegando a outras regiões e até estados do Brasil, como é o caso da participação de algumas agroindústrias investigadas em feiras em Porto Alegre/RS, Rio de Janeiro e Brasília (Tabela 12). Mesmo algumas agroindústrias sendo informais, pelos acordos tácitos firmados entre instituições, os alimentos ampliam seu raio de comercialização. Isso mostra que as agroindústrias se expandem espacialmente, indo contra argumentos de alguns autores de que isso não seria possível. Muitas agroindústrias, pelo fortalecimento gerado com a comercialização das feiras, festas e eventos, conseguem os recursos financeiros necessários para viabilizar sua formalização institucional, melhorar processos, infraestrutura e qualidade dos alimentos.

Outra forma de os alimentos chegarem a locais mais distantes é através das redes sociais que as famílias constroem. As redes sociais servem para a divulgação e

comercialização dos produtos a distâncias mais longas. Por exemplo, é o que ocorre com a Agroindústria Jotti. Esta experiência tem apenas o SIM e comercializa em um supermercado de Porto Alegre, através de um tio que vem buscar os alimentos e revende-os a um supermercado. Neste sentido, é falsa a premissa de alguns estudiosos de que as agroindústrias não têm capacidade de expandir espacialmente seus mercados para comercializar em outras regiões. Estes dois exemplos mostram justamente o contrário, que é possível às agroindústrias se inserir em canais mais distantes de sua localização, mesmo sendo informais perante as agências de regulação alimentar.

5.1.4 Cadeias longas de abastecimento e distribuição

As agroindústrias também acessam as cadeias longas, que têm esse nome em função de as distâncias percorridas pelos produtos comercializados serem médias a longas, geralmente sendo seus produtos transportados da região de produção, sendo a comercialização e o consumo em outros locais. Os alimentos assim vendidos são destinados a suprir principalmente redes de supermercados, compradores intermediários, indústrias e atacadistas que redistribuem e revendem essa produção. Segundo dados da Pesquisa CAAF, as cadeias longas representam 18,9% das vendas, sendo relevantes do ponto de vista da reprodução social das agroindústrias, detendo uma parcela de quase 20% do escoamento da produção. Este é o caso de duas experiências pesquisadas, a Strack Alimentos Naturais e a Cooperativa Biorga (Tabela 12). Esta constatação de pesquisa confirma as conclusões de Marsden e Sonino (2006), de que as redes agroalimentares alternativas desenvolvem interfaces com as convencionais de alimentos, não ocorrendo separações estanques entre elas. O que ocorre são processos imbricados, em que as redes convencionais penetram no seio das alternativas e vice-versa, não se podendo separá-las completamente.

O depoimento do Senhor Strack ilustra esse processo de inserção nas cadeias longas. Fica claro que a agroindústria entrega grande parte da sua produção para outras empresas, supermercados e atacadistas distantes de Caiçara. Vende também o açúcar mascavo em embalagens maiores (sacas de 30 kg), para que outros atores da cadeia longa o revendam com sua própria marca ou transformem o produto em outros derivados (por exemplo, o açúcar mascavo em rapaduras), fazendo o produto passar a imagem errônea aos compradores e consumidores de que são eles que o fabricam⁶¹.

⁶¹ Essa é uma estratégia muito recorrente no Brasil entre os gigantes supermercadistas, quando colocam à venda em suas prateleiras alimentos e produtos com marca própria, mas que foram fabricados por agricultores que

Também vendem 30 kg para as pessoas que usam a marca própria deles ou é vendido a quem transforma e faz o produto também com sua marca própria. Nós vendíamos para a Produtos da Colônia de Santo Antônio da Patrulha, que eles faziam o nosso açúcar pra eles lá e eles empacotavam uma parte como uma parte da Colônia e uma parte fazem a rapadura. [...] Começamos a vender para o pessoal de Içara/SC, que vendia muito para o Rio de Janeiro, mas também empacotavam com a marca deles, eles eram atacadistas. Por exemplo, os produtos da Patroa, que também é cliente nosso e tem marca própria. Aí levam de saco de 30 kg e vendem na marca deles. A gente tem clientes assim que, por exemplo, agente não chega na área deles, onde eles colocam com a marca deles. A gente não pede que coloquem a nossa marca porque vai concorrer com o produto deles. [...] E também estamos entregando para o pessoal da Cerellos de Ijuí, que também embala com a marca deles, em sacos de 30 kg. (Entrevista 03: Strack Alimentos Naturais, Caiçara, abril de 2011).

A característica central das cadeias longas é o deslocamento da produção de locais de origem para outros mais longínquos, onde são feitos a comercialização e o consumo, sendo alimentos que podem ser definidos como *foods miles*, como são denominados na Europa por percorrerem longas distâncias antes de serem consumidos. Essa estratégia de vendas em cadeias longas é insustentável do ponto de vista ambiental e econômico, pois os custos de energia são altos para deslocar espacialmente estes alimentos (PRETTY et al, 2005). Por exemplo, um estudo desenvolvido no Reino Unido estimou que a produção de alimentos é responsável por 17% das emissões de dióxido de carbono, que contribuem para o efeito estufa. Só o transporte deles é responsável por 9% de todas as emissões atribuídas à parcela da agricultura⁶².

Geralmente este tipo de vendas é característico das agroindústrias já formalizadas e com uma escala de produção maior para suprir as demandas destes compradores, que são grandes. Entretanto, este relacionamento com as cadeias longas inspira cuidados aos agricultores, pois a dependência em relação aos impérios alimentares é grande em termos de fixação de preços, cláusulas em contratos, margens de lucros, subordinação dos agricultores e suas experiências (PLOEG, 2008).

Outra questão a considerar é o enorme crescimento dos supermercados na coordenação de cadeias agroalimentares, que tem se revelado perigoso como estratégia de viabilização das agroindústrias. Reardon et al (2003) estimam que a participação dos supermercados no total do varejo nos seis países líderes de América Latina varia de 45-75%, com o Brasil em primeiro lugar. Com essa prática de comercializar com estes gigantes agroalimentares, as agroindústrias estão incrementando o regime sociotécnico alimentar existente, baseado na produção – transporte – comercialização – consumo de alimentos a

estão integrados à sua rede. Um caso notório nesse sentido é do Supermercado Nacional, pertencente à Walmart.

⁶² Ver mais detalhes em <http://www.climatechoices.org.uk/pages/food3.htm>

longas distâncias e com agentes de mercados hegemônicos. Além disso, não estão construindo novidades sustentáveis e autônomas para as agroindústrias, mas participando de cadeias produtivas e comerciais com regras e dinâmicas já institucionalizadas e definidas, nas quais a construção de margens de manobra para as iniciativas é quase nula (LONG, 2001).

É claro que também se deve ressaltar que estes diferentes intermediários das cadeias longas não são somente prejudiciais à comercialização das agroindústrias, como discutido em alguns aspectos a cima. Eles são atores chave na construção de relações entre os elos das cadeias de comercialização, sendo responsáveis pelo escoamento de boa parte dos alimentos processados pelas agroindústrias. Talvez, muitas agroindústrias não vendessem partes da sua produção se não existissem os atores intermediários das cadeias longas. Dessa forma, é melhor que os agricultores vendam seus alimentos para estes atores do que não conseguir comercializar os produtos, o que seria comprometedor aos seus processos de reprodução social.

5.1.5 Os pontos formais de vendas

Os pontos de comercialização formais são aqueles em que o local de venda dos alimentos das agroindústrias é formalizado perante os aspectos institucionais. Geralmente são pontos de comercialização ou de consumo de alimentos habituais, como supermercados locais, bares, as chamadas bodegas, restaurantes e cantinas. Estes pontos de vendas na grande maioria exigem a formalização das agroindústrias para poderem colocar os seus produtos à venda, sendo restritivos às informais. Estes circuitos são responsáveis por percentuais altos de comercialização das agroindústrias, sendo que 21,7% das experiências os acessam, sendo o segundo maior canal, ficando atrás somente das cadeias curtas (PELEGRINI; GAZOLLA, 2006).

Estes canais de vendas exigem observância de padrões sanitários, higiênicos e de apresentação dos alimentos, colocando aos agricultores desafios quanto à qualidade dos alimentos que comercializam. Também exigem certa regularidade de entregas, pois devem ter os alimentos disponíveis aos consumidores em todas as épocas do ano. Este aspecto representa um desafio aos agricultores pela sazonalidade da produção agrícola, em especial os vegetais, frutas, hortaliças e tubérculos para processamento. Muitos agricultores não conseguem se inserir nesses canais por não terem suprimentos em escala suficiente, com um fluxo contínuo de produção por causa dos padrões de qualidade exigidos.

Estes circuitos também requerem que os agricultores façam o transporte dos alimentos até o posto de venda, colocação dos produtos nas gôndolas dos supermercados e outros pontos de vendas, ficando a cargo dos agricultores estes custos, elevando os custos de produção das agroindústrias, exigindo maior força de trabalho das famílias. Algumas agroindústrias inclusive destacam um membro do núcleo familiar com o intuito de desenvolver estas tarefas ligadas à esfera da comercialização. Há estudos no Paraná relatando que redes de supermercados cobram em torno de R\$ 500,00 para as agroindústrias venderem seus produtos. Esses recursos são justificados como sendo a contrapartida para o agricultor utilizar o espaço do supermercado (gôndola) e pela divulgação e vendas dos seus alimentos (KIYOTA, 2010). Estas exigências dificultam os processos comerciais das agroindústrias com supermercados e fazem muitas iniciativas preferir uma inserção em outros mercados, caso dos informais que têm menos exigências por parte dos consumidores e compradores.

O relato do Senhor Zonta é ilustrativo desses aspectos discutidos acima. No caso da sua agroindústria, os supermercados exigiam que o transporte e a colocação/retirada/renovação dos seus sucos de uva ficassem dentro das competências do agricultor, não havendo nenhum tipo de contrapartida dos supermercados, somente a cessão da gôndola onde são colocados os sucos da agroindústria.

Os supermercados querem nas prateleiras. Já chega e bota nas prateleiras! Ninguém quer correr atrás, né. Todo mundo vai lá vende, entrega e bota nos lugares que a gente sempre bota, né. Se o cara tem dinheiro, paga, se não tem, fica pra próxima vez (Entrevista 01: Agroindústria Zonta, Frederico Westphalen, abril de 2011).

Algumas agroindústrias informais utilizam estes canais de vendas no início de seu funcionamento para colocar os seus produtos, como mostra a Tabela 12. A Agroindústria Gehen, no início de sua trajetória, comercializava a erva-mate ecológica principalmente em sacos de 60 kg, que eram vendidos a supermercados locais, bares e “bodegas”, sendo estes locais essenciais ao fortalecimento da experiência. Em outros casos, como as Agroindústrias Prevedello e Jotti, há o acesso a estes canais de forma bastante frequente. A primeira experiência vende a cachaça informalmente a vários supermercados de municípios vizinhos, sem nunca ter tido problemas de sanções institucionais.

Já a Agroindústria Jotti comercializa seus derivados de carne suína em 10 a 12 municípios vizinhos, somente com o SIM. Neste caso, há novamente acordos tácitos entre o agricultor, instituições dos municípios e agências de Vigilância Sanitária e fiscalização alimentar para que estes alimentos possam ser comercializados nestes locais. Isso ocorre

porque os municípios não têm agroindústrias instaladas e faltam de “produtos coloniais” derivados de suínos, como o Senhor Jotti descreve em seu depoimento.

Hoje só vendemos nos mercados. Vendemos aqui em Constantina, em Três Palmeiras, Trindade do Sul, partes de Nonoai, Gramado dos Loureiros, Liberato Salzano, Cerro Grande, Sagrada Família, Lageado Bugre, São Pedro das Missões e São José das Missões. Aqui ao redor e tem mais em Porto Alegre. É um supermercado em que um tio meu é que leva os produtos. [...] Estes municípios visitados querem que a gente vá porque eles não têm agroindústrias, não têm matadouros e nada. Daí se torna bom para eles que a gente vá para terem para vender (Entrevista 10: Agroindústria Jotti, Constantina, maio de 2011).

De maneira geral, nestes canais de comércio os agricultores estão presos às regras de funcionamento dos pontos formais de comercialização e exigências institucionais de que fazem parte, sendo poucos os casos de agroindústrias informais que conseguem se inserir. Quando as agroindústrias informais vendem a postos formais, os próprios pontos de comércio podem sofrer sanções institucionais (multas, recolhimento dos alimentos, fechamento do estabelecimento, etc.). Nestes canais, os agricultores encontram-se reféns e se inserem neles sem se diferenciar, geralmente incrementando o regime sociotécnico alimentar, pelo fato de as regras e normas já estarem estabelecidas. Nestes pontos de vendas, é difícil a construção de novidades pelas agroindústrias, já que estão expostas às diretrizes destes atores e às exigências institucionais.

5.2 Novos canais de comercialização coletivos e em redes: a Rede de Comercialização Solidária das Agroindústrias Familiares (RECOSOL)

Esta seção analisa especificamente a RECOSOL como experiência coletiva de organização social e canal de comercialização das agroindústrias. Ela é definida como uma rede solidária das agroindústrias que visa a fomentar o associativismo, organização social, cooperativas e associações e consolidar novos circuitos de comércio de forma coletiva. Em alguma medida ainda se problematizam também os limites da própria iniciativa da RECOSOL e organizações sociais membros que fazem parte da construção dos novos canais de vendas. Tanto os circuitos de vendas coletivos construídos como a própria RECOSOL são entendidos pela noção de novidades, já a noção pode ser utilizada tanto para novos canais de vendas como também em relação a novas organizações sociais.

A RECOSOL foi escolhida para a análise pela relevância que a experiência tem na organização social, construção de mercados e números de agroindústrias e cooperativas que participam dela (Figura 19 e Quadro 6). Esta organização coletiva em números representa

Na base de sustentação da RECOSOL, estão as agroindústrias que são as células de existência da rede (Figura 19). Estas agroindústrias se ligam a cooperativas ou associações da agricultura e agroindústria familiar regional. Por sua vez, estas cooperativas e associações são os elos entre as iniciativas individuais ou coletivas e a RECOSOL. Ainda há os quiosques e a feira do produtor que integram essa estrutura regional, sendo pontos de comercialização que foram sendo instalados através dos anos pela RECOSOL, geralmente situados em locais estratégicos de vendas e com maior circulação de pessoas, como centro das cidades, próximo a estações rodoviárias, vizinhos a praças ou na beira de rodovias como são comumente encontrados⁶³.

O relato do Presidente da RECOSOL esclarece como surgiu em 2007 a rede coletiva em torno das agroindústrias a partir de recursos já aplicados via Territórios Rurais do MDA. Também ressalta alguns dos seus papéis desempenhados junto às agroindústrias, como dar suporte às atividades de agroindustrialização, construir mercados, viabilizar a formalização das iniciativas, firmar cooperações com outras organizações sociais regionais, entre outras questões de apoio.

Ela (RECOSOL) nasce dessa discussão, em função que já se tinham investido alguns recursos para as agroindústrias, e as agroindústrias não estavam conseguindo avançar porque não tinham uma entidade para poder dar estruturação, dar suporte, buscar comercialização, buscar legalidade, buscar qualificar os produtos, fazer estas parcerias mais em nível de região. Em 2007, iniciou-se a discussão da criação de uma rede de cooperativas para trabalhar estas questões aí. No início, se tinha a ideia de trabalhar uma cadeia exclusiva e nós que fazíamos parte das discussões na época optamos por discutir todas as cadeias porque as agroindústrias pegam vários setores, têm embutidos, têm vegetais, têm produtos de origem animal, têm de tudo. Optou-se por criar uma rede das cooperativas (Entrevista 18: RECOSOL, Boa Vista das Missões, maio de 2011).

O Quadro 6 evidencia as cooperativas e associações que formam a RECOSOL, localidades de origem das organizações e produtos comercializados, complementando as informações da Figura 19. O primeiro elemento que chama a atenção é a diversidade produtiva das cooperativas e associações sociais que formam a RECOSOL. Pode-se observar uma grande quantidade de tipos de alimentos (processados e *in natura*), de diversas cadeias produtivas, como lácteos, cárneos, frutas e hortaliças, pequenos grãos alternativos, óleos (orgânicos), grãos tradicionais, cana-de-açúcar, derivados do trigo, tubérculos e raízes, mel,

⁶³ Os quiosques são em número de 6, localizados nos municípios de Constantina, Erval Seco, Boa Vista das Missões, Caiçara, Frederico Westphalen e Cristal do Sul. A instalação dos quiosques foi estrategicamente pensada, de modo a cobrir as transações de alimentos dentro da Região do Médio Alto Uruguai, em todos os locais necessários.

ovos, derivados de uva, galinhas caipiras, erva-mate, temperos, entre outras cadeias alimentares.

Quadro 6: Organizações sociais que formam a RECOSOL e alimentos comercializados.

Nº	Cooperativa/ Associação	Cidade	Produtos e alimentos principais
1	COOPAC	Constantina	Leite em pó e queijos
2	COOPERAC	Constantina	Salame, açúcar mascavo, melado, “schimier”, farinha de milho, suco de uva, cachaça, licor, queijos, massa, cuca, pães, conservas, temperos, mandioca, batata doce e mel.
3	COOPERÇARA	Caiçara	Melado, açúcar mascavo, rapadura, cachaça e feijão
4	COOCAMPO	Liberato Salzano	Frutas, feijão, mandioca, laranja, bergamota e suco de laranja
5	COAPRIL	Lajeado Bugre	Mel, feijão e ovos
6	COOPATRIM	Trindade do Sul	*
7	COOPABELBIM	Boa Vista das Missões	*
8	COOPERBIORGA	Erval Seco	Óleos de linhaça e gergelim, farinhas de trigo e milho, canjica, trigo integral (todos os produtos são orgânicos)
9	COOPERJAB	Jaboticaba	Grãos
10	COOPERBOMPASTOR	Planalto	Vinhos, doces de frutas e conservas
11	COOPAGRISERVI	Planalto	*
12	COOPENFAC	Nonoai	Açúcar mascavo, feijão, farinha de milho, mel, melado, batata doce, mandioca, leite, queijo, abacate, milho verde, rapadura, “schimier”
13	COOPRAFF	Frederico Westphalen	Doces de frutas, conservas, vinhos, sucos, derivados de cana (rapaduras, cachaça, melado), mel e frangos semi caipiras
14	COOPAZA	Chapada	Aguardente de cana
15	COOPPATRISUL	Trindade do Sul	*
16	CORAC (atualmente fechada)	Seberi	Feijão, farinha de milho, canjica, mel, melado, erva de barbaquá, suco de uva, conserva de pepino, doce de pêssego, doce de figo (OBS: Atualmente fora de funcionamento)
17	AECOVALE	Boa Vista das Missões	Cachaça, açúcar mascavo, melado, rapadura, temperos, amendoim e caldo de cana.

Fonte: Pesquisa de campo (2011). * Dados não disponíveis durante a pesquisa de campo.

Isso mostra uma estratégia de diversificação produtiva, mas também estrategicamente pensada frente aos processos de comercialização nos diferentes canais de vendas. A RECOSOL se preocupa com a diversidade produtiva que se reflete na diversidade de circuitos acessados, sendo mais seguro e autônomo para as agroindústrias e suas cooperativas frente aos mercados. Se alguns dos alimentos por algum motivo (problemas de sazonalidade produtiva, perda da produção, secas) não tiverem boa produção, as organizações que compõem a RECOSOL podem comercializar os demais produtos. Essa lógica de ação também predomina frente aos mercados construídos. Se algum dos circuitos de vendas tiver problemas em adquirir os alimentos (preços baixos, poucas compras, crise econômica), os outros canais escoam os alimentos da RECOSOL, já que estes produtos são trocados entre

cooperativas, quiosques, agroindústrias, RECOSOL e outros canais de comercialização existentes em toda a Região do Médio Alto Uruguai e fora dela.

A Tabela 14 apresenta um levantamento feito por consultores do MDA com os produtos, quantidades, preços de venda e total de renda auferida pela RECOSOL em 2010. Segundo Tabela 14, a RECOSOL gera R\$ 376.682.700,00 anuais em comercialização de produtos das agroindústrias e cooperativas dentro dos 34 municípios.

Tabela 14: Produtos comercializados, quantidades, preços e rendas brutas auferidas pela RECOSOL no ano de 2010.

Produtos comercializados no território (34 municípios) (Rede da RECOSOL)	Quantidades Anuais	Preços de venda (R\$)	Total anual (R\$)
Leite	28.357.000 L	0,60	17.014.200,00
Soja	343.000 t	664,00	227.752.000,00
Milho	343.010 t	332,00	113.879.320,00
Cachaça de alambique	500.000 L	3,50	1.750.000,00
Salame	120.700 kg	9,00	1.086.300,00
Feijão	520 ton	1.494,00	776.880,00
Açúcar mascavo	250.000 kg	2,50	625.000,00
Trigo	18.500 t	365,00	6.752.500,00
Queijo	50.000 kg	8,50	425.000,00
Doce em pasta (“Schmier”)	53.000 kg	3,50	185.500,00
Melado	70.000 kg	3,00	210.000,00
Mel	23.000 kg	7,00	161.000,00
Laranja	10.000 t	510,00	5.100.000,00
Panificios	18.000 kg	7,00	126.000,00
Batata doce	125.000,00	0,70	87.500,00
Mandioca	85.500 kg	0,60	51.300,00
Cereais integrais	8.200 kg	4,50	36.900,00
Canjica	31.000 kg	1,10	34.100,00
Óleo de linhaça orgânico	4.000 L	20,00	80.000,00
Suco de uva	5.500 L	4,00	22.000,00
Óleo de gergelim orgânico	2.000 L	25,00	50.000,00
Rapadura	15.000 un.	3,00	45.000,00
Arroz	7.500 kg	2,20	16.500,00
Farinha de linhaça orgânica	6.000 kg	4,00	24.000,00
Farinha de milho	8.000 kg	1,20	9.600,00
Farinha de trigo	18.000 kg	1,25	22.500,00
Erva-mate	60.000 kg	3,50	210.000,00
Cuias de chimarrão	30.000 un.	5,00	150.000,00
Subtotal RECOSOL			376.682.700,00
Produtos comercializados para fora do território			
Laranja	6.000 t	510,00	3.060.000,00
Erva-mate	20.000 kg	3,50	70.000,00
Mel	7.000 kg	7,00	49.000,00
Cachaça	80.000 L	3,50	280.000,00
Feijão	100 t	1.494,00	149.400,00
Queijo	25.000 kg	8,50	212.500,00
Leite	10.000.000 L	0,60	6.000.000,00
Açúcar mascavo	110.000 kg	2,50	275.000,00
Subtotal fora do território			4.155.900,00
TOTAL GERAL			380.838.600,00

Fonte: Modesti e Chierentin (2010).

Para fora destes municípios, é vendido um valor de R\$ 4.155.900,00 em alimentos aos diversos circuitos. Somente em três dos seis quiosques instalados, estima-se um volume de vendas anuais de R\$ 348.045,00. Todos estes valores, quando somados, mostram que a RECOSOL atinge um total de fluxo monetário de R\$ 381.186.645,00 anuais em movimentação de recursos nos canais de comercialização. São 2.700 famílias ligadas à rede, beneficiadas com os recursos, serviços de comercialização e apoio prestados (MODESTI; CHIERENTIN, 2010).

Os novos canais de comercialização coletivos e em redes funcionam da seguinte forma. As agroindústrias individuais e coletivas podem comercializar livremente os seus alimentos nos canais de vendas antes discutidos, sendo que as cooperativas, quiosques e a RECOSOL são mais uma alternativa de que as iniciativas dispõem. As cooperativas têm supermercados e outros pontos de vendas em que as agroindústrias colocam seus produtos. As cooperativas comercializam outros produtos que não necessariamente das agroindústrias, pois devem atender as demandas de todos os seus associados. Os quiosques e feiras oferecem uma estrutura comercial pulverizada no território, sendo mais uma opção de vendas para as agroindústrias. Estes quiosques geralmente funcionam regionalmente, transacionando os alimentos entre os diferentes locais no interior do território, pois em algumas localidades há produção de alguns alimentos e não de outros. As trocas de alimentos entre as organizações sociais permitem que todos os locais tenham à disposição a gama de produtos existentes e fazem com que sejam aumentadas as vendas das agroindústrias⁶⁴.

A Figura 20 mostra a localização da RECOSOL em Boa Vista das Missões e também de um dos quiosques que compõem sua estrutura organizacional no Município de Frederico Westphalen, administrado pela COOPRAFF, uma das suas cooperativas membro. O relato do Presidente da RECOSOL ilustra o papel dos quiosques na execução de trocas de produtos e alimentos entre diferentes espaços existentes dentro do território do Médio Alto Uruguai, cumprindo o papel de suprir de alimentos os locais que têm uma menor produção ou não têm um item específico.

⁶⁴As cooperativas e associações que compõem a RECOSOL se caracterizam por terem um pequeno número de associados, a maioria, menos de 100 famílias de agricultores. As organizações estão juridicamente constituídas e formalizadas perante as legislações cooperativista e fiscal. Trabalham tanto com agricultores que têm agroindústrias, como com agricultores que desenvolvem outras atividades. Muitas nem estruturas administrativas têm como um prédio, sala ou escritório. Funcionam com base na sua própria direção social, em que os membros são agricultores sócios não remunerados escolhidos em assembleias ou reuniões. Estas organizações são constituídas formalmente para servir aos agricultores em suas necessidades mais prementes, como formalização das agroindústrias, construir novos mercados, melhorar tecnologia, qualidade dos alimentos, processos produtivos etc.

Eles estão entrando no próprio intercâmbio das mercadorias porque os quiosques estão distribuídos nos municípios, mas nem sempre tem naquele município o produto para vender. Então o que a rede está proporcionando é fazer o intercâmbio das mercadorias entre um quiosque e outro. Até porque nós temos microrregiões bem diferentes aqui. Na região de Constantina, são muito fortes os derivados de embutidos e queijos, e a nossa aqui já é mais vegetal. Mesma coisa o artesanato naquela região de Iraí e Vicente Dutra, ali tem fortemente isso aí. Lá em Caiçara, tem bastante açúcar mascavo e melado que aqui não tem. Então proporciona fazer um intercâmbio, mas nesse sentido de trabalhar a comercialização mesmo que queremos fortalecer (Entrevista 18: RECOSOL, Boa Vista das Missões, maio de 2011).

Figura 20: Localização da RECOSOL no Município de Boa Vista das Missões (à esquerda) e de um dos quiosques que compõe sua estrutura organizacional no Município de Frederico Westphalen (à direita), administrado pela COOPRAFF.



Fonte: Pesquisa de campo (2011).

A Tabela 15 mostra um exemplo de um dos quiosques pesquisados ligados à RECOSOL. Este quiosque está localizado no Município de Eral Seco, estando sob a administração da Associação Regional dos Criadores de Abelha (ARCA). Observam-se o movimento mensal de produtos das agroindústrias e as quantidades e renda gerada com as vendas. Verifica-se que há comercialização de 32 produtos e alimentos diferentes, de 12 agroindústrias e agricultores familiares, que entregam produtos *in natura*. Estas vendas totalizaram um volume de recursos de R\$ 2.523,00 de renda bruta mensal, mostrando os recursos monetários que geram os alimentos vendidos pelas agroindústrias e agricultores⁶⁵.

A RECOSOL é uma nova organização regional que surge de dois movimentos inter-relacionados. De um lado há a proatividade dos agricultores donos de agroindústrias e suas

⁶⁵ Os quiosques funcionam como pontos de venda direta dos agricultores para os consumidores como cadeias curtas, pois os produtos são locais e levam em conta a possibilidade de aproximar produtores dos consumidores pelas relações sociais existentes nos pequenos municípios. Geralmente estes espaços de vendas são administrados pelos próprios agricultores, por uma cooperativa ou associação da RECOSOL. Geralmente estão colocados perto dos centros urbanos, sendo seus compradores donas de casas, pessoas idosas e ligadas a questões de meio ambiente e movimentos sociais. Quando implantados às margens de rodovias regionais, eles têm como alvo transeuntes, como caminhoneiros, pessoas de férias ou em viagens.

organizações sociais já preexistentes no local. Neste sentido, estes atores utilizaram sua agência social para construir a RECOSOL (LONG, 2001). De outro ângulo, a RECOSOL recebeu nos últimos anos recursos do Programa Territórios Rurais, que, a partir de 2008, se tornou Território da Cidadania. Nesse caso, a RECOSOL também é obra do Estado e das políticas territoriais. Os conhecimentos dos agricultores foram fundamentais para fundar a base inicial de organicidade da RECOSOL, mas ela não seria possível sem o apoio das políticas públicas territoriais. Por exemplo, quase todos os quiosques implantados têm algum grau de investimentos feito por estas políticas territoriais e Emendas Parlamentares. Entretanto, os papéis cumpridos pelas políticas públicas junto à RECOSOL serão detalhados no Capítulo 7, específico do tema.

Tabela 15: Produtos, quantidades, preços e volume de vendas mensais no quiosque de comercialização de Erval Seco, sob gestão da ARCA.

Nº	Tipo de produto	Origem/ Agroindústria	Quantidade vendida (mês)	Preço (R\$)	Renda Bruta (R\$)
1	Açúcar mascavo de cana	Doces Kunz	50 kg	4,50	225,00
2	Balas de mel	Balas Cardoso	15 pc. (200 g)	2,00	30,00
3	Conservas e doces (vários)	Cons. Kinkas	10 vidros (500 g)	4,00	40,00
4	Mandioca embalada a vácuo	3 Compadres	60 kg	2,50	150,00
5	Mandioca embalada a vácuo	6 Vizinhos	60 kg	2,50	150,00
6	Melado de cana	Doces Kunz	20 kg	5,00	100,00
7	Doce em pasta (“schimier”)	Doces Kunz	30 kg	5,00	150,00
8	Erva-mate	Erva Nativa	40 kg	4,00	160,00
9	Farinha de milho orgânica	Biorga	40 kg	1,50	60,00
10	Farinha de trigo integral orgânica	Biorga	20 kg	2,00	40,00
11	Feijão	-	30 kg	2,30	69,00
12	Gergelim orgânico	Biorga	10 pc. 1 kg	2,00	20,00
13	Leite tipo C	Leite Trucker	70 L	1,70	119,00
14	Linhaça dourada orgânica	Biorga	10 pc. 1 kg	3,00	30,00
15	Melado de cana	Mel. Machado	130 kg	5,00	650,00
16	Mel de abelha	Mel Rainha	15 kg	8,00	120,00
17	Suco de uva	Sítio Del Vignal	20 L	4,50	90,00
18	Óleo de gergelim orgânico	Biorga	05 frascos (250 ml)	12,00	60,00
19	Óleo de linhaça orgânico	Biorga	10 frascos (250 ml)	12,00	120,00
20	Vinagre colonial	Sítio Del Vignal	10 L	3,50	35,00
21	Vinho colonial	Sítio Del Vignal	15 L	7,00	105,00
Produtos com saídas temporárias (sazonais)*					
22	Alface	-	Unidade	0,80	-
23	Alho	-	kg	6,00	-
24	Amendoim	-	kg	5,00	-
25	Cebola	-	kg	1,50	-
26	Cenoura	-	kg	1,50	-
27	Laranja	-	kg	0,70	-
28	Ovos de galinha	-	Dúzia	2,00	-
29	Pêssego	-	kg	2,00	-
30	Rabanete	-	kg	2,00	-
31	Repolho	-	Unidade	2,00	-
TOTAL					2.523,00

Fonte: Pesquisa de campo (2011). OBS: – Dados não obtidos durante a pesquisa de campo.

A constituição da RECOSOL pode ser entendida pela noção de novidades, pela inventividade dos atores e organizações sociais que a construíram. O formato coletivo e em redes é uma característica típica das novidades. Outra característica da RECOSOL é ser a primeira rede solidária de comercialização das cooperativas de agroindústrias familiares existente no RS, mostrando o pioneirismo e a criatividade da experiência⁶⁶. Os novos espaços de comercialização construídos pela RECOSOL também representam uma novidade por possibilitarem às agroindústrias novos circuitos de vendas aos seus alimentos, antes inexistentes.

A RECOSOL é uma nova organização social coletiva e em redes que os atores geraram nos últimos anos, na microrregião, sendo a principal novidade encontrada em todo o trabalho de investigação. A RECOSOL é um esforço organizativo das agroindústrias locais, que tem três papéis centrais. Primeiro, ganhar escala de produção e comercialização agindo de forma coletiva, para conseguir sobreviver num cenário de adversidades, crises econômicas e globalização da economia. Segundo, ter maiores espaços políticos e forças organizativas para poder barganhar recursos diferenciados frente ao Estado, políticas públicas e instituições reguladoras dos alimentos (legislações agroalimentares), visando à formalização das agroindústrias, que é seu principal problema de desenvolvimento (mais de 70% das agroindústrias são informais na Região do Médio Alto Uruguai).

Outro papel desempenhado pela RECOSOL é reduzir os custos de transação das agroindústrias e cooperativas individuais, pois coletivamente esta organização viabiliza necessidades em conjunto para todas as suas organizações associadas. Por exemplo, com a ação coletiva e em redes é possível viabilizar uma única marca para os alimentos, rótulos, formalizações perante as instituições reguladoras dos alimentos, código de barras, equipes técnicas de profissionais, entre outras demandas. Neste caso, ocorre o que Williamson (1996) chama de redução dos custos de transação pelo tipo de arranjo institucional adotado, que pode ser definido como estrutura de governança híbrida. Os agentes econômicos são mistos, havendo atores públicos (MDA, prefeituras, universidades), privados (cooperativas, associações), agricultores, entre outros. Com essa estratégia, a RECOSOL consegue reduzir

⁶⁶ A experiência da RECOSOL se inspirou na Unidade Central de Apoio às Agroindústrias Familiares Rurais do Oeste Catarinense (UCAF, que tem uma organicidade parecida, porém, muito mais desenvolvida e avançada em termos de tempo de existência, recursos e estrutura de estímulo aos agricultores. Para mais detalhes, acessar <http://www.ucaf.org.br/Site/index.html>. Essa experiência da UCAF também é analisada no trabalho de Wilkinson, Durigon e Mior (2011).

custos de transação pelo arranjo organizacional escolhido frente ao ambiente institucional que ela está inserida.

Note que estes três fatores representam avanços das agroindústrias em direção à construção de sua sustentabilidade socioeconômica e autonomia frente a um ambiente institucional que em muitos casos lhes é hostil, como mostra o Capítulo 7. Escher (2011) e Schubert (2012), estudando as cooperativas de leite da agricultura familiar no Sudoeste do Paraná e Oeste Catarinense, respectivamente, também chegaram a conclusões muito próximas às apresentadas neste trabalho em termos de papéis que cumprem as organizações sociais coletivas junto aos agricultores. Isso mostra que pesquisas diferentes, desenvolvidas em contextos socioeconômicos e institucionais heterogêneos, chegam a resultados similares quanto aos papéis das organizações coletivas nos espaços rurais.

A experiência da RECOSOL tem ainda as características típicas de um nicho de produção de novidades, como mostra a literatura da área (PLOEG et al, 2004; BRUNORI et al, 2009a; STUIVER, 2008). Segundo Roep e Wiskerke (2004), o sucesso no desenvolvimento dos nichos depende de três fatores: do desenvolvimento e alinhamento das estratégias e expectativas dos atores; do processo de aprendizagem social; e da criação e estabilização das redes sociais. Na dinâmica da RECOSOL, nota-se a presença dos três elementos potencializadores da produção de novidades em um nicho, o que poderá representar avanços mais profundos desta experiência no futuro, dependendo de como os atores, redes sociais e expectativas compartilhadas evoluírem.

Por outro lado, quando se analisa criticamente a experiência da RECOSOL, visualiza-se que ela tem dificuldades em conseguir avançar nos processos organizativos dos agricultores e prosperar no ambiente institucional em que está situada. Como exemplos de dificuldades enfrentadas, cita-se, primeiramente, a RECOSOL, que é recente, tendo iniciado suas atividades em 2007. Ela carece de recursos financeiros para capital de giro e pagamento dos seus custos básicos de manutenção (funcionários, telefone, combustível, luz, água, entre outros)⁶⁷. Segundo, também enfrenta descontinuidades em seu trabalho organizativo, já que as duas pessoas que executam a maioria dos seus trabalhos têm seus contratos como consultores

⁶⁷ No sentido de reestruturar e fortalecer estas cooperativas, o Governo Federal anunciou novas medidas no Plano Safra 2012-13. O Estado anunciou o acréscimo de R\$ 10 milhões à linha de crédito. O Pronaf Agroindústria disponibiliza R\$ 30 milhões para associações e cooperativas, com taxa de juros de 2% ao ano. O limite individual por associado está fixado em R\$ 40 mil. O prazo de quitação do empréstimo é de até dez anos, incluídos três anos de carência. Já as cooperativas e associações que optarem pelo financiamento até R\$ 1 milhão terão os juros fixados em 1% ao ano. O aumento nos limites de crédito engloba também a linha de Cotas-Partes do PRONAF, que financiará até R\$ 20 milhões por cooperativa, sendo o teto individual limitado a R\$ 20 mil. O PRONAF Agroindústria e outras ações governamentais serão mais bem analisadas no Capítulo 6 deste trabalho.

temporários junto ao MDA. Estes contratos têm validade de um ano, ocorrendo periodicamente problemas de renovação, desencadeando descontinuidades nas atividades organizacionais da RECOSOL. Terceiro, há grande relação entre as ações desenvolvidas e trabalhos executados com o volume de recursos públicos repassados, principalmente via Território da Cidadania, gerando processos de dependência dessa organização social para com as ações governamentais.

Como quarto problema da RECOSOL, os agricultores ainda não têm um sentimento de pertencimento efetivo à organização, com pouca participação dos seus associados nas ações. Os agricultores não se enxergam como sócios, que deveriam agir proativamente na construção da organização e cogestão das atividades, planejamentos e ações desenvolvidas. Quinto, o prédio onde funciona a RECOSOL (às margens da BR 386, em Boa Vista das Missões) tem espaços com câmara fria, balcões frigoríficos e prateleiras em que poderiam estar alimentos e produtos das agroindústrias familiares expostos para comercialização. Contudo, isso não está acontecendo junto à organização social, o que demonstra certo grau de desarticulação das ações. Estes entraves limitam a atuação da RECOSOL, que, mesmo sendo uma experiência inovadora de organização social e construção de mercados, ao mesmo tempo, tem muitas dificuldades de avançar e se sedimentar no ambiente institucional em que está imersa.

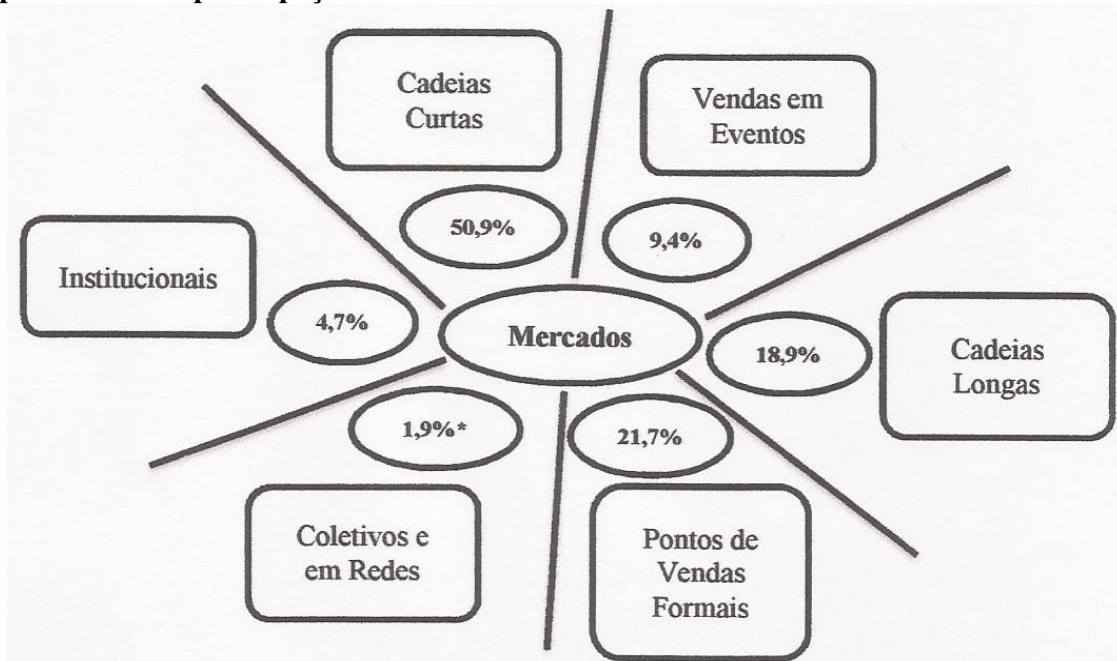
5.3 Novos canais de comercialização e organizações sociais: quais são novidades?

Nesta seção, são retomados os principais resultados já discutidos neste capítulo, principalmente com relação aos novos canais de comercialização e organizações sociais analisadas, como a RECOSOL e suas cooperativas membro. Discute-se, brevemente, por que estes novos canais de vendas e organizações são considerados novidades (mercadológicas e organizacionais) criadas a partir da base de existência das agroindústrias familiares. Também se mostra que alguns destes canais não são novidades, pois estão incrementando o regime sociotécnico e alimentar existente, como são as cadeias longas e pontos formais de vendas.

A Figura 21 resume os canais de comercialização que as agroindústrias constroem de acordo com seu agrupamento, como foi discutido anteriormente. Também destaca os percentuais de participação relativa de cada fluxo de comércio das agroindústrias. Argumenta-se, mais uma vez, a relevância das cadeias curtas como principal forma de comercialização construída pelas agroindústrias, com mais da metade dos percentuais de vendas (50,9%). Ressalta-se que alguns dados estão subestimados, caso dos mercados institucionais e dos

coletivos e em redes, pois, por ocasião da Pesquisa CAAF, em 2006, a lei que reestruturou o PNAE ainda não estava em vigor e a RECOSOL ainda não havia sido criada. Em função disso, atualmente, estes dois tipos de vendas possivelmente apresentem fatias maiores de comercialização dos produtos das experiências do que os percentuais ora apresentados.

Figura 21: Canais de comercialização construídos pelas agroindústrias familiares e seus percentuais de participação relativa.



Fonte: Pesquisa CAAF (PELEGRINI e GAZOLLA, 2006) e Pesquisa de Campo (2011). *Os canais coletivos e em redes foram considerados dentro dos percentuais do que a Pesquisa CAAF denominou de “Outros mercados”.

Muitos destes mercados das agroindústrias familiares podem ser compreendidos pela noção de *nested markets* (PLOEG; JINGZHONG; SCHNEIDER, 2010). Primeiro, porque são canais de comercialização, pelos quais são vendidos alimentos com qualidades e valores específicos, como os artesanais, orgânicos, étnicos, agroecológicos, locais, entre outros tipos. Segundo, são circuitos construídos em função de relações sociais específicas, em que aspectos como confiança, frequência de transações, conhecimento prévio entre atores são fundamentais para seu bom funcionamento. Terceiro, os canais de comercialização funcionam com base numa economia de proximidade, como evidencia o caso estudado da RECOSOL. A economia de proximidade facilita as trocas entre atores, alocações de recursos financeiros e produtivos, intercâmbio de conhecimentos, diminui custos e propicia processos de aprendizagem social, fazendo com os mercados das agroindústrias familiares funcionem de forma simbiótica.

Alguns destes canais de comercialização que os agricultores estão construindo demonstram uma grande capacidade de agência destes atores sociais. Exemplo disso são os agricultores que dirigem a maioria das etapas de produção dos alimentos, desde a obtenção das matérias-primas, processamento, administração da unidade e construção dos seus circuitos de vendas. Tanto é assim que estas experiências em 61,32% dos casos nascem dos próprios conhecimentos que os agricultores têm da atividade. Isso reafirma a capacidade de conhecer e agir ativamente destes agricultores, uma das ideias centrais da produção de novidades (LONG, 2001, WISKERKE; PLOEG, 2004, BRUNORI et al, 2009a; STUIVER, 2008).

Outro fator importante é a autonomia que as famílias adquirem em alguns destes canais. Por exemplo, nas cadeias curtas, os agricultores fazem suas transações diretamente com os consumidores, sendo alto o grau de autonomia que eles têm nestes circuitos. Nestes casos, as agroindústrias não dependem do contexto socioeconômico externo da unidade para comercializar seus produtos, não estabelecem relações com o ambiente institucional e legislações alimentares. Seus consumidores são fiéis e têm confiança nos produtos que adquirem e os recursos e estratégias de vendas postos em práticas são dos próprios agricultores. Outro fator importante é que, nestes circuitos, o valor agregado à produção fica com os agricultores, pois são eliminadas intermediações e transações que poderiam lhes retirar o valor agregado. Esta é uma característica das novidades, atingir graus elevados de autonomia para os atores que as produzem de forma a diminuir suas múltiplas dependências (STUIVER, 2008).

Em outros casos, as novidades se desenvolvem à margem dos padrões e regras fixados pelo regime sociotécnico alimentar, como são os canais de comercialização informais. Normalmente, as instituições que fazem parte do regime sociotécnico alimentar hegemônico fixam normas e exigem que todas as unidades produtoras e comercializadoras de alimentos as cumpram, independentemente da escala, especificidades tecnoprodutivas e do contexto social em que se reproduzem. Dessa maneira, é normal que algumas agroindústrias percorram o trajeto oposto de não cumprir estes regramentos e tentar patrocinar um desenvolvimento ao contrário. Como demonstrou Long (2001), os agricultores reagem de formas diferentes a uma dada situação social contingente ou à intervenção do Estado, o que explica os motivos de alguns circuitos de venda serem avessos ao ambiente institucional, que, às vezes, lhes é hostil. A ocorrência fora das regras e normas estipuladas pelo regime é uma característica da produção de novidades. Muitas novidades nascerem em nichos, com a capacidade de se desenvolverem fora da trajetória de desenvolvimento dominante (ROEP; WISKERKE, 2004, WISKERKE; STUIVER, 2004).

Alguns destes circuitos de vendas são novidades por se basearem nas estratégias familiares para a comercialização da produção, com exceção das cadeias longas e circuitos formais, em que isso é feito por outros atores. Os agricultores não têm um consultor, um vendedor contratado ou empresa terceirizada para fazer suas vendas. Em 86,7% dos casos investigados, verificou-se que as estratégias utilizadas de comercialização são de domínio das famílias e que geralmente é o pai ou um dos filhos que faz essa tarefa (PELEGRINI; GAZOLLA, 2008). Isso é um indicador de autonomia do grupo familiar e de agência, pois são as famílias que constroem seus próprios canais de escoamento dos alimentos, sendo este processo característico da produção de novidades (PLOEG et al, 2004).

A principal novidade encontrada em todo o trabalho de investigação é a RECOSOL e sua estrutura organizacional de cooperativas e associações membro. Primeiro, porque ela surge das práticas dos agricultores e necessidades expressas pelos atores sociais e agroindústrias, características das novidades. Segundo, a RECOSOL é a primeira organização social coletiva e em rede das agroindústrias, a primeira neste formato em todo o estado do RS. Neste sentido, a RECOSOL é pioneira em construir novos canais de comercialização para as agroindústrias ganharem escala comercial, reduzirem custo se elevarem o grau de autonomia dos atores sociais a ela ligados. Terceiro, as características de sua forma de organização social são similares ao que a literatura descreve como um nicho produtor de novidades. Há em sua organização processos sociais de aprendizagem, formação de redes e expectativas compartilhadas entre atores sociais, como os estudos têm ressaltado (PLOEG et al, 2004; ROEP; WISKERKE, 2004; STUIVER; 2008, BRUNORI et al, 2009a).

Os circuitos construídos pelas agroindústrias geram outros resultados na viabilização das iniciativas pesquisadas. A primeira está relacionada à viabilidade econômica das agroindústrias, pois os canais são formas de obtenção de renda pelas famílias. A segunda é a geração de empregos produtivos para as famílias, mantendo o grupo doméstico unido na atividade. Por exemplo, em algumas iniciativas, notou-se que as agroindústrias evitam a migração dos filhos jovens para os centros urbanos ou outras regiões. O terceiro efeito é a melhoria da qualidade de vida do grupo familiar. Associados a estes três principais resultados de inserção econômica nos canais de comercialização, há outros efeitos como o aumento dos conhecimentos sobre os mercados, maior interação social com outros atores e instituições, melhorias na alimentação e elevação dos níveis de educação pela realização de cursos de formação e estudos dirigidos à atividade. Estas são as formas pelas quais os circuitos de vendas das agroindústrias auxiliam na viabilidade social e econômica das famílias envolvidas na atividade.

Entretanto, nem todos os canais de comercialização analisados nesse trabalho proporcionam a produção de novidades, como, por exemplo, as cadeias longas e alguns pontos formais de vendas como supermercados e restaurantes. Nestes circuitos, cabe aos agricultores se inserir nos padrões sociotécnicos ditados e seguir as normas que os impérios alimentares lhes colocam (PLOEG, 2008). Nestes canais de vendas, os agricultores não têm margem de manobra para fazer valer os seus projetos individuais e estratégias. Os alimentos vindos das agroindústrias ajudam a incrementar o regime sociotécnico alimentar, quando são comercializados pelas cadeias longas e pontos formais de vendas. Nestes circuitos, a produção de novidades encontra-se totalmente bloqueada.

Essa conclusão corrobora com o estudo de Wilkinson, Durigon e Mior (2011), no qual fica claro que algumas redes de agroindústrias no Oeste Catarinense se inserem nos mercados com alimentos não diferenciados (não inovadores), em circuitos de vendas habituais (grandes supermercadistas) e com produtos que se assemelham a *commodities* (leite pasteurizado TetraPak). Este estudo de Wilkinson, Durigon e Mior (2011) é importante por dois motivos. Primeiro, porque mostra resultados próximos aos encontrados na presente investigação, mesmo considerando contextos socioeconômicos e institucionais diferentes e analisando agroindústrias distintas. Segundo, por reconhecer que não são todas as agroindústrias que produzem novidades. Muitas buscam se reproduzir dentro da institucionalidade do regime sociotécnico alimentar vigente, caso da rede das agroindústrias de leite do MST (Terra Viva), analisada no trabalho dos autores.

Por outro ângulo, estas agroindústrias que produzem novidades fazem proliferar pequenas, mas contínuas transições em relação ao regime sociotécnico alimentar instituído, apresentando-se em quatro direções principais. Uma primeira transição é verificada com relação à produção de alimentos com especificidades, que se diferenciam altamente industrializados (artesanais, da agricultura colonial, típicos, agroecológicos, étnicos, entre outros), como mostrado no Capítulo 4 pela análise de algumas agroindústrias. As transições ocorrem quando estes alimentos com valores e qualidades específicas disputam espaços com alimentos do regime sociotécnico instituído. Uma segunda maneira como estas transições ocorrem é com relação aos novos circuitos de vendas criados pelos agricultores, caso dos circuitos locais, cadeias curtas, vendas em eventos, coletivas e em redes. Estes canais são alternativos quando comparados às cadeias longas e aos pontos formais de venda de alimentos;

Ocorrem outras pequenas transições sentidas em nível das novas organizações surgidas como a RECOSOL e suas cooperativas membros. Estas novas organizações sociais

servem como espaços de gestação de novas práticas, processos organizativos, novas regras e normas que aos poucos vão modificando o ambiente institucional em que se encontram inseridas. Também como exemplo de uma transição relevante podem ser citados os programas existentes a níveis federais e estadual, criados em função do surgimento das agroindústrias, respectivamente, o PRONAF Agroindústria e PAF/RS, só para citar duas políticas relevantes entre outras. Com a criação destes programas, sinaliza-se a ocorrência de transições em nível do regime, pois se abriu a possibilidade (*windows of the opportunity*) de as agroindústrias influenciá-lo, mesmo que em graus pequenos e ainda pouco previsíveis.

Outro ponto fundamental de ser esclarecido é que a pesquisa conduzida contraria a afirmação de alguns estudiosos, para os quais os canais de comercialização das agroindústrias não conseguiriam se expandir espacialmente e alçar seus alimentos a outros locais e regiões. Os resultados da pesquisa mostram que isso é possível, mesmo em situações de informalidade. A primeira forma em que há maior espacialização territorial destes produtos acontece nas vendas em eventos, em que os alimentos se deslocam dos locais de origem para outros, através de acordos tácitos previamente feitos entre atores e instituições para que sejam possíveis as vendas. Por exemplo, através das feiras, FENAFRA e expo-feiras, é normal estes produtos atingirem regiões como Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.

A segunda forma é através das redes sociais que os agricultores mobilizam, acionando parentes, compadres, amigos e outras relações sociais para que estes produtos diferenciados alcancem outros lugares, como já haviam demonstrado Durigon e Renk (2011). A terceira forma é através das cadeias longas, que, mesmo sendo mercados que incrementam o regime sociotécnico alimentar, fazem com que as agroindústrias formais consigam se inserir em locais mais longínquos. A quarta forma é usando a certificação social e participativa como faz a Cooperativa Biorga. Com a construção desses *labels* sociais, esta experiência consegue transportar a confiança e atributos produtivos específicos de qualidade dos seus alimentos orgânicos a maiores distâncias do que os circuitos locais e conquistar consumidores fora de sua área de abrangência.

No próximo capítulo, são analisadas algumas ações governamentais que buscam apoiar o desenvolvimento das agroindústrias familiares. Evidencia-se que alguns programas como o PRONAF, Territórios Rurais e da Cidadania e PAF/RS têm ações que fortalecem as agroindústrias familiares por diversas formas (concessão de crédito rural, apoio à comercialização, destinação de equipamentos, capacitações, acesso a mercados, assistência técnica, entre outras). Entretanto, mostra-se que muitas ações realizadas por estes programas com recursos públicos têm limites e problemas em sua operacionalização, muitas vezes,

apoiando dimensões dos processos de agroindustrialização que não são as principais necessidades das agroindústrias. Neste sentido, também se procura problematizar quais os principais avanços e limites que as ações governamentais têm junto às agroindústrias.

A análise das ações governamentais e institucionais dos próximos dois capítulos do trabalho se liga às experiências de agroindústrias discutidas nas primeiras partes. Como se evidenciou até o momento, as agroindústrias se desenvolvem construindo novidades produtivas, tecnológicas, novos canais de comercialização e organizações sociais. Com isso, as agroindústrias avançam em suas conquistas e se sedimentam melhor no ambiente institucional em que estão inseridas. Entretanto, com a evolução das iniciativas, começam a aparecer novas necessidades para que elas se mantenham viáveis, demandas que vão desde novos conhecimentos, cursos, recursos públicos, apoio das instituições, assistência técnica, entre outras necessidades que as agroindústrias têm.

Com isso, as agroindústrias, suas organizações de representação política e movimentos sociais se mobilizam em prol da criação de políticas públicas e ações institucionais específicas para o setor. Estas reivindicações vão de encontro ao Estado em seus vários níveis, seja na esfera nacional, estadual ou municipal, a fim de pressioná-lo para criação de ações governamentais diferenciadas para este público. Por exemplo, o Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PAF/RS) surgiu dessa forma em 2000 pela pressão dos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), sobre o governo da época. Neste sentido, o Estado brasileiro tem respondido às reivindicações das organizações das agroindústrias familiares com programas de incentivo à atividade e também mudanças nas legislações alimentares que regulam estas experiências. Nos próximos dois capítulos, alguns dos programas públicos de apoio e ações institucionais são analisados, ressaltando-se as interfaces desenvolvidas com as agroindústrias familiares.

6 AÇÕES GOVERNAMENTAIS PARA AS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES: FORMAS DE FORTALECIMENTO E LIMITES DOS PROGRAMAS

A década de 1990 marca uma inflexão importante da atuação das políticas públicas para a agricultura. Até então, as políticas e programas eram voltados exclusivamente aos grandes agricultores, destinavam o crédito rural por produto e tinham uma lógica social que levava à concentração da riqueza, das terras e do crédito rural em poucos agricultores e regiões brasileiras. Além disso, as políticas voltadas à agricultura tinham um viés modernizador acentuado. Os anos 1990 marcam uma virada institucional em que as políticas públicas diferenciadas começam a ser desenhadas. São exemplos as políticas de reforma agrária nos anos 1980, como o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), a extensão da Previdência Social aos trabalhadores rurais nos anos 1990 e o surgimento do PRONAF em 1995.

Segundo Delgado (2001), o marco central destas políticas diferenciadas de desenvolvimento rural é o fortalecimento da agricultura familiar, são descentralizadas e muitas utilizam os princípios da participação social. Os critérios considerados por Delgado (2001) como fundamentais na caracterização destas políticas são: o caráter inusitado que estas políticas assumem em relação ao público eleito como prioritário; a concepção de desenvolvimento que lhes é inerente; a estrutura institucional montada para sua implementação; e a forma como buscaram articular as atividades de assistência técnica, formação, gestão e estruturação das agroindústrias, crédito e comercialização. Essas características da atuação das políticas e dos programas extrapolam o enfoque setorial de grande parte das políticas voltadas para a agricultura dos últimos anos e retomam a perspectiva de uma intervenção mais direta e incisiva do Estado (em suas instâncias estadual e municipal) como forma de viabilizar o desenvolvimento dessas estratégias produtivas e econômicas diferenciadas da agricultura familiar.

As ações governamentais analisadas neste capítulo são programas como o PRONAF (Agroindústria e Crédito de Custeio e Comercialização para as Agroindústrias), Territórios Rurais e da Cidadania e PAF/RS, que têm características de políticas diferenciadas de desenvolvimento rural como definidas por Delgado (2001) e foco de atuação nas agroindústrias familiares. São chamados de ações governamentais por terem caráter de programas institucionais e não serem uma política do Estado (no sentido de serem transitórios com as mudanças de Governos). Segundo Raupp (2005), há hoje uma opção por incentivar as práticas de agroindustrialização das matérias-primas dos agricultores familiares, que vêm

adquirindo importância nos últimos anos no país a tal ponto que diferentes atores sociais, bandeiras partidárias e instâncias governamentais (país, estados e municípios) vêm optando por desenvolver ações nesse sentido⁶⁸.

O objetivo deste Capítulo é analisar algumas ações governamentais diferenciadas de desenvolvimento rural que têm como foco as práticas de agroindustrialização familiar de alimentos. Objetiva-se destacar as concepções que marcaram o início dos programas, sua evolução e mudanças, ações implementadas, formas estratégicas de fortalecimento das agroindústrias, bem como os limites apresentados pelos trabalhos efetivados. Esse capítulo também visa a responder parte da segunda pergunta elaborada no projeto da tese: Quais os papéis das instituições e políticas públicas junto às agroindústrias familiares? Ressalta-se que a parte da análise institucional a que se refere essa questão será desenvolvida no Capítulo 7, sendo o presente capítulo específico para a investigação das formas de fortalecimento que os três programas selecionados têm junto às agroindústrias.

A análise é conduzida com sete agroindústrias familiares escolhidas para fazerem parte da pesquisa, como destacado no Capítulo 2. Dentro do universo empírico das sete experiências, foram encontrados onze diferentes programas governamentais que operam junto às agroindústrias. Alguns programas não foram gestados para esta finalidade, casos das Emendas Parlamentares, recursos federais a fundo perdido, Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Vitivinicultura (PRODEVINHO), Programa Desenvolvimento Rural Sustentável do Banco do Brasil (DRS/BB). Mesmo assim, estas ações governamentais fazem parte da realidade dos agricultores do Médio Alto Uruguai.

Em outros casos, existem programas que pelo seu escopo de atuação (público alvo, os agricultores familiares, foco nos processos de geração de renda, destinação dos recursos a fundo perdido servir como investimentos) se imaginava que estivessem presentes junto às agroindústrias. São os casos do programa PANPA/RS, Territórios Rurais e da Cidadania e o PRONAF nas suas modalidades de Investimento e Mais Alimentos. Por outro ângulo, há programas que têm a agroindustrialização como princípio desde a sua criação. Têm essa essência o PRONAF nas suas linhas de Agroindústria e Custeio e Comercialização para Agroindústrias Familiares e o PAF/RS.

⁶⁸ São exemplos que ilustram esse argumento os diferentes programas e políticas desenhados por diversas instituições e níveis do Estado: Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção (DESENVOLVER, de 1997), em SC; Programa Fábrica do Agricultor (de 1999), no PR; Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola do Distrito Federal (PROVE, de 1995), no DF; PRONAF Agroindústria (de 1998); iniciativas das Prefeituras de Londrina/PR, Blumenau/SC, Crissiumal e Caxias do Sul/RS.

Entretanto, no presente Capítulo não são analisadas as onze ações governamentais encontradas na pesquisa de campo, dada a impossibilidade de tal tarefa, priorizando-se a análise de três programas (PRONAF, Territórios Rurais e da Cidadania e o PAF/RS). Esta opção se justifica por estes programas terem ações de maior envergadura no fortalecimento das agroindústrias, já que foram concebidos e/ou direcionadas em sua evolução para esta finalidade. Além disso, este conjunto de programas durante a pesquisa de campo no Médio Alto Uruguai foi sobre saliente em ações de fortalecimento das agroindústrias quando comparado com os demais.

O Capítulo está estruturado em quatro seções principais. Na primeira, são apresentadas as onze ações governamentais encontradas na pesquisa de campo junto às agroindústrias, fazendo algumas considerações sobre elas. A segunda parte é dedicada à análise das modalidades do PRONAF Agroindústria e Custeio e Comercialização para as Agroindústrias. A terceira é voltada ao Programa Territórios Rurais do MDA, que a partir de 2008 no Médio Alto Uruguai, se transformou em Território da Cidadania. A análise é conduzida de forma a investigar as duas ações territoriais de forma integrada. A quarta parte do Capítulo evidencia as ações do PAF/RS, destacando as diferentes fases oscilatórias que ele teve junto às agroindústrias.

6.1 Ações governamentais voltadas à agroindustrialização: uma análise das sete agroindústrias investigadas

Nesta seção, são apresentadas as onze ações governamentais de apoio às agroindústrias encontradas junto às sete iniciativas investigadas no Médio Alto Uruguai. É feita uma descrição básica das políticas, dos recursos financeiros aplicados e das ações desenvolvidas visando ao fortalecimento da agroindustrialização. A análise não é aprofundada em torno das ações governamentais específicas, apenas as caracteriza de forma a construir um panorama geral dos programas públicos.

A Tabela 16 mostra as ações governamentais que financiaram as sete agroindústrias pesquisadas, valores e usos dos recursos. Os valores presentes na Tabela 16 referem-se a todo o tempo de existência das agroindústrias, abrangendo o período de sua criação até o ano de 2011. Algumas reflexões interessantes podem ser feitas com base nos dados da Tabela 16. Um primeiro elemento é a existência de heterogeneidade das ações utilizadas para financiar as agroindústrias. Foram encontrados onze tipos diferentes de programas públicos que destinaram recursos às agroindústrias, em diferentes órgãos do Estado e níveis federativos,

havendo programas criados para efetivamente fortalecer a agroindustrialização, casos do PRONAF Agroindústria a nível federal e PAF/RS.

Tabela 16: Recursos públicos acessados pelas sete agroindústrias pesquisadas, valores e finalidades de aplicação dos recursos tomados.

Agroindústrias	Política pública acessada	Valores (R\$)	Utilização dos recursos (finalidades)
1 Prevedello	Emenda Parlamentar Federal (COOPERÇA-RA)	30.000,00	- 16 pipas inox para cachaça, 1 alambique, 8 mil garrafas de vidro, 1 máquina de colocar roscas, 1 máquina de engarrafar e dornas de fermentação;
	PANPA/RS	74.500,00	- 1 silo de armazenagem de grãos, 1 prensa de cereais e 1 filtro de óleos;
	PAF/RS	18.000,00	- 1 secador de grãos tipo canecas;
	Programa Territórios Rurais	(-)	- 5 tanques pulmões, 1 mesa de fórmica, 1 plataforma, 1 máquina de envasar, 1 máquina de colocar tampas em recipientes, 300 bombonas plásticas;
2 Cooperativa Biorga	PRONAF Agroindústria	90.000,00	- Construção da parte de processamento da planta agroindustrial (espaço de 15 m x 15 m);
	DRS/BB	440.000,00 (110.000,00 é capital de giro)	- 1 classificador ótico de sementes, 1 descascador de gergelim, 1 elevador para produtos, 1 esteira para transporte de produtos, 1 empilhadeira, 1 cercado, 1 alambrado, reboco e pintura da planta agroindustrial, 3 extintores de incêndio, 2 cursos para operação das máquinas novas;
3 Strack Alimentos Naturais	FEAPER/RS	60.000	- Compra de máquinas e equipamentos para a agroindústria e melhorias na planta agroindustrial;*
	Recurso Federal a fundo perdido	5.000,00	- Aplicado na construção da máquina de canhear a erva-mate ecológica de barbaquá;
4 Gehen	(-)	(-)	- Aquisição de 1 caminhonete F 250 para o transporte dos produtos; reforma de parte do prédio da agroindústria nova adquirida (Erva-mate Alto Uruguai); aquisição de algumas máquinas e equipamentos;*
	PRONAF Mais Alimentos	100.000,00	
5 Ludke	PRONAF “D” Investimento	15.000,00	- Construção de parte do prédio da agroindústria;
6 Jotti	Federais a fundo perdido	(-)	- Construção do prédio da agroindústria; aquisição de 3 mesas inox, 1 câmara fria, 1 máquina de gelo, caixas de carne e bancadas de processamento de carnes
	(-)	(-)	
7 Zonta (antiga Natufred)	PRONAF “D” Investimento	30.000,00	- Aplicação na construção do prédio da agroindústria (acabamento final); pipas de inox, no biodigestor e em equipamentos;*
	PRODEVINHO	18.000,00	- Mudanças de uvas, arames, palanques e estrutura do parreiral;
Total (R\$)	11 programas	880.500,00	

Fonte: Pesquisa de Campo (2011/12). OBS: (-) Não foi possível levantar esse tipo de informação durante a pesquisa de campo. * Sem descrição específica do que foi adquirido com os recursos.

Diametralmente opostas a este primeiro conjunto de políticas, há outras que nem se imaginariam encontradas na pesquisa de campo, sendo surpreendente sua presença entre as experiências, casos da alocação de recursos em agroindústrias via Emendas Parlamentares,

Programa DRS do Banco do Brasil e PRODEVINHO. Num contexto classificado como intermediário entre estes dois primeiros conjuntos de programas citados, existem ações governamentais que eram hipóteses de pesquisa a serem encontradas junto às agroindústrias. Não são ações voltadas diretamente ao financiamento das agroindústrias, mas que pelas suas características (forma de destinação dos recursos, por exemplo, a fundo perdido, público alvo, servir como investimento, ter foco na geração de renda) podem ser utilizadas para apoio às atividades de agroindustrialização. Entre estas ações são destaque o Programa PANPA, Programa Territórios Rurais e da Cidadania, os recursos a fundo perdido (sem exigências de pagamento pelos agricultores; alguns chegando às agroindústrias por intermédio de Prefeituras) e o PRONAF Mais Alimentos e Investimento.

Todos estes programas apresentam efeitos diferenciados sobre o fortalecimento das agroindústrias familiares, entretanto, duas questões fundamentais se sobressaem na análise. Primeiro, as agroindústrias passam a ser reconhecidas pelas instituições federais e estaduais, que destinam volumes de recursos razoáveis, por diversas fontes e níveis federativos, para as agroindústrias, como forma de fortalecimento da atividade. Segundo, os agricultores e suas organizações de representação política são atores muito ativos na busca de recursos públicos para viabilizar as agroindústrias, mostrando que estas experiências conseguem mobilizar atores sociais e instituições para conseguir acessar recursos públicos significativos. Tanto é assim que a Pesquisa CAFF evidenciou que 33,01% das agroindústrias que surgiram no Médio Alto Uruguai foram criadas em função do apoio de entidades, instituições ou ações governamentais voltadas à agroindustrialização (PELEGRINI; GAZOLLA, 2008).

Isso revela o claro papel do Estado na criação das agroindústrias, colocando ênfase nos processos de agroindustrialização familiar em pequena escala. Mas também remete à discussão das transições, pois quando o Estado se mostra permeável às reivindicações das agroindústrias e a seus movimentos sociais de representação política, evidencia-se que as novidades produzidas pelas experiências conseguiram atingir seu centro organizativo. Exemplos disso são os inúmeros programas que financiam as agroindústrias, especialmente aqueles com foco específico na agregação de valor, como PRONAF e o PAF/RS. Isso mostra que o Estado é permeável às novidades das agroindústrias e que transições relevantes já estão ocorrendo, na medida em que existem ações governamentais de apoio às iniciativas dos agricultores.

Outra observação é quanto ao volume dos recursos repassados às sete agroindústrias investigadas. Nota-se que, dos diferentes programas acessados, as agroindústrias captaram um montante total de R\$ 880.500,00 em créditos de financiamentos e por outras formas,

dependendo da maneira de operacionalização das ações governamentais. Na média, cada agroindústria obteve em torno de R\$ 125.785,71 em recursos públicos. Contudo, a distribuição não foi igualitária entre as iniciativas. Por exemplo, a Agroindústria COOPERBIORGA foi a que mais recebeu recursos, R\$ 622.500,00, o que corresponde a 70,69% de todos os recursos públicos alocados às sete agroindústrias, havendo uma concentração dos recursos nessa experiência de transformação de alimentos em formatos agroecológicos.

Essa maior captação de recursos pela Agroindústria Biorga é justificada por ser uma experiência coletiva, já que a Cooperativa Biorga tem 32 famílias associadas e atua em 2 municípios – Erval Seco e Cristal do Sul. Em segundo posto, aparece a Agroindústria Gehen, com R\$ 105.000,00. Em terceiro lugar, a Agroindústria Strack, com o acesso a R\$ 60.000,00, e a Agroindústria Zonta, com R\$ 48.000,00 em recursos públicos recebidos. As demais agroindústrias tiveram acesso a recursos públicos em valores menores, sendo que a maioria delas ficou em patamares inferiores a R\$ 30.000,00⁶⁹.

A terceira consideração a tecer é referente às finalidades de utilização dos recursos destes distintos programas que chegaram às agroindústrias. Observa-se, em primeiro lugar, uma grande tendência de estes recursos financiarem os investimentos necessários às experiências, como construção da planta agroindustrial, aquisição de máquinas e equipamentos necessários ao processamento dos alimentos, utilitários para o transporte das matérias-primas e produtos elaborados, entre outros investimentos. Em somente um caso, na Agroindústria Zonta, os recursos foram para investimento na produção das matérias-primas. Nesse caso, o agricultor utilizou os recursos do PRODEVINHO para a construção da infraestrutura do parreiral de uvas e em mudas da cultura, necessárias à implantação do pomar.

Na maioria dos casos, os recursos são utilizados em estruturas físicas das agroindústrias, sem haver preocupação com outras dimensões necessárias aos processos de reprodução social das iniciativas. Somente com investimentos em infraestrutura das agroindústrias não se viabilizam as experiências em suas múltiplas demandas. Por exemplo, no caso do PRONAF, o programa tem uma linha de crédito chamada de Custeio e Comercialização para as Agroindústrias Familiares, que não foi acessado por nenhuma das agroindústrias. A pouca presença dessa modalidade de financiamento de custeio junto às

⁶⁹ Como se destacou no Capítulo 2, em sua seção metodológica, houve falta ou não lembrança por parte de alguns atores sociais entrevistados e instituições de alguns dados de valores dos recursos, fontes ou onde foram aplicados. Foram feitos vários contatos por e-mail, telefone e novas visitas às experiências e instituições, mas mesmo assim não se obteve sucesso em conseguir estas informações.

agroindústrias também já havia sido notada por Wesz Junior (2009) em pesquisa realizada no Oeste do RS. Foram notadas também poucas ações dos programas específicos de agroindustrialização junto às experiências, por exemplo, o PAF/MDA, que tem um conjunto mais amplo de ações que vão além do fornecimento de crédito rural para Investimento.

Contudo, esta discussão e elementos serão mais bem analisados nas próximas seções desse capítulo. Não será feita a análise de todas as onze rubricas governamentais encontradas na pesquisa de campo junto às sete agroindústrias investigadas. A análise contempla apenas as ações mais importantes no apoio às experiências, enfocando-se a modalidade do PRONAF Agroindústria e Custeio e Comercialização para as Agroindústrias, Programa Territórios Rurais, a partir de 2008, transformado em Território da Cidadania, e PAF/RS.

6.2 PRONAF Agroindústria e Custeio e Comercialização para as Agroindústrias: efeitos dos Investimentos e Custeios federais?

Segundo o MDA (BRASIL, 2004), o objetivo do Programa de Agroindustrialização da Produção Familiar⁷⁰ do Ministério do Desenvolvimento Agrário (PAF/MDA), no qual o PRONAF Agroindústria e Custeio e Comercialização para as Agroindústrias está inserido como uma das sete ações de fortalecimento das agroindústrias, visa a apoiar agroindustrialização da produção dos agricultores familiares e sua comercialização, de modo a agregar valor, gerar renda e oportunidades de trabalho no meio rural, com consequente melhoria das condições de vida das populações beneficiadas. O PRONAF foi concebido na ótica do desenvolvimento microrregional e estabelece um conceito amplo para a agroindustrialização, englobando o beneficiamento e/ou transformação dos produtos provenientes de explorações aquícolas, pecuárias, pesqueiras, agrícolas, extrativistas e florestais, abrangendo desde processos simples, como classificação e embalagem, até mais complexos, como extração de óleos e a fermentação, incluindo também o artesanato.

A modalidade do PRONAF voltada às agroindústrias familiares foi criada oficialmente no ano de 1998 como o nome de PRONAF Agregar, sendo renomeado no Plano Safra 2003-04 para PRONAF Agroindústria. Segundo Wesz Junior (2009), o surgimento desse mecanismo esteve relacionado à expressividade econômica para as receitas nacionais que essa atividade já apresentava em 1996 (aproximadamente 2,5% do PIB agropecuário e 6% do PIB

⁷⁰ O PAF/MDA tem um conjunto de ações mais amplas junto às agroindústrias familiares, entretanto, no presente trabalho, optou-se por analisar somente as relacionadas ao crédito rural do PRONAF. Para uma análise mais completa das ações do MDA para com as agroindústrias, consultar Wesz Junior (2009).

gerado pela agricultura familiar), à pressão dos movimentos sociais (em especial as organizações localizadas no Sul do Brasil), às dificuldades que as agroindústrias familiares sentiam diante da inexistência de uma linha de crédito específica para a atividade e à expressão de outras experiências de programas estaduais de apoio à agroindustrialização, como, por exemplo, o PROVE/DF (1995-98).

Segundo o MDA (BRASIL, 2008a), esse programa foi construído com o papel de disponibilizar linhas de crédito rural para o financiamento integrado da produção de matéria-prima, agroindustrialização e comercialização dos agricultores. Além disso, visa a disponibilizar crédito rural para a implantação, ampliação, adequação e reestruturação de agroindústrias de agricultores familiares; apoiar a melhoria da qualidade, eficiência e eficácia de agroindústrias; e apoiar a estruturação de redes de agroindústrias nas esferas municipal, microrregional ou estadual.

Por ocasião de sua criação, o programa foi implementado, tendo sido dividido em duas modalidades: PRONAF Agroindústria e Custeio de Agroindústrias Familiares. A primeira modalidade é voltada aos financiamentos de investimento e, na sua origem (1998), fornecia até R\$ 18 mil por agroindústria individual e R\$ 600 mil para coletivas ou associativas. As taxas de juros iniciais eram de 5,75% a.a. Atualmente, os agricultores, dependendo da faixa de enquadramento, podem retirar individualmente até R\$ 130 mil e, quando em cooperativas ou associações coletivas, de R\$ 1 milhão a 30 milhões, respeitando-se o limite individual por associado que é de R\$ 40 mil. Os juros também foram caindo progressivamente, atingindo 2% a.a. atualmente (BRASIL, 2012c).

Já para a linha de Custeio das Agroindústrias Familiares, atualmente denominada de PRONAF Custeio e Comercialização para Agroindústrias Familiares, inicialmente se destinava um valor máximo de R\$5 mil. Atualmente é de R\$ 10 mil individuais, mas que pode assumir até valores de R\$ 4 milhões para associações, R\$ 10 milhões para cooperativas e R\$ 30 milhões para cooperativas centrais de apoio. Inicialmente essa linha de Custeio tinha uma taxa de juros de 8,75% a.a. em 1998, sendo, atualmente, de 4% a.a. De maneira geral, nota-se um aumento dos valores financiáveis nas duas linhas do PRONAF e, principalmente quando os recursos são tomados de forma coletiva, há uma queda das taxas de juros. Ressalta-se que os documentos referenciais do MDA (BRASIL, 2004,2008a) deixam clara uma opção pela formação de agroindústrias coletivas ou em redes e com unidades centrais de administração e fornecimento de serviços como forma de organização social mais adequada às agroindústrias.

O trecho de entrevista com o Coordenador do PAF/MDA durante os anos de 2003 a 2010 evidencia algumas características centrais das duas linhas de ação do PRONAF Agroindústria e o Custeio e Comercialização. É interessante notar que a entrevista deixa transparecer a estratégia do programa em utilizar também dos recursos do PRONAF Investimento para a estruturação das propriedades rurais, especialmente no que se refere à montagem das estruturas produtivas necessárias para dar conta da produção das matérias-primas, que depois seriam processadas nas agroindústrias.

O PRONAF era um pouco de tudo, tanto num como no outro o crédito foi um fator determinante forte porque ofereceu crédito acessível, barato, com prazos, carências. [...] A gente usava o PRONAF para financiar. O crédito era isso, fizemos modificações para acessar no coletivo. [...] Tinha o de custeio também. O investimento (refere-se ao PRONAF Agroindústria) era para construção e os equipamentos. E até 30% era de custeio da matéria-prima (refere-se ao PRONAF Custeio e Comercialização para as Agroindústrias). Ou seja, exigia-se que o grupo tivesse matérias-primas, mas nem sempre elas eram suficientes para o que ele queria, daí se tinha que produzir mais. Como? Está aqui o custeio para você fazerem isso. Se precisasse de investimento, por exemplo, na produção leiteira, o cara iria pôr uma queijaria, mas precisava produzir mais leite, isso entrava no PRONAF Investimento. O agricultor tinha um limite no Investimento para investir na propriedade, comprar ordenhadeira, comprar vacas, fazer pastagens e tal. E tinha um limite para a agroindústria, para construir, que envolvia a agroindústria e seus equipamentos todos (Entrevista 21: PAF/MDA, Porto Alegre, novembro de 2011).

Com a evolução do PRONAF Agroindústria, houve mudanças. O programa inicialmente aceitava financiamentos coletivos de até 40 agricultores familiares, respeitando-se o limite individual de R\$ 18 mil por agricultor, o que poderia totalizar, no máximo, R\$ 720 mil por organização social. Além disso, em algumas cadeias como a de lácteos, a estrutura organizativa inicial deveria conter até 90% de agricultores familiares produzindo 70% do leite. Atualmente, o programa aceita estruturas com apenas 70% de agricultores familiares que contribuam somente com 55% da produção. Isso mostra uma mudança radical do programa: inicialmente ele se mostra mais voltado às necessidades das pequenas agroindústrias individuais e de grupos formados quase exclusivamente por agricultores familiares individuais (até o ano de 2006), passando, em um segundo momento, a apoiar também as grandes agroindústrias e cooperativas existentes no segmento agroalimentar. No caso do processamento do leite e derivados, o montante de recursos disponibilizado por empreendimento cooperativo aumentou 33,7 vezes, subindo de R\$ 720 mil para R\$ 25 milhões nos últimos anos do programa.

Notícias vinculadas ao site do MDA após o ano de 2006 dão pistas dessa nova lógica do PRONAF Agroindústria em apoiar as grandes cooperativas e agroindústrias já instaladas, como os dois casos em evidência mostrados no RS e Santa Catarina (SC).

Foi financiada uma fábrica de leite em pó no Rio Grande do Sul que conta com 3,6 mil agricultores familiares e mil famílias de assentados, além de 9 cooperativas parceiras e 4 associações de produtores, com área de abrangência em 38 municípios gaúchos. O investimento para construção da fábrica totalizou R\$ 25,4 milhões, sendo que R\$ 10 milhões foram provenientes do PRONAF, linha de crédito Agroindústria. Com a nova torre de secagem de leite em pó, a Cooperativa dará início ao processo de triplicação da sua produção, que passará dos atuais 150 mil para 450 mil litros de leite por dia, totalizando 600 mil litros de leite em pó (BRASIL, 2008b).

Um projeto de financiamento no Oeste de Santa Catarina, feito com apoio do MDA, por meio do PRONAF, no valor de R\$ 96 milhões, via BNDES, vai viabilizar a construção de uma fábrica de processamento de leite em pó. A nova unidade vai ser construída no município de Pinhalzinho (SC) e terá capacidade para processar, diariamente, 650 mil litros de leite em pó e 750 mil litros de soro de leite [...]. A linha de crédito utilizada foi o PRONAF Agroindústria. O projeto foi encaminhado por 5 cooperativas singulares, associadas à Cooperativa Central Oeste Catarinense (AURORA), que reúne 17 associações singulares, com 77 mil pequenos e médios produtores, em 332 municípios do estado de Santa Catarina (BRASIL, 2009)⁷¹.

Segundo Wesz Junior (2009), isso representa uma mudança substancial na concepção do programa, pois, apoiando estas grandes cooperativas, o PRONAF Agroindústria leva o agricultor familiar a ser apenas um fornecedor de matérias-primas, como nos processos de integração com outras grandes empresas do setor. Também ocorre que estas grandes empresas fabricam produtos derivados do leite, caso do leite em pó, ou mesmo pasteurizam o leite a granel para ser revendido como sendo uma *commodity*, sem haver processos de produção de alimentos diferenciados como ocorre em uma agroindústria familiar, que produz alimentos específicos e artesanais. Em terceiro lugar, os produtos destas grandes agroindústrias vão acessar os mercados habituais dos supermercadistas, atacadistas e cadeias longas de comercialização, afastando-se da habitual inserção em mercados locais, regionais e de proximidade social, que são característicos das agroindústrias. Contudo, isso é uma das faces deste processo social.

Mas há outros aspectos a serem considerados na explicação desta mudança de foco. Talvez as agroindústrias individualmente tivessem menores chances de sobrevivência ao ambiente institucional que muitas vezes lhes é hostil e globalizado (PLOEG, 2008). Nesse argumento, as cooperativas destas agroindústrias seriam uma estratégia organizativa interessante, já que, com ações coletivas, minimizam-se custos de transação, podendo fornecer uma base ampla de serviços (legalização, códigos de barras, acesso aos mercados, assistência técnica, entre outros) e ganhar maiores escalas de produção, distribuição e comercialização, elementos necessários à sobrevivência das agroindústrias. É isso que mostra, por exemplo, a experiência da RECOSOL e suas cooperativas membros, discutida

⁷¹ BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

anteriormente no Capítulo 5. Estas são as duas faces de um mesmo processo social que o PRONAF Agroindústria engendra atualmente. Isso mostra a dubiedade do programa, que financia agroindústrias individuais familiares que produzem alimentos diferenciados, mas ao mesmo tempo, apoia grandes agroindústrias e cooperativas agroalimentares que produzem alimentos industrializados, como tem sido observado na cadeia dos lácteos.

Quanto às metas do programa, ele pretendia atingir, de 2003 a 2006, 77.000 famílias, apoiar 7.700 agroindústrias, criar 6.600 empregos nas agroindústrias, aumentar a renda deste total de famílias beneficiadas em R\$ 277.200,00 e aplicar R\$ 1.155.000,00 em crédito rural (BRASIL, 2004). Já no período de 2007 a 2010, as estimativas do MDA (BRASIL, 2008a) são de que o programa atenderia 114.100 famílias, com a implantação de 16.300 agroindústrias, geração de 97.800 empregos, além de um acréscimo médio de renda das famílias beneficiadas de R\$ 568.218,00. Para tal, estariam sendo disponibilizados recursos da ordem de R\$ 536.270.000,00 na forma de crédito rural. Segundo entrevista realizada com o Coordenador do PAF no MDA, atualmente estima-se que o programa já tenha apoiado a implantação de 20.000 agroindústrias espalhadas por todo o território nacional.

Um primeiro elemento a destacar é que no período 2003 a 2006 algumas destas metas não foram atingidas. Por exemplo, o número de agroindústrias apoiadas e de famílias foi menor do que o esperado, ficando em 7.485 e 51.084, respectivamente, 97,20% e 66,34% dos percentuais esperados. Embora estes valores estejam muito próximos do planejado inicialmente, principalmente o número de agroindústrias apoiadas, o programa não atingiu as metas estipuladas. Entretanto, foram os valores utilizados do crédito rural que ficaram mais abaixo do estipulado, com apenas R\$ 239.394,00 (20,72%) aplicados em relação aos R\$ 1.155.000,00 inicialmente disponibilizados. Isso mostra uma baixa adesão dos agricultores ao Pronaf Agroindústria nos seus primeiros quatro anos de vida, que pode estar relacionada com a própria novidade que a política representa a nível nacional (desconhecimento da política pelos atores sociais, especialmente nas regiões Norte e Nordeste do país, pouca assistência técnica ou inexistente para as agroindústrias familiares como os dados do Censo Agropecuário 2006 mostram, não operacionalização da modalidade de Custeio)⁷².

Por outro lado, mostra a eficiência dos agricultores na utilização do crédito rural, já que as metas de número de agroindústrias apoiadas e/ou criadas quase foi atingida (97,20%), evidenciando que os agricultores não acessaram os valores máximos previstos pelo programa (R\$ 150 mil). Os agricultores constroem ou adaptam suas agroindústrias com valores abaixo

⁷² Não foram conseguidos dados junto ao MDA da execução real do programa para o período anterior a 2003 e, tampouco, do período 2007 a 2010, desse modo, não foi possível analisar o cumprimento de suas metas.

disso, montando plantas agroindustriais em menor escala, individuais (mesmo o financiamento sendo direcionado a formas coletivas, pois com apenas R\$ 18 mil nenhuma família constrói uma agroindústria adequada) e de forma descentralizadas no espaço rural. Outra explicação plausível está relacionada ao temor de endividamento junto ao sistema financeiro, o que pode ter coagido as famílias na tomada de grandes volumes de recursos (WESZ JUNIOR, 2009).

No caso das agroindústrias diretamente apoiadas pelo PRONAF Agroindústria e Investimento como as criadas em Constantina, Agroindústria COOPERBIORGA, Gehen e Zonta (Tabela 16), notou-se que a principal forma de seu fortalecimento foi financiando a compra de equipamentos, máquinas de processamento de alimentos, parte ou toda a construção da planta agroindustrial e veículos utilitários de transporte dos produtos. Isso mostra que o enfoque do programa está assentado em apoiar as agroindústrias com o fornecimento das estruturas necessárias ao processamento dos alimentos. Entretanto, não foram observadas, durante a pesquisa de campo, ações em outros sentidos do programa, que fossem além do fornecimento do crédito rural. Não foram encontrados no PAF/MDA, do qual o PRONAF Agroindústria é signatário, trabalhos no sentido de orientações aos agricultores para formalizar suas iniciativas (tanto é assim que a Agroindústria Gehen acessou o crédito e continua informal), nenhum agricultor pesquisado havia acessado a linha de Custeio e Comercialização para as Agroindústrias, apoio no acesso aos mercados, melhoria da qualidade dos produtos, apoio em questões tecnológicas, prestação de assistência técnica, entre outras ações que estão previstas dentro do PAF/MDA.

O relato do Presidente da Cooperativa dos Grupos de Agroindústrias dos Agricultores Familiares de Constantina e Região Ltda (COOPERAC) é ilustrativo dessa forma de apoiar as agroindústrias, fornecendo-lhes basicamente as estruturas de produção e processamento dos alimentos.

As agroindústrias que financiaram o produtor lá fizeram a sua agroindústria e financiou a sua construção e os equipamentos, uma parte deles [...]. A cooperativa (refere-se à COOPERAC) não faz esse tipo de financiamentos, ajuda mais a buscar eles. Foi (aplicado) na construção do prédio uma parte e a outra em equipamentos (Entrevista 6: COOPERAC, Constantina, maio de 2011).

Em outras situações, encontraram-se agricultores que financiaram suas atividades de agroindustrialização com o PRONAF Investimento e até pela modalidade Mais Alimentos (Tabela 16). Os recursos foram utilizados da mesma forma que a modalidade do PRONAF Agroindústria, em máquinas e equipamentos agroindustriais e na construção e/ou reforma da agroindústria, casos do Senhor Ludke e Zonta. Muitos financiamentos feitos pelo PRONAF

Investimento aconteceram depois de já existir a modalidade específica para as agroindústrias do programa (Agregar ou Agroindústria). O motivo principal apontado é que o sistema bancário fez esse direcionamento, pois se o agricultor financiasse primeiro o Investimento, ele não poderia mais acessar o Agroindústria. Ao contrário, se o agricultor operacionalizasse o PRONAF Agroindústria, ele poderia posteriormente se candidatar aos recursos do Investimento.

Com esta estratégia, as instituições financeiras quiseram evitar a contratação de dois empréstimos na mesma Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), prevenindo-se de futuros endividamentos dos agricultores tomadores destas linhas de crédito. Isso gerou um redirecionamento de muitos contratos do programa, pois mesmo havendo uma linha do PRONAF Agroindústria específica para os investimentos necessários na atividade, o sistema bancário direcionou os tomadores de crédito a acessar o PRONAF Investimento. Dessa maneira, muitos agricultores acessaram recursos do Investimento do programa e os utilizaram nas agroindústrias. Essa forma de proceder do sistema bancário também explica por que as metas do PRONAF Agroindústria em termos de execução de valores nas agroindústrias ficaram bem abaixo do esperado pelo próprio MDA ao longo de alguns anos da operacionalização da política.

Também foi notado através da pesquisa de campo que, em financiamentos individuais, os recursos do programa acabam beneficiando os agricultores mais capitalizados, já inseridos em algum grau nos mercados e com alguma estrutura agroindustrial já construída em suas propriedades. Na maioria dos casos, são os agricultores dos antigos Grupos “C” e “D” do PRONAF, com maiores rendas, que acessaram o crédito rural para melhoria da atividade já presente na propriedade pelo fato de o crédito apresentar boas condições de contratação (juros, prazos de pagamento, valores). Muitos destes agricultores têm boa capacidade de pagamento e dão garantias suficientes aos bancos, acessando a maior parte dos recursos do programa.

Desse modo, o programa deixa em segundo plano os agricultores dos antigos Grupos “A” e “B” (mais pobres), muitos dos quais têm a intenção de abrir uma agroindústria e/ou já a têm em sua propriedade, mas de forma ainda desestruturada e informal. Estes agricultores necessitam do apoio governamental para efetivamente colocar a atividade num nível mais adequado de produção, qualidade dos alimentos, acesso a mercados, legalidade, etc. Efeitos similares do PRONAF Agroindústria também foram verificados por Wesz Junior (2012), estudando o programa na Região das Missões/RS, corroborando os aspectos discutidos acima. Verifica-se uma lógica do programa em beneficiar, quando os financiamentos são individuais,

agricultores já estabelecidos na atividade de agroindustrialização e com maiores rendas, sendo essa dinâmica muito similar à do PRONAF em geral em todo o país, como retrataram Aquino e Schneider (2010).

6.3 Programas Território Rural e da Cidadania: ações territoriais e formas de apoio às agroindústrias familiares no Médio Alto Uruguai/RS

Nesta seção, são analisados os programas Territórios Rurais e da Cidadania no Médio Alto Uruguai/RS. A análise é conduzida de forma a fazer um breve resgate do programa e de sua evolução, destacando-se alguns pontos principais de sua criação, como seus objetivos e princípios. Num segundo momento, são discutidas as ações do programa no Médio Alto Uruguai, enfocando especialmente aquelas voltadas às agroindústrias familiares, procurando evidenciar as formas pelas quais as ações territoriais apoiam essas experiências. Na parte final da seção, são tecidas algumas reflexões críticas acerca da lógica de ação do programa e alguns de seus limites evidenciados durante a investigação de campo. Dá-se bastante ênfase à análise dessa ação governamental, pelo fato de, na Região do Médio Alto Uruguai, ser o programa que mais tem fortalecido as agroindústrias familiares nos últimos anos.

O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) é o um programa tributário das antigas ações do PRONAF Infraestrutura e Serviços, concedido aos municípios mais pobres do país, segundo o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Essa modalidade do PRONAT foi extinta em 2002 e a partir de 2003 o Governo Federal cria o PRONAT como política de apoio aos territórios rurais. Segundo o MDA (BRASIL, 2012d), o objetivo do programa é garantir o atendimento às necessidades básicas da população, bem como acelerar processos locais e sub-regionais que ampliem as oportunidades de geração de renda de forma descentralizada e sustentável, articulados a redes de apoio e cooperação solidária. O PRONAT é vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), criada em 2004 para gerir as políticas territoriais do MDA (ECHEVERRI, 2010).

Segundo o MDA (BRASIL, 2012b), no ano de 2012, o PRONAT estima investir R\$ 88 milhões em apoio a projetos de infraestrutura e serviços, em 164 territórios rurais do país. Os recursos beneficiariam agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, povos tradicionais, extrativistas e ribeirinhos. Têm prioridade os 50 territórios rurais mais pobres do Brasil, mapeados pelo Programa Brasil Sem Miséria. Segundo o Manual de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF) (BRASIL, 2012d), as

ações têm por finalidade financiar os projetos estratégicos para o desenvolvimento territorial definidos nos Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), tendo como foco investimentos voltados para a inclusão produtiva, o fortalecimento da gestão social e das redes sociais de cooperação e estímulo à articulação de políticas públicas nos territórios.

As ações governamentais territoriais têm um funcionamento diferenciado das demais do MDA. Em primeiro lugar, foram formados territórios, que são agrupamentos de municípios que apresentam alguns aspectos comuns, como, por exemplo, matriz produtiva, espaço físico, coesão social, sentimento de pertencimento a um mesmo espaço territorial, identidade social, entre outros. Dentro do território é formado o Conselho Territorial pelas entidades, atores sociais e instituições atuantes, levando-se em conta a norma de representação de 50% de atores públicos e 50% de privados. Os Conselhos são os principais responsáveis pela cogestão e decisões sobre as ações, recursos, montagem dos PTDRS (Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável) e atores e grupos que são beneficiados por estas ações.

Essa forma de proceder também coloca ênfase na cogestão das ações entre o Estado e os atores sociais participantes, bem como prioriza projetos de desenvolvimento territoriais de organizações que têm um caráter de ações coletivas ou associativas e que atuam em mais de um local. Segundo o Manual do PROINF (BRASIL, 2012d), na área de agroindustrialização, o programa pode financiar centrais de beneficiamento de alimentos coletivas, processamento mínimo e abatedouros. Na área da comercialização, empreendimentos como estruturação de feiras, mercados públicos e apoio à inserção nos mercados institucionais. Prevê ainda assistência técnica e extensão rural pelas chamadas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e recursos para a estruturação de serviços de inspeção sanitária e do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (SUASA).

A Tabela 17 apresenta os valores aplicados pelo MDA nos territórios rurais do RS, no período de julho de 2003 a 2010. Nota-se que os valores aplicados no desenvolvimento dos territórios rurais são expressivos, saindo de patamares de R\$ 2.395.764,12 em 2003, aumentando, até atingirem cifras de R\$ 17.565.699,37 em 2007. De 2008 a 2010, observa-se uma queda nos valores aplicados, sendo que no primeiro ano citado eles ficaram em R\$ 8.277.502,85, caindo ainda mais em 2009 (R\$ 5.539.233,00) e aumentando um pouco em 2010 (R\$ 12.804.968,17). No total, de 2003 a 2010, foram investidos R\$ 68.747.334,41 no programa no RS. Nos anos mais recentes, têm sido notadas manutenção dos valores investidos nos territórios e até diminuições. No ano de 2011, foram aplicados apenas 2,1 milhões nos territórios do RS. No caso do Médio Alto Uruguai, o Território da Cidadania

ficou sem orçamento no ano de 2011, corroborando os dados agregados para o RS, que mostra a intenção de o Estado (do MDA) diminuir os valores aplicados nas ações territoriais.

Tabela 17: Recursos aplicados no Programa Territórios Rurais e da Cidadania, espaços de comercialização e número de agroindústrias criadas no RS.

Rio Grande do Sul (R\$)	2003	2004	2005	2006	2007
Valores aplicados (valores liquidados) no desenvolvimento dos territórios rurais	2.395.764,12	4.449.673,70	3.838.336,83	13.876.156,37	17.565.699,37
Quantidade de espaços de comercialização da agricultura familiar implantados	14	15	17	55	26
Quantidade de agroindústrias familiares instaladas	1	18	35	60	48
Continuação...	2008	2009	2010	2011	Total
Valores aplicados (valores liquidados) no desenvolvimento dos territórios rurais	8.277.502,85	5.539.233,00	12.804.968,17	-	68.747.334,41
Quantidade de espaços de comercialização da agricultura familiar implantados	9	3	9	-	148
Quantidade de agroindústrias familiares instaladas	21	11	11	-	205

Fonte: BRASIL (2010c). OBS: Dados do período de julho de 2003 a 2010. De 2003 a 2007, os dados referem-se ao Programa Territórios Rurais, e de 2008 a 2010, ao Programa Territórios da Cidadania. (-) Dados não disponíveis.

Isso pode ser explicado pelo fato de num primeiro momento o Estado alocar recursos para os territórios para eles iniciarem processos inovadores de discussão das suas prioridades, projetos de desenvolvimento e incentivar o planejamento territorial. Num segundo momento, o Estado começa a recuar no financiamento dos territórios, por entender que não são somente recursos alocados que geram desenvolvimento, pois eles seriam apenas mais um “ingrediente” do desenvolvimento rural. Nesse segundo período, a ênfase recai na importância de os atores sociais presentes nos territórios pactuarem suas estratégias de desenvolvimento (muitas vezes de formas coletivas) e planejarem o desenvolvimento territorial através de projetos comuns. Ou seja, os atores sociais deveriam ter um pacto pelo desenvolvimento territorial como aludiu Abramovay (2003). Segundo Leite e Wesz Junior (2011), os recursos também diminuiriam nos últimos anos em função de existirem valores oriundos de Emendas Parlamentares que levam à sua variabilidade, já que as Emendas não são recursos orçamentários anuais fixos.

O trecho da entrevista com o Delegado Estadual do MDA deixa transparecer essa estratégia do Estado para com as ações territoriais.

Nós temos por enquanto esse ano 2,1 milhões apenas para o RS, para todos os territórios. Não sei se vai aumentar ou não. E o PRONAF f tem 3,5 bilhões. É muito pouco dinheiro, isso não mexe com nada. Nós usamos como um instrumento didático. O que para nós é realmente importante? É o plano. É debater com as pessoas, é ter uma análise situacional e, a partir disso, um horizonte, um projeto de futuro. Mas partindo de uma análise situacional do que nós temos de bom e de ruim e para onde nós vamos. E aí se colocam esses recursos para que sirvam de exemplos.

De que forma a gente faz? Como eu te disse o que é mais rápido, o que permite a inclusão social dos mais pobres são os empreendimentos associativos [...]. Pega lá na sua região a COOPAC, COOCAMPO, essa gente aí que está beirando, são pequeninhos (Entrevista 23: Delegado Estadual do MDA, Porto Alegre, março de 2012)⁷³.

A Tabela 17 também apresenta os espaços de comercialização para a agricultura familiar implantados, que são crescentes em números, saindo de um patamar de 14 espaços em 2003, aumentando até 55 espaços no ano de 2006. De 2007 a 2010, a criação destes espaços comerciais segue a mesma tendência do total de recursos aplicados, diminuindo significativamente, sendo criados apenas 9 espaços em 2010. Os números da quantidade de agroindústrias criadas pelo programa se comportam da mesma forma que os recursos totais investidos e espaços de comercialização. Em 2003, criou-se apenas uma agroindústria. Esse número aumenta nos anos seguintes, atingindo o seu ápice em 2006, no qual foram criadas 60 agroindústrias.

De 2007 em diante (48 agroindústrias), esses números diminuem, chegando a 2010 com a criação de apenas 11 agroindústrias. Novamente, a explicação para os números menores nos últimos anos do programa pode ser buscada na diminuição dos valores alocados a essas políticas no RS pelo fato de elas servirem como ferramenta de planejamento territorial e conserto de interesses dos atores envolvidos nos territórios e menos de aporte de recursos a fundo perdido pelo Estado. Até porque o período de diminuição dos recursos aplicados se une às crises internacionais que também afetaram o Brasil: a alimentar em 2008 e, no seu rol, a econômica, que perdura até os dias atuais.

No caso do Médio Alto Uruguai, o programa desenvolveu-se como território rural de 2003 a 2007. Em 2008, foi transformado em Território da Cidadania pelo Governo Federal, o 2º criado no estado, sucedendo a Zona Sul. Ele engloba 34 municípios do Médio Alto Uruguai⁷⁴. Para o Território da Cidadania do Médio Alto Uruguai, o Governo Federal destinou, em 2009, R\$ 200,4 milhões para 180 ações diferentes, através de 22 Ministérios. Estes recursos foram utilizados para ações de apoio a atividades produtivas, de cidadania, desenvolvimento social e qualificação da infraestrutura. Segundo o PTDRS (BRASIL,

⁷³ COOCAMPO - Cooperativa Mista de Produção Camponesa e Integração Regional Ltda e COOPAC - Cooperativa de Produção Agropecuária Constantina Ltda.

⁷⁴ O território é formado pelos municípios de Alpestre, Ametista do Sul, Boa Vista das Missões, Caiçara, Cerro Grande, Constantina, Cristal do Sul, Dois Irmãos das Missões, Engenho Velho, Erval Seco, Frederico Westphalen, Gramado dos Loureiros, Iraí, Jaboticaba, Lajeado do Bugre, Liberato Salzano, Nonoai, Novo Tiradentes, Novo Xingu, Palmitinho, Pinhal, Pinheirinho do Vale, Planalto, Rio dos Índios, Rodeio Bonito, Sagrada Família, São José das Missões, São Pedro das Missões, Seberi, Taquaruçu do Sul, Três Palmeiras, Trindade do Sul, Vicente Dutra e Vista Alegre. Para ter uma ideia melhor da sua espacialização, consultar: <http://www.fw.uri.br/territorio/>.

2010c), no Médio Alto Uruguai, são 17 “eixos de desenvolvimento territorial”, sendo a agroindustrialização da produção um deles. A análise do PTDRS mostra o planejamento de inúmeras ações para as agroindústrias, sendo elas multidimensionais. Durante a pesquisa de campo, foi observado que muitas ações ainda não foram postas em prática até 2011. É claro que são ações planejadas e devido a esse caráter muitas delas podem ocorrer no futuro, nem ocorrerem, serem modificadas ou rediscutidas posteriormente pelos atores nos fóruns do território.

A pesquisa de campo mostra que as principais ações desenvolvidas no fortalecimento das agroindústrias foram: destinação de recursos sem retorno às cooperativas e associações de agroindústrias; aquisição de máquinas e equipamentos para as agroindústrias; construção de agroindústrias ou reformas nas já existentes; apoio à comercialização pela criação de quiosques, RECOSOL e inserção nos mercados locais e institucionais; apoio a cadeias que produzem matérias-primas às agroindústrias como leite, fruticultura, mel e pequenos grãos alternativos; incentivos a ações coletivas e de formação de novas organizações sociais (RECOSOL, cooperativas e associações); e debates e reuniões de formação e informação dos atores sociais em torno das legislações alimentares.

Também auxiliaram muitas agroindústrias a melhorar seus processos produtivos a qualidade dos alimentos e a formalização de algumas experiências; a constituição de estruturas regionais de uso coletivo pelos agricultores, como a fábrica de processamento de sucos cítricos em Liberato Salzano em parceria com a empresa *Citrus Foods* (instalação de uma unidade esmagadora de laranjas para sucos, *pack house* e caminhão para transportes das laranjas e sucos prontos); a instalação de um empacotador de pequenos grãos alternativos em Erval Seco; e a montagem de um laboratório de análises do leite junto à Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões (URI), em Frederico Westphalen.

O trecho da entrevista com o Articulador Territorial do MDA retrata alguns dos tipos de investimentos realizados junto às agroindústrias familiares, especificamente, o entrevistado se refere ao ano de 2009, com o programa Território da Cidadania. No relato, nota-se que o entrevistado fala no apoio as agroindústrias de bioenergia, padarias e sucos com valores variáveis de recursos.

Eu me lembro que em 2009, em cima dos recursos que existiam para o investimento, nós fizemos uma série de debates e assim foi pulverizado esse recurso. Ações de R\$ 30.000, 50.000, 20.000, enfim, 100% direcionados à agroindústria. Bioenergia, micropadarias, produção de sucos, nessa lógica. Na normativa do Governo era de R\$ 100.000 o projeto mínimo, tivemos que fazer toda uma reconstrução, todo um debate para realocar esse recurso (Entrevista 16: Articulador Territorial do MDA, Palmeiras das Missões, abril de 2011).

A Tabela 18 apresenta os subprojetos aprovados pelo Conselho Territorial, enviados para operacionalização ao MDA, no ano de 2008, que servem como exemplo das ações territoriais desenvolvidas junto às agroindústrias. Todos os recursos são voltados aos investimentos territoriais. Pode-se constatar a aplicação de um total de recursos de R\$ 690.297,39 no território, no ano de 2008. Destes recursos, R\$ 611.827,00 foram alocados a fundo perdido (sem necessidade de retorno aos cofres públicos) pelo MDA e R\$ 71.474,39, pelas entidades e organizações sociais que recebem os recursos como contrapartida própria nos projetos. Estes recursos passaram por 13 Prefeituras municipais, já que é exigência do programa que os recursos de investimento passem por instituições públicas⁷⁵. Os recursos beneficiaram 14 organizações sociais, cooperativas, associações de agricultores e grupos comunitários.

Já no ano de 2010, o território recebeu em recursos para investimento R\$ 900.000,00 e para Custeio, R\$ 100.000,00, totalizando R\$ 1.000.000,00 no referido ano. Se este valor fosse dividido pelos 34 municípios que compõem o território em partes iguais, ter-se-ia um valor em recursos de R\$ 29.411,76 para cada um deles. É claro que a operacionalização dos recursos é através dos melhores projetos eleitos pelo CODETER, contudo, por essa estimativa, nota-se que é baixo o volume de recursos investidos pelo MDA nos territórios, sendo esta uma das principais reclamações dos atores locais e organizações sociais. Entretanto, essa é apenas uma face do argumento, pois como se discutirá adiante há um conjunto de recursos que foram investidos em estruturas agroindustriais regionais que estão paradas atualmente, mostrando que os recursos públicos estão sendo mal geridos pelos atores e organizações.

Nota-se um pronunciado volume de recursos em investimentos econômicos e produtivos, entretanto, um volume reduzido de recursos para os custeios, ficando, de maneira geral, em torno de 10-15% dos recursos que o território recebe a cada ano. Essa lógica de privilegiar recursos para investimentos territoriais também foi observada por Leite e Wesz Junior (2011), que constataram que do total dos recursos do programa, a nível nacional, 75% são voltados a essa finalidade. Essa parcela de custeio dos territórios serve para a administração das atividades de sua cogestão, sendo aplicada, por exemplo, na confecção dos PTDRS (2 versões elaboradas e impressas), na organização das reuniões e assembleias (transportes, almoços, materiais para o evento), transportes para visitas *in loco* do Conselho

⁷⁵ Os recursos de custeio podem ser acessados por entidades não públicas, como Organizações Não Governamentais (ONG), organizações, movimentos sociais, cooperativas, associações, entre outras organizações.

Territorial aos projetos apoiados, demais viagens de equipes de trabalho do território, cursos de formação de agricultores e técnicos, ida a eventos sobre territórios, entre outros custos.

Tabela 18: Subprojetos priorizados no Território Rural do Médio Alto Uruguai/RS, no ano de 2008.

Objetos	Valor total (R\$)	Valor MDA (R\$)	Contra-partida (R\$)	Entidade Executora	Organização proponente
Aquisição de equipamentos para classificação e polimento de cereais	41.200,00	40.000,00	1.200,00	PM L. Salzano	COOCAMPO
01 Construção de alojamento	75.000,00	72.750,00	2.250,00	PM Constantina	COOPAC
01 Edificação de entreposto de ovos	39.000,00	37.000,00	2.000,00	PM Seberi	CORAC
01 Construção de quiosque; Aquisição de equipamentos	59.235,95	37.000,00	22.235,95	PM Pinh. do Vale	APROLEITE
01 Aquisição de 687 bombas plásticas 200 kg	41.220,00	40.000,00	1.220,00	PM Erval Seco	COOPERBIO RGA
01 Construção de abatedouro	62.000,00	60.000,00	2.000,00	PM T. do Sul	COOPATRIN
01 Aquisição Micro trator com roçadeira e enxada rotativa; 01 Tanque padronizador; 01 Enchedora de garrafas; Pipas de propileno; 01 Moto bomba; Filtros	42.000,00	40.000,00	2.000,00	PM Boa Vista das Missões	AECOVALE
01 Ampliação de quiosque; Aquisição e instalação câmara Fria; Aquisição de equipamentos	40.000,00	33.077,00	6.923,00	PM Erval Seco	ARACA
01 Conclusão do prédio da feira do produtor; 01 Aquisição de mesa inox; 01 Aquisição de moenda portátil inox para extração de caldo de cana; 01 Aquisição de lava jato doméstico; 01 Aquisição de balança; 01 Reservatório inox; 01 Computador tela LSD; 01 Aquisição de caixa de água; 01 Aquisição de câmara fria	41.350,00	40.000,00	1.350,00	PM Jaboticaba	Associação São Luiz
01 Construção de quiosque; 01 Aquisição de mesa inox com estrutura metálica; 01 Balcão refrigerado	47.038,24	30.000,00	10.038,24	PM Pinhal	APAPA
01 Aquisição de veículo utilitário	32.000,00	30.000,00	2.000,00	PM V. Dutra	ADCA
01 Construção de prédio	44.000,00	37.000,00	7.000,00	PM Irai	AABG
01 Aquisição de caminhonete	34.760,00	30.000,00	4.760,00	PM Caiçara	APAC
01 Ampliação de prédio	56.733,20	55.000,00	1.737,20	PM Planalto	COOPASTOR
01 Aquisição de veículo utilitário	34.760,00	30.000,00	4.760,00	PM Caiçara	APAC
Total	690.297,39	611.827,00	71.474,39	13	14

Fonte: Brasil (2010).

Muitos dos recursos de custeio também chegaram atrasados temporalmente ao território, em torno de 1 a 2 anos, sendo, em alguns casos, revertidos em recursos de

investimentos. Nota-se um desequilíbrio nas duas linhas do programa, já que os recursos de investimento são bem maiores do que os de custeio. É claro que isso é devido à antiga lógica do programa, que é tributária das ações do PRONAF Infraestrutura e Serviços, voltada ao fornecimento de investimentos em estruturas rurais aos municípios. Entretanto, a linha de custeio do programa é fundamental ao desenvolvimento territorial, pois, com maiores recursos de custeio, os atores sociais poderiam, por exemplo, aplicar os recursos na montagem de uma equipe técnica multidisciplinar (engenheiro agrônomo, civil, alimentos, médico veterinário, entre outros profissionais).

Alternativamente, estes recursos de custeio poderiam ser usados para prestar apoio à formalização das agroindústrias, que atualmente é a principal necessidade manifestada por elas. Ou mesmo, implantar o chamado Consórcio Intermunicipal do Sistema de Inspeção Municipal (SIM) de maneira territorializada para as agroindústrias, sem custos restritivos aos municípios muito pequenos e com poucas agroindústrias, como é a realidade da região. Com esta ação, inclusive, poder-se-ia aderir os SIM ao Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF/RS) ou ao Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (SUASA), uma estratégia essencial à viabilidade de inspeção sanitária das agroindústrias.

No que se refere aos empreendimentos financiados para as agroindústrias, nota-se uma heterogeneidade muito grande neles (Tabela 18). De maneira geral, classificam-se os subprojetos existentes na seguinte ordem de prioridades, conforme a Tabela 18, em sete subprojetos, em que há traços de investimentos em máquinas, equipamentos e utensílios para agroindústrias; em cinco projetos, em que há a aplicação de recursos em pontos de comercialização, quiosques e feiras de agricultores; em quatro projetos, em que foi priorizada a compra de veículos, tratores ou pequenos utilitários para o transporte de alimentos, apoiar as necessidades de deslocamento e organização social das cooperativas e associações ligadas a RECOSOL; em três projetos, que foram voltados para a reforma, ampliação ou construção de novas plantas agroindustriais como abatedouros e entreposto de ovos; e em um projeto, que apoiou a construção de um alojamento para realização de cursos e treinamentos.

Além da multidimensionalidade dos projetos apoiados, nota-se que não existe uma integração territorial entre as cooperativas e associações que recebem os recursos, no sentido de haver uma complementariedade dos investimentos já realizados com os que estão sendo propostos pelos projetos futuros em agroindústrias. A lógica dos investimentos realizados é randômica, não havendo integração dos projetos e ações, podendo ser comparada a “uma lista de compras” como formulou Abramovay (2003) com relação ao que ocorria nos Conselhos

Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR) sob os auspícios do PRONAF Infraestrutura e Serviços.

O trecho da entrevista com o vice-presidente da RECOSOL é ilustrativo do processo de “personalização” dos projetos requeridos pelos diferentes grupos de atores e suas organizações sociais dentro dos espaços de discussão do território. Também deixa clara a desarticulação das ações em torno das agroindústrias. Por exemplo, um projeto de investimento aprovado pelo Conselho Territorial não tem articulações com os demais existentes de forma a se complementarem, a haver uma simbiose entre eles.

O que a gente tirou de lição disso? Que a gente fazia as demandas de forma personalizada, cada cooperativa preocupada e voltada para o seu “umbigo”, sem ter um debate mais coletivo das demandas e dos projetos, sonhos, metas, projeto de desenvolvimento como um todo, enxergando, senão regional, microrregional. Não se tinha essa concepção, se ia para dentro do debate, mas sem uma concepção de projeto de desenvolvimento articulado para as agroindústrias (Entrevista 18: vice-presidente da RECOSOL, Boa Vista das Missões, abril de 2011).

No caso do Território da Cidadania, essa desarticulação das ações é ainda mais preocupante, pois a mudança de Território Rural, já com problemas de integração dos trabalhos a Territórios da Cidadania, fez aumentar o desencaixe dos projetos apoiados. No Território da Cidadania, existe um orçamento total, que é a soma dos orçamentos dos 22 Ministérios, porém, cada um dos Ministérios continua a executar suas ações como fazia antes da criação do programa, de forma isolada e sem haver interfaces entre eles, o que leva a desarticulações das políticas. Nesse mesmo sentido, Favareto (2012, p. 11) é taxativo ao analisar o novo programa.

Em três anos de existência este programa se desidratou. Os territórios continuam sendo vistos como um repositório de investimentos. Não mais que isso. As ações vinham sendo selecionadas pelo Poder Executivo entre os investimentos que já estavam planejados nos diferentes programas antes dispersos e ofertados aos territórios, a quem caberia somente definir prioridades dentro desse cardápio. Sob esse prisma, o Território da Cidadania foi apenas mais uma inovação parcial.

Ao observar os tipos de investimentos realizados no território, verifica-se que eles apoiam as agroindústrias em termos de infraestruturas de produção, processamento dos alimentos, transporte, organização social e criação de alguns pontos de comercialização. A lógica primordial das ações governamentais territoriais tem sido a de fornecer estruturas produtivas e acesso aos mercados para a viabilização das agroindústrias. Nesse sentido, o Programa Territórios Rurais/Cidadania desconsidera que as agroindústrias não necessitam somente de estruturas produtivo-econômicas e de mercados para serem viáveis. Elas demandam também recursos em outras áreas para sua formalização, profissionais específicos

da área de alimentos para orientações, crédito de custeio e capital de giro, melhoria na qualidade dos produtos, apoio das instituições ligadas às legislações alimentares, assistência técnica na área de alimentos, entre outras demandas que não estão sendo supridas pelas ações territoriais.

Da forma como o programa está alicerçado, ele tem impactos muito semelhantes aos do PRONAF Agroindústria, discutido anteriormente, que fornece basicamente as estruturas produtivas para o processamento de alimentos. Mas esse argumento é somente um das faces do programa. Há outra. Durante a pesquisa de campo, verificou-se que muitas famílias já haviam acessado os créditos de investimento do PRONAF Agroindústria para montar a planta agroindustrial. Estas famílias estão pagando as parcelas contratadas sem condições de fazer outros investimentos financeiros ou contratações de créditos. Nesse caso, os recursos a fundo perdido destinados pelos programas territoriais cumprem um papel importantíssimo, dar condições para a agroindústria funcionar, através da doação das máquinas e equipamentos necessários à sua operação. Nestes casos, os dois programas têm tido complementariedades em suas ações de fortalecimento das agroindústrias.

Essa forma de proceder das ações territoriais no Médio Alto Uruguai, em um primeiro momento focalizando as estruturas de processamento, máquinas e equipamentos para as agroindústrias, fica evidente no trecho da entrevista com o Coordenador do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Médio Alto Uruguai (CODETER). Também se nota que, num segundo momento, os atores sociais envolvidos no território começam a priorizar outros empreendimentos para as agroindústrias, que têm outras demandas além das estruturas de processamento dos alimentos para se tornarem viáveis, como Ater, construção de novos mercados, formação da RECOSOL e redirecionamento dos investimentos para outras áreas.

Mas o que dá para se dizer é que desde o início se debatia muito a questão de equipamentos, isso era a primeira coisa que o pessoal pedia nas reuniões, investir em equipamentos. Claro, era uma agroindústria que estava num porão, com mesa de madeira e até fazia um produto de boa qualidade, mas não dentro daquilo que as BPF⁷⁶ exigem. [...] Hoje o debate não é apenas sobre os equipamentos como era uma vez. É o Ater para conseguir dinamizar esse trabalho todo que já foi investido. Claro que junto com o ATER vão ser debatidos também os investimentos e a criação da RECOSOL. Para que chegue lá na ponta, as agroindústrias funcionando, tendo o processo de comercialização que foi um dos três ou quatro eixos estratégicos que foram tirados lá em 2005-06 (se refere ao 1º PTDRS elaborado) (Entrevista 04: Coordenador do CODETER, Erval Seco, abril de 2011).

⁷⁶ BPF – Boas Práticas de Fabricação dos Alimentos. É uma das legislações exigidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) às agroindústrias e estabelecimentos produtores de alimentos.

Mesmo com essa gama de ações para fortalecimento das agroindústrias e um montante significativo de recursos públicos investidos a fundo perdido, observou-se durante a investigação que as agroindústrias associadas à RECOSOL ou mesma as participantes do Programa Territórios não conseguem avançar na produção de alimentos processados para suprir alguns mercados, caso dos mercados institucionais. Em abril de 2011, a Cooperativa Nossa Terra de Erechim procurou os gestores da RECOSOL e agroindústrias para que fornecessem alguns tipos alimentos para chamadas públicas do PNAE que essa cooperativa havia ganhado, nos municípios de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal. A surpresa ficou por conta de que a RECOSOL e suas organizações sociais não tinham produtos disponíveis para suprir tais demandas, evidenciando que ainda falta organização da produção das agroindústrias frente aos mercados, especialmente para o mercado das compras públicas.

Outra questão que tem suscitado discussões no âmbito da gestão das ações territoriais é o volume de recursos por projeto apoiado. Até 2007, as normas da SDT para os projetos apontavam que eles não poderiam ser menores do que R\$ 100.000,00 por rubrica. Essa regra foi muito contestada por desconsiderar a pequena escala de muitos empreendimentos dos agricultores familiares. Muitas vezes, uma agroindústria necessita, por exemplo, de R\$ 30.000,00 em equipamentos e máquinas agroindústrias para ser viável. Em outros casos, de uma pequena reforma na planta agroindustrial para requerer a formalização. Ou mesmo de uma equipe técnica de apoio às questões de processamento, qualidade e formalização. Exemplos disso são os quiosques de comercialização regionais, na maioria dos casos, o território despendeu entre R\$ 40.000,00 e R\$ 60.000,00 para construí-los. Isso fica claro nos dados da Tabela 18, em que nenhum dos projetos requereu os R\$ 100.000,00 para serem viabilizados.

Outra norma que limita a articulação e cogestão das ações territoriais é a exigência de que os recursos de investimento passem pelo poder público, estadual ou municipal, para somente depois chegarem à organização social proponente do projeto. Em muitos casos, as Prefeituras não participam do território e desconhecem as diretrizes discutidas pelos atores e suas entidades. Em outras situações, a entidade proponente é rival política local do prefeito. Nos dois casos, ocorrem atritos entre o poder público e organizações sociais proponentes do projeto a ser financiado. Seria mais fácil a articulação das ações territoriais se elas aceitassem ONGs, movimentos sociais, cooperativas, associações como cogestores diretas do programa, pois estas são as que sabem de suas necessidades no uso dos recursos.

Ao mesmo tempo em que as ações governamentais exercem fortalecimento das agroindústrias conforme discutido acima, há efeitos de dependência, principalmente pelos

recursos serem alocados a fundo perdido para as agroindústrias e RECOSOL. Se estes recursos públicos deixarem de ser injetados, por exemplo, em função de troca governamental, restrições orçamentárias, como aconteceu em 2011, ou por mudanças no programa, não se saberia qual o futuro das agroindústrias e da RECOSOL. Certamente as ações territoriais não sobreviveriam se acabassem os recursos públicos injetados, pois os atores sociais não manteriam os trabalhos como eles estão sendo executados atualmente (FAVARETO, 2012).

Há outras fragilidades das ações territoriais em relação às agroindústrias, assim sistematizadas: falta de profissionais específicos para trabalhar a assistência técnica e a extensão rural com as agroindústrias, em suas várias dimensões e demandas; não há uma intervenção junto ao principal problema de viabilidade das agroindústrias – a formalização institucional – somente o que há são reuniões sobre o assunto e repasse de informações aos agricultores, mas de forma muito superficial; deficiência das instituições, notadamente da SDT, em termos de fornecimento de recursos humanos para que sejam efetivados os trabalhos. Isso se reflete na falta de pessoas para operacionalizar, acompanhar e avaliar os projetos. Somente o Articulador Territorial existente em cada território não tem dado conta das demandas e trabalhos a serem desenvolvidos, havendo atrasos frequentes na liberação dos recursos de muitos projetos, alguns em torno de 2 a 3 anos, o que acaba desmobilizando os atores e organizações sociais e deslegitimando os processos territoriais de cogestão das políticas.

O acompanhamento e as avaliações das ações territoriais também são um ponto crítico. No Médio Alto Uruguai, estas duas etapas têm ocorrido de forma precária, devido principalmente à pouca articulação do Colegiado Territorial em realizar visitas e acompanhar o desenvolvimento dos projetos com as agroindústrias em que foram investidos recursos. No fundo, é a falta de tempo dos atores sociais que compõem o Colegiado Territorial, já que não são pagos pelos trabalhos que desenvolvem. A maioria das pessoas desenvolve outras atividades profissionais, sendo cogestores territoriais somente nos horários disponíveis. Isso exige que o programa repense mecanismos pelos quais estas ações possam ser mais bem acompanhadas e avaliadas.

A falta de acompanhamento e avaliação dos projetos faz com que muitos recursos sejam perdidos, por exemplo, por disputas políticas entre a entidade proponente e a Prefeitura de um município. Isto ocorreu em Boa Vista das Missões, em 2005, onde não foram aplicados R\$ 110.000,00 de um projeto pelo fato de a Prefeitura não ceder o terreno público para construção da sede da Associação das Agroindústrias Ecológicas Familiares do Vale do Rio Uruguai (AECOVALE). Ou mesmo criam-se estruturas regionais que depois ficam

ociosas, o caso de um quiosque de comercialização em Constantina, no qual foram investidos recursos na ordem de R\$ 40.000,00.

Ou o exemplo regional emblemático, que é o da Cooperativa Regional da Agricultura Camponesa (CORAC) em Seberi, uma cooperativa de comercialização regional da agricultura familiar que está de portas fechadas desde 2009, que contém uma estrutura com um prédio de 100 m², dois caminhões frigoríficos, uma câmara fria e outros equipamentos de agroindústria e escritório. Estes são somente alguns exemplos, entre outros, que existem no território de má gestão de recursos públicos. Isso é grave, pois recursos públicos, que são de toda a sociedade, não podem estar sendo mal administrados e desperdiçados com a criação de “elefantes brancos”, como formularam Delgado, Bonnal e Leite (2007).

6.4 O PROGRAMA DE AGROINDÚSTRIA FAMILIAR (PAF/RS): entre idas e vindas das ações estaduais de agroindustrialização

Nesta seção é analisado o PAF/RS. A análise é dividida por fases do programa, dando-se maior ênfase à primeira e à terceira, as mais importantes do ponto de vista das ações realizadas junto às agroindústrias, já que na segunda fase o programa teve poucas interfaces com os agricultores por ter sido esquecido pelos governos da época. A análise resgata em um primeiro momento alguns elementos históricos de como o programa surgiu, seus objetivos e alguns números dele. Na parte final da seção, são analisadas as ações mais atuais do PAF, destacando a nova Lei que institui a política estadual de agroindustrialização e demais trabalhos de apoio às agroindústrias familiares.

A história do PAF é caracterizada por idas e vindas das ações estaduais de agroindustrialização, pois são verificadas 3 fases bem distintas do programa. Na primeira fase, que compreende sua criação (1999-2000), há a discussão da estrutura do programa, sua concepção e implementação das primeiras ações, que se estenderam até o ano de 2002. Essa fase compreende a existência de um governo simpático às ações de agroindustrialização no RS, tendo o PAF apoio político para se estabelecer, mas cabe ressaltar que esse período se caracteriza pelo fato de as políticas operacionalizadas serem de Governo e não de Estado.

Em um segundo momento, que compreende os anos de 2003 a 2010, outros dois governos politicamente indiferentes às agroindústrias chegam ao poder. Nesse contexto, o PAF foi quase esquecido como ação governamental. O programa continuou existindo, contudo, sem dotações orçamentárias, estrutura institucional de apoio e equipes técnicas que operacionalizassem as ações. Somente o que ficou funcionando foram as concessões do Selo

Sabor Gaúcho, atuações pontuais de alguns técnicos da EMATER, que continuaram trabalhando com as agroindústrias, mesmo sem o apoio dos governos estaduais, e a realização de alguns cursos de profissionalização de agricultores pela EMATER.

A terceira fase do programa inicia-se em 2011, com a entrada de novo governo novamente alinhado às demandas da agroindustrialização. Nessa fase, são retomadas muitas das ações do programa e remontadas as estruturas organizacionais e institucionais do PAF, embora um pouco diferentes da primeira fase. Entretanto, o marco principal dessa terceira fase é o PAF ser alçado à política permanente de Estado, com a criação da Lei 13.921/12 (RIO GRANDE DO SUL, 2012b), que instituiu a política estadual para as agroindústrias familiares. Além disso, há a aprovação pela Assembleia Legislativa do Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF/RS), através da Lei 13.825/11 (RIO GRANDE DO SUL, 2011a), que será analisado em detalhes no Capítulo 7.

O programa também ganha nova face institucional, sendo lotado na nova Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), através do Departamento de Agroindústria Familiar, Comercialização e Abastecimento (DACA). A análise conduzida nessa seção procura retomar alguns resultados atingidos pelo programa na sua primeira fase e concentra esforços em analisar a sua terceira fase no que concerne às ações, operacionalização, formas de apoio às agroindústrias e resultados alcançados até o momento.

Na sua primeira fase, o PAF/RS foi anunciado em julho de 1999 e criado institucionalmente pelo Decreto nº 40.079/2000 (RIO GRANDE DO SUL, 2000a), envolvendo diversos atores, como movimentos sociais, entidades de representação e organizações não governamentais. O público alvo do programa eram os agricultores familiares enquadrados segundo os critérios do PRONAF, quilombolas, assentados da reforma agrária e populações indígenas. O PAF apoiou-se em outras iniciativas que já eram desenvolvidas no país, como as experiências do Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola do Distrito Federal (PROVE/DF) em Brasília, de Blumenau e Minas Gerais. O Programa ficou lotado na Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA), através do Departamento de Agroindústria, Cooperação e Comercialização (DACC). Além disso, o programa tinha os Comitês Regionais de Agroindústria responsáveis pela cogestão dos trabalhos com os atores sociais, juntamente com a EMATER, a principal instituição parceira. Esses comitês foram especializados pelas 18 Coordenadorias Regionais da Agricultura do RS.

As principais ações do PAF foram voltadas ao fortalecimento das agroindústrias com o fornecimento de crédito rural para a produção de matérias-primas e processamento dos

alimentos, compra de embalagens, vendas com Nota do Bloco do Produtor Rural, cursos de gestão, qualidade e processamento dos alimentos, geralmente ministrados pela EMATER em seus Centros de Treinamento. Também compunham os trabalhos de apoio as agroindústrias, o fornecimento de códigos de barras para a comercialização, o selo de qualidade Sabor Gaúcho, incentivos ao acesso aos mercados e participação em feiras agropecuárias e expo-feiras, caso da EXPOINTER de Esteio/RS. O objetivo principal do PAF era de possibilitar aos agricultores familiares agregar valor aos seus produtos, melhorando a renda e condições gerais de vida de suas famílias, bem como contribuir para o desencadeamento de um processo de desenvolvimento socioeconômico em nível regional e municipal.

Segundo Raupp (2005), que estudou o programa no RS e Município de Crissiumal, o PAF tinha como metas atingir em 4 anos cerca de 30.000 famílias, com uma injeção de recursos na ordem de R\$ 120 milhões. Contudo, foram financiadas 214 agroindústrias de diferentes cadeias produtivas em todo o RS, chegando a um volume de recursos de R\$ 6.444.386,71, beneficiando 2.719 famílias. O número de agroindústrias cadastradas no programa chegou a 800. Foram elaborados 373 projetos na busca de recursos para infraestrutura para as agroindústrias. Desse total, 57% (214 projetos) conseguiram ter acesso aos recursos, 30% estavam em fase de contratação ou avaliação pela equipe técnica do PAF (111 projetos) e 13% apresentaram algum tipo de inconsistência técnica ou financeira e não receberam recursos (48 projetos). Por estes dados, pode-se notar que muitas das metas iniciais do programa não foram atingidas.

Segundo Raupp (2005), das 214 agroindústrias beneficiadas até o ano de 2002, 131 foram grupais, 11 eram cooperativas e 72, administradas individualmente pelas famílias. Foram 2.114 famílias envolvidas, 75% delas vinculadas a projetos com caráter coletivos ou associativos, mostrando a face do programa em apoiar agroindústrias numa estratégia de cooperação entre grupos e famílias rurais. Os financiamentos dos projetos do PAF foram alocados e concentrados em algumas regiões do RS, principalmente nas Regionais da Agricultura de Caxias do Sul (40 projetos), Estrela (28), Santa Maria (19), Passo Fundo (18) e Erechim (17). Como cadeias de agroindústrias mais assistidas pelo programa estavam as dos seguintes produtos: cana-de-açúcar (43 projetos), doces e conservas (36), panificados e farinhas (30), sucos e beneficiamento de frutas (25), derivados de carne (22), laticínios (20), vinícolas (11) e outras atividades em menores proporções como o mel, mandioca, erva-mate, ovos, cereais, entre outras.

Como outras ações importantes para a agroindustrialização nessa primeira fase do programa pode-se citar que em torno de 1.800 produtos, de 126 agroindústrias, utilizaram o

selo Sabor Gaúcho, beneficiando 1.312 famílias e que a Central de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A (CEASA) forneceu o código de barras sem custos às agroindústrias cadastradas no PAF. Foram codificados em torno de 1.000 alimentos. Em 2001, o apoio direto na organização de feiras e exposições somou um total de R\$ 155.478,10 investidos, tendo beneficiado 478 famílias. Em 2002, foram gastos nessa rubrica R\$ 280.987,01, beneficiando cerca de 4.370 famílias, tendo sido ministrados cursos de formação para técnicos e agricultores. No ano de 2000, foram treinadas 1.844 pessoas. Somente em processamento de alimentos, entre 2000 e 2001, foram diplomadas 1.465 pessoas. No ano de 2002, foram contratados 11 projetos de capacitação, sendo desenvolvidos em todo o RS, envolvendo 3.980 pessoas (RAUPP, 2005).

Segundo Raupp (2009), o PAF teve impactos favoráveis à consolidação e criação de novas agroindústrias no RS. Entretanto, analisando o programa, o autor tece algumas considerações críticas acerca de alguns limites evidenciados. A primeira consideração é que o PAF apoiou as agroindústrias com algum grau de organização social e as já existentes, fortalecendo-as para que dessem um salto qualitativo. Nesse sentido, quase não houve criação de novas iniciativas, mas o apoio às já estruturadas e com algum capital inicial investido. Segundo, a exigência de 1,5 vezes em garantias em relação aos valores financiados impossibilitou muitas agroindústrias de acessar os financiamentos por não terem garantias suficientes a serem oferecidas às instituições financeiras⁷⁷. Terceiro, o perfil do público principal do programa era de agricultores familiares fragilizados, que desenvolviam suas atividades de agroindustrialização de forma muito autônoma e em bases artesanais. Muitos não conseguiram prosperar em um ambiente institucional dominado pelas grandes empresas integradoras e pelas indústrias de alimentos.

Quarto, a falta de tradição dos agentes bancários locais em financiar tal tipo de atividade - agroindústrias familiares de alimentos - gerou dificuldades dos agricultores junto às instituições financeiras para poderem acessar a operacionalizar os recursos. Como quinto elemento, houve falta de rapidez nos processos de formalização das agroindústrias e contratação dos financiamentos. Isso gerou desestímulos nas famílias e retardou o tempo para que estas agroindústrias se estruturassem, iniciando processos mais estreitos de interfaces com os consumidores e mercados, necessários para lhes dar viabilidade financeira. Segundo Guimarães e Silveira (2010), outro fator que influenciou o mau desempenho do PAF foi ter escolhido agroindústrias já em operação e agricultores estruturados, excluindo aquelas

⁷⁷ Posteriormente, essa regra foi revista e se passou a exigir somente 0,5 % dos valores financiados como garantias.

precárias, informais e artesanais. Segundo os autores, isso fez com que o PAF estimulasse incrementos de escala das agroindústrias e a opção pela produção de alimentos não diferenciados e específicos, assemelhando-se aos processados pelas grandes empresas alimentares.

Na fase atual de desenvolvimento das ações estaduais para as agroindústrias, o principal avanço é a criação da Lei 13.921/2012 (RIO GRANDE DO SUL, 2012b), que instituiu a agroindustrialização como política de Estado, finalizando os ciclos oscilantes que caracterizavam as ações no RS. Essa lei é um avanço para as agroindústrias, já que agora, independentemente dos governos que dirigirem o estado, elas terão atendimento em suas demandas. Grosso modo, a Lei 13.921/2012 estabelece a definição das agroindústrias familiares, objetivos da política estadual para as agroindústrias, instrumentos para intervenção, atribuições da SDR na condução das políticas, necessidade de Comitê Gestor público-privado das ações e fontes de recursos necessários à implementação das políticas.

O Decreto nº 49.341/12 (RIO GRANDE DO SUL, 2012a) vem regulamentar a Lei 13.921/2012, que criou a política estadual para as agroindústrias familiares⁷⁸. Este Decreto avança em relação ao inicial que criou o PAF, em 2000, em quatro direções principais. Primeiro, ele recria o PAF em outras bases, agora como política de Estado, sendo dotado de estrutura institucional, fontes de recursos financeiros específicos e recursos humanos para o desenvolvimento dos trabalhos. Segundo, institui a Compra Coletiva/RS, um instrumento de política pelo qual o Governo Estadual pode adquirir via recursos públicos a produção das agroindústrias familiares, empreendimentos familiares rurais e da economia popular e solidária. Este é um instrumento parecido com o Programa da Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) a nível federal, tendo como potencialidade a possibilidade de criar e fortalecer novos circuitos locais e mercados institucionais estaduais para esses alimentos e produtos;

Terceiro, o Decreto direciona a aplicação dos recursos financeiros do programa especialmente para os arranjos produtivos locais, sistemas agroecológicos de produção e tem como premissa o incentivo à criação de cadeias curtas locais entre os atores, consumidores e agroindústrias. Quarto, ele também reinstalou o Selo Sabor Gaúcho como marca oficial dos alimentos fabricados e comercializados pelas agroindústrias familiares do RS, dotando estes produtos de uma identidade cultural, territorial e social (Figura 22). A concessão deste selo de qualidade é gratuita para as agroindústrias cadastradas e participantes do PAF/RS.

⁷⁸ Esse novo Decreto também revoga o inicial da criação do PAF, em sua primeira fase, o Decreto nº 40.079/2000.

Figura 22: Selo Sabor Gaúcho de identificação dos produtos das agroindústrias familiares do RS.



Fonte: Raupp (2009).

Segundo o PAF (RIO GRANDE DO SUL, 2012d), para participação no programa o agricultor deve preencher alguns critérios, entre os principais, estão: estar enquadrado como agricultor familiar segundo a Lei 11.326/2006; receber acompanhamento da assistência técnica oferecida pelo programa; regularizar o licenciamento sanitário e ambiental do empreendimento; participar do processo de qualificação nas áreas de legislação, gestão, boas práticas de fabricação e *marketing*; e usar o selo Sabor Gaúcho nos rótulos dos produtos e os agricultores devem, preferencialmente, pertencer a organizações de agricultores familiares que formam cooperativas, grupos coletivos ou associações⁷⁹.

Para participar do PAF, o agricultor deve seguir um fluxo operacional existente no programa, que consiste basicamente de duas fases. A primeira fase é o cadastro no programa, que envolve o preenchimento da ficha de inscrição, avaliação técnica do seu projeto ou agroindústria pelo Comitê Regional de Agroindústrias e recebimento de um número de cadastro no PAF. A segunda fase é a inclusão do agricultor no programa. Com a inclusão, a agroindústria beneficia-se de serviços como participação em cursos, eventos de comercialização, uso do selo Sabor Gaúcho, serviços de assistência técnica e comercialização com Talão de Produtor Rural para aqueles que são enquadrados como microprodutores rurais. Ressalta-se que para inclusão no PAF a agroindústria já deve ter o licenciamento ambiental, sanitário e laudo de potabilidade da água devidamente aprovados e formalizados.

Segundo estimativas do Diretor do DACA, até dezembro de 2011, existiam no RS em torno de 7.700 agroindústrias familiares atuando na informalidade frente às agências de

⁷⁹ Quando a agroindústria for composta por grupo de agricultores, a organização deverá apresentar no mínimo 70% de seus integrantes com Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). A organização deve realizar gestão participativa e transparente da unidade, com reuniões periódicas de seus membros; o grupo deve utilizar pelo menos 70% de matéria-prima produzida pelos seus membros; a agroindústria deve situar-se nas comunidades rurais onde residem os componentes do grupo ou próximo a elas.

regulação dos alimentos. A maioria destas experiências informais é das cadeias de lácteos, cárneos (embutidos e abatedouros) e derivados de cana-de-açúcar, devido às maiores exigências em seus processos de legalização. As agroindústrias formais são aproximadamente 560, um universo bem menor do que as informais. A meta da SDR e do PAF é colocar na formalidade em torno de 2.000 agroindústrias destas 7.700 que estão à margem da institucionalidade agroalimentar, no período de 4 anos (2011-14). Até o momento da entrevista com o Diretor do DACA, havia apenas 360 agroindústrias cadastradas no programa, em diferentes estágios de sua evolução. A formalização destas experiências é o grande desafio a ser enfrentado por programas que se lastreiam no estímulo a agroindústrias ligadas à agricultura familiar.

Quando perguntado sobre a importância das ações públicas que estão sendo implementadas, o Diretor do DACA revela algumas estratégias pelas quais é possível captar os motivos governamentais estratégicos em destinar incentivos para as agroindústrias, entre eles, agregar valor aos alimentos na totalidade da sua cadeia produtiva, manter as pessoas em seus municípios, servir de exemplo a outros agricultores e aos próprios municípios e incentivar processos de geração de renda para as famílias. O trecho da entrevista é ilustrativo:

Eu acho que agregar valor à produção é o básico, se você não conseguir transformar, você está entregando boa parte da sua renda para alguém. Se você conseguir fazer toda a sua cadeia, você tem o seu valor e a sua sustentabilidade. E você consegue dar sustento a muitos mais. E fora isso você vai criar compradores de fora, por exemplo, alguns municípios, e você cria o sustento dentro do próprio município. Os municípios nem abriam os olhos para isso ainda, porque se você consegue fomentar 3 ou 4 agroindústrias, porque a nossa cultura europeia é muito assim “você tem que ver para crer”. Então se conseguir fomentar umas, depois as outras pessoas vão atrás também. Depois de nós abrimos o caminho, os próprios Executivos (refere-se às Prefeituras) vão abrir os olhos e aí elas andam sozinhas. Vamos ter muitos filhos retornando para casa para ajudar (Entrevista 20: SDR/DACA, Porto Alegre, dezembro de 2011).

Segundo o PAF (RIO GRANDE DO SUL, 2012c), as principais ações de fortalecimento das agroindústrias familiares desenvolvidas atualmente pelo programa podem ser resumidas nas seguintes: prestação de assistência técnica e elaboração de projetos financeiros, sanitários e ambientais para a implantação e formalização de agroindústrias de derivados animais, vegetais e bebidas; concessões de financiamentos para investimento e capital de giro para as agroindústrias, via Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER) e PRONAF; formação e qualificação na área de alimentos, com o desenvolvimento de cursos em Centros de Treinamento da EMATER; concessão sem custos adicionais do selo Sabor Gaúcho para os agricultores assistidos pelo

PAF; para os microprodutores rurais que produzem alimentos artesanalmente, há a possibilidade de comercialização pelo Talão de Produtor Rural, pagando menores taxas de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Apoio à comercialização dos alimentos em mercados institucionais, feiras e outros pontos de venda de produtos da agricultura familiar. Um exemplo disso é a presença na Exposição Feira Internacional do Rio Grande do Sul (EXPOINTER). Em 2011, foram 169 agroindústrias de diferentes cadeias produtivas que contaram com o apoio da SDR, EMATER e PAF para participar da feira. Em 2012, esse número aumentou para 191 agroindústrias presentes, comercializando em torno de R\$ 89.000,00 somente no primeiro dia de vendas da feira. Também foram organizadas em 2012 três edições da Feira das Agroindústrias Familiares, duas em frente ao Palácio Piratini e uma no Parque Farroupilha, em Porto Alegre, que contaram com a presença de mais de 200 agroindústrias participantes de todo o RS, nas três edições; licenciamento ambiental para as agroindústrias familiares com tamanho menor do que 250 m²; e apoio na elaboração de rótulos para os diferentes tipos de alimentos.

Com relação ao orçamento anual e recursos para promover investimentos nas agroindústrias, observa-se uma dupla lógica nas ações postas em prática pelo PAF. De um lado, o programa utiliza as linhas de financiamentos já existentes a nível federal, como são os casos dos PRONAF Mais Alimentos, Agroindústria e Crédito para Custeio e Comercialização para as Agroindústrias. Nesse caso, há uma aproximação e integração das ações estaduais de agroindústria com as federais, sendo que o PAF se isenta de alocar recursos próprios às agroindústrias, fazendo-as se valer das linhas de crédito preexistentes em nível federal. De certa forma, essa estratégia também reflete a crise financeira por que passa o Estado, que na última década e meia, tem passado por dificuldades orçamentárias.

Por outro ângulo, o PAF tem seus próprios instrumentos de financiamento para as agroindústrias. Segundo informações do DACA, há o financiamento de projetos pelo FEAPER, no limite de R\$ 10.000,00 por agroindústria. No Plano Safra Estadual (RIO GRANDE DO SUL, 2011c), os recursos via FEAPER para o financiamento de agroindústrias são da ordem de R\$ 1.820.000,00. Ainda aparece uma rubrica relativa ao apoio financeiro à realização de feiras municipais para as agroindústrias familiares, envolvendo a destinação de recursos de R\$ 67.500,00. Somando-se essas duas rubricas que estão no Plano Safra Estadual, há R\$ 1.887.500,00 para serem aplicados nas ações de agroindustrialização, um volume pequeno de recursos para as 7.700 agroindústrias a serem viabilizadas e formalizadas no RS, mesmo que se considere dividir esses valores (R\$ 1.820.000,00) apenas pelas 2000 agroindústrias (divididas em 4 anos, em média, 500 agroindústrias/ano) que estão como

metas do PAF serem viabilizadas. Cada uma delas receberia apenas R\$ 3.640,00, valor insignificante para se reproduzirem dentro dos parâmetros mínimos exigidos pelas instituições reguladoras de alimentos e pelas próprias necessidades de manutenção das experiências.

O restante das ações descritas acima não têm orçamentos claros, pois a maioria delas se utiliza de estruturas institucionais já existentes. Uma delas é a EMATER, a instituição mais importante na operacionalização do PAF em suas várias etapas e ações. A EMATER é responsável pelo cadastramento dos agricultores no programa, elaboração e apoio na avaliação dos projetos técnicos e financeiros, acompanhamento das iniciativas através da assistência técnica, fornecimento de cursos de BPF, estudos de mercados e processamento de alimentos nos 10 Centros de Treinamento, apoio nos licenciamentos e formalizações necessários, encaminhamentos de documentos e fornecimento de informações necessárias aos agricultores, organização de feiras municipais, regionais e estaduais de agroindústrias, entre outros trabalhos.

O papel da EMATER é central na execução das ações por ser uma instituição capilarizada nos municípios gaúchos. O site da EMATER (2012) na área de agregação de valor aos alimentos resume algumas destas ações que estão sendo desenvolvidas pela instituição.

A área assiste a elaboração de perfis de agroindústria; a elaboração de projetos de crédito, sanitário e ambiental; a formação de beneficiários em gestão agroindustrial, boas práticas de fabricação e tecnologia de processamento dos alimentos; orientação nas legislações previdenciária, sanitária, tributária e ambiental; e a elaboração de rótulos e o apoio à comercialização.

Outras ações atuais do PAF compreendem a realização de 17 seminários regionais sobre as políticas estaduais de agroindustrialização para mobilização e discussão do programa com os atores e agricultores. Nestes espaços também é apresentada a Lei que instituiu a política estadual para as agroindústrias e SUSAF, além de ser realizado um levantamento das demandas das agroindústrias existentes em cada um das regiões específicas. Outra frente de ação do PAF é com relação a mudanças em legislações já existentes ou proposição de novas regras. Esses trabalhos estão sendo conduzidos junto com a Coordenadoria de Inspeção de Produtos de Origem Animal (CISPOA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), universidades, organizações dos agricultores, EMATER e outras entidades do setor.

Como exemplo de uma ação em andamento, cita-se a proposição de uma nova normativa para as microqueijarias artesanais do RS que produzem queijos coloniais a partir de leites crus. Até o momento, esses queijos não são aceitos como aptos ao consumo e

comercialização pelos serviços de inspeção como CISPOA e Serviço de Inspeção Federal (SIF), que exigem que o leite seja pasteurizado. Se esse novo marco normativo for posto em prática será um avanço, já que será possível aos agricultores comercializar esses alimentos diferenciados em todo o RS, assim como já ocorre com o chamado “queijo serrano” na região da Serra Gaúcha (CRUZ; MENASCHE, 2011) e na Europa com outros queijos confeccionados partir de leites não pasteurizados de diversas espécies de animais como cabras, ovelhas, bovinos e outras (BENVENUTI et al, 2004).

No próximo capítulo, analisa-se o papel de algumas das instituições que regulam a produção, distribuição e consumo dos alimentos provenientes das agroindústrias. A análise mostra os papéis da intervenção institucional e das diferentes legislações alimentares que influem no desenvolvimento das agroindústrias (sanitária, fiscal, jurídica, ambiental, previdenciária). São analisados desde os diferentes níveis existentes nas legislações (federal, estadual e municipal), os Sistemas Unificados, o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) e o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF), o papel da CISPOA, dos Sistemas de Inspeção Municipais (SIM) e outras normatizações que regulam o desenvolvimento do setor agroalimentar e das agroindústrias. São evidenciados os avanços das regulações alimentares, seus efeitos sobre as agroindústrias e limites que as ações institucionais colocam à reprodução social das experiências.

Como demonstrado nas partes iniciais do trabalho, as agroindústrias conseguem produzir novidades produtivas, tecnológicas, novos canais de comercialização, mercados e organizacionais. Estas novidades com a evolução das experiências no tempo e espaço social começam a influenciar o ambiente institucional, as ações institucionais e regulações alimentares existentes nos vários níveis do Estado brasileiro. Exemplos disso são os programas públicos de fortalecimento analisados neste capítulo. Outro exemplo são as regras e normas que balizam a produção, distribuição e consumo de alimentos no país. A maioria das regras e normas do sistema agroalimentar brasileiro remonta aos anos de 1950, sendo conservadoras em seus princípios, beneficiando grandes indústrias de alimentos e estabelecimentos de média a grande escala.

Entretanto, devido à produção de novidades das agroindústrias, pressões dos movimentos sociais de representação políticas dos agricultores e multiplicação por todo o país de iniciativas com foco na transformação de alimentos em pequena escala, as instituições reguladoras de alimentos começam a ser mais maleáveis com as agroindústrias. Nesse sentido, as novidades geradas pelas agroindústrias começam a penetrar nas instituições em

vários níveis (federal, estadual e municipal), iniciando processos de transição nas regras e normas estabelecidas. Exemplos neste sentido são os novos Sistemas Unificados, como o Suasa e Susaf/RS, criados para beneficiar as agroindústrias familiares, viabilizando processos mais rápidos e fáceis de formalização institucional para elas.

7 QUAIS REGRAS SEGUIR? APOIO OU APLICAÇÃO DE SANÇÕES? O DIFÍCIL DIÁLOGO ENTRE INSTITUIÇÕES REGULADORAS DE ALIMENTOS E AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES

Neste capítulo pretende-se analisar as diferentes regulações emanadas pelas instituições para o setor alimentar, mais especificamente para as agroindústrias familiares. Desse modo, são discutidas as normatizações alimentares federais, estaduais e municipais, bem como as novas legislações criadas, como, por exemplo, o Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (SUASA) e o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF). Basicamente o capítulo responde à seguinte pergunta: Quais os papéis das instituições e políticas públicas junto às agroindústrias familiares? Como a parte dessa pergunta referente às ações governamentais (políticas públicas) já foi analisada no capítulo anterior, neste capítulo são investigadas somente as interfaces entre as instituições e as agroindústrias, entendendo como se desenvolvem as relações dos regramentos institucionais alimentares com os agricultores que têm agroindústrias constituídas.

Formula-se que há uma relação contraditória entre as instituições reguladoras da produção, distribuição e consumo dos alimentos e agroindústrias familiares. Isso acontece devido à ação institucional ser dirigida, grosso modo, em duas direções. De um lado, as instituições fiscalizam as agroindústrias, exigindo que elas se adaptem às normas e regras, que muitas vezes são exigentes em parâmetros técnicos e administrativos para a realidade social e econômica das iniciativas. Isso tem dificultando a inserção das agroindústrias nestas normatizações e as vendas dos seus produtos nos mercados. A ação institucional assume uma face ainda mais punitiva, quando são aplicadas sanções como multas, fechamento de agroindústrias, destruições dos alimentos, entre outras.

Muitas agroindústrias sofrem sanções institucionais devido aos altos índices de informalidade presentes no setor. Dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006) mostram que menos de 1% dos estabelecimentos agropecuários que transformam alimentos têm Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Estimativas do Programa da Agroindústria Familiar (PAF) para o RS mostram que existem de 7.700 agroindústrias informais. Destas, apenas 560 estavam formalizadas, no ano de 2011. Na região investigada, o Médio Alto Uruguai, 72,64% das agroindústrias são informais, considerando-se os aspectos higiênico-sanitários para funcionamento das experiências. Estes dados evidenciam que há uma relação difícil entre as

instituições reguladoras dos alimentos e as agroindústrias familiares (PELEGRINI; GAZOLLA, 2008).

Por outro ângulo, a ação institucional é necessária para a preservação da saúde humana, pela garantia da qualidade e inocuidade dos alimentos que a população consome. Além disso, muitas das novas regras e normatizações institucionais promulgadas nos últimos anos têm evoluído no sentido de beneficiar as agroindústrias familiares, possibilitando-lhes atingir a formalização nas diferentes esferas institucionais (sanitária, ambiental, jurídica, fiscal, previdenciária). Nesse sentido, a ação institucional tem sido dirigida também em apoiar as agroindústrias, viabilizando-as. Entretanto, de maneira geral, constata-se um difícil diálogo entre as instituições reguladoras dos alimentos e as agroindústrias no Brasil. Com isso, quer-se dizer que há um grande hiato constituído, que distancia a ação institucional da realidade social e econômica das agroindústrias.

Nesse sentido, o capítulo dialoga com a abordagem da Economia Institucional, ao analisar as regras e normas que permeiam as regulações em torno dos alimentos processados pelas agroindústrias, indo de encontro ao que autores como Wiskerke e Ploeg (2004), Roep e Wiskerke (2004), Ploeg et al (2004) e Brunori et al (2009a) chamaram de regime sociotécnico. Neste capítulo, o regime sociotécnico é chamado de alimentar, por ser formado por regras e normas que regulam a produção, distribuição, comercialização e consumo dos alimentos no Brasil. O que se busca evidenciar são as relações e interfaces entre estas normativas institucionais do regime sociotécnico alimentar e os processos de reprodução social das agroindústrias familiares.

O Capítulo está estruturado em cinco partes. Na primeira, demonstra-se que as legislações sanitárias dos alimentos têm três níveis territoriais não eficazmente integrados (federal, estadual e municipal), bem como diferentes agências responsáveis pela sua execução, atuando por grupo de alimentos. Na segunda, analisa-se o papel dos novos Sistemas Unificados, SUASA e SUSAF, mostrando os benefícios que eles podem gerar em termos de integração dos distintos níveis de inspeção dos alimentos. Na terceira seção, são discutidas as atribuições, ações desenvolvidas e principais limitações existentes nos serviços de inspeção, como a Coordenadoria de Inspeção de Produtos de Origem Animal (CISPOA) e Sistemas de Inspeção Municipais (SIM). Na quarta, são analisados, brevemente, alguns aspectos da legislação ambiental, jurídica, fiscal e tributária que influenciam o desenvolvimento das agroindústrias. Na última seção, é abordada a multidimensionalidade do processo de informalidade das agroindústrias no Médio Alto Uruguai, tentando-se entendê-lo com base nas entrevistas com os vários agricultores e atores sociais envolvidos na pesquisa.

7.1 Níveis das legislações sanitárias alimentares: a inspeção dos alimentos como competência concorrente

Segundo Prezotto (2002a), o controle da qualidade dos alimentos no Brasil tem suas origens no período colonial e se centrava essencialmente na investigação do estado de conservação dos produtos, medidas e pesos dos alimentos importados. O objetivo dessa fiscalização estava fundamentada nos aspectos econômicos, tentando evitar prejuízos causados por fraudes e adulterações dos fornecedores de fora do país. A partir de meados do século XIX, foram criados vários órgãos para cuidar da qualidade dos alimentos, ligados à Saúde Pública e ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

O primeiro órgão era ligado às questões de doenças e higienização da população. Essa ligação significava que havia uma associação muito próxima entre alimentos e doenças, noções essas influenciadas internacionalmente pela valorização da ciência médica. Isto podia ser notado, por exemplo, nas campanhas sanitárias da época, que objetivavam uma legitimação (interna e externa) das práticas do Estado e seus agentes, como portadores de um saber particular. As regulações do Ministério da Justiça e Negócios Interiores significaram uma maior aproximação com os interesses econômicos dos mercados existentes nessa época.

Um dos pontos de partida dos trabalhos de controle de qualidade dos alimentos foi a criação do Serviço de Inspeção Federal (SIF) dentro do Ministério da Agricultura, através da Lei 1.283/50 (BRASIL, 1950). Essa lei foi regulamentada pelo Decreto 30.691/52 (BRASIL, 1952), que instituiu o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA). Através do RIISPOA, iniciou-se uma série de controles nos alimentos processados e comercializados tanto nos mercados internos como externos. Para Prezotto (1999), pelo fato de o Ministério da Agricultura estar associado ao setor primário da economia, a promulgação da Lei 1.283/50 deu um caráter mais técnico à prestação dos serviços de inspeção, mas que não esteve totalmente separado dos interesses econômicos do Estado, dos grandes produtores rurais e das empresas comerciantes de alimentos da época.

Apesar de a Lei 1.283/50 não fazer nenhuma distinção da produção industrial dos alimentos derivados de animais em termos de escala, ela tem um caráter excludente. No RIISPOA, constata-se que sua concepção se direciona a grandes plantas industriais, pelo grau de exigências em termos de instalações e equipamentos, sendo difícil para uma agroindústria familiar viabilizar tais requerimentos técnicos. Nesse caso, a legislação tem elevadas exigências no prédio (dimensões das construções, tamanho das salas, pé direito, uso de

azulejos, etc.) e equipamentos. Nesse sentido, esta normatização sinaliza a estrutura agroindustrial montada como sinônimo de qualidade dos alimentos, em que quanto maiores as estruturas e equipamentos, melhor seria a qualidade dos alimentos processados. O RIISPOA não considera que alimentos inócuos ao consumo humano poderiam ser obtidos em unidades agroindustriais de menor porte em estrutura e equipamentos, com a utilização de técnicas de processamento que tivessem como base os princípios da higiene e as Boas Práticas de Fabricação dos Alimentos (BPF).

Até a constituição de 1988, muito poucas modificações foram feitas nas legislações alimentares acima citadas. Com a Lei 7.889/89 (BRASIL, 1989), modifica-se o marco regulatório dos alimentos de origem animal. Essa lei surge no sentido de uma descentralização na prestação dos serviços públicos de controle dos alimentos, deixando em aberto para os estados e municípios a possibilidade de criar seus respectivos serviços de inspeções (Sistema de Inspeção Estadual - SIE e SIM, respectivamente). A partir da Constituição de 1988, os serviços de inspeção e controle da qualidade dos alimentos são divididos pelos tipos de produtos e matérias-primas, basicamente em animais, vegetais e bebidas (Quadro 7).

Para a fiscalização dos produtos de origem animal, foi constituído o Serviço de Inspeção Sanitária, ligado aos órgãos da agricultura nos âmbitos municipal, estadual e federal. Para o grupo das bebidas, a licença do estabelecimento e o registro dos produtos bem como a comercialização ficaram a cargo do Ministério da Agricultura. No caso dos produtos de origem vegetal, foi criado o Serviço de Vigilância Sanitária, ligado aos órgãos da saúde, casos do MS e das Secretarias Estaduais de Saúde. No caso de produtos de extrativismo de florestas, como erva-mate e palmito, a regulação também é feita pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) (Quadro 7).

O trecho da entrevista reproduzido abaixo com a Coordenadora da CISPOA do RS deixa claro o papel da Lei 7.889/89, no que diz respeito a atribuir papéis diferenciados aos três níveis federativos na fiscalização e controle sanitários dos alimentos derivados de animais bem como à alocação dessa competência junto aos órgãos da agricultura do Estado (Ministério da Agricultura, Secretaria Estadual e Municipal).

Foi justamente essa questão da Lei 78/89. Porque toda a agroindustrialização de produtos de origem animal cairia para as agriculturas, que seriam os abates e os processos de fabricação. Essa lei separou, colocou que as Secretarias de Agricultura dos municípios são os responsáveis pelas agroindústrias que farão o comércio dentro dos municípios, que é o SIM. As agroindústrias registradas nos serviços estaduais, que aqui é o CISPOA, fariam o comércio intermunicipal, enquanto as agroindústrias registradas no SIF fariam o comércio interestadual e internacional. Então, a partir de

89 se definiu que a agricultura seria a responsável pelos produtos de origem animal e cada estado começou a se organizar para fazer isso e o nosso conseguiu só em 1996. Mas a partir de 89, as indústrias foram migrando para a agricultura, só não se tinha um serviço formalizado (Entrevista 19: CISPOA, Porto Alegre, novembro de 2011).

Quadro 7: Grupos de alimentos, locais de registro do estabelecimento, dos produtos e âmbito de comercialização.

Grupos de Alimentos e Produtos		Licença/registo do estabelecimento	Registro do produto	Âmbito de Comercialização
Grupo 1: Bebidas	Bebidas alcoólicas, sucos, refrigerantes e vinagres	Min. da Agricultura	Min. da Agricultura	Nacional
Grupo 2: Produtos de origem animal	Carnes e derivados	Prefeitura	Prefeitura – SIM	Municipal
		Sec. da Agricultura	Sec. da Agricultura -	Estadual
		Min. da Agricultura	Min. da Agricultura–	Nacional
	Leite e derivados	Prefeitura	Prefeitura – SIM	Municipal
		Sec. da Agricultura	Sec. da Agricultura -	Estadual
		Min. da Agricultura	Min. da Agricultura	Nacional
	Ovos e mel	Prefeitura	Prefeitura – SIM	Municipal
		Sec. da Agricultura	Sec. da Agricultura -	Estadual
		Min. da Agricultura	Min. da Agricultura – SIF	Nacional
Grupo 3: Produtos de origem vegetal	Doces e conservas	Sec. da Saúde	Sec. da Saúde	Estadual
			Ministério da Saúde	Nacional
	Balas, condimentos, chás, essências	Sec. da Saúde	Sec. da Saúde	Estadual
			Ministério da Saúde	Nacional
	Pães, biscoitos e massas	Sec. da Saúde	Sec. da Saúde	Estadual
			Ministério da Saúde	Nacional
	Vegetais minimamente processados	Sec. da Saúde	Sec. da Saúde	Estadual
Ministério da Saúde			Nacional	
Embaladores de: arroz, feijão, canjica, farinha de mandioca, polvilho	Min. da Agricultura	Min. da Agricultura	Nacional	
Palmito/erva-mate	IBAMA, Sec. da Saúde	Min. da Saúde	Nacional	

Fonte: Raupp (2005).

A Lei 7.889/89 foi um avanço no sentido de descentralizar os serviços de inspeção, contemplando os estados e municípios, mas ela criou competências concorrentes de fiscalização e inspeção dos produtos de origem animal, sendo que qualquer um dos níveis federativos pode legislar sobre o assunto com autonomia. Isso levou a duas consequências diretas. A primeira consequência foi a dificuldade de alguns estados, mas principalmente dos municípios pequenos, em implantar o SIM devido aos altos custos transferidos a eles junto com a competência do serviço, sem haver nenhum auxílio da União. A segunda foi o princípio da autonomia federativa em legislar sobre os alimentos, atualmente há três sistemas de inspeção (federais, estaduais e municipais) com princípios de controle dos alimentos

diferentes entre os entes federativos, o que faz com que haja dificuldades de integração das normas e regras destes sistemas.

Para os alimentos e produtos registrados no MAPA, as exigências são grandes para o enquadramento das agroindústrias. Por exemplo, para os produtos de origem animal, o agricultor deve ser formalizado na Secretaria Municipal da Agricultura (SMA) quando for requerer o SIM; na Estadual quando for a CISPOA; e no MAPA quando pretende se integrar ao SIF. Também são necessários uma planta da agroindústria aprovada no órgão fiscalizador (município, estado ou federal) e o CNPJ. A planta da agroindústria deve ser acompanhada pela localização dos equipamentos, pela planta do tratamento de efluentes, pelo memorial econômico sanitário e arquitetônico e pela Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pela agroindústria (MENEGHETTI, 2011).

Para o grupo das bebidas, as exigências atuais para a formalização são similares aos dos produtos derivados de animais. É necessária a constituição de uma pessoa jurídica (CNPJ), ter a planta da agroindústria já aprovada e registro do estabelecimento e do produto no MAPA. Além disso, o MAPA exige a planta baixa completa com a exata localização dos equipamentos, planta do tratamento dos efluentes, memorial econômico sanitário, memorial arquitetônico, certidão da prefeitura atestando que a área é própria para a construção de uma planta agroindustrial e ART do profissional responsável. Antes de a agroindústria iniciar suas atividades de fabricação de alimentos, é necessária uma vistoria de um técnico do MAPA para sua liberação. Geralmente essa vistoria é solicitada pelo agricultor.

No caso dos alimentos derivados de vegetais, o caminho de formalização é diferente, já que os órgãos de saúde são as instituições responsáveis pela sua regulação e fiscalização. Para esse grupo de produtos, é necessária a solicitação do Alvará Sanitário. Essa competência foi delegada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) às Secretarias de Saúde dos Estados, que no RS a executam através das suas Coordenadorias Regionais da Saúde. Alguns municípios que aderiram à descentralização da saúde também podem oferecer o Alvará Sanitário. Os alvarás podem ser emitidos em nome de pessoas jurídicas ou físicas, no segundo caso, o agricultor deve estar devidamente cadastrado no Programa de Agroindústria Familiar (PAF). Para receber o Alvará Sanitário, a agroindústria deve apresentar as seguintes características: uma estrutura física adequada ao tipo de alimento que vai processar; uma estrutura física que possibilite um fluxo linear dos produtos sem retornos das matérias-primas e alimentos; um pé direito com altura mínima, em geral, em torno de 3,50 m; e o laudo de potabilidade da água usada nas operações.

A legalização da produção dos alimentos de origem vegetal foi bastante facilitada a partir da Resolução nº 23/00 da ANVISA (BRASIL, 2000), que dispõe sobre o Manual de Procedimentos Básicos para Registro e Dispensa da Obrigatoriedade de Registro de Produtos Pertinentes à Área de Alimentos. A partir desta resolução, um grupo grande de produtos foi dispensando de registro tornando o processamento destes alimentos bem mais simples para as agroindústrias de vegetais. Atualmente, as agroindústrias só enviam o formulário de comunicação de fabricação de alimentos com dispensa de fiscalização ao MS e estão liberadas para processar, distribuir e vender os produtos.

Além destas prerrogativas já citadas acima, atualmente a formalização de uma agroindústria está assentada na implantação das BPF. As BPF abrangem um conjunto de medidas que devem ser adotadas pelas indústrias de alimentos a fim de garantir a qualidade sanitária e conformidade dos produtos alimentícios com os regulamentos técnicos. As BPF incluem ainda a adequação das instalações aos seus respectivos fluxos de produção, a elaboração do Manual de Boas Práticas e dos Procedimentos Operacionais Padrão (POP), bem como a garantia de realizar seus controles adequados. Ainda é obrigatória a elaboração de um rótulo para cada alimento em específico, constando os elementos da legislação estabelecida pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e a legislação sanitária da ANVISA para a rotulagem.

A análise acima das formas de operacionalizar os requerimentos necessários à formalização sanitária de uma agroindústria, para os diferentes grupos de alimentos e bebidas, deixa clara a complexidade dos procedimentos técnicos aos quais os agricultores estão submetidos. Esses sistemas complexos para buscar a legalidade de uma agroindústria fazem muitos agricultores agir no sentido de driblá-los fazendo aquilo que Long (2001) denominou de “margem de manobra”. Muitos agricultores frente a uma estrutura contingente aos seus anseios - aqui representada pelas normatizações sanitárias alimentares - optam por não se inserirem nelas, produzindo à margem destes controles das instituições. Esse é um dos fatores explicativos das altas taxas de informalidade presentes no setor das agroindústrias familiares.

Entendida de outra forma, há uma complexidade de regramentos técnicos e administrativos necessários à formalização das agroindústrias, como se evidenciou acima. Estas normas e regras constituem o regime sociotécnico alimentar que regula a produção, distribuição e consumo de alimentos. As normas e regras do regime caracterizam-se por serem padronizadas para qualquer tipo de unidade agroindustrial, baseiam-se nos conhecimentos científicos da tecnologia dos alimentos, industrializam crescentemente os alimentos e têm fortes interesses econômicos dos setores agroalimentares de média-grande

escala. Sendo assim caracterizado, o regime sociotécnico alimentar instituído construiu normas que bloqueiam a produção de novidades das agroindústrias.

Isso ocorre porque as novidades geradas nas agroindústrias apresentam características diferentes das empresas e indústrias de alimentos, que estão de acordo com as regras e normas do regime instituído. As agroindústrias caracterizam-se por produzir alimentos artesanais (novidades em processos), diferenciados (com novidades produtivas), em pequena escala, acessando cadeias curtas e novos canais coletivos e em redes (novidades mercadológicas e organizacionais como a RECOSOL), utilizando-se dos conhecimentos dos próprios agricultores. Estes aspectos característicos das novidades e agroindústrias foram mostrados nas primeiras partes do trabalho. Entretanto, estes elementos citados como fundamentais à produção de alimentos pelas agroindústrias não são reconhecidos pela gramática do regime sociotécnico alimentar. É isso que explica os altos graus de informalidade existentes dentro do universo empírico das agroindústrias no Brasil.

7.2 SUASA e SUSAF/RS: os Sistemas Unificados Federal e Estadual

Nesta seção, são discutidos os papéis do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (SUASA) e o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF/RS). A análise é conduzida de modo a mostrar os princípios fundamentais presentes nos dois sistemas unificados, suas formas de funcionamento junto aos diferentes níveis territoriais de inspeção bem como os avanços e limites que essas novas regulações alimentares implicam para as agroindústrias familiares. Esta seção se inicia pela análise do SUASA e, posteriormente, do SUSAF.

A Lei 7.889/89 estabeleceu que os estabelecimentos industrializadores de alimentos de origem animal que têm registros estaduais só podem transitar e comercializar seus alimentos dentro dos limites estaduais. Da mesma forma, as agroindústrias registradas no SIM foram impedidas de vender seus alimentos para outros municípios. Nesse sentido, a implantação do SUASA, criado pela Lei 9.712/98 (BRASIL, 1998) e Decreto nº 5.741/06 (BRASIL, 2006a), instituiu os chamados Sistemas Brasileiros de Inspeção, que permitem que os estabelecimentos registrados nos Serviços de Inspeção Estaduais ou Municipais, quando pedirem adesão a estes Sistemas Brasileiros, possam comercializar seus produtos em todo o território nacional.

O SUASA opera em conformidade com os princípios e definições da sanidade agropecuária, incluindo em seu escopo as atividades de saúde, sanidade, inspeção,

Com o SUASA, essa possibilidade foi aberta, podendo ser considerada uma normatização que traz avanços para a área de controle de alimentos e para os processos de formalização das agroindústrias familiares. Neste sentido, o SUASA é uma regulação que pode ajudar as novidades produzidas pelas agroindústrias familiares a realizar transições nas regras e normas estabelecidas pelo regime sociotécnico alimentar vigente.

Em 2011, o MAPA emitiu a Instrução Normativa nº 36 (BRASIL, 2011), que estabelece os requisitos necessários para que haja a adesão dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios ao SISBI-POA. As exigências básicas para o reconhecimento da equivalência dos serviços de inspeção são cinco: ter infraestrutura administrativa (como recursos humanos, estrutura física, sistemas de informação e infraestrutura para o desenvolvimento dos trabalhos de inspeção); garantir a inocuidade dos produtos de origem animal (atividades de inspeção tecnológica, higiênico-sanitárias e as ferramentas de autocontrole); os produtos de origem animal devem ter qualidade assegurada (rotulagem e regulamentos técnicos de identidade e qualidade); agir na prevenção e combate à fraude econômica (rede laboratorial para as análises físico-químicas); e desenvolver controle ambiental (regularidade ambiental junto ao órgão competente).

O Estado do RS passou por auditoria orientativa do MAPA para adesão ao SUASA (SISBI-POA) em julho de 2009, em que foram constatadas diversas falhas do serviço de inspeção estadual. No período de 2009 a 2011, foram promovidas ações corretivas pela CISPOA, como a elaboração de um plano contra as fraudes econômicas, adequação à legislação referente às análises físico-químicas dos alimentos, treinamento e formação continuada dos técnicos de inspeção e adequação de procedimentos administrativos. Em nova auditoria realizada pelo Mapa em agosto de 2011, a CISPOA recebeu parecer favorável ao seu credenciamento oficial junto ao SUASA. Com isso, as agroindústrias inspecionadas pelo CISPOA, que só podiam comercializar seus alimentos no território do RS, agora podem vender os produtos em escala nacional, desde que sejam indicadas como aptas pelo sistema estadual de inspeção, que vai dizer quais estabelecimentos podem realizar o comércio interestadual.

Ressalta-se que os SIM de qualquer município do RS também podem se credenciar no Mapa para adesão ao SUASA (SISBI-POA) ou ao CISPOA, desde que cumpram o conjunto das cinco exigências discutidas acima (tenha a equivalência de procedimentos técnicos e administrativos). As agroindústrias, de forma individual ou coletiva, não podem solicitar adesão ao SUASA ou CISPOA, pois estas regras regem os sistemas de inspeção e não os estabelecimentos processadores de alimentos. O mesmo vale para as agroindústrias

registradas na CISPOA. São sempre os sistemas de inspeção, estadual ou municipal que devem solicitar a adesão ao SUASA. Isso gerou muitas discussões e interpretações errôneas entre os atores sociais e das próprias instituições reguladoras dos alimentos na promulgação da Lei que criou o SUASA, sendo um dos motivos que impediram que ele se concretizasse de forma mais acelerada no país e no RS.

O trecho da entrevista com a Coordenadora da CISPOA deixa claro o papel do SISBI-POA em fazer a equivalência dos procedimentos técnicos e administrativos entre os três níveis de inspeção existentes. Também retrata que está sendo difícil para os municípios adequarem seus SIM aos critérios requeridos para adesão ao SUASA (falta estrutura aos municípios), ou mesmo ao SUSAF/RS, recentemente promulgado pelo governo estadual, que desempenha o mesmo papel do SUASA, porém sendo válido somente dentro do território gaúcho.

O SISBI é o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal, ele está dentro do SUASA. Ele quer fazer a equivalência de procedimentos entre os três níveis de inspeção e ele está sentindo dificuldades porque a adesão é voluntária. E os municípios não são tão bem estruturados. Por isso é que está havendo uma grande confusão do pessoal. O município é que vai ter que optar se ele quer aderir ao SUASA ou ao SUSAF. Mas ele vai ter que aderir, porque qual é a grande questão? A questão não é a agroindústria em si aderir, mas o serviço. É a estrutura do serviço (Entrevista 19: CISPOA, Porto Alegre, novembro de 2011).

Em nível nacional, apenas 12 serviços de inspeção estadual, regional e municipal aderiram ao SUASA. Estes serviços abrangem 1.487 estabelecimentos processadores de alimentos, mas, dentro deste número, apenas 31 estão aptos às exigências do Sistema Unificado, pois não basta a adesão dos serviços de inspeção, já que os estabelecimentos também têm que estar dentro das normativas exigidas pelo SUASA para poderem operar normalmente. No RS, apenas 5 sistemas municipais de inspeção conseguiram a adesão ao SUASA (Santa Cruz do Sul, Rosário, Erechim, São Pedro do Butiá e Alegrete), devido principalmente às inúmeras exigências colocadas pelo SISBI-POA, especialmente para aqueles municípios pequenos e pobres do interior gaúcho. Estes dados evidenciam as dificuldades que os sistemas de inspeção, principalmente os municipais, estão tendo para se inserir nas novas regulamentação do SUASA.

As agroindústrias presentes nestes cinco municípios já inseridos no SUASA estão liberadas para realizar o comércio intermunicipal, interestadual e até internacional dos seus produtos. Segundo informações da Coordenadora do CISPOA, há ainda outros 40 processos oriundos dos SIM do RS solicitando sua adesão ao SUASA, em trâmite no MAPA. Estes processos estão em diferentes fases de adequação aos cinco conjuntos de requerimentos

elencados, passando por auditorias documentais e locais do Ministério até a sua adequação definitiva às normativas estabelecidas.

Esse processo lento de adesão dos SIM ao SUASA apresenta algumas causas estruturantes que a pesquisa de campo revelou. Primeiro, logo após a criação do SUASA, os técnicos do MAPA não haviam entendido o conceito de equivalência dos alimentos (equivalência em padrões de qualidade final dos produtos fabricados) e quando fiscalizavam os municípios, cobravam a equivalência em estruturas físicas e equipamentos. Por exemplo, nas vistorias, os técnicos exigiam estruturas físicas iguais ao SIF, inviabilizando a adesão de muitos municípios, devido à enormidade das exigências requeridas. Segundo, mais de 40% dos municípios do RS (206 municípios, o que equivale a 41,53% deles) não têm nem o SIM implantado, fator limitante ao desenvolvimento das agroindústrias de produtos de origem animal. Estes municípios não podem requerer sua adesão ao SUASA sem antes criar seu próprio SIM.

Terceiro, houve conflitos de interesses entre o MAPA e o MDA. O primeiro ministério apoiou a criação do SUASA-SISBI voltando sua atenção para a maior inserção dos produtos cárneos brasileiros nos mercados internacionais, principalmente em função dos episódios de ocorrência de Febre Aftosa nos rebanhos. Já o MDA incentivou o SUASA objetivando viabilizar as agroindústrias familiares a vender para fora das fronteiras dos municípios e estados, abrindo novos mercados para elas. Os dois Ministérios agiram juntos, entretanto, cada um pensou papéis diferentes para o Sistema Unificado, o que levou a disputas e desentendimentos entre as duas partes, retardando a implantação do SUASA, prejudicando as agroindústrias que dependiam do sistema integrador para ampliar seus mercados.

O trecho da entrevista com o responsável pelo SIM do Município de Constantina retrata algumas das dificuldades dos municípios que já passaram por auditorias pelo MAPA em aderir ao SUASA. No caso específico do SIM de Constantina, as principais deficiências são quanto ao tamanho da equipe de inspeção, a não realização de todos os registros técnicos e administrativos requeridos pelo SUASA e a baixa periodicidade das inspeções feitas nas agroindústrias.

Nós encaminhamos o projeto e em maio de 2008, e a gente recebeu a 1ª auditoria do SIF (MAPA), que vinha aqui fazer o quê? Qual é o objetivo do SIF? Vir aqui em Constantina e através dos registros e do trabalho que a inspeção vinha fazendo, viria perceber se nós estávamos em equivalência com o SIF, mas chegando aqui, eles perceberam que não. Primeiro, que não tinha nem equipe de inspeção, havia um colega que fazia as inspeções no abatedouro, mas as agroindústrias não tinham inspeção, não tinham o acompanhamento de um fiscal sanitário, de um agente de inspeção no município. Não tinha Veterinário concursado. A exigência era de um veterinário 40 horas, dois agentes de inspeção e um secretário só para preencher

formulários e lançar dados informatizados, digamos assim, no mínimo quatro pessoas. Toda essa questão de formulários, de mapas do abatedouro. É uma parafernália de tabelas que você tem que preencher, de registros. Por exemplo, os Guia de Trânsito Animal (GTA) que são uma coisa básica, que justifica a origem do animal, nem isso nós não tínhamos, imagina o resto (Entrevista 09: SIM, Constantina, abril de 2011).

Outro benefício implantado com o SUASA é o selo de identificação do SISBI-POA, que pode ser usado pelas agroindústrias que têm o seu serviço de inspeção estadual ou municipal aderidos ao SUASA. Este selo pode ser utilizado nos rótulos dos alimentos confeccionados, como mostra a Figura 24, identificando e diferenciando estes alimentos. Outro aspecto regulativo importante é que os serviços de inspeção municipais que não aderirem ao SUASA ou SUSAF continuam a ser regidos pela normatização antiga e pelos procedimentos técnicos e administrativos da Lei 7.889/89, pela qual os locais que têm somente o SIM não podem fazer vendas dos seus produtos para fora dos limites municipais de seu território.

Figura 24: Selo de identificação do SISBI-POA.



Fonte: Rio Grande do Sul (2011b).

Outro fato importante para as agroindústrias que produzem alimentos de origem animal é a aprovação da Lei 13.825/11 (RIO GRANDE DO SUL, 2011a), que cria o SUSAF/RS. Sua criação segue a mesma sistemática do SUASA a nível federal, fazendo a mesma integração dos sistemas de inspeções para os derivados de animais, entretanto, restrito ao território do RS. O principal avanço do SUSAF está em propiciar o comércio intermunicipal e estadual dos alimentos, ampliando os mercados para as agroindústrias do interior do estado e municípios pequenos. Ele integra os serviços de inspeções municipais com o estadual, fazendo com que as agroindústrias possam comercializar em todo o estado do RS. Contudo, há a exigência de os SIM serem constituídos nos municípios e seguirem as normas e regulamentos técnicos de inspeção exigidos pelo SUSAF. O Artigo 5º, inciso § 1º

do SUSAF (RIO GRANDE DO SUL, p. 02, 2011a) deixa clara a possibilidade de comércio intermunicipal:

Os estabelecimentos que obtiverem a aprovação pelo Serviço de Inspeção Municipal - SIM - com adesão ao Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte – SUSAFF/RS - poderão realizar comércio intermunicipal no âmbito do território do Estado do Rio Grande do Sul.

O SUSAF ainda designa que deve haver um Conselho Gestor do sistema, o que pode ser considerado um avanço do ponto de vista de outros atores sociais não governamentais, agricultores e seus representantes terem assentos nesse fórum. Entre as principais atribuições do Conselho Gestor do SUSAF estão: elaborar propostas e diretrizes de sanidade agroindustrial familiar; propor parcerias para capacitação, acompanhar e monitorar o plano de trabalho dos SIM que integrarem o sistema unificado; propor a concessão e liberação do comércio intermunicipal; elaborar proposta de regulamentação para emissão e utilização do selo de identificação dos produtos inspecionados; monitorar informações cadastrais das agroindústrias familiares existentes no RS.

Além destes papéis, o SUSAF contará com um selo específico, que será usado nos produtos das agroindústrias familiares cadastradas e inspecionadas pelos SIM que têm adesão ao sistema unificado estadual (Figura 25). Atualmente, os municípios que já têm o SIM em funcionamento podem escolher entre aderir ao SUASA ou ao SUSAF (ambos estão sob a responsabilidade de execução pela CISPOA no RS). Se optarem pelo primeiro sistema, as agroindústrias localizadas nestes municípios podem comercializar em todo o território nacional e internacional. Se a opção for pelo segundo Sistema Unificado, as agroindústrias terão liberação para vendas no território estadual somente.

Figura 25: Selo de identificação dos alimentos do SUSAF/RS.



Fonte: Pretto (2012).

O SUSAF é considerado um avanço para as agroindústrias, já que o RS é o primeiro estado a ter um Sistema Unificado Estadual para adesão dos SIM. Dessa forma, são fortalecidas as agroindústrias, abrindo possibilidade de as iniciativas construírem mercados fora dos seus municípios de origem. O SUSAF é uma nova regulamentação que mostra que as novidades das agroindústrias já atingiram o regime sociotécnico e estão modificando-o aos poucos, mesmo que de forma lenta, porém, contínua. Com o avanço das regulamentações em torno do SUASA e do SUSAF, num futuro próximo, as novidades geradas pelas agroindústrias podem influenciar em maior grau o regime sociotécnico alimentar instituído, devido a um maior número de agroindústrias que estarão registradas nestes dois sistemas, podendo levar a outras transições relevantes e até inesperadas.

7.3 CISPOA e SIM: o sistema estadual e municipal de inspeção

Na presente seção, analisa-se o sistema estadual e municipal de inspeção de produtos de origem animal. No caso da CISPOA, são abordados suas principais atribuições, alguns números do sistema no RS e as exigências feitas para as agroindústrias e empresas de alimentos se registrarem no sistema. No caso do SIM, são analisados os sistemas municipais de inspeção de dois municípios, Frederico Westphalen e Constantina, evidenciando as dificuldades que estes municípios têm para implantar e manter o SIM funcionando adequadamente.

Apesar de aberta a possibilidade de criação de um serviço estadual de inspeção sanitária pela Lei 7.889/89, o RS somente criou sua legislação sanitária para alimentos derivados de animais em 1996, com a promulgação da Lei Estadual 10.691/96 (RIO GRANDE DO SUL, 1996). Essa Lei teve sua operacionalização dentro do Departamento de Produção Animal da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (DPA/SAA), ficando alocado o serviço de inspeção animal junto ao órgão de agricultura do Estado do RS. A regulamentação da Lei nº 10.691/96 aconteceu somente através do Decreto nº 39.688/99 (RIO GRANDE DO SUL, 1999). Nele constam os artigos que dispõem sobre a inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal no RS. Na prática, esta lei e sua regulamentação não diferem do ponto de vista técnico da Lei Federal nº 1.283/50, apenas delega poderes a órgãos de nível mais regionalizado.

A regulamentação dessa Lei criou a CISPOA em 1996, órgão estadual no qual devem ser registrados os estabelecimentos que desejarem comercializar seus produtos derivados de animais dentro do RS. A criação da Coordenadoria é recente, tendo apenas 16 anos. Antes de

1996, o serviço de inspeção sanitária de alimentos de origem animal no RS era precário. Havia apenas alguns veterinários que estavam alocados na Secretaria Estadual da Saúde que faziam inspeções nas empresas e agroindústrias. Muitas indústrias de alimentos iniciavam seu funcionamento sem suas plantas das instalações físicas aprovadas; outras empresas tinham fluxos inadequados de processamento dos alimentos; e algumas agroindústrias não estavam com os produtos dentro dos padrões de qualidade e higiene requeridos pelos regramentos técnicos e sanitários. Essas distorções nas empresas e agroindústrias ocorriam por haver um serviço de inspeção constituído no RS, o que só veio a ocorrer em 1996, quase meio século depois da promulgação da Lei 1.283/50.

Atualmente a CISPOA tem cerca de 380 empresas registradas e inspecionadas pelo serviço estadual, sendo agroindústrias familiares e não familiares (indústrias, abatedouros, laticínios etc.). A grande maioria são agroindústrias de pequeno e médio porte, já que as grandes indústrias geralmente buscam o seu registro no SIF. A maioria das agroindústrias inspecionadas pela CISPOA são de alimentos derivados de leite e produtos cárneos, seguidas pelas de ovos, mel e algumas de pescados. A atuação da CISPOA ocorre de forma descentralizada em todo o RS, à medida que a Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Agronegócio (SEAPA), à qual ela é vinculada, tem 19 Regionais da Agricultura. Em cada uma das Regionais, existe um Setor de Defesa Agropecuária e da CISPOA. Nos municípios há as chamadas Inspetorias Veterinárias e Zootécnicas (IVZ). Em cada Regional da Agricultura também existe pelo menos um Médico Veterinário da CISPOA, responsável pelos serviços de inspeção de produtos de origem animal (faz vistorias, acompanhamentos, orientações, análise de plantas agroindustriais, autuações, inspeciona, aplica sanções, entre outras ações).

As principais atribuições da CISPOA são o registro das agroindústrias e seus produtos específicos (realizado por alimento), para propiciar o comércio dos alimentos de forma intermunicipal. Segundo, a CISPOA tem o papel de garantir o cumprimento dos procedimentos técnicos e sanitários que garantem a insalubridade dos produtos. Seria a função fiscalizadora dos alimentos e agroindústrias. Terceiro, ela é uma instituição reguladora, na medida em que tem responsabilidades na criação e promulgação de normas e regulamentos técnicos e sanitários válidos para todo o RS. Como quarta atribuição, ela faz a orientação às agroindústrias, empresas de alimentos e atores sociais sobre os requerimentos necessários para a formalização das experiências.

Mesmo com atuação descentralizada em todo o território gaúcho, a CISPOA tem alguns problemas relacionados à inspeção e fiscalização dos alimentos de origem animal. O

primeiro deles está relacionado ao baixo efetivo de técnicos concursados para realizar os trabalhos⁸⁰. Geralmente existe por Regional da Agricultura, no mínimo, um Veterinário responsável. Este é um dos grandes limitantes da inspeção desenvolvida pela CISPOA, pois muitas vezes este único profissional tem que cobrir um raio de abrangência territorial de 50 municípios, como acontece no Médio Alto Uruguai/RS, através da IVZ de Palmeiras das Missões. Em função disso, os técnicos não conseguem acompanhar corretamente todas as agroindústrias e empresas de alimentos, especialmente as inspeções que deveriam ser realizadas periodicamente nas unidades de abate e nas de fabricação de alimentos. Nos abatedouros, a legislação exige a presença diária de Veterinário a fim de inspecionar todas as carcaças, mas na maioria das empresas, quem realmente faz as inspeções são os auxiliares de inspeção de nível médio.

O segundo entrave aos trabalhos da CISPOA é a aplicação dos regramentos de forma diferenciada pelos seus técnicos (isto também ocorre no MAPA), pois são estes profissionais da “ponta dos processos de inspeção e fiscalização” que definem o que uma agroindústria pode ou não fazer com os alimentos, procedimentos técnicos e estruturas de produção. Isso acontece por cada profissional ter uma interpretação diversa das normativas que ele deveria cobrar das unidades agroindustriais. Neste sentido, seria importante um processo de formação destes técnicos antes de serem colocados no campo de trabalho, de maneira a uniformizar os parâmetros pelos quais eles se relacionarão com as agroindústrias e empresas de alimentos de origem animal. É claro que os regramentos são os mesmos para todas as agroindústrias e empresas inspecionadas, entretanto, há muita subjetividade dos profissionais na interpretação das mesmas.

Outro fator limitante para a atuação da CISPOA em suas regionais e municípios é que nas Inspetorias Veterinárias e Zootécnicas as atividades de sanidade animal e inspeção e fiscalização dos alimentos processados não são separadas. Neste caso, os profissionais que atuam em ambas têm que se dividir entre os dois tipos de papéis, o que é praticamente impossível de ser feito. Por exemplo, como um Veterinário que está medicando a campo um animal ou rebanho doente vai acompanhar adequadamente a inspeção de carcaças dentro de um abatedouro? Ou, ao contrário, como um profissional que está fazendo a inspeção de alimentos em uma agroindústria ou empresa pode se deslocar a outro município para atender animais enfermos? Estas duas atividades deveriam ser tratadas separadamente dentro das

⁸⁰ Há previsão de contratação via concurso público de mais 140 profissionais para a CISPOA em 2012, mas segundo a Coordenadora da mesma, este número é insuficiente para suprir as necessidades do órgão.

Inspetorias, mas por falta de pessoal, elas estão sendo desenvolvidas conjuntamente, o que limita a eficiência da CISPOA na inspeção e fiscalização da produção de alimentos.

O trecho da entrevista com a Coordenadora da CISPOA evidencia alguns destes limites analisados que o órgão estadual tem no desenvolvimento das atividades de inspeção e fiscalização dos alimentos.

Então eu te diria, primeiro lugar, concurso público, tá faltando gente. Segundo, comprometer esse pessoal por que se o cara não quer fazer, ele não vai. Terceiro lugar, o treinamento (dos técnicos). E, por último, é separar atividades de inspeção das de defesa sanitária. Quando a gente é lotada em uma IVZ (Inspetoria Veterinária e Zootécnica), dentro da IVZ você está cuidando da sanidade animal, mas você tem frigoríficos para fazer, que é atividade de CISPOA. Então se tem sanidade e CISPOA, que são duas coisas que não se consegue fazer juntas (Entrevista 19: CISPOA, Porto Alegre, novembro de 2011).

Já no caso dos SIM, estes são serviços de inspeções e fiscalizações de alimentos de origem animal desenvolvidos nos limites territoriais dos municípios. Geralmente os serviços de inspeção são lotados dentro dos órgãos de agricultura, como as Secretarias Municipais de Agricultura (SMA), são mantidos pelas Prefeituras. Juridicamente, para funcionamento, o SIM deve ter uma Lei e um Decreto Municipal que regulamentem a Lei e especifiquem os papéis do serviço de inspeção em seus aspectos técnicos, higiênico-sanitários e administrativos. No caso da pesquisa de campo, analisou-se o SIM de dois municípios do Médio Alto Uruguai: Frederico Westphalen e Constantina. A análise é feita de forma a evidenciar os principais papéis que o SIM cumpre nestes locais, suas ações e alguns dos limites que o sistema de inspeção tem nas agroindústrias.

No RS, dos 496 municípios existentes, apenas 290 têm o SIM instalado e em funcionamento. Este número representa um percentual de 58,46% dos municípios gaúchos. Nestes 290 municípios, onde o SIM é operante, estimativas da CISPOA apontam para cerca de 1.000 a 1.200 agroindústrias atendidas pelo serviço de inspeção. Nos outros 206 municípios, o SIM não está em operação, representando 41,53% dos municípios do RS. Em muitos destes municípios, não existe uma legislação criada para que o SIM possa funcionar, tampouco o Decreto Municipal que o regulamenta. Em outros casos, existe a base legal montada, mas o SIM não foi posto em funcionamento ou funcionou por algum tempo e depois suas atividades de inspeção foram suspensas.

Segundo um levantamento realizado por Modesti e Chierentin (2010) nos 34 municípios da Região do Médio Alto Uruguai levando em conta a espacialização territorial do MDA, apenas 11 têm o SIM implantado (Tabela 19). Eles representam um percentual de somente 32,36% dos municípios. Entretanto, destes 11 municípios com o SIM implantado, 3

deles não estão em funcionamento, restando apenas 8 com o SIM prestando os serviços de inspeção, o que contabilizaria um pouco mais de 20% dos municípios da região. Na outra ponta, existem 23 municípios que não têm o SIM implantado. Estes municípios representam um percentual de 67,64% da região, mais de $\frac{3}{4}$ das localidades.

Tabela 19: Municípios do Médio Alto Uruguai com e sem o Sistema de Inspeção Municipal (SIM) implantado.

Municípios com e sem o SIM	Municípios	Números e percentuais (%)
Com o SIM implantado	Alpestre, Engenho Velho, Erval Seco, Frederico Westphalen, Liberato Salzano, Nonoai, Palmitinho, Planalto, Seberi, Constantina, Trindade do Sul	11 (32,36)
Sem o SIM implantado	Ametista do Sul, Boa Vista das Missões, Caçara, Cerro Grande, Dois Irmãos das Missões, Gramado dos Loureiros, Jaboticaba, Lajeado do Bugre, Novo Tiradentes, Pinhal, Pinheirinho do Vale, Rio dos Índios, Sagrada Família, São Jose das Missões, São Pedro das Missões, Vicente Dutra, Vista Alegre	23 (67,64)
Total		34 (100)

Fonte: Modesti e Chierentin (2010).

Comparativamente aos números apresentados para o Estado do RS, em que 58,46% dos municípios têm o SIM instalado e funcionando, a situação do Médio Alto Uruguai é mais preocupante, especialmente por dois motivos. Primeiro, devido à implementação do SIM na microrregião estar em percentuais bem abaixo dos números do RS. Segundo, a Microrregião de Frederico Westphalen é a que tem maiores números percentuais de agroindústrias, quando comparada às demais microrregiões. Ela tem sozinha 14,12% do total das agroindústrias do RS (IBGE, 2006).

Esta presença massiva de agroindústrias levaria a crer que a implantação dos serviços de inspeção nos municípios seria um processo mais sedimentado localmente, entretanto, como os dados mostram, isso não se confirma na realidade da maioria dos municípios. A pouca expressividade dos SIM é um dos entraves ao desenvolvimento das agroindústrias, pois nos locais em que não há os serviços de inspeção municipais montados e em funcionamento as experiências não conseguem se formalizar. Dessa forma, muitas agroindústrias têm que recorrer à CISPOA ou ao SIF para obtenção de registros, serviços estes que têm maiores exigências de procedimentos técnicos e administrativos. Como foi ressaltado acima, nestes municípios as agroindústrias estão impedidas de antemão de participar de vendas estaduais ou federais, pois, sem a existência do SIM, não há como o município solicitar a adesão ao

SUASA ou SUSAF/RS, a não ser que as iniciativas se registrem diretamente na CISPOA ou SIF como formulado acima.

Como exemplo das principais atribuições do SIM, há o caso do Município de Frederico Westphalen, que o tem implantado desde 1996. No Decreto Municipal nº 09/96 (FREDERICO WESTPHALEN, 1996) constam como papéis do SIM a aprovação de projeto de plantas agroindústrias e de localização dos estabelecimentos; o registro e a classificação dos estabelecimentos por produto; zelar pelas boas condições higiênico-sanitárias dos alimentos fabricados; o registro de rótulos; a inspeção e a reinspeção de todos os produtos, subprodutos e matérias-primas nas diferentes fases de agroindustrialização; a periodicidade das análises laboratoriais dos alimentos para atestar os padrões de qualidade (físico-químicas, microbiológicas e de água); regular o trânsito de produtos, subprodutos e das matérias-primas dentro do município.

Os sistemas municipais de inspeção são mais flexíveis com as agroindústrias em exigências técnicas e administrativas. Nota-se que o SIM exige menos dos agricultores em parâmetros técnicos como fluxos de processamento dos alimentos, a correta disposição das salas da planta agroindustrial, muitas vezes até a planta da agroindústria é adaptada, altura de pé direito, revestimento das paredes, tipos de máquinas e equipamentos, entre outros parâmetros. Estes serviços de inspeção também cobram menos procedimentos administrativos, como, por exemplo, a listagem de documentos requeridos para o registro dos produtos e do estabelecimento, registros que as agroindústrias e empresas devem manter atualizados, documentação contendo os controles da qualidade dos alimentos através das análises e rotulagens.

De maneira geral, diz-se que o SIM flexibiliza muitos procedimentos técnicos e administrativos que outros sistemas de inspeção mais engessados em normativas, como a Cispoa e SIF, não fariam. Dessa forma, é mais fácil aos agricultores viabilizar a implantação e funcionamento das suas agroindústrias através do SIM. Devido ao SIM ser um serviço local, o acesso a ele pelos agricultores é mais prático e menos oneroso em dispêndio de recursos financeiros, pois muitas exigências são negociadas face a face com os atores do serviço de inspeção, aumentando a velocidade de trâmite de muitos processos e diminuindo custos para as agroindústrias que estão pleiteando o acesso aos serviços de inspeção e fiscalização dos seus alimentos.

O relato da Médica Veterinária responsável pelo SIM de Frederico Westphalen deixa claro que o sistema de inspeção realiza todos os procedimentos técnicos e administrativos necessários, entretanto, quando se trata das agroindústrias familiares, são reduzidas algumas

exigências (quando comparado, por exemplo, com o SIF) para que seja viável o funcionamento das experiências.

No local não existe uma lei municipal para o estabelecimento, tem que seguir à risca o que a inspeção federal diz e diminuir o tamanho, tentar fazer uma jogada, porque não existe uma lei do local para uma pequena agroindústria (refere-se ao local físico de instalação da agroindústria). Azulejo ou que seja a parede lavável, como é aquilo PVC ou forinho, se o cara puder colocar aquilo pode ser. Então se permite um monte de coisas que na inspeção federal não se permitiria, mas é uma pequena indústria. Eu acho que tem que ser inspecionado, mas você tem que dar condições para ele se enquadrar, reduzir as exigências. Eu acho que aqueles métodos de higiene têm que estar corretos, todos, mas podemos diminuir, podemos ser mais acessíveis para ele colocar uma agroindústria (Entrevista 14: SIM, Frederico Westphalen, abril de 2011).

Além da base legal discutida acima para o funcionamento do SIM nos municípios, há necessidade de mais dois conjuntos de elementos para sua adequada operacionalização. Primeiro, a existência de equipe técnica suficiente e capacitada para a realização dos serviços de inspeção e de fiscalização dos produtos de origem animal nos diferentes produtos e estabelecimentos existentes no município. Segundo, uma estrutura administrativa adequada aos serviços de inspeção e fiscalização que devem ser prestados pelo município às empresas e agroindústrias de alimentos. Na prática, os municípios devem fornecer equipes e estruturas administrativas com tamanhos que estejam de acordo com o número de firmas e agroindústrias que devem ser inspecionadas dentro do seu território. O SIM deve ser dimensionado segundo o volume de trabalho a ser executado no município.

Segundo as entrevistas realizadas com os Coordenadores dos SIM de Frederico Westphalen e Constantina⁸¹, a equipe técnica, no caso dos municípios pequenos como estes dois em análise, os dois municípios têm em torno de 30 agroindústrias cada um, deve ser composta de um a dois Médicos Veterinários, dois ou três agentes de inspeção (auxiliares de inspeção de nível médio) e uma pessoa com funções de Secretaria (responsável pelos controles administrativos do sistema de inspeção, como documentos, arquivos, anotações, atas). A estrutura administrativa deve ser composta de escritório para a equipe do SIM, automóveis necessários ao deslocamento da equipe até as agroindústrias, recursos financeiros para manutenção da equipe, das operações de inspeção e registros administrativos, equipamentos necessários aos trabalhos de inspeção, fornecimento dos instrumentos de controle da qualidade dos alimentos usados nas operações de inspeção das empresas e agroindústrias.

⁸¹ O Município de Constantina tem a Lei Municipal do SIM desde 1991, contudo, o serviço de inspeção foi criado e permaneceu durante 10 anos paralisado, sendo posto em funcionamento somente em 2001.

Entretanto, na prática, as demandas dos serviços municipais de inspeção não são atendidas plenamente e eles funcionam de forma vulnerável nos municípios. Suas principais deficiências estão relacionadas, em primeiro lugar, às equipes técnicas insuficientes para o bom desempenho das ações de inspeção e fiscalização das agroindústrias e empresas de alimentos. Por exemplo, no Município de Constantina, o SIM tem somente um Técnico em Agropecuária responsável pelos trabalhos de inspeção nas 25 agroindústrias existentes no local, que são ligadas à Cooperativa dos Grupos de Agroindústrias dos Agricultores Familiares de Constantina e Região Ltda (COOPERAC). Também há mais um auxiliar de inspeção, mas que trabalha permanentemente em um abatedouro municipal. Em alguns períodos do ano, o SIM não tinha nem mesmo Médico Veterinário, profissional que é obrigatório por lei estar presente no SIM para que os serviços de inspeção possam ser mantidos em funcionamento (a exigência é um Veterinário, com no mínimo 20 horas/semana, de preferência concursado).

Em Frederico Westphalen, a equipe é mais estruturada, pois há um Médico Veterinário (concurado com 40 horas/semana), dois auxiliares de inspeção e uma pessoa responsável pelos serviços administrativos e registros de escritório do SIM. Essa equipe atende 31 agroindústrias que estão instaladas no município e 2 abatedouros. Mesmo com um número maior de profissionais presentes no SIM, eles não conseguem realizar todos os trabalhos, pois existem 2 abatedouros que exigem, por Lei, a presença constante dos serviços de inspeção (a exigência é de pelo menos um auxiliar de inspeção/abatedouro de forma permanente durante as atividades). No processo de abate animal, todas as carcaças animais devem ser inspecionadas pela possível presença de cisticercose e outras patologias, o que demanda o trabalho de toda a equipe responsável pela inspeção e, muitas vezes, em casos mais graves, até do Médico Veterinário.

Nos dois municípios analisados, as equipes são insuficientes para garantir a boa execução dos trabalhos do SIM. Segundo as entrevistas realizadas, tanto em Constantina como em Frederico Westphalen, os técnicos do SIM não conseguem inspecionar as agroindústrias de alimentos do município de modo a haver uma boa periodicidade de visitas (pelo menos uma vez/semana), o que é grave já que não há um acompanhamento adequado das experiências. É normal também nestes pequenos municípios, como se disse anteriormente sobre os profissionais da CISPOA, que os técnicos sejam utilizados com duplo propósito pelas Prefeituras - sanidade dos rebanhos e inspeção dos alimentos - o que acrescenta um agravante a mais na falta de tempo destes profissionais para atender a inspeção dos alimentos elaborados pelas agroindústrias.

Segundo, a estrutura de apoio oferecida pelas Prefeituras e SMA é deficiente para que haja um bom desempenho no desenvolvimento dos trabalhos. Por exemplo, em Frederico Westphalen, a estrutura fornecida para a realização das atividades é insuficiente. A equipe não tem um automóvel próprio do SIM, não podendo deslocar-se até os abatedouros, empresas e agroindústrias adequadamente e nos horários corretos de inspeção. Também há deficiências em termos administrativos do SIM (escritório pequeno, poucos recursos em termos de computadores e equipamentos de escritório). A principal deficiência em termos de estrutura é a falta de recursos financeiros para o desenvolvimento das atividades corriqueiras de inspeção como manutenção da equipe, compra de roupas apropriadas ao trabalho, custeio dos deslocamentos, formação e treinamentos continuados (já que a tecnologia de alimentos e os procedimentos técnicos de inspeção mudam continuamente), aquisição de utensílios e equipamentos para a realização das inspeções.

O relato do Técnico em Agropecuária responsável pelo SIM em Constantina evidencia alguns destes limites que os serviços de inspeção municipais têm. Ele retrata especialmente a falta de recursos humanos da equipe, precariedade com que são feitos os registros administrativos, insuficiência dos padrões de inspeção e fiscalização do SIM para que ele possa ser reconhecido no nível estadual de inspeção (pelo SUSAF/RS) e outras dificuldades enfrentadas.

Porque no serviço de inspeção, seja ele federal, estadual ou municipal, as regras não mudam e você tem que ter uma equipe para fazer o trabalho porque além de você fazer um trabalho prático de inspeção tem todo um trabalho burocrático de registros, registrar as agroindústrias, os rótulos. Enfim, é um trabalho muito grande, minucioso, que precisa de gente, demanda tempo e a gente não consegue fazer isso até hoje. Por exemplo, até pouco tempo que eu estava na inspeção municipal, era só eu, agora a gente tem outro colega que só faz a inspeção no abatedouro, aí eu estou mais liberado para fazer esse trabalho com as agroindústrias, mas também o meu trabalho não é só inspeção. Eu acredito que a gente tem que melhorar o SIM para poder avançar para um modelo de inspeção regional ou estadual porque do jeito que está é lógico que nós vamos ser barrados, porque se a legislação sanitária abrir as portas, nenhum governo vai ser louco de liberar porque Constantina diz que tem SIM e então nós vamos ser liberados para vender no estado inteiro. Isso é impossível! (Entrevista 09: SIM, Constantina, abril de 2011).

Três outros problemas com relação ao funcionamento dos serviços de inspeção municipais foram observados durante a investigação. Primeiro, em municípios pequenos e com poucas agroindústrias a relação custo/benefício da instalação de um SIM é mínima, além de representar um desembolso elevado de recursos financeiros aos cofres públicos, que alguns municípios pobres não têm. Este talvez seja o principal motivo pelo qual mais de 40% municípios do RS não possuem o sistema municipal implantado. Segundo, outros municípios

fizeram o erro de copiar o Decreto Lei de 1952 que criou o RIISPOA no país, sendo que esta normatização é extremamente exigente em padrões técnicos para o processamento dos alimentos de origem animal, especialmente em estruturas físicas e equipamentos. Com isso, os municípios que pela Lei 7.889/89 teriam autonomia para legislar sobre a inspeção dos alimentos (já que essa Lei diz que são competências concorrentes da União, Estados e Municípios), abriram mão dessa capacidade, copiando um regramento federal que é limitante ao desenvolvimento das pequenas agroindústrias pelas grandes exigências que ele estabelece.

Terceiro, observou-se na pesquisa de campo que a maioria das ações municipais de fortalecimento das agroindústrias são efêmeras, dependendo muito do contexto político instalado (vontade política dos Prefeitos) e das arenas de poder existentes entre os atores (LONG, 2001). Desse modo, os serviços de inspeção vivem em constantes oscilações, sujeitos aos interesses destes grupos de atores no poder, podendo ser bem estruturados em locais que têm estímulos do poder público, como, por exemplo, em municípios em que há programas municipais de apoio às agroindústrias, caso de Crissiumal/RS, ou serem fechados como aconteceu em outros. Para muitos destes municípios são mais importantes as políticas locais de educação, saúde, transporte, entre outras, que apresentam resultados mais rápidos e visíveis à sociedade local.

7.4 Regulações ambientais, jurídicas e fiscais para as agroindústrias

Nesta seção, são analisadas algumas implicações e avanços que as regulações apresentam para a regularização do licenciamento ambiental das agroindústrias e alguns aspectos pontuais de outras legislações que condicionam o desenvolvimento das experiências, como são os casos dos regramentos jurídicos e fiscais. Também são comentadas, brevemente, algumas implicações das legislações previdenciárias para os agricultores que possuem agroindústrias.

As agroindústrias para produzir, distribuir e comercializar seus alimentos também estão expostas a outros regramentos institucionais como os ambientais, jurídicos e fiscais. Uma das exigências colocadas para o funcionamento das agroindústrias é que tenham o licenciamento ambiental. O licenciamento ambiental no RS tradicionalmente é feito pela Fundação Estadual de Proteção ao Meio Ambiente (FEPAM), salvo os casos em que as agroindústrias estão localizadas em municípios que têm o licenciamento ambiental municipalizado. Quando feito pela FEPAM, o licenciamento ambiental das agroindústrias envolve um processo mais burocrático, demorado e com custos maiores para os agricultores.

Há relatos de agricultores entrevistados que esperaram dois a três anos para conseguir a liberação ambiental para funcionamento de suas atividades. Atualmente, apenas 40,3% dos municípios parecem ter conseguido municipalizar a gestão ambiental no RS (WESZ JUNIOR, 2009).

A Resolução Estadual do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) nº 102/05 (RIO GRANDE DO SUL, 2005) realoca a competência do licenciamento ambiental para os municípios, descentralizando mais de 300 atividades do nível estadual, desde que elas tenham impacto apenas local. Essa resolução também classifica os tipos de estabelecimentos processadores de alimentos, diferenciando-os por tamanhos da estrutura física e seu grau de impacto ambiental. Por exemplo, os estabelecimentos que abatem animais até 250m² são considerados de alto potencial poluidor pela grande quantidade de resíduos gerados e sua toxicidade se lançados no ambiente. Já os estabelecimentos que processam os produtos provenientes do abate, com mesmo tamanho, são considerados de potencial poluidor médio. Atividades como a produção de condimentos para alimentos, de chás e infusões, processamento de erva-mate, lavagem de legumes são classificadas como de baixo impacto local.

As demais áreas alimentares também estão contempladas na resolução, variando o grau de impacto de baixo, médio a alto, dependendo do tipo de atividade de produção de alimentos e do tamanho das agroindústrias e das empresas. Essa resolução gera maiores custos aos municípios com a descentralização das atividades de licenciamento ambiental. Para que os municípios estejam aptos a executar estas atividades, eles precisam criar um Setor ou Secretaria de Meio Ambiente com estrutura administrativa adequada e equipe técnica apta a realizar as avaliações de impacto ambiental e concessões de licenças às empresas e agroindústrias.

Pelo lado das agroindústrias, a Resolução nº 102/05 representa um avanço, já que elas podem encaminhar localmente o pedido de licenciamento ambiental, reduzindo o tempo de trâmite do processo e os custos para os agricultores, já que com a municipalização as taxas a serem pagas são menores do que as estaduais cobradas pela FEPAM. Localmente, as taxas a serem pagas pelo licenciamento são de somente 27% do total que é cobrado quando feito pela Fundação Estadual. A partir de 2008, a FEPAM promulgou uma resolução que isenta 80% dos custos para o licenciamento ambiental de agricultores que se enquadrarem nos critérios do PRONAF, baixando os custos da legalização ambiental, mas o longo tempo de espera e a grande burocracia dos processos continuam como problemas do órgão estadual (WESZ JUNIOR, 2009).

Um município que tem sua própria Lei de política ambiental é Frederico Westphalen (FREDERICO WESTPHALEN, 2004). A Lei foi criada em 2004, entretanto, o licenciamento ambiental foi municipalizado somente no ano de 2007, quando o CONSEMA liberou a operacionalização da competência para o município (RIO GRANDE DO SUL, 2007). Para isso ocorrer, o município cumpriu dois requisitos fundamentais. Primeiro, ter equipe técnica habilitada a realizar as avaliações, fiscalizações e licenciamento ambiental, havendo exigência de três Fiscais Ambientais - Biólogo, Químico e Engenheiro Agrônomo - um Advogado e um Engenheiro Civil. De preferência, todos concursados pela Prefeitura.

Segundo, a montagem do Plano Municipal de Meio Ambiente, destacando as diferentes áreas existentes no município quanto ao solo, recursos naturais, urbana ou rural, potenciais usos, áreas de preservação etc. Com esses dois conjuntos de quesitos cumpridos, os municípios podem executar o licenciamento ambiental de atividades de impacto local. A competência de fiscalização ambiental funciona da mesma forma que a sanitária dos produtos de origem animal. Ela é uma competência concorrente, o que implica que os três níveis territoriais (União, Estados e Municípios) têm autonomia própria para legislar, regular e fiscalizar as atividades.

Em Frederico Westphalen, o Setor de Meio Ambiente já executou o licenciamento ambiental de mais de 800 processos, de diversas naturezas e atividades locais, desde 2008 quando as atividades do Setor foram iniciadas. As agroindústrias estão inseridas dentro destes números, sendo que também foram licenciadas localmente por serem consideradas atividades de pequeno porte e de baixo impacto poluidor. No caso das agroindústrias, a maioria delas já existia e o Setor de Meio Ambiente as notificou formalmente quanto à necessidade de formalizarem suas atividades de processamento de alimentos junto à legislação ambiental. Segundo informações do Fiscal Ambiental entrevistado de Frederico Westphalen, mais de 80% delas já efetivaram sua formalização. Em números, estima-se que em torno de 12 agroindústrias estejam com suas atividades licenciadas⁸².

O trecho da entrevista com um dos Fiscais Ambientais de Frederico Westphalen dá uma noção de como o Setor de Meio Ambiente age junto às agroindústrias. Fica nítido na entrevista que o Setor busca primeiramente informar e orientar os agricultores de suas pendências junto ao órgão ambiental, para somente depois notificá-los ou proceder a outros tipos de cobranças formais.

⁸² Há setores de alimentos que inclusive estão dispensados de licenciamento ambiental devido à legislação estadual não citar a obrigatoriedade. Por exemplo, o envase e comercialização do mel, que apresenta poucos resíduos e alguns que podem ser reutilizáveis como a cera.

A gente tem incentivado eles a buscar a regularização, alguns foram notificados. No caso das agroindústrias que existem no município, foi um trabalho mais de orientação porque justamente é pequeno, o produtor rural já está com um pouco de dificuldades. A gente passou a informar mais do que notificar, passar as orientações a ele para buscar a regularização. Nesse sentido, eu não sei se existem empresas mais no município que não foram licenciadas, mas acredito que umas 80% já vieram buscar o licenciamento, porque não são muitas que existem aqui. Tem umas dentro da área urbana e o resto, no interior. [...] Tem desde fabricação de doces até a preparação do pescado, no caso de fazer um filé, preparar o pescado, tem máquinas que fazem e têm que estar licenciadas. Têm de salames, linguiças. São pequenas, até 250m² de área útil construída (Entrevista 15: Setor de Meio Ambiente, Frederico Westphalen, abril de 2011).

Para operacionalização da licença ambiental, o agricultor deve apresentar os seguintes documentos no Setor de Meio Ambiente: um responsável técnico pelo empreendimento (depende do tipo de agroindústria); laudo de cobertura vegetal e da fauna do entorno; laudos dos efluentes gerados e seu processo de tratamento; informações técnicas da agroindústria (tamanho, tipo de alimento processado, quantidades, processos físicos, químicos, etc.); planta baixa da agroindústria, de localização e do terreno; CNPJ, se for constituída como empresa, ou documentos pessoais do proprietário; e matrícula atualizada do imóvel e certidão de localização, seguindo as vocações agrícolas definidas pelo Zoneamento Agroclimático. Segundo informações do Setor de Meio Ambiente, o custo é baixo para o licenciamento de uma agroindústria, ficando em torno de R\$ 150,00 a 200,00. Estes valores são relativos ao pagamento das taxas. O maior custo é com a contratação de um profissional para encaminhar o processo de licenciamento e assinar como responsável técnico. Esse custo não está contemplado nos valores acima apresentados.

Uma normatização federal importante e que visa a diminuir as exigências para o licenciamento ambiental das agroindústrias é a Resolução 385/06 do Ministério do Meio Ambiente (MMA) (BRASIL, 2006c). Esta resolução classifica as agroindústrias como estabelecimentos processadores de alimentos de pequeno porte e baixo impacto das suas atividades sobre o meio ambiente, pela produção reduzida de efluentes. Além disso, muitos dos resíduos gerados podem ser reaproveitados na alimentação de animais, servem como adubação e uso em compostos orgânicos. As agroindústrias familiares, em vias de serem constituídas, se encaixam nesta resolução se tiverem até 250 m² de área construída, podendo requerer o licenciamento ambiental em três etapas: Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação.

As agroindústrias já em funcionamento e que desejam efetuar a formalização podem fazê-la através de chamada Licença Única, pagando algumas taxas e multas por estarem já funcionando sem o licenciamento ambiental. Essa Resolução nº 385 facilita o licenciamento

das agroindústrias, devido ela regular o setor em suas especificidades, o que antes não existia. Por exemplo, Frederico Westphalen considerou os parâmetros estabelecidos nessa resolução para o licenciamento das suas agroindústrias. Esta nova legislação federal também pode ser considerada um exemplo de como as novidades produzidas pelas agroindústrias iniciaram processos transitórios nas regras e normas do regime sociotécnico alimentar vigente, no sentido de favorecer a formalização ambiental das iniciativas com menos exigências e custos associados.

Além de as agroindústrias terem que cumprir as regulações ambientais, elas também estão expostas a regramentos jurídicos e fiscais. Existem algumas situações como no caso das agroindústrias registradas no MAPA em que elas devem ser uma pessoa jurídica (CNPJ) para se formalizarem. Isso pode ser conseguido criando-se uma microempresa, pequena empresa ou cooperativa. Todas as agroindústrias cujas legislações sanitárias são atribuições do Mapa, como as de bebidas, sucos, polpas de frutas e produtos de origem animal, têm por obrigação constituir um destes três arcahouços jurídicos supracitados. Com isso, as agroindústrias conseguem comercializar seus alimentos em mercados varejistas e atacadistas, como redes de supermercados, distribuidores, restaurantes, atacados, entre outros.

Antes de 2008, os agricultores eram resistentes ao enquadramento das suas agroindústrias como pessoa jurídica, devido à perda do direito constitucional de Seguro Especial da Previdência Rural - a chamada aposentadoria rural. Com a promulgação da Lei 11.718/08 (BRASIL, 2008c), esse quadro jurídico foi alterado, passando os agricultores familiares que têm agroindústrias a fazer uso das suas matrículas emitidas pela Secretaria da Receita Federal como número de registro das experiências junto a órgãos públicos, agências bancárias, comerciantes, entre outros. Somente não é aceito esse número de matrícula nos casos em que incidirem sobre as agroindústrias tributos específicos como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que ocorre, por exemplo, na fabricação de bebidas e também em outras situações nas quais é exigência obrigatória a apresentação do CNPJ. Os dois artigos da Lei 11.718/08 (BRASIL, 2008c, p. 11) que tratam do assunto estão reproduzidos abaixo.

§ 5º A matrícula atribuída pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ao produtor rural pessoa física ou segurado especial é o documento de inscrição do contribuinte, em substituição à inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, a ser apresentado em suas relações com o Poder Público, inclusive para licenciamento sanitário de produtos de origem animal ou vegetal submetidos a processos de beneficiamento ou industrialização artesanal, com as instituições financeiras, para fins de contratação de operações de crédito, e com os adquirentes de sua produção ou fornecedores de sementes, insumos, ferramentas e demais implementos agrícolas.

§ 6º O disposto no § 5º deste artigo não se aplica ao licenciamento sanitário de produtos sujeitos à incidência de Imposto sobre Produtos Industrializados ou ao

contribuinte cuja inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ seja obrigatória.

Os dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006), que captaram a existência de CNPJ anteriormente à promulgação da Lei 11.718, evidenciam a resistência dos agricultores em constituir pessoas jurídicas seus estabelecimentos rurais. Os dados evidenciam que menos de 1% (0,56%) dos estabelecimentos agropecuários do país possuem um CNPJ registrado em nome de algum dos membros da família. Na Região Sul, esse número é um pouco maior (0,65% dos estabelecimentos), mas mesmo assim é muito baixo. Segundo Gazolla, Niederle e Waquil (2012), os agricultores não fazem questão de se adequar essas normas tributárias vigentes pelos altos custos associados a esse regime fiscal. Outra estratégia utilizada pelos agricultores se refere à agroindustrialização de forma coletiva, por meio da qual as cooperativas assumem estes custos. Neste caso, as agroindústrias individuais utilizam o CNPJ cooperativado, sem sofrer os problemas mencionados. Essa estratégia é acionada, por exemplo, pela Unidade Central de Apoio às Agroindústrias Familiares Rurais do Oeste Catarinense (UCAF).

No campo das regulações fiscais, houve alguns avanços que beneficiaram as agroindústrias familiares. Um deles foi a Lei chamada de Simples Nacional (BRASIL, 2006b) pela qual as agroindústrias que têm uma pessoa jurídica constituída são enquadradas como empresa de pequeno porte, desde que apresentem renda bruta anual na faixa de R\$ 240 mil a R\$ 2,4 milhões. Podem também serem enquadradas como microempresa desde que a renda bruta anual não exceda o limite de R\$ 240 mil. Entretanto, se de um lado essa lei trouxe benefícios, de outro, ela desenquadra o agricultor do regime rural, passando-o a ser considerado um microempresário ou empresário de pequeno porte, o que o faz perder o direito de acessar as políticas públicas para a agricultura familiar, por exemplo, o PONAF. Um segundo agravante está relacionado ao agricultor ter que recolher uma gama de impostos que antes ele não pagava, dificultando a viabilidade econômica das agroindústrias.

No RS, o Programa de Agroindústria Familiar (PAF/RS) criou mecanismos que facilitam o enquadramento jurídico das agroindústrias e diminuem a carga de tributos a serem pagos. Com o Decreto nº 40.248/00 (RIO GRANDE DO SUL, 2000b), é possível às agroindústrias dispensar a constituição de uma pessoa jurídica para a comercialização dos seus produtos, pagando menos tributos como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Com estes instrumentos legais, o PAF possibilitou que as agroindústrias possam vender os seus alimentos com as Notas Fiscais do Bloco do Produtor Rural – Modelo 15. Para que isso seja possível, os agricultores devem estar cadastrados na Secretaria Estadual

da Fazenda como microprodutores rurais e não devem exceder o limite de R\$ 194.866,50/ano em vendas.

Além disso, eles devem também ser cadastrados no PAF e fazer uso do Selo Sabor Gaúcho de identificação dos alimentos. Segundo Raupp (2005), de 1999 a 2002, foram beneficiadas por estas medidas fiscais 58 agroindústrias e 150 famílias em todo o RS. Ressalta-se que a venda com Talão de Produtor Rural é possível somente para aquelas agroindústrias que fazem a venda direta dos seus alimentos, englobando as iniciativas que têm como forma de comercialização as cadeias curtas (agricultores-consumidores, como foi discutido no Capítulo 5). Esse instrumento fiscal adicionado pelo PAF é extremamente importante por trazer benefícios fiscais às agroindústrias, mas também por ajudar na construção dos circuitos locais de produção-consumo, fortalecendo-os.

Com a análise de algumas regulamentações ambientais, jurídicas e fiscais feita nesta seção foi possível mostrar que o Estado tem sofrido influências das novidades geradas pelas agroindústrias familiares. As agroindústrias fazem parte da agenda das instituições em vários níveis federativos e agências reguladoras dos alimentos do país. Neste sentido, é possível afirmar que as novidades produzidas pelas agroindústrias já iniciaram processos de penetração na estrutura do Estado brasileiro e que as mudanças nas regras e normas do regime sociotécnico alimentar instituído começam a se manifestar quando os governos promulgam regulações e programas que apoiam o desenvolvimento das agroindústrias em várias dimensões. As transições nas regras e normas ficam claras quando se analisam as últimas transformações implementadas pelos governos no aparato de leis ambientais, jurídicas e fiscais que regem a reprodução social das iniciativas.

7.5 Dificuldades apontadas pelos agricultores e outros atores sociais para formalizar as agroindústrias

Nesta seção, são discutidos os principais motivos pelos quais as agroindústrias familiares não conseguem atingir a plena formalização institucional. As informações são baseadas nas entrevistas e observações do trabalho de investigação, contendo opiniões dos diversos atores entrevistados como agricultores, agentes de desenvolvimento rural, pessoal dos serviços de inspeção, executores de programas governamentais de apoio às agroindústrias, instituições de regulação dos alimentos, entre outros. A análise está separada por dimensões do fenômeno da informalidade, como melhor forma de compreensão dos elementos envolvidos em cada situação particular.

A Tabela 20 serve de exemplo da situação de informalidade presente nas agroindústrias familiares. Os dados são da Região do Médio Alto Uruguai, levantados pela Pesquisa CAAF (PELEGRINI; GAZOLLA, 2006). Ressalta-se que os dados se referem somente à situação sanitária das agroindústrias. Os dados mostram que a grande maioria das agroindústrias está na completa informalidade sanitária, em um percentual de 61,32%. Além desse percentual elevado, outras 11,32% das agroindústrias se encontram em processo de transição entre a informalidade e a formalização perante as instituições reguladoras de alimentos. Contudo, 11,32% das agroindústrias “em transição” podem ser também consideradas informais, pois não obtiveram seus registros sanitários suficientes das agências nas quais estão pleiteando a formalização. Se estes dois percentuais forem somados, 72,64% das agroindústrias não estão legalizadas do ponto de vista sanitário.

Tabela 20: Região do Médio Alto Uruguai - Número de agroindústrias familiares e sua condição perante as instituições sanitárias reguladoras dos alimentos.

Situação da agroindústria	Número de agroindústrias	Percentual (%)
Está na informalidade	65	61,32
Legalizada a nível Estadual (Secretaria Estadual da Saúde, CISPOA)	13	12,26
Está em processo de transição entre a informalidade e a legalização.	12	11,32
Possui inspeção e legalização Municipal (SIM)	6	5,66
Legalizada a nível Federal (MAPA, MS)	5	4,72
Outros (carteira de artesão)	5	4,72
Total	106	100

Fonte: Pesquisa CAAF (PELEGRINI; GAZOLLA, 2006).

As agroindústrias formalizadas perante os parâmetros sanitários somam ao todo 22,64% das experiências, sendo um percentual baixo, menos de 1/4 da totalidade. Esse percentual de legalização obtido se divide pelos diferentes níveis territoriais e serviços de inspeção do Estado (Tabela 20). Por exemplo, 12,26% se encontram formalizadas em nível estadual, possivelmente na CISPOA, Secretaria Estadual da Saúde ou Coordenadorias Regionais de Saúde. Na esfera federal, constam 4,72% das agroindústrias formais, essencialmente no MAPA e MS. No que se refere às legalizadas nos municípios, elas correspondem a 5,66% das agroindústrias inspecionadas pelo SIM. Tem-se ainda identificadas 4,72% das agroindústrias como pertencentes à cadeia produtiva do porongo em que a formalização é adquirida pela Carteira de Artesão, sendo que estas iniciativas são isentas de quaisquer exigências sanitárias, por pertencerem a uma prática de beneficiamento artesanal e não alimentar (cuias de chimarrão e artesanatos).

O Quadro 8 ajuda a explicar a razão de estas agroindústrias apresentarem dados tão elevados de informalidade. Nele é traçado um entendimento mais amplo das dimensões que envolvem tal fenômeno social, não se restringindo somente às questões sanitárias. O panorama traçado apresenta os motivos pelos quais os agricultores não formalizam as suas agroindústrias, segundo as suas próprias opiniões e de outros atores sociais averiguados na pesquisa. O Quadro 8 separa a explicação em sete dimensões pelas quais é compreendido o fenômeno social, já que se trata de um processo multidimensional que envolve vários elementos, desde estratégias próprias dos agricultores, dificuldades frente às instituições, regramentos e normas, falta de acesso a informações, políticas públicas, burocracias, entre outras, como será discutido a seguir.

A primeira dimensão do fenômeno da informalidade é a alta carga tributária incidente em algumas cadeias produtivas das agroindústrias, como são os casos das bebidas como vinhos, licores, aguardente de cana e outras bebidas destiladas e fermentadas. No Médio Alto Uruguai, a cadeia produtiva das bebidas e dos derivados da cana-de-açúcar é a maior existente, sendo responsável por 46,23% das agroindústrias, quase a metade das agroindústrias existentes no local. As altas taxas cobradas por impostos como o IPI e ICMS na colocação destes produtos nos mercados são impeditivas para a viabilidade econômica e legal destas agroindústrias. Segundo Raupp (2005), no caso do ICMS, alguns produtos chegam a pagar até 17% nas vendas no RS. Outro motivo é a facilidade de venda e consumo informal de produtos como as bebidas, o que incentiva a prática da informalidade institucional.

Os altos custos de produção das agroindústrias, especialmente as que se reproduzem de forma individual, em pequenos grupos familiares ou de vizinhos, também são um problema. No caso dos custos de produção elevados, os principais elementos que influenciam são principalmente os custos financeiros de construção da planta agroindustrial e da compra dos equipamentos dentro das exigências das regulações sanitárias. Como se discutiu acima, todos os regramentos contidos no RIISPOA a nível federal, mas também no caso da CISPOA, são exigentes em padrões de estruturas e de equipamentos. Os serviços de inspeção priorizam as estruturas físicas das agroindústrias, em detrimento de averiguar o processo de produção realizado (boa higiene, qualidade dos alimentos e uso das BPF). Planta e equipamentos são os dois grandes conjuntos de custos fixos de produção das agroindústrias.

Quadro8: Motivos apontados pelos agricultores, atores sociais de desenvolvimento e instituições que dificultam a legalização das agroindústrias familiares.

Dimensões	Principais motivos apontados
Tributária	- Carga de impostos alta para alguns produtos, como é o caso das bebidas como cachaça e vinhos (IPI, ICMS).
Custos de produção	- Custos de produção elevados, tanto da obtenção das matérias-primas como no processamento dos alimentos; - Custos altos com a planta agroindustrial e com a aquisição dos equipamentos; - Altos custos com pagamento de profissionais, código de barras e embalagens novas; - Receio de ter que passar os custos da formalização para o produto final, aumentando os seus preços, o que isso inibiria a compra por parte dos seus consumidores (principalmente no caso da cachaça); - Exigências de análise da qualidade da água, microbiológica e físico-química dos alimentos com periodicidade.
Sanitária	- Inspeção com o SIM é restrita à esfera espacial municipal, quando os municípios têm o sistema implantado; - O SIM tem muitos custos de implantação para os municípios pequenos e com poucas agroindústrias (a relação custo/benefício é pequena); - SIM com muitas dificuldades nos municípios em que ele está implantado (falta de profissionais, recursos, carros, infraestrutura administrativa, poucas inspeções periódicas nas agroindústrias); - Dificuldades de implantação do SUASA nos municípios (está em funcionamento em apenas 5 locais no RS).
Ambiental	- Processos alocados junto à FEPAM têm altos custos, além de demorarem anos para serem analisados e aprovados completamente; - Sede da FEPAM é somente em Porto Alegre, distante 450 km da Região do Médio Alto Uruguai e ela não tem uma estrutura regional de atendimento.
Jurídica	- Contratação de empregados por mais de 120 dias por ano há perda do direito de Aposentadoria Rural;
Legislações/normas	- A grande complexidade dos sistemas de normas e regras das diferentes legislações alimentares para as agroindústrias familiares; - Excesso de burocracias em torno dos processos de legalização que os agricultores não compreendem (muitos possuem baixos níveis de escolaridade); - Não existência de regras e normas diferentes para as agroindústrias familiares x as grandes indústrias alimentares; - Há casos de vários conselhos profissionais e agência do governo fiscalizarem e aplicarem sanções nas agroindústrias (Conselhos de Química, Biologia e INMETRO).
Outros motivos	- Falta de conhecimentos das instituições locais e das agências de assistência técnica e extensão rural sobre os processos técnicos das agroindústrias e orientação aos agricultores; - Falta de profissionais da área de alimentos que trabalhem especificamente com a legalização das iniciativas; - Falta de orientações por partes das instituições reguladoras de alimentos sobre as regras e normas que as agroindústrias devem cumprir; - Alguns agricultores sempre venderam os seus alimentos de forma informal nos mercados locais e não tiveram problemas com as fiscalizações, o que os faz insistir com essa prática; - Agricultores que têm uma diversificação de cadeias produtivas dentro de sua propriedade rural, sendo a agroindústria só mais uma atividade e renda (geralmente com pequenos volumes de processamento). Isso desencoraja sua formalização; - Casais de agricultores já com idade avançada não veem importância em formalizar suas agroindústrias, devido ao curto período de tempo que trabalharão nela; - Falta de capital de giro e de recursos financeiros para executar todas as exigências dos processos de formalização.

Fonte: Pesquisa de Campo (2011/2012).

Em segundo plano, aparecem os custos associados à própria produção de matérias-primas e processamento dos alimentos, pagamento de profissionais necessários ao registro do estabelecimento, códigos de barras e embalagens para a comercialização. Um argumento

muito forte entre os agricultores para a não formalização das agroindústrias, especialmente daqueles que produzem bebidas como a aguardente de cana, é que a legalização da iniciativa incidiria em ter que transpor parte dos custos relativos ao processo legal para o produto final, encarecendo os produtos para os consumidores, sendo que isso desencorajaria o consumo, e as vendas da agroindústria diminuiriam.

Do ponto de vista de oferecer um produto a um preço mais acessível, vendendo-o em maiores quantidades, esse argumento é válido em uma região vulnerável economicamente, como é o caso do Médio Alto Uruguai. Neste local, a população local tende a observar muito mais os preços do que a qualidade dos produtos, devido à renda média per capita em geral ser baixa. Entretanto, se estes agricultores fossem formais e trabalhassem com um produto diferenciado (com criatividade) ou com algum grau de especificidade qualitativa (com algum grau de novidade embutida), mesmo ele apresentando maiores custos associados à produção e formalização da agroindústria, eles receberiam um preço prêmio por este produto nos mercados, validando sua qualidade específica, como autores a nível internacional têm se referido (TOUZARD, 2010).

Raupp (2005), em seu estudo sobre as agroindústrias no RS e Município de Crissiumal, mediu os custos de formalização ambiental e sanitária anuais de uma agroindústria de carnes e derivados, registrada na CISPOA. O autor destaca quatro conjuntos de custos. Os custos ambientais envolvendo a FEPAM, que seriam de R\$ 1.116,00 relativos às Licenças Prévia, Instalação e Operação. Um segundo conjunto de custos que envolveriam o pagamento de taxas relativas à contratação de um técnico na área de carnes, um Médico Veterinário. Estes custos compreenderiam taxas pagas ao Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV) de R\$ 594,00 relativos à inscrição, taxa de emissão de certificado e anuidade. Um terceiro conjunto de custos seriam os relacionados às taxas cobradas pela CISPOA, que seriam de R\$ 639,36 para o registro da agroindústria e do produto, excluindo-se as taxas cobradas para a aprovação do projeto agroindustrial (R\$ 0,37/m²) e R\$ 60,00 mensais por tonelada fabricada de produto, que não foram incluídas no cálculo pelo autor.

O quarto conjunto de custos são aqueles com a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do projeto ambiental, projeto civil do prédio, responsável técnico, análises físico-químicas e microbiológicas dos produtos, da água e aferição de balanças no INMETRO. Estes custos seriam de R\$ 4.223,00/ano. Quando somados, estes quatro conjuntos de custos totalizam R\$ 6.572,36 anuais para iniciar as operações de fabricação de alimentos cárneos. Segundo Raupp (2005), há um descompasso enorme entre a realidade socioeconômica dos agricultores e os altos custos cobrados pelas instituições reguladoras dos alimentos para

formalização. O autor ressalta que possivelmente estes custos estejam subestimados, já que não foram computados parte dos custos que envolvem a CISPOA. Além disso, estes custos estão um pouco desatualizados, pois foram calculados com base no ano de 2004, sendo bem maiores atualmente.

No caso das dimensões sanitária e ambiental, os entraves apontados pelo Quadro 8 já foram discutidos acima nas seções que antecederam a esta seção. Somente se ressalta a queixa de alguns agricultores que a FEPAM é centralizada na Capital, Porto Alegre, distante 450 km da região do Médio Alto Uruguai, o que gera maiores custos com deslocamentos para encaminhar os processos ambientais para aquelas agroindústrias sediadas em municípios que não aderiram à gestão ambiental. No que se refere à dimensão jurídica, há relatos dos agricultores quanto a problemas com a contratação de força de trabalho externa à propriedade rural. Um deles é com relação ao tempo de contratação. A atual legislação trabalhista e previdenciária, a Lei 11.718/08 (BRASIL, 2008c), prevê a contratação externa de trabalhadores por um período máximo de 120 dias. Se exceder a isso, o agricultor passa a não fazer mais parte do Regime de Segurado Especial da Previdência Social, perdendo sua aposentadoria rural. Esse é o caso, por exemplo, da Strack Alimentos Naturais, que tem vários funcionários permanentes em sua agroindústria e por períodos maiores de tempo no ano do que 120 dias.

No que se refere à dimensão que se chamou de legislações e normas, foi observado que os agricultores não conseguem compreender a complexidade do conjunto de regramentos institucionais e burocráticos que envolvem os processos de formalização (Quadro 8). Muitos agricultores donos de agroindústrias têm baixos níveis de escolaridade, o que é um agravante no encaminhamento da formalização, por terem mais dificuldades em entender leis e normativas alimentares. Long (2006) afirma que quando se criam sistemas muito complexos para envolver os atores sociais, no caso os agricultores, estes tendem a driblar os regramentos, utilizando-se da margem de manobra de que dispõem para patrocinar um desenvolvimento diferente, muitas vezes ao contrário, caso das agroindústrias, que é permanecer na informalidade.

Os atores sociais entrevistados também contestam a não existência de regras diferentes entre os “dois mundos” do processamento de alimentos - o industrial e artesanal. Segundo eles, a normatização agroalimentar deveria ser diferente para os dois tipos de processadores de alimentos. Muitos atores justificam isso com o exemplo das políticas públicas, que no caso da agricultura familiar teriam um conjunto de regramentos diferenciados em relação à agricultura não familiar, por exemplo, o PRONAF. Segundo estes mesmos atores, isso deveria

ser aplicado também para o caso das agroindústrias. As instituições responsáveis pela regulação da produção, distribuição e consumo dos alimentos no Brasil deveriam criar regras próprias para o segmento artesanal e familiar das agroindústrias. Wilkinson (2008) problematiza também essas diferenças entre os dois mundos agroalimentares, utilizando-se da Teoria das Convenções para mostrar que o uso de parâmetros diferenciados refletiria melhor a realidade social existente dentro de cada segmento alimentar.

Observou-se também a aplicação de sanções por alguns Conselhos Profissionais e pelo INMETRO a algumas agroindústrias (Quadro 8). No caso do Conselho de Química, foram registrados casos ligados ao setor de bebidas, principalmente de cachaças e vinhos, em que o referido Conselho aplicou várias multas e fechou agroindústrias no ano de 2007 na região, devido à falta de padronização das bebidas que estavam sendo produzidas e comercializadas. No caso do INMETRO, multas foram aplicadas em função da não correta aferição de alguns equipamentos utilizados pelas agroindústrias, como balanças. Estes eventos mostram dois processos sociais preocupantes para as agroindústrias. Muitas instituições, que não têm atribuições de fiscalização junto às agroindústrias como os Conselhos Profissionais, possuem uma posição de aplicação de sanções, nas quais algumas multas com valores expressivos inviabilizaram totalmente agroindústrias que estavam funcionando há quase 10 anos.

Segundo, demonstra um total desconhecimento das formas de reprodução social das experiências por parte destas instituições, pois como no caso da não padronização em graus Gay-Lussac (°GL) do teor alcoólico das bebidas, essa é a característica mais marcante do modo de produção específico e artesanal que envolve a elaboração destes produtos. É isso que dá o tom diferenciador dos produtos das agroindústrias, entretanto, para as instituições isso é regrado como não aceitável e passível de sanções. As instituições trabalham com os padrões oficiais do “mundo” industrial, no qual os alimentos são processados em escala e com altos graus de uniformidade (standardização dos parâmetros).

Na oitava dimensão dos motivos pelos quais os agricultores não formalizam as suas agroindústrias, aparecem dois conjuntos de fatores (Quadro 8). Por um lado, há um déficit de profissionais e conhecimentos nas agências de assistência técnica e extensão rural no que se refere à capacidade delas de orientar e ensinar os agricultores como podem legalizar suas experiências. Isso também é válido do ponto de vista dos conhecimentos técnicos necessários à elaboração dos alimentos, como processos específicos de produção (a produção de novidades em produtos e processos como se discutiu nas primeiras partes do trabalho). Por exemplo, a EMATER tem poucos técnicos e extensionistas com um bom saber na área de alimentos que possam contribuir com o aumento dos conhecimentos e capacidades dos

agricultores em elaborar produtos diferenciados e com melhores padrões de qualidade. Isso considerando as agroindústrias que recebem assistência técnica da EMATER/RS, pois, como evidenciam os dados do IBGE (2006), apenas 31% dos estabelecimentos rurais do estado receberam algum tipo de orientação da instituição.

Por outro ângulo, a própria dinâmica existente dentro das propriedades e famílias deve ser entendida para se compreender o papel que a agroindústria desempenha (Quadro 8). Em vários casos durante a pesquisa de campo, os agricultores responderam que não formalizam sua agroindústria por que já estão muito velhos, não têm recursos financeiros e alguns afirmaram que já trabalham de modo informal há muitos anos. Estes motivos apresentados pelos agricultores para a não legalização das agroindústrias poderiam ser entendidos pelo que James Scott (2002) denomina de formas cotidianas de resistência. Segundo o autor, o campesinato tem várias estratégias de resistência frente a ações do Estado, seus projetos de desenvolvimento ou outros atores sociais, sendo que uma delas é a de não fazer nada frente à ocorrência de uma intervenção externa vista como não amigável. No caso aqui analisado, quando as instituições cobram dos agricultores a formalização das suas agroindústrias, eles respondem não fazendo nada, mantendo-se na informalidade. Para justificar esta estratégia, os agricultores alegam outros motivos quando perguntados sobre o assunto: que estão velhos, sem recursos, é muito caro, etc.

Entretanto, o principal motivo apontado é que a agroindústria faz parte de um modo de reprodução socioeconômica e de vida bem maior que é a família. A agroindústria é vista pelos agricultores como mais uma atividade e fonte de geração de renda dentro da dinâmica da unidade familiar. Nessa lógica, a agroindústria desempenha o papel de ajudar na diversificação das atividades e rendas da família. As famílias, na maioria dos casos, não ambicionam que a agroindústria seja a principal atividade e fonte de renda, mantendo-a informal. Essa constatação da pesquisa confirma o que Maluf (2004) tem defendido, segundo o qual, a agroindústria familiar deve operar de forma conjunta com outras atividades existentes dentro das propriedades, como as agropecuárias, que servem de base no fornecimento de matérias-primas ao beneficiamento.

8 CONCLUSÕES

Nesta parte são retomadas as questões colocadas no início do trabalho de investigação. Sumarizam-se as principais descobertas da investigação em torno dos processos pelos quais as agroindústrias familiares surgem, produzem novidades, constroem-se novos canais de comercialização, mercados e organizações sociais como a RECOSOL. Também são discutidos os principais papéis das ações governamentais e instituições ligadas à produção, comercialização e consumo de alimentos junto às agroindústrias. No final do texto, algumas questões teóricas e de pesquisa são retomadas, fazendo-se uma reflexão crítica acerca das mesmas.

A primeira pergunta feita no trabalho foi: como surgem as agroindústrias em regiões de agricultura familiar já integrada aos mercados de grãos e *commodities* agrícolas? A investigação demonstrou que as agroindústrias têm quatro fatores principais que levam ao seu surgimento. O primeiro processo social é a queda generalizada dos preços dos produtos comercializados pelos agricultores, aliada ao aumento dos custos externos das propriedades rurais e agroindústrias com a aquisição de tecnologias e insumos. Esse processo gera uma diminuição das rendas auferidas pelo grupo familiar, fragilizando seus processos de reprodução social. Na literatura internacional, este processo tem sido descrito pela noção de *squeeze* da agricultura (PLOEG et al, 2000).

O segundo motivo apontado é que os agricultores buscam construir alternativas a este tipo de desenvolvimento, sendo uma delas a constituição de agroindústrias. Os agricultores agem ativamente organizando suas agroindústrias no sentido de terem maiores níveis de autonomia reprodutiva, afastando-se das cadeias longas de distribuição, procurando diminuir suas múltiplas dependências em relação a outros atores, mercados e aquisições externas às propriedades. Essa estratégia dos agricultores fica clara, por exemplo, quando muitos mencionam que desejavam “ter seu próprio negócio”.

O terceiro fator implicado na origem das agroindústrias são os processos de produção dos conhecimentos. A maioria das experiências investigadas se originou do fato de as famílias terem conhecimentos históricos sobre os processos de confecção de alimentos diferenciados. Com a evolução das experiências, por exemplo, sua maior inserção em novos canais de comercialização, os agricultores sentem necessidade de novos conhecimentos, que são buscados em outros atores sociais e instituições. Entretanto, os agricultores sempre recontextualizam os conhecimentos exógenos, de acordo com suas necessidades, práticas sociais e processos de trabalho existentes nas agroindústrias (STUIVER, 2008).

Como quarto elemento potencializador do surgimento de agroindústrias estão as ações governamentais e institucionais de apoio às iniciativas. No local da pesquisa, estas ações são responsáveis pela criação de 33,01% das agroindústrias (PELEGRINI; GAZOLLA, 2008). As ações estatais apoiam o surgimento das agroindústrias de diversas maneiras. São exemplos de programas que têm suas ações estruturadas nessa área o PRONAF Agroindústria e o PAF/RS, como discutido neste trabalho.

Outra característica marcante das agroindústrias pesquisadas é a sua diversidade. Somente em sete experiências investigadas, nota-se diversidade produtiva, de mercados e canais de comercialização, organizações sociais e até mesmo de políticas públicas e instituições que agem junto a elas. Essa diversidade pode ser chamada de multifacetada, pois apresenta várias faces no universo empírico das agroindústrias, demonstrando que esta atividade de transformação artesanal e em pequena escala de alimentos pode gerar processos de desenvolvimento rural multidirecionais pela diversidade de formas que as experiências utilizam para se viabilizarem nos espaços rurais.

8.1 Novidades e transições produzidas pelas agroindústrias familiares

A segunda questão trabalhada na pesquisa foi: como os agricultores produzem novidades nas agroindústrias e constroem socialmente canais de comercialização e mercados? O principal fator que influencia a produção de novidades são os conhecimentos que interagem (contextual, científico, tácitos, educação formal, entre outros). Também são importantes as interações que os agricultores desenvolvem com outros atores sociais, pois, mesmo que em muitas agroindústrias os conhecimentos dos agricultores sejam à base do desenvolvimento das novidades, em outras, há grande potencialização da produção de novidades pelo fato de outros conhecimentos de fora das propriedades interagirem e se recontextualizarem com os conhecimentos dos agricultores.

A investigação demonstrou a grande criatividade dos agricultores em suas agroindústrias, pois foi verificada a construção de quatro tipos diferentes de novidades com base nas experiências. As novidades produtivas são as relacionadas à geração de novos produtos e processos produtivos e de processamento de alimentos diferenciados e específicos, como, por exemplo, a erva-mate ecológica de barbaquá da Agroindústria Gehen. Outro tipo de novidades são as tecnológicas, que consistem nas adequações ou invenções de novas máquinas, equipamentos e utensílios agrícolas e agroindustriais pelos agricultores. Por

exemplo, o sistema de produção de energia limpa pela queima do gás metano (biodigestor) produzido pelo esterco suíno inventado pelo Senhor Zonta.

Um terceiro tipo são as novidades mercadológicas, que são os novos canais de comercialização e mercados construídos pelas agroindústrias. Estas novidades foram denominadas de mercadológicas por estarem ligadas à abertura e acesso aos novos circuitos de vendas dos produtos. Os canais de comercialização e mercados encontrados foram as cadeias curtas ou vendas diretas agricultor-consumidor com 50,9% das vendas, sendo o circuito responsável por mais da metade das vendas das agroindústrias. Depois aparecem os pontos formais com 21,9%; cadeias longas de distribuição com 18,9%; vendas em eventos com 9,4%; programas institucionais com 4,7%; e vendas coletivas e em redes com 1,9% (RECOSOL).

Entretanto, não são todos estes circuitos mercantis de que as agroindústrias participam que são considerados inovadores. Os canais de vendas que efetivamente produzem novidades são as cadeias curtas, vendas locais, em eventos e circuitos coletivos e em redes. Nestes canais, os agricultores conseguem aumentar sua autonomia reprodutiva, colocar em prática a sua agência e ter margens de manobra em suas estratégias. Muitos destes canais são construídos fora das regras institucionais, sendo que os agricultores podem inovar em suas estratégias de comercialização dos alimentos. A principal característica dos canais de vendas que produzem novidades é estar sob o controle dos agricultores (PLOEG, 2008). São estes canais de comercialização que propiciam a criatividade dos agricultores e mudanças nas regras e normas instituídas, ajudando a gerar transições no regime sociotécnico alimentar.

Por outro lado, há canais de vendas dos alimentos que agem no sentido de incrementar o regime sociotécnico alimentar, por exemplo, os pontos formais de vendas e cadeias longas. Observou-se durante o trabalho de campo que estes canais impossibilitam a comercialização das agroindústrias informais, geram dependência dos agricultores e funcionam com regras e normas já predefinidas (preços, quantidades, cláusulas em contratos, margens de lucro). Além disso, estes circuitos colocam exigências higiênico-sanitárias aos alimentos e cobranças pela utilização dos espaços nos supermercados. Dessa forma, estes canais incrementam o regime sociotécnico alimentar (ROEP; WISKERKE, 2004). Neste sentido, as conclusões da pesquisa confirmam os argumentos de Marsden e Sonino (2006), para os quais haveria sobreposições das redes alternativas e tradicionais de produção e comercialização de alimentos, não ocorrendo separações completas destes dois universos alimentares.

As novidades organizacionais são desta maneira denominadas por estarem associadas à criação de novas organizações sociais coletivas e em redes, como cooperativas, associações,

grupos de agricultores e, sobretudo, a RECOSOL. A RECOSOL é tida como uma novidade organizacional por ser a primeira cooperativa das agroindústrias familiares do RS que age em formatos associativos e em rede com outras organizações que lhe servem de base. Em toda a pesquisa de campo realizada, ela é considerada a principal novidade encontrada junto às agroindústrias pelas suas características, dinâmica e modo de funcionamento.

Este conjunto de novidades produzidas pelas agroindústrias familiares faz o regime sociotécnico alimentar sofrer pequenas, porém, contínuas transições que assumem quatro sentidos. Uma primeira transição é notada em relação aos alimentos produzidos com especificidades pelas agroindústrias como os artesanais, orgânicos, coloniais, étnicos, agroecológicos, típicos, locais, entre outros. As transições acontecem quando estes alimentos com qualidades diferenciadas e inovadores começam a disputar os espaços institucionalizados dos produtos industrializados e dos impérios alimentares. Nesse sentido, entram em jogo as relações de poder (LONG, 2001). Uma segunda forma como as transições ocorrem é quando as agroindústrias comercializam seus alimentos dando preferência às cadeias curtas, comércio em eventos, circuitos locais e vendas coletivas e em redes, pois estes canais de comércio são alternativos aos do regime sociotécnico alimentar vigente, que são as cadeias longas, atores intermediários, grandes atacadistas e supermercados.

A terceira forma como ocorrem transições é através das novas organizações sociais construídas pelos agricultores e outros atores sociais como a RECOSOL, suas cooperativas e associações. Estas novas organizações servem como espaços de gestação de novas práticas sociais, processos organizativos, rotinas, novas regras e normas que aos poucos vão modificando o ambiente institucional em que se encontram inseridas. Como quarta forma de transição sentida, elencam-se as ações institucionais de apoio às agroindústrias, por exemplo, o PRONAF a nível federal e PAF no RS. A existência destes programas, entre outros espalhados pelo país, indica que a existência das agroindústrias familiares é considerada uma atividade importante de desenvolvimento rural. A criação de ações governamentais para apoiá-las sinaliza que houve aberturas no regime, já que estas experiências conseguem se inserir no Estado e suas agências, fazendo valer suas demandas, recebendo recursos públicos e apoios consideráveis.

8.2 Programas de apoio às agroindústrias e papéis desempenhados pelas instituições reguladoras dos alimentos

A terceira pergunta que guiou a investigação visou a indagar sobre: quais os papéis das ações governamentais e instituições reguladoras dos alimentos junto às agroindústrias familiares? A pesquisa evidenciou que, na maioria dos casos, as ações governamentais financiam ou fornecem máquinas, equipamentos ou construção/reforma de plantas agroindustriais. Nesse sentido, os programas visam sobre maneira dotar de infraestruturas físicas as agroindústrias. A exacerbada preocupação destas ações em destinar estruturas de processamento de alimentos para os agricultores está ligada às exigências que as instituições reguladoras de alimentos impõem, pois grande parte das normatizações (especialmente as federais) estão alicerçadas em parâmetros estruturais das instalações para atestar a qualidade e inocuidade dos alimentos.

Agindo dessa forma, estes programas desconsideram que as agroindústrias não demandam apenas estruturas físicas para serem viáveis, mas uma gama de outras necessidades como apoio para se formalizar (principal problema), assistência técnica e extensão rural voltadas à produção artesanal de alimentos, melhoria da qualidade dos produtos, construção de mercados, capital de giro, técnicos para encaminhar a legalização, apoio nas vendas, entre outras demandas.

Especificamente em relação aos programas analisados, no caso do PRONAF, notou-se que ele tem apoiado as agroindústrias através da destinação de crédito rural para investimentos produtivos, custeio das atividades de produção das matérias-primas e agroindustriais e comercialização dos alimentos. Entretanto, a pesquisa evidenciou que a linha de Investimento é sobressalente em relação ao montante de recursos totais acessados, em detrimento das linhas de Custeio e Comercialização que têm baixo acesso pelos agricultores, como Wesz Junior (2009) já havia notado em seu estudo na região Oeste do RS. Os recursos de Investimento são utilizados na maioria das vezes em equipamentos, planta agroindustrial e máquinas.

Com a evolução, o PRONAF Agroindústria sofreu várias mudanças, tendo uma das principais ocorrida no perfil dos seus beneficiários. No início do programa, o perfil do público que acessava os recursos era formado de agricultores familiares ou pequenos grupos de famílias (coletivos), desenvolvendo suas atividades em pequenas agroindústrias, vendiam seus alimentos nos mercados locais, confeccionavam alimentos de forma artesanal e trabalhavam autonomamente suas atividades de processamento. Atualmente, parece que a

clientela que acessado os recursos do programa é formada por médias e grandes agroindústrias e cooperativas, que fabricam alimentos industrializados, acessam as cadeias longas de distribuição e têm apenas em parte agricultores familiares como sua base social e produtiva. O exemplo típico desta transformação no programa tem se dado na cadeia dos lácteos no Sul do país.

O Programa Territórios Rurais, depois de 2008 da Cidadania no Médio Alto Uruguai, apresenta uma diversidade de ações de fortalecimento das agroindústrias, mesmo estes programas não sendo voltados exclusivamente para este fim quando da sua criação. Como principal ação dos programas, destacam-se a destinação de recursos a fundo perdido às agroindústrias, que tem sido aplicados principalmente na criação/construção de novas agroindústrias, e a doação de equipamentos e máquinas agroindustriais. Além disso, destaca-se a construção de pontos e estruturas de comercialização regionais, como são os quiosques e o próprio apoio na constituição da RECOSOL como estrutura regional de comercialização solidária das agroindústrias. Também fundamentais foram a constituição de estruturas agroindustriais e laboratórios regionais para uso coletivo das agroindústrias (fábrica de processamento de sucos em Liberato Salzano, laboratório de análises de leite em Frederico Westphalen, empacotadora de pequenos grãos em Erval Seco).

Por outro ângulo, foram notados vários problemas na execução das ações territoriais junto às agroindústrias. Entre os principais problemas detectados, está a lógica de aplicação dos recursos territoriais, que é randômica. Não há integração de ações, atores e projetos priorizados junto às agroindústrias, sendo os recursos pulverizadas em várias direções. Também as ações em torno da formalização institucional das agroindústrias, seu principal problema de viabilidade, não têm recebido a atenção necessária, sendo que muito poucas agroindústrias foram legalizadas durante a vigência destes programas desde 2003. Há ainda pouco acompanhamento das ações realizadas, projetos implantados e recursos aplicados, sendo que isso tem gerado a construção de várias estruturas regionais de agroindustrialização e comercialização dos alimentos que estão desativadas e abandonadas, por exemplo, a Cooperativa Regional da Agricultura Camponesa (CORAC), em Seberi.

Com relação ao PAF/RS, caracterizou-se pela transitoriedade de suas ações em quase todo o seu período evolutivo. Isso foi modificado a partir de 2011 com a aprovação de Lei que estabelece a política estadual de agroindustrialização. Este é o principal avanço das ações de agroindustrialização estaduais, já que agora elas são consideradas políticas de Estado, tendo caráter permanente. Como principais ações efetuadas pelo programa, destacam-se a concessão de crédito rural para as agroindústrias, recursos para embalagens, vendas com Notas do Bloco

do Produtor Rural, fornecimento de cursos e assistência técnica através da EMATER, código de barras aos alimentos, Selo Sabor Gaúcho, apoio na construção dos mercados, formalização institucional de 360 agroindústrias em 2011, licenciamento ambiental, fiscal e jurídico das agroindústrias que têm até 250m². Das três ações públicas de apoio às agroindústrias, PRONAF, políticas territoriais e PAF, a investigação evidenciou que o PAF é o programa mais completo de fortalecimento das agroindústrias por suas ações abrangerem várias frentes e dimensões dos processos familiares de agroindustrialização.

No que se refere às instituições reguladoras da produção, comercialização e consumo dos alimentos no Brasil, uma primeira questão importante é o surgimento das primeiras regras sanitárias para o setor em 1950. Embora elas não se referissem explicitamente a portes econômicos das empresas e indústrias de alimentos, as normatizações, como o RIISPOA, são extremamente exigentes em instalações e equipamentos, entendendo os processos de aferição da qualidade dos alimentos como sinônimo de boas estruturas agroindústrias montadas. Essa é uma primeira característica que desde os anos 1950 tem inibido pequenas iniciativas de agroindustrialização que tendem a funcionar com menos foco na estrutura física e mais na qualidade dos processos de fabricação artesanal dos alimentos.

Nos anos de 1990, ocorre a separação dos serviços de inspeção em federais, estaduais e municipais, com diferentes estruturas institucionais por tipo de produtos (MAPA, MS, Secretarias Estaduais da Saúde, Secretarias Estaduais e Municipais de Agricultura). Entretanto, a Lei 7.889/89 separou a competência da inspeção e fiscalização sanitária dos alimentos em três esferas federativas, o que resultou em níveis não integrados de inspeção. Essa forma de reger a inspeção e comércio dos alimentos gerou limitações à viabilidade das agroindústrias familiares, especialmente no que se refere à espacialização dos seus mercados, já que as experiências que têm o sistema estadual e municipal de inspeção são limitadas em poder comercializar, respectivamente, somente no seu estado e município.

Essa separação entre diferentes níveis de inspeção e fiscalização dos alimentos de origem animal só começa a mudar em 2006 com a aprovação do SUASA e em 2011 do SUSAF para o RS. Estes sistemas visam a unificar os diferentes níveis da inspeção e fiscalização dos alimentos no Brasil e RS, respectivamente. Entretanto, a adesão dos sistemas municipais de inspeção do RS é um processo lento, pois apenas cinco municípios do RS conseguiram adesão ao SUASA até o momento. Os fatores que explicam esse processo demorado de adesão são o alto grau das exigências técnicas, sanitárias, de profissionais e administrativas feitas junto aos SIM. Outro fato é que no RS 41,53% dos municípios não têm o SIM constituído e em funcionamento, sendo que estes locais não podem aderir ao SUASA

ou ao SUSAF. Este parece ser o grande entrave à formalização de muitas agroindústrias, já que sem o SIM, estas agroindústrias devem recorrer à CISPOA ou ao SIF, serviços bem mais caros, complexos e distantes da realidade socioeconômicas das agroindústrias.

Além destas dificuldades existentes em relação à formalização provenientes das instituições reguladoras dos alimentos, constatou-se que existem outras. Durante o estudo, perguntou-se aos agricultores e demais atores sociais entrevistados quais eram os motivos da alta informalidade existente nas agroindústrias familiares, que na região investigada chega a 72,64% das experiências (informalidade sanitária em vários níveis do Estado). As respostas envolvem desde os altos custos de produção das agroindústrias, carga tributária elevada, a complexidade de normatizações existentes nas instituições e seus diferentes níveis, a não existência de regras de produção de alimentos diferenciadas entre o “mundo” industrial e artesanal, deficiência de técnicos com conhecimentos específicos da área de alimentos e nos processos de formalização das agroindústrias.

Entretanto, o principal fator é que a agroindústria é parte integrante de uma estrutura social maior, que é a família e suas estratégias de reprodução social. As agroindústrias são apenas uma das atividades e fontes de renda de muitas famílias, que têm suas propriedades rurais diversificadas com outras atividades agropecuárias, recursos advindos de transferências sociais, prestação de serviços, em alguma medida, rendas não agrícolas, entre outras atividades e fontes de rendas. Nesses casos, a formalização das agroindústrias não é uma estratégia interessante para as famílias, pois elas não almejam que a agroindústria seja sua atividade principal, mas sim, mais uma entre as demais existentes na propriedade rural. Esta constatação empírica confirma os argumentos de Maluf (2004), para o qual as agroindústrias tendem a funcionar na dinâmica das unidades de produção de forma a ajudar em processos de diversificação rural.

Com relações às perspectivas teóricas usadas, a conexão da POA com a PMN mostrou-se adequada. Primeiro, porque a POA enfoca a capacidade de agir proativamente dos atores sociais. O conceito de agência aplicado ao estudo das novidades nas agroindústrias, contribuiu para entender como os agricultores usam seus conhecimentos e criatividade para produzir novidades, construir mercados, canais de comercialização e novas organizações sociais, a exemplo da RECOSOL. Segundo, a PMN é uma perspectiva que trabalha com vários níveis de institucionalização das práticas dos atores e da criação das inovações (nichos, regimes e paisagens sociotécnicas). Entretanto, a nível micro, nos nichos, a PMN oferece poucos elementos para entender os processos de surgimento, desenvolvimento e sedimentação das novidades. Neste sentido, a POA oferece estes elementos teóricos, complementando-a.

Outro aspecto importante dentro da PMN é a questão colocada da ocorrência de transições ou incrementalismos no regime e paisagem sociotécnicos através da produção de novidades. A pesquisa de campo mostrou que esta questão deve ser reformulada, pois sempre ocorrem transições e incrementalismos com a produção de novidades, não sendo os dois processos estanques e separados. Exemplo disso, que aparece claramente nos resultados de pesquisa, é em relação aos canais de comercialização e mercados construídos pelas agroindústrias. A investigação evidenciou que as cadeias curtas, canais locais, vendas em feiras e circuitos em redes e coletivos geram transições no regime sociotécnico alimentar hegemônico. Já as cadeias longas, intermediários, supermercados e empresas incrementam o regime por trabalharem dentro das normas e regras já estabelecidas pelos atores globais e grandes empresas alimentares.

Com relação às questões de pesquisa, uma pergunta resta a ser respondida mais profundamente sobre as agroindústrias no Brasil, que diz respeito ao valor agregado pelos produtos e experiências. De maneira geral, o debate acadêmico enfatiza que um dos resultados da constituição de agroindústrias é o aumento do valor agregado aos alimentos, gerando maiores rendas às famílias (MIOR, 2005; PELEGRINI; GAZOLLA, 2008; WILKINSON, 2008). Contudo, os pesquisadores e estudos sobre as agroindústrias no país não mensuraram, por exemplo, quanto é o valor agregado de cada alimento? Quais os custos de produção associados? É recompensador a transformação de todos os produtos provenientes das agroindústrias? Devido aos custos de produção elevados de alguns produtos elaborados, não seria melhor comercializá-los *in natura*? A validade de estratégias de agregação de valor a alimentos e outros produtos dentro do universo da agricultura familiar permanece não esclarecida, sendo um campo fértil aos estudos rurais, que pesquisadores e instituições podem avançar no futuro, alocando novos elementos ao debate, quantificando a agregação de valor, calculando-a por produto, avaliando seus custos, entre outras questões de investigação.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. 152p. (Série Estudos Rurais).

_____. Desenvolver os territórios fortalecendo o empreendedorismo de pequeno porte. In: FÓRUM INTERNACIONAL TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO RURAL E DEMOCRACIA, 1., Fortaleza, nov. 2003. **Relatório Final**. 35 p. Disponível em: <<http://ricardoabramovay.com/2003/10/desenvolver-os-territorios-fortalecendo-o-empreendedorismo-de-pequeno-porte/>>. Acesso em: 18 out. 2012.

AGNE, C. L. **Agroindústrias rurais familiares e a rede de relações sociais nos mercados de proximidade na Região do Corede Jacuí, Centro/RS**. 164 f. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

AMIN, A; COHENDET, P. **Architectures of Knowledge: Firms, Capabilities, and Communities**. New York: Editora Oxford, 2004.

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. 12 anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 8., Porto de Galinhas. **Anais...** v. 1. 20 p. 2010. 1 CD-ROAM.

ARBAGE A. P. **Fundamentos de economia rural**. Chapecó: Editora ARGOS. 2006. 272 p.

BASTIAN, L. et al. Perfil produtivo da agroindústria rural nas regiões brasileiras: uma análise a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO RURAL. 49., Belo Horizonte. **Anais...** v. 1. 21 p. 2011. 1 CD-ROAM.

BELIK, W. Indústria rural e emprego: A dinâmica das atividades agrícolas e não agrícola no novo rural brasileiro. Campinas. 3 a 4 jul. 2003. In: SEMINÁRIO NOVO RURAL BRASILEIRO, 3. 2003. 77 p.

BENVENUTI, B. et al. **Latte vivo: il lungo viaggio del latte dai campi ala tavola: prospettive dopo il parmacrack**. Reggio Emilia: Dibiasis. 2004. 178 p.

BRASIL. **Lei 1.283, de 18 de Dezembro de 1950**. Dispõe sobre a inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 1950. 3 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7889.htm>. Acesso em: 20 maio 2012.

_____. **Decreto 30.691, de 29 de Marco de 1952.** Aprova o novo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal. Brasília: Presidência da República, Casa Civil. 1952. 123 p. Disponível em: <http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/ceacon/legislacao/abate/decreto_30691_1952.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2012.

_____. **Lei 7.889, de 23 de Dezembro de 1989.** Dispõe sobre a Inspeção Sanitária e Industrial dos Produtos de Origem Animal, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil. 1989. 2 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7889.htm>. Acesso em: 23 jul. 2012.

_____. **Lei 9.712, de 20 de novembro de 1998.** Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, acrescentando-lhe dispositivos referentes à defesa agropecuária. Brasília: Presidência da República, Casa Civil. 1998. 3 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9712.htm>. Acesso em: 10 mar. 2012.

_____. **Resolução nº 23, de 15 de março de 2000.** Dispõe sobre manual de procedimentos básicos para registro e dispensa de obrigatoriedade de registro de produtos pertinentes a área de alimentos. Brasília: Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. 2000. 23 p. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/legis/resol/2000/23_00.htm>. Acesso em: 24 fev. 2012.

_____. **Programa de agroindustrialização da agricultura familiar.** Documento Referencial 2003-2006. Brasília: Ministério do desenvolvimento Agrário, jun. 2004. 49 p. Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/o/912096>>. Acesso em: 27 maio 2011.

_____. **Decreto nº 5.741/2006.** Regulamenta os artigos 27-A, 28-A e 29-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2006a. 52 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5741.htm>. Acesso em: 19 ago. 2012.

_____. **Lei Complementar nº 123/2006.** Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2006b. 2 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 6 set. 2012.

_____. **Resolução nº 385/2006.** Estabelece procedimentos a serem adotados para o licenciamento ambiental de agroindústrias de pequeno porte e baixo potencial de impacto ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Conselho Nacional do Meio Ambiente. 2006c. 2 p. Disponível em: <http://4ccr.pgr.mpf.gov.br/institucional/grupos-de-trabalho/residuos/resolucoes_conama_licenciamento/Resolucao_CONAMA_no385_ano_2006.pdf>. Acesso em: 15 set. 2012.

_____. **Programa de agroindustrialização da agricultura familiar.** Documento Referencial 2007-2010. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2008a. 18 p. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/agroind-strias/arquivos-2012/01_-_Documento_Referencial_Agroind%C3%BAstria_vers%C3%A3o_site_2007-2010.pdf>. Acesso em: 23 maio 2011.

_____. **Pronaf financia fábrica de leite em pó no Rio Grande do Sul.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar, 2008b. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=3587706>. Acesso em: 08 out. 2011.

_____. **Lei 11.718/2008.** Acrescenta artigo à Lei no 5.889, de 8 de junho de 1973, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo; estabelece normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural; prorroga o prazo de contratação de financiamentos rurais de que trata o § 6º do art. 1º da Lei no 11.524, de 24 de setembro de 2007; e altera outras leis. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2008c. 18 p. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111718.htm>. Acesso em: 12 out. 2012.

_____. **Agricultores familiares de Santa Catarina investem em fábrica de leite em pó.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=3589660>. Acesso em: 12 jan. 2009.

_____. **Cartilha do PAA.** Programa de Aquisição de Alimentos. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010a. 40 p. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa>>. Acesso em: 15 maio 2011.

_____. **Conselho de Desenvolvimento Territorial do Médio Alto Uruguai (CODETER).** Frederico Westphalen: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Desenvolvimento Territorial, 2010b. Disponível em: <www.fw.uri.br/territorio>. Acesso em: 10 mar. 2011.

_____. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS).** Frederico Westphalen: Território da Cidadania do Médio Alto Uruguai/RS, Colegiado Territorial, 2010c. 104 p.

_____. **Instrução Normativa nº 36, de 20 de julho de 2011.** Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2011. 7 p. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/33007873/dou-secao-1-08-12-2011-pg-7>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.** Brasília: Portal do MDS, 2012a. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar>> Acesso em: 08 maio 2012.

_____. **MDA anuncia investimento de R\$ 88 milhões em territórios rurais.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012b. 3 p. Disponível em: <www.mda.gov.br/portal/sdt/noticias/item?item_id=10055922>. Acesso em: 25 jun.

_____. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2011-12.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar, 2012c. 6 p. Disponível em: <www.mda.gov.br/plano-safra/>. Acesso em: 24 ago. 2012.

_____. **Manual Operacional do Proinf 2012.** Ação orçamentária de apoio a projetos de infraestrutura e serviços em territórios rurais. Modalidade Investimento. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Desenvolvimento Territorial, 2012d. 54 p.

BRUNORI, G. et al. **Towards a conceptual framework for agricultural and rural innovation policies.** Pisa, 2009a. Projeto Insight. 27 p. Manuscrito.

BRUNORI, G. et al. Nicchie produttive e innovazione di sistema: un'analisi secondo l'approccio delle transizioni tecnologiche attraverso il caso dei farmers' markets in Toscana. **Rivista Economia Agro-Alimentare**, Firenze, n. 3, p. 1-28, 2009b.

BRUNORI, G.; ROSSI, A.; MALANDRIN, V. Co-producing transition: innovation processes in farms Adhering Solidarity-based Purchase Groups (GAS) in Tuscany, Italy. **International Journal of Sociedad of Agricultural and Foods**, Pisa, v. 18, n. 1, p. 28-53, 2010.

CADONÁ, L. A. **O movimento de grupalizações na pequena produção familiar de Frederico Westphalen - RS: análise e perspectivas.** 165 f. 1993. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 1993.

CARNEIRO, R. D.; MATIJASCIC, M. (Org.). **Desafios do desenvolvimento brasileiro.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2009. 159 p.

CARVALHEIRO, E. M.; WAQUIL, P. D. A participação da agroindústria familiar rural de Palotina (PR) na construção social de mercados. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO RURAL, 47., Porto Alegre. **Anais...** v. 1, 2009.16 p. 1 CD-ROAM.

CHÉR, R. **Empreendedorismo na veia**: um aprendizado constante. Rio de Janeiro: Elsevier. 2008. 228p.

CHMIELEWSKA, D.; SOUZA, D.; LOURETE, A. A. **O programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA) e as práticas dos agricultores participantes orientadas ao mercado: estudo de caso no estado de Sergipe**. Brasília: IPEA, set. 2010. 42 p. (Texto para Discussão, 1510).

CIPOLA, F. P. A inovação na teoria de Marx. In: PELAEZ, V.; SZMRECSÁNYI, T. (Org.). **Economia da inovação tecnológica**. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 41-66. 497p. (Obras Didáticas Economia & Planejamento, 40).

CONTERATO, M. A. **A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/RS**: um estudo de caso no município de Três Palmeiras. 209 f. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

CONTERATO, M. A.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A dinâmica agrícola do desenvolvimento da agricultura familiar no Alto Uruguai, Rio Grande do Sul: suas metamorfoses e reações locais. In: TONEAU, J. F.; SAUBORIN, E. (Org.). **Agricultura familiar**: interações entre políticas públicas e dinâmicas locais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 13-54. 328 p. (Estudos Rurais).

COOPERATIVA DOS PRODUTORES DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES DE FREDERICO WESTPHALEN (COOPRAFF). **Projeto PAA-CONAB**. Frederico Westphalen, 2010. 12 p.

CRUZ F. T.; MENASCHE, R. “Se o leite é cozido, o queijo não é Serrano”: tradição, conhecimento e discurso instituído. In: COLÓQUIO AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL, 3., Porto Alegre. **Anais...** v. 1, 2011. 21 p. 1 CD-ROAM.

DELGADO, N. G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S. (Org.) **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 15-52. (Estudos Rurais).

DELGADO, N. J.; BONNAL, P.; LEITE, S. P. **Desenvolvimento territorial**: articulação de políticas públicas e atores sociais. Rio de Janeiro: IICA-OPPA; CPDA; UFRRJ, dez. 2007. 97 p.

DURIGON, C.; RENK, A. Técnicas e métodos tradicionais de processamento de produtos coloniais: de “miudezas de colonos pobres” aos mercados de qualidade diferenciada. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 101-113, jan./jun. 2011.

ECHEVERRI, R. Emergência e evolução do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais e nos Territórios da Cidadania. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). **Políticas de desenvolvimento territorial no Brasil: avanços e desafios**. Brasília, v. 12, p. 81-113, dez. 2010. (Desenvolvimento Rural Sustentável).

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO RIO GRANDE DO SUL (EMATER). **Agroindústria familiar**. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/area/agroindustria.php>>. Acesso em: 13 ago. 2012.

ESCHER, F. **Os assaltos dos moinhos satânicos nos campos e os contra movimentos da agricultura familiar: atores sociais, instituições e desenvolvimento rural no Sudoeste do Paraná**. 278 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FAVARETO, A. **Um balanço das políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: uma década de experimentações**. Santiago, 2012. 16 p. Disponível em: <<http://www.rimisp.org/.../Plenarias-Arilson-Favareto-Balance-Politic>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **Microrregiões Geográficas do RS segundo o IBGE**. Porto Alegre, 2011a. Disponível em: <<http://mapas.fee.tche.br/tag/microrregioes-geograficas-ibge>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

_____. **Indicador de Desenvolvimento Socioeconômico do RS (IDESE)**. Porto Alegre, 2011b. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php>. Acesso em: 12 set. 2011.

FERNANDES FILHO, J. F.; BELIK, W.; REZENDE CAMPOS, F. Indústria rural e desenvolvimento da agricultura: o caso de Minas Gerais. In: SEMINÁRIO NOVO RURAL BRASILEIRO, 3., Campinas. **Anais...** v.1., 3-4 jul. 2003. 36 p. 1 CD-ROAM.

FERRARI, D. L. **Cadeias agroalimentares curtas: a construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina**. 334 f. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FOODS MILES. **Reino Unido**. [S.l.], 2011. Disponível em: <<http://www.climatechoices.org.uk/>>. Acesso em: 15 jun. 2011.

FREDERICO WESTPHALEN. **Lei Municipal nº 2.827/2004**. Dispõe sobre a política ambiental do município e dá outras providências. Frederico Westphalen: Câmara de Vereadores de Frederico Westphalen, 15 abr. 2004. 20 p.

_____. **Decreto nº 09/1996**. Regulamenta a Lei Municipal nº 1.996/95, que dispõe sobre a inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal. Frederico Westphalen: Câmara de Vereadores de Frederico Westphalen, 29 fev. 1996. 11 p.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas**: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS. 287 f. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GAZOLLA, M., SCHNEIDER, S. O papel da agricultura familiar para a segurança alimentar: uma análise a partir do Programa Fome Zero no município de Constantina/RS. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., Ribeirão Preto. **Anais...** v. 1, jul. 2005. 20 p. 1 CD-ROAM.

GAZOLLA, M. Instituições e economia dos custos de transação: aplicação de alguns elementos para a análise dos pequenos empreendimentos agroindustriais. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 3, p. 161-185, set./dez. 2009.

GAZOLLA, M.; PELEGRINI, G.; CADONÁ, L. A. **Agroindústria familiar**: a geração de uma novidade produtiva e de inovações na agricultura. Porto Alegre: UFRGS/FCE, 2010. 27 p. Relatório de Pesquisa.

GAZOLLA, M.; PELEGRINI, G. Novos mercados da agricultura familiar: o caso das pequenas unidades agroindustriais produtoras de alimentos. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). **Os atores do desenvolvimento rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2011. p. 133-150. 328p. (Estudos Rurais).

GAZOLLA, M.; NIEDERLE, P.; WAQUIL, P. Agregação de valor nas agroindústrias rurais: uma análise com base nos dados do Censo Agropecuário. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 122, p. 241-262, jan./jun. 2012.

GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). **Agricultura brasileira**: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília: IPEA. 2010. 298p.

GEELS, F. W. Understanding system innovations: a critical literature review and a conceptual synthesis. In: ELZEN, B.; GEELS, F. W.; GREEN, K. **System Innovation and the transition to sustainability**. Cheltenham: Edward Elgar, p. 19-47, 2004.

GRISA, C. **A produção “pro gasto”**: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. 200 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GRISA, C. et al. O programa de aquisição de alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. In: SEMINÁRIO TEMÁTICO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA), 1. Juazeiro. **Anais...** 24-25 ago. 2009. 24 p. 1 CD-ROAM.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Das lavouras às biotecnologias**: agricultura e agroindustrial no sistema internacional. Rio de Janeiro: Campus, 1990. 192 p.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999. 238p. (Estudos Rurais).

GUIMARÃES, G. M.; SILVEIRA, P. R. C. Por trás da falsa homogeneidade do termo agroindústria familiar rural: indefinição conceitual e incoerências das políticas públicas. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 8., São Luís. **Anais...** v.1, 23-25 jun. 2010. 15 p. 1 CD-ROAM.

HAIR, J. F. et al. **Análise Multivariada de Dados**. Porto Alegre: Bookman, 2005. 593 p.

HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. W. **Induced innovation and agricultural development**. Minnesota: University of Minnesota, Institute of Agriculture, Jan. 1971. 48 p.

_____. **Desenvolvimento agrícola**: teoria e experiências internacionais. Brasília: Embrapa, 1988. 611 p.

HIGACHI, H. A abordagem neoclássica do progresso técnico. In: PELAEZ, V.; SZMRECSÁNYI, T. (Org.). **Economia da inovação tecnológica**. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 67-86. 497p. (Obras Didáticas Economia & Planejamento, 40).

KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 515-551, 1998.

KEMP, R.; SCHOT, J.; HOOGMA, H. Regime shifts to sustainability through processes of niche formation: the approach of strategic niche management. **Technology Analysis & Strategic Management**, Abingdon, v. 10, n. 2, 21 p., 1998.

KIYOTA, N. **Agroindústrias de leite do Sudoeste do Paraná**. Pato Branco. Porto Alegre: UFRGS/FCE, 2010. 40 p. Relatório de Pesquisa.

KNICKEL, K. et al. Towards a better conceptual framework for innovation processes in agriculture and rural development: from linear models to systemic approaches. In: EUROPEAN IFSA SYMPOSIUM, 8., Clermont-Ferrand.. **Anais...** v. 1., 6-10 Jul. 2008. 11 p. 1 CD-ROAM.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário**. Brasília, 2006. v. 1. 1 CD-ROAM.

INTERNATIONAL ASSESSMENT OF AGRICULTURAL KNOWLEDGE, SCIENCE AND TECHNOLOGY FOR DEVELOPMENT (IAASTD). **Synthesis Report**. Washington: Island Press, 2009. 106 p.

KIYOTA, N. et al. **‘Sementes e brotos da transição’**: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil. Porto Alegre, UFRGS/FCE, 2012. Projeto de pesquisa IPODE. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/ipode/eventos.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2012.

LEITE, S. P.; WESZ JUNIOR, W. J. O financiamento da política de desenvolvimento territorial: uma análise do Pronat e do Programa Territórios da Cidadania. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Brasília: IICA, ago. 2011. p. 169-186. 237 p. (Desenvolvimento Rural Sustentável, 14).

LONG, N.; PLOEG, van der J. D. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. (Ed.) **Rethinking Social development**: theory, research and practice. England: Longman, 1994. p. 62-90.

LONG, N. **Development sociology**: actor perspectives. Amsterdam: Routledge, 2001. 285p.

_____. **Sociologia Del Desarrollo**: una perspectiva centrada em el ator. Ciudad de México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores, 2006. 504 p. (Colección Investigaciones).

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Revista Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, 2004.

MARESCOTTI, A. Le dimensioni della tipicità dei prodotti agroalimentare. In: AGENZIA REGIONALE PER LO SVILUPPO E L'INNOVAZIONE NEL SETTORE AGRICOLO-FLORESTALE (ARSIA) (Org.). **Guida per la valorizzazione dei prodotti agroalimentare tipici**: concetti, metodi e strumenti. Firenze: Manuale ARSIA, 2006. p. 13-20. 125p.

MARQUES, F. C. **Velhos Conhecimentos, Novos Desenvolvimentos**: Transições no Regime Sociotécnico da Agricultura. A Produção de Novidades entre Agricultores Produtores de Plantas Medicinais no Sul do Brasil. 220 f. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MARSDEN, T.; SONNINO, R. Beyond the divide: rethinking relationships between alternative and conventional food networks in Europe. **Journal of Economic Geography**. Cardiff, v. 6, p. 181-199, 2006.

MARSDEN, T. Mobilities, Vulnerabilities and Sustainabilities: Exploring Pathways from Denial to Sustainable Rural Development. **Sociologia Ruralis**, Assen, v. 49, n. 2, 19 p., Apr. 2009.

MELLO, M. A. **Sementes que brotam da crise**: a produção de novidades organizacionais na agricultura familiar do Oeste de Santa Catarina. 299 f. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MENEGHETTI, G. A. **Orientações sobre legalização de agroindústrias**. Passo Fundo: Emater Regional Passo Fundo, 2011. 5 p. Manuscrito.

MILONE, P. **Agriculture in transition**: a neo-institutional analysis. Wageningen: Van Gorgum, 2009. 256p.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002. 80 p.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005. 338 p.

_____. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 1., Florianópolis. **Anais...** v. 1, 22-25 ago. 2007. 20 p. 1 CD-ROAM.

_____. Trajetórias das agroindústrias familiares rurais no estado de Santa Catarina (Brasil). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL, 4., Mar del Plata. **Anais...** v.1, 27-31 oct. 2008. 24p. 1 CD-ROAM.

MODESTI, S.; CHIERENTIN, J. C. **Monitoramento Socioeconômico das Bases de Comercialização dos produtos da agricultura familiar e da economia solidária (BSC's)**. Boa Vista das Missões, 2010. 72 p. Manuscrito.

MOORS, E; WISKERKE, J. S. C. The Dynamics of Innovation: A Multilevel Co-evolutionary Perspective. In: PLOEG, J. D. van der; WISKERKE, J. S. C. (Ed.). **Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture**. Wageningen: Royal Van Gorcum, 2004. 356 p.

MULLER, A. L. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos**. 130 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

NELSON, R. R.; WINTER, S. G. **Uma teoria evolucionária da mudança econômica**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005. 631 p. (Clássicos da Inovação).

NIEDERLE, P. A. et al. Os mercados e canais de comercialização para os produtos da agroindústria rural no Brasil: um comparativo macrorregional. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO RURAL, 49., Belo Horizonte. **Anais...** v.1, 2011. 21 p. 1 CD-ROAM.

OLIVERIA, J. A. V.; SCHMIDT, W.; TURNES, V. **Avaliação do potencial da indústria rural de pequeno porte (IRPP) em Santa Catarina**. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1999. 75 p. Relatório.

OLIVERIA, J. A. V.; PREZOTTO, L. L.; VOIGT, L. **Diagnóstico e potencial das agroindústrias familiares do estado do Rio Grande do Sul**. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, abr. 2002. 100 p. Relatório.

OOSTINDIE, H.; BROEKHUIZEN, R. von. The dynamic of novelty production. In: PLOEG, J. D. van der; MARSDEN, T. (Ed.) **Unfolding Webs: The dynamics of regional rural development**. Wageningen: Van Gorgum, 2008. 262 p.

TRICHES, R.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando a produção ao consumo. **Revista Saúde Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 933-945, 2010.

TOUZARD, J. M. **Construction institutionnelle des indications géographiques et des signes de qualité**. [S.l.: s.n], 2010. 20 p. Relatório de Pesquisa - Projeto CAPES-COFECUB n. 649-09.

PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. **Caracterização e análise das agroindústrias familiares da Região do Médio Alto Uruguai (CAAF)**. Frederico Westphalen: [s.n.], 2006. 10 p. Projeto de pesquisa. Edital FAPERGS 001/2005-PROCOREDES.

_____. **A agroindústria familiar no Rio Grande do Sul: limites e potencialidades a sua reprodução social.** Frederico Westphalen: Editora URI, 2008. 200 p.

PLOEG, J. D. van der. et al. Rural development: From practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 40, n. 4, p. 391-408, 2000.

PLOEG, J. D. van der. **The Virtual Farmer: Past, Present and Future of the Dutch Peasantry.** Wageningen: Van Gorcum, 2003. 432 p.

PLOEG, J. D. van der. et al. On Regimes, Novelties, Niches and Co-Production. In: PLOEG, J. D. van der; WISKERKE, J. S. C. (Ed.) **Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture.** Wageningen: Royal Van Gorcum, 2004. p. 1-28. 356 p.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 372 p. (Estudos Rurais).

PLOEG, J. D. van der.; JINGZHONG, Y.; SCHNEIDER, S. Rural development reconsidered: on comparative perspectives from China, Brasil and the European Union. **Rivista di Economia Agraria**, Roma, v. 65, n. 2, p. 1-28, giu. 2010.

PRETTO, E. **Anúncio do Conselho Gestor e do Selo do Susaf-RS marcarão atividades da Expointer 2012.** Porto Alegre: [s.n], 2012. Disponível em: <<http://www.edegarpretto.com.br/noticias/anuncio-do-conselho-gestor-e-selo-do-susaf-rs-marcarao-atividades-da-expointer-2012>>. Acesso em: 30 ago. 2012.

PRETTY, J. N. et al. Farm costs and food miles: an assesment of the full cost UK weekly food basket. **Food Policy**, Elsevier, v. 30, p. 1-19, 2005.

PREZOTTO, L. L. **A agroindústria rural de pequeno porte e o seu ambiente institucional relativo à legislação sanitária.** 143 f. 1999. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

_____. Qualidade ampla: referência para a pequena agroindústria rural inserida numa proposta de desenvolvimento regional descentralizado. In: LIMA, D. M. A.; WILKINSON, J. (Org.). **Inovações nas tradições da agricultura familiar.** Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002a. p. 285-300.

_____. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 31, p. 133-154, abr. 2002b.

RADOMSKY, G. F. W. Certificação participativa e agricultura ecológica: rede, processos de inovação e conhecimentos locais. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. **Os atores do desenvolvimento rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2011. p. 235-251. 328 p.

RAUPP, A. K. **Políticas Públicas e Agroindústrias de Pequeno Porte da Agricultura Familiar**: considerações de Experiências do Rio Grande do Sul. 245 f. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

_____. A orientação das políticas públicas de apoio às agroindústrias da agricultura familiar: experiências do RS em destaque. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO RURAL, 47., Porto Alegre. **Anais...** v.1, 2009. 20 p. 1 CD-ROAM.

REARDON, T. et al. The rise of supermarkets in Africa, Asia, and Latin America. **American Journal of Agricultural Economics**, Madison, v. 85, n. 5, p. 1140-1146, 2003.

RENTING, H., MARSDEN, T., BANKS, J. Understanding alternative food networks: Exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning**, Wageningen, v. 35, p. 393-411, 2003.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto 39.688/1999**. Regulamenta a Lei nº 10.691, de 09 de janeiro de 1996, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal no Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1999. 61 p. Disponível em: <<http://fvvet.ufpel.tche.br/inspleite/documentos/CISPOA.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2012.

_____. **Decreto nº 40.079/2000**. Cria o Programa da Agroindústria Familiar e dá outras providências. Porto Alegre, 2000a. 1 p. Disponível em: <<http://www.fiscosoft.com.br/index.php?PID=273509&amigavel=1>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

_____. **Decreto nº 40.248/2000**. Modifica o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS). Porto Alegre, 2000b. 1 p. Disponível em: <http://www.fisconet.com.br/user/indice_legis/00/estadual_decretos.htm>. Acesso em: 13 mar. 2012.

_____. Decreto nº 49.341/2012. Cria o Programa de Agroindústria Familiar do Estado do Rio Grande do Sul, institui o selo de marca de identificação “Sabor Gaúcho” e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 130, p. 4, 6 jul. 2012a. 4 p.

_____. **Lei nº 10.691/1996**. Dispõe sobre a Inspeção e Fiscalização dos Produtos de Origem Animal no Estado do Rio Grande Sul. Porto Alegre, 1996. 2 p. Disponível em: <<http://www2.agricultura.rs.gov.br/servicos.php?cod=31>>. Acesso em: 14 jul. 2012.

_____. Lei nº 13.825/2011. Dispõe sobre o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF-RS) e da outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 214, p. 1, 04 nov. 2011a. 4 p.

_____. **Lei nº 13.921/2012**. Institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012b. 4 p. Disponível em: <http://www.iob.com.br/noticiadb.asp?area=interesse_publico¬icia=213169>. Acesso em: 19 ago. 2012.

_____. **Resolução Consema nº 102/2005**. Dispõe sobre os critérios para o exercício da competência do Licenciamento Ambiental Municipal, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005. 20 p. Disponível em: <http://media.feliz.rs.gov.br/cms_page_media/54/resolucoes-atividades-impacto-local.pdf>. Acesso em: 22 set. 2012.

_____. **Resolução Consema nº 166/2007**. Habilita Municípios para realização do Licenciamento Ambiental das Atividades de Impacto Local. Porto Alegre, 2007. 1 p. Disponível em: <<http://www.sema.rs.gov.br/upload/Resolucao%20CONSEMA%20166-2007.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2012.

_____. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio. **Cartinha do Suasa**. Porto Alegre, set. 2011b. 8 p.

_____. Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. **Plano Safra Estadual do RS 2011-12**. Porto Alegre, 2011c. 36 p. Manuscrito.

_____. Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. Programa de Agroindústria Familiar. **Folder do PAF**. Porto Alegre, 2012c. 16 p.

_____. Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. Programa de Agroindústria Familiar. **Manual Operativo**. Porto Alegre, ago. 2012d. 26 p.

ROEP, D.; WISKERKE, J. S. C. Reflecting on Novelty Production and Niches Management in Agriculture. In: PLOEG, J. D. van der; WISKERKE, J. S. C. (Ed.) **Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture**. Wageningen: Royal Van Gorcum, 2004. 356 p.

ROSSI, A.; BRUNORI, G.; GUIDI, F. I mercati contadini: un' esperienza di innovazione di fronte ai dilemmi della crescita. **Rivista di Diritto Alimentare**, Firenze, anno 2, n. 3, p. 01-11, lug./set. 2008.

SANTOS, J. S. **Agroindústria familiar rural no Alto Uruguai do Rio Grande do Sul/RS: uma análise do processo de comercialização**. 123 f. 2006. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SARDAN, J. P. O. Popular knowledge and scientific and technical knowledge. In: SARDAN, J. P. O. (Org.) **Anthropology and Development Understanding Contemporary Social Change**. London: Zed Books, 2005. p. 153-165.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999. 205 p. (Estudos Rurais).

SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. D. Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 8, n. 15, p.117-149, 2000.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2003. 254 p. (Estudos Rurais).

_____. **Sementes e brotos da transição: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil**. Porto Alegre: [s.n.], 2007. 22 p. Projeto de pesquisa. Edital MCT/CNPq 15/2007-Universal. 2007.

SCHUBERT, M. N. **Análise dos custos de transação nas cooperativas de produção de leite no Oeste de Santa Catarina**. 246 f. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SCHUMPETER, A. J. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 168 p.

_____. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. 512 p.

SCOTT, J. C. Formas cotidianas de resistência camponesa. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SILVEIRA, P. R. C.; HEINZ, C. U. Controle de qualidade normativo e qualidade ampla: princípios para a re-estruturação e qualificação para a produção artesanal de alimentos. In: SEMINÁRIO SOBRE AGROINDÚSTRIA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL, 1., São Luís Gonzaga. **Anais...** v.1, 2005. 9 p. 1 CD-ROAM.

SILVEIRA, P. R. C.; TREVISAN, A. P. A produção e comercialização de queijos coloniais: dinâmicas de validação social da qualidade. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO RURAL, 45., Londrina. **Anais...** v.1, 2007. 13 p. 1CD-ROAM.

SILVEIRA, P. R. C. et al. **O turismo e a re-criação das agroindústrias rurais tradicionais**. Santa Maria, 2010. 9 p. Disponível em: <http://www.academia.edu/1981974/TURISMO_RURAL_-_CITURDES>. Acesso em: 30 jul. 2011.

STUIVER, M.; WISKERKE, J. S. C. The power of Experience: Farmers' Knowledge and Sustainable Innovations in Agriculture. In: PLOEG, J. D. van der; WISKERKE, J. S. C. (Ed.) **Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture**. Wageningen: Royal Van Gorcum, 2004. 356 p.

STUIVER, M. **Regime, change and storylines: a sociological analysis of manure practices in contemporary Dutch farming**. Wageningen: Wageningen University, 2008. 175 p.

_____. **Highlighting the retro side of innovation and it's potential for regime change in agriculture**. Wageningen: Wageningen University, 2010. 45 p.

SULZBACHER, A. W.; SILVEIRA, P. R.C. Os conflitos na gestão das agroindústrias familiares rurais em função de diferentes concepções de risco ambiental. In: ENCUENTRO DOS GEOGRAFOS DE AMERICA LATINA, 12., Montevideo. **Anais...** v.1, 3-7 abr. 2009. 11 p. 1 CD-ROAM.

UNIDADE CENTRAL DAS COOPERATIVAS DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES DO OESTE CATARINENSE (UCAF). Título. Chapecó, 2011. Disponível em: <<http://www.ucaf.org.br/Site/index.html>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: Hucitec, 1991. 219 p. (Estudos Rurais).

VENTURA, F.; MILONE, P. Novelty as Redefinition of Farm Boundaries. In: PLOEG, J. D. van der; WISKERKE, J. S. C. (Ed.) **Seeds of transition**: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture. Wageningen: Royal Van Gorcum, 2004. 356 p.

WAQUIL, P. D. et al. **O perfil da agroindústria rural no Brasil: uma análise com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006**. Porto Alegre: UFRGS/FCE, jul. 2012. 92 p. Relatório de Pesquisa.

WESZ JÚNIOR, V. J. Políticas públicas de agroindustrialização: uma análise do Pronaf Agroindústria. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO RURAL, 47., Porto Alegre. **Anais...** v.1, 2009. 21 p. 1 CD-ROAM.

_____. O público beneficiário do Pronaf Agroindústria na Microrregião de Cerro Largo/RS. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO RURAL, 50., Vitória. **Anais...** v. 1, ago. 2012. 19 p. 1 CD-ROAM.

WILKINSON, J.; MIOR, L. C. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.13, p. 29-45, out. 1999.

WILKINSON, J. Sociologia econômica e o funcionamento dos mercados: *inputs* para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. **Revista Ensaios**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 805-825, 2002.

_____. **Mercados, redes e valores**: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 213p. (Estudos Rurais.).

WILKINSON, J.; DURIGON, C.; MIOR, L. C. The emergence of SME agro-industry networks in the shadow of agribusiness contract farming: a case study from the South of Brazil. In: SILVA, C A.; MHLANGA, N. **Agribusiness Economist Innovative policies and institutions to support agro-industries development**. Rome: FAO, 2011. p. 87-118. 398p.

WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, van der J. D. (Org.) **Seeds of Transition**: Essays on Novelty production, Niches and Regimes in Agriculture. Wageningen: Royal van Gorcum, 2004. 356 p.

WILLIAMSON, O. **The mechanisms of governance**. New York: Oxford University Press, 1996. 429 p.

APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: AGRICULTORES FAMILIARES DONOS DE AGROINDÚSTRIAS

A. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

- Nome do Agricultor:
- Nome da agroindústria:
- É legalizada?
- Nº de membros da família que trabalham na agroindústria:
- Endereço:
- Município:
- Telefone e e-mail de contato:

B. ORIGENS DA AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E A PRODUÇÃO DE NOVIDADES:

1. O que o Senhor produzia e no que trabalhava antes de possuir a agroindústria?
2. Quais os principais motivos que levaram a família a iniciar a atividade de agroindustrialização?
3. Como foi o início da atividade de agroindustrialização (como iniciou a atividade, problemas enfrentados, como era a produção, o acesso aos mercados, à relação com os consumidores, o apoio das instituições locais)?
4. Como se desenvolveu a trajetória histórica de agroindustrialização na família?
5. O que o Senhor considera que a sua agroindústria tem de diferente das outras (captar a noção de novidades da experiência – tecnológicas, produtos/processos, insumos, ambientais, etc.)?
6. Quais as características principais das novidades produzidas pela agroindústria?
7. Quais conhecimentos foram utilizados pela família para produzir as novidades existentes (conhecimentos tácitos, contextuais, educação formal, cursos de formação, científicos, etc.)?
8. Quais os atores sociais que estiveram envolvidos no processo de produção das novidades?
9. Qual o papel de cada ator social envolvido na produção das novidades?
10. Quais as relações que a família mantém com outros atores sociais e instituições envolvidas nos processos de produção de novidades e de agregação de valor?
11. Houve melhoria na autonomia da família com os processos de agregação de valor e produção de novidades?
12. Qual a sustentabilidade deste processo de produção de novidades na agroindústria?
13. Houve melhorias no bem estar e na qualidade de vida da família com a produção de novidades?
14. Quais os principais problemas e potencialidades que a experiência e o processo de produção de novidades apresentam?

C. OS MERCADOS E AS ORGANIZAÇÕES COLETIVAS CONSTRUÍDAS:

15. Quais os produtos o Senhor vendia antes de possuir a agroindústria? E, como era realizada a venda destes produtos?
16. No início da experiência com a agroindústria quais produtos foram produzidos?
17. No começo da experiência como estes produtos eram vendidos (as estratégias utilizadas)?
18. Quais os tipos de mercados em que são vendidos os produtos atualmente (venda direta agricultor – consumidor, supermercados, feiras do produtor, exposições e festas,

institucionais, indústrias, intermediários, cooperativas, centrais de comercialização, entre outros)?

19. Vocês receberam ajuda de alguma instituição local, política pública ou atores de desenvolvimento para abrir espaço nos mercados para os seus produtos?
20. Quais os tipos de conhecimentos usados na iniciativa para construir estes mercados?
21. Estes mercados construídos são formais ou informais perante as legislações?
22. Como o Senhor vê a atuação das legislações agroalimentares e das instituições formais perante estes mercados que a sua família vende estes produtos?
23. Há uma rede de atores ou de instituições formada em torno destes mercados?
24. Há muitos custos de produção e de transação envolvidos na venda destes produtos?
25. Quais as quantidades anuais dos produtos comercializados, os seus preços de venda e a renda obtida?
26. Como é a aceitação dos produtos pelos consumidores e compradores?
27. Quais os principais problemas e potencialidades enfrentados para colocar estes produtos nos mercados?
28. Quais as organizações sociais de agricultores na área de agregação de valor que o Senhor participa?
29. Como surgiu a organização?
30. Qual o papel da organização junto aos agricultores familiares que participam dela?
31. Quais os apoios prestados por esta organização junto aos agricultores donos de agroindústrias (comercialização, crédito, produção, organização coletiva, luta e pressão social, legalização das unidades agroindustriais, formação dos agricultores e conhecimento)?
32. Como é o processo de administração coletiva da organização?
33. Qual o papel dos agricultores e dos dirigentes da organização?
34. Esta organização forma redes com outras organizações, instituições e atores sociais existentes na área da agroindustrialização?
35. Estes laços entre as pessoas e organizações são “fortes” ou “fracos”?
36. Quais os tipos de relações que o Senhor possui com as organizações locais?
37. Quais os principais problemas e potencialidades que a organização possui?

D. AS INSTITUIÇÕES E AÇÕES GOVERNAMENTAIS:

38. No início da sua iniciativa de agregação de valor, quais as políticas públicas e instituições de apoio às agroindústrias que existiam?
39. No início da experiência, quais as ações e trabalhos estas políticas públicas e instituições desenvolveram?
40. Quais as políticas públicas apoiaram o processo de agroindustrialização junto a sua família (Pronaf Agroindústria, PAF RS, Programa Territórios Rurais, Grande Fronteira MERCOSUL, PAF MDA, programas e projeto municipais/regionais)?
41. Quais ações foram desenvolvidas por estas políticas públicas?
42. Quais as instituições apoiaram os processos de agregação de valor na sua iniciativa (Emater, Prefeituras, CODETER, CODEMAU, MDA, MS, MAPA, legislações alimentares diversas - ANVISA, SIM, CISPOA, SUASA)?
43. Quais os trabalhos estas desenvolveram junto a sua experiência de agroindustrialização?
44. As instituições locais, as políticas públicas e as legislações alimentares ajudam na legalização das experiências?
45. O que o Senhor acha das legislações agroalimentares? Elas facilitam ou inibe os agricultores de desenvolverem a sua agroindústria?
46. O Senhor já sofreu algum tipo de fiscalização ou sanção aplicada por agências reguladoras da produção, comercialização e consumo de alimentos?

47. Qual o papel dos conhecimentos das instituições e das políticas públicas junto às agroindústrias?
48. O Senhor se sente satisfeito com a atuação das instituições locais e políticas públicas existentes?
49. Como o Senhor acha que deveria ser desenvolvido o trabalho destas instituições e políticas públicas na área da agregação de valor?
50. Quais os tipos de relações que o Senhor possui com as instituições e políticas públicas existentes?
51. As instituições e políticas públicas locais estimulam processos de inovação e inventividade junto aos agricultores?
52. Quais os principais problemas e pontos positivos que o Senhor vê nas instituições e nas políticas públicas que o apoiaram?

APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: ORGANIZAÇÕES SOCIAIS COLETIVAS DAS AGROINDÚSTRIAS

A. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

- Nome do entrevistado:
- Cargo/função do entrevistado:
- Nome da organização:
- Nº de agroindústrias/famílias que participam:
- Municípios de abrangência:
- Ano em que foi criada:
- Endereço:
- Município:
- Telefone e e-mail de contato:

B. AS ORGANIZAÇÕES COLETIVAS DOS AGRICULTORES

1. Como foi a história da criação da organização?
2. Quais foram os principais motivos da criação da organização?
3. Quais são os principais papéis da organização frente aos agricultores que possuem agroindústrias?
4. Quais os tipos de apoios e ações da organização junto às iniciativas de agregação de valor (comercialização, crédito, produção, organização coletiva, luta e pressão social, legalização das unidades agroindustriais, conhecimentos, formação)?
5. Há alguma ação para promover os processos de produção de novidades junto aos agricultores?
6. A organização tem ações no sentido de construção social de mercados para os produtos das agroindústrias?
7. Quais os mercados são mais interessantes para as agroindústrias venderem os seus produtos?
8. Como é realizado o processo de administração coletiva da organização?
9. Quais os papéis dos dirigentes e dos agricultores que participam da organização?
10. A organização forma redes sociais com outras organizações, instituições e atores sociais? Com quais e como?
11. Estas relações sociais mantidas são “fortes” ou “fracas”?
12. Como é a relação dos agricultores com a organização?
13. Quais os principais problemas e potencialidades da organização?

APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: INSTITUIÇÕES E AÇÕES GOVERNAMENTAIS

A. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

- Nome do entrevistado:
- Cargo/função do entrevistado:
- Nome da instituição/política pública:
- Abrangência da instituição/política pública:
- Endereço:
- Município:
- Telefone e e-mail de contato:

B. INSTITUIÇÕES E AÇÕES GOVERNAMENTAIS:

1. Poderia me contar a história da instituição/política pública (na Região)?
2. Para cumprir qual papel a instituição/política pública foi criada/formulada?
3. Quais as ações a instituição/política pública desenvolve na área da agregação de valor?
4. Quais os tipos de apoios desenvolvidos junto às iniciativas dos agricultores (comercialização, crédito, infraestrutura, legalização, melhoria de produtos/processos, organização coletiva, extensão rural, fornecimento de conhecimentos e formação)?
5. A instituição/política pública possui ações que visem estimular a produção de novidades junto às experiências?
6. Os diferentes tipos de conhecimentos (dos agricultores, dos técnicos, das instituições, dos pesquisadores, dos extensionistas, etc.) são importantes na viabilização das experiências de agregação de valor e nas novidades desenvolvidas?
7. A instituição/política pública possui trabalhos no sentido de auxiliar os agricultores a construir mercados para os seus produtos agroindustriais?
8. Quais os tipos de mercados são mais interessantes para as agroindústrias?
9. A instituição/política pública possui ações que auxiliem na criação de organizações sociais próprias dos agricultores?
10. Quais os tipos de organizações são mais importantes e que os agricultores deveriam criar?
11. Qual a importância que a instituição/política pública vê na agroindustrialização da produção pelas experiências familiares?
12. Como a instituição/política pública vê a questão da formalidade e informalidade das agroindústrias perante a legislação alimentar?
13. Por que há muitos agricultores que não legalizam as suas iniciativas?
14. O que o Senhor acha das fiscalizações e sanções aplicadas sobre muitas das experiências?
15. A sua instituição desenvolve fiscalizações e pune de alguma maneira as agroindústrias informais?
16. Como o Senhor vê a questão da SUASA para os municípios e agroindústrias?
17. Há a formação de redes de atores, agricultores, instituições e organizações dos agricultores para apoiar as experiências e a produção de novidades?
18. Você acha que os agricultores estão satisfeitos com o trabalho da instituição/política pública vem fazendo?
19. Quais as principais tipos de relações que são desenvolvidas entre os agricultores e a instituição/política pública?
20. Quais os principais entraves (problemas) que as políticas públicas/instituição enfrentam atualmente nessa área?
21. Quais as principais potencialidades que as políticas públicas/instituições apresentam na área da agroindustrialização?

APÊNDICE D: LISTA DE ENTREVISTADOS, CARGOS/FUNÇÕES PROFISSIONAIS E MUNICÍPIOS.

1. Entrevista 01: Cleomar Prevedello, Agricultor e Presidente da Cooperçara, Caiçara.
2. Entrevista 02: Eleerson Prass e Balduro Julio Dieckow, Agricultores e membros da Direção da Agroindústria e Cooperativa Cooperbiorga, Erval Seco.
3. Entrevista 03: Leonel Strack, Agricultor, Caiçara.
4. Entrevista 04: Gilmar Leschewitz, Prefeito Municipal de Erval Seco e Coordenador do Território da Cidadania do Médio Alto Uruguai.
5. Entrevista 05: Salete de Fátima dos Santos e Vilson Gehen, Agricultores, Seberi.
6. Entrevista 06: Sedemir Ludke, Agricultor e Presidente da Cooperac, Constantina.
7. Entrevista 07: Ildo Ludke, Agricultor, Constantina.
8. Entrevista 08: Célio Pelegrini, Agricultor, Presidente do STR de Frederico Westphalen e Presidente da Coopraff.
9. Entrevista 09: Jovanio José Martinelli, Técnico em Agropecuária da Secretaria Municipal da Agricultura e responsável pelo SIM, Constantina.
10. Entrevista 10: Alcir Jotti, Dono da Agroindústria Jotti, Constantina.
11. Entrevista 11: Vanderlei Zonta, Agricultor e da Direção da Coopraff, Frederico Westphalen.
12. Entrevista 12: Júlio Carlos Rosatto, Técnico em Agropecuária da Secretaria Municipal da Agricultura, Frederico Westphalen.
13. Entrevista 13: Edemar Girardi, Professor da URI – Campus de Frederico Westphalen e Presidente do Codemau, Frederico Westphalen.
14. Entrevista 14: Magali Piaia: Médica Veterinária da Secretaria Municipal da Agricultura e responsável pelo SIM, Frederico Westphalen.
15. Entrevista 15: Carlos Minuzzi Rossatto, Fiscal e Licenciador Ambiental da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Frederico Westphalen.
16. Entrevista 16: Jamir Centenaro, Articulador Territorial do MDA no Território da Cidadania do Médio Alto Uruguai, Palmeiras das Missões.
17. Entrevista 17: Gilmar Antônio Meneghetti, Coordenador Regional da Emater Passo Fundo para a área de Agroindústria Familiar, Passo Fundo.
18. Entrevista 18: José Carlos Chierentin e Senair José Modesti, Dinamizadores das Bases de Serviços de Comercialização do Território da Cidadania do Médio Alto Uruguai

contratados pelo MDA e Presidente e Vice Presidente, respectivamente, da Recosol, Boa Vista das Missões.

19. Entrevista 19: Ângela Antunes de Souza e Luciano de Silveira Chaves, Médicos Veterinários da Secretaria Estadual da Agricultura e Presidente da CISPOA (Ângela Antunes de Souza), Porto Alegre.
20. Entrevista 20: Ricardo Edson Fritsh, Diretor da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural (SDR), Departamento de Agroindústria, Comercialização e Abastecimento (DACA), Porto Alegre.
21. Entrevista 21: Ademar José Batista, Ex-membro do Programa de Agroindústria Familiar do RS (2008 - 2002) e do Programa de Agroindustrialização Familiar do MDA (2003 - 2010). Diretor da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), Departamento de Agricultura Familiar (DAF), Porto Alegre.
22. Entrevista 22: Guiomar Pedro Bergmann e César Augusto Avancini, Professores da Faculdade de Veterinária (UFRGS) e Assessores do Programa de Agroindústria Familiar (1998 - 2002), Porto Alegre.
23. Entrevista 23: Nilton Pinho de Bem, Delegado Estadual do MDA no RS, Porto Alegre.

APÊNDICE E: VARIÁVEIS E INDICADORES DA PESQUISA DE CAMPO.

Variável	Indicadores investigados	Forma de obtenção dos dados	Agentes entrevistados	Nível de análise
<p>Produção de novidades</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O que produziam e vendiam antes de possuírem a agroindústria; - Motivos principais que levaram a agroindustrializar a produção; - A história de vida e trabalho da família com a agroindustrialização; - Motivos que levaram os agricultores a inovarem; - Os tipos de conhecimentos envolvidos na produção das novidades (tácito, educação formal, contextual, científico, outros tipos); - Os tipos de novidades produzidas: tecnológicas, organizacionais/dispositivos coletivos, mercados, produtos/processos, redes sociais, ambientais, insumos, entre outras; - A história das novidades produzidas (a trajetória sociotécnica); - Características principais de cada novidade identificada a campo; - Atores sociais envolvidos na produção de novidades; - O tipo de ação dos atores sociais na produção de novidades; - Tipos de relações sociais que os agricultores desenvolvem com outros atores e instituições; - As teias de novidades formadas; - As relações e simbioses entre as novidades produzidas nas teias; - Nível de autonomia dos agricultores com a produção de novidades; - Nível de sustentabilidade das novidades desenvolvidas nas experiências; - As transições (ou incrementos) no regime e paisagem sociotécnicos que as novidades produzidas geram; - Problemas e potencialidades principais das experiências e da produção de novidades; 	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas semiestruturadas; - Observação empírica a campo do pesquisador; - Diário de campo; - Fotos; - Desenho das redes de novidades e das suas relações empíricas; - Seguir as ações dos atores sociais (dos agricultores); 	<ul style="list-style-type: none"> - Agricultores familiares donos de agroindústrias; 	<p>Micro e contexto local: os agricultores (a agroindústria) e as suas estratégias em torno da produção de novidades</p>

Variável	Indicadores investigados	Forma de obtenção dos dados	Agentes entrevistados	Nível de análise
<p>Os canais de comercialização e mercados</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Histórico de como vendiam os produtos nos mercados locais; - Os principais produtos vendidos no início das experiências; - Os canais acessados no início do processo de agroindustrialização; - As estratégias de vendas que são usadas pelos agricultores; - Os tipos de canais de comercialização que foram sendo construídos historicamente: produtor – consumidor, intermediários, venda na propriedade, venda em feiras, vendas em festas, eventos e feiras agropecuárias, vendas institucionais, entre outros; - Como os agricultores construíram estes circuitos (estratégias usadas); - Os conhecimentos usados nas experiências e pelos atores para construir os diferentes canais; - Os atores sociais que foram chave no acesso dos produtos aos diferentes circuitos; - A ação dos atores e instituições para ajudar os agricultores a construir os seus canais; - Os tipos de transações que ocorrem nos canais de comércio; - Mercados formais e informais; - O papel das legislações alimentares nos mercados; - Cadeias curtas e longas; - As redes de atores formadas nestes mercados; - Os preços recebidos pelos produtos; - As quantidades de cada produto vendido nos canais; - A renda gerada com os produtos comercializados; - A aceitação dos consumidores e a qualidade dos produtos; - Principais problemas e potencialidades dos canais construídos; - Os mercados construídos como novidades dos agricultores; 	<ul style="list-style-type: none"> - Dados da pesquisa CAAF (2006); - Dados do projeto de pesquisa IPEA – PGDR (2010); - Entrevistas semi estruturadas; - Documentos, estatutos, contratos de compra e venda institucionais, convênios, entre outros das organizações dos agricultores; - Observação empírica do pesquisador; - Fotos; - Diário de campo; 	<ul style="list-style-type: none"> - Agricultores familiares donos de agroindústrias; - Técnicos da Emater; - Lideranças das organizações dos agricultores; - Atores de desenvolvimento; - As diversas instituições; - Os operadores de políticas públicas; 	<p>Micro e meso: Os agricultores (as agroindústrias) e contexto local (os mercados e as organizações)</p>

Variável	Indicadores investigados	Forma de obtenção dos dados	Agentes entrevistados	Nível de análise
<p>As organizações sociais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O histórico das organizações criadas; - Os motivos da sua criação (comercialização, crédito, produção, organização coletiva, luta e pressão social, legalização das unidades agroindustriais, etc.); - O papel das organizações criadas pelos agricultores donos de agroindústrias; - Os tipos de organizações criadas: grupos de agricultores, cooperativa de agroindústrias, associação de agroindústrias, grupos de comercialização, feiras de produtores/agroindústrias, centrais de comercialização, etc.; - O processo de administração coletiva destas organizações; - O papel dos dirigentes e dos agricultores “associados”; - As organizações dos agricultores entendidas como novidades organizacionais; - As redes sociais formadas por estas organizações; - Tipos de laços entre os atores sociais: “laços fracos” e “fortes”; - As relações dos agricultores com as organizações locais; - Principais problemas e potencialidades das organizações; 	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas semi estruturadas; - Documentos, estatutos, contratos de compra e venda institucionais, convênios, entre outros das organizações dos agricultores; - Observação empírica do pesquisador; - Fotos; - Diário de campo; 	<ul style="list-style-type: none"> - Agricultores familiares donos de agroindústrias; - Lideranças das organizações dos agricultores; - Atores de desenvolvimento; - As diversas instituições; - Os operadores de políticas públicas; 	<p>Micro e meso: Os agricultores (as agroindústrias) e contexto local (os mercados e as organizações)</p>

Variável	Indicadores investigados	Forma de obtenção dos dados	Agentes entrevistados	Nível de análise
<p>Ações governamentais e instituições reguladoras dos alimentos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Motivos pelos quais as instituições e políticas públicas foram criadas; - Histórico das instituições e das políticas públicas existentes na área da agroindustrialização; - Tipos de políticas públicas e as suas ações na área da agroindustrialização (Pronaf Agroindústria, PAF RS, Programa Territórios Rurais, Grande Fronteira MERCOSUL, PAF MDA, programas e projeto municipais/regionais); - Tipos de instituições e as suas ações na área agroindustrial (EMATER, Prefeituras, CODETER, CODEMAU, ANVISA, MDA, MS, MAPA, SIM, legislações alimentares diversas - ANVISA, SIM, CISPOA, SUASA, SUSAF); - Tipos de apoios desenvolvidos (comercialização, crédito, infraestrutura, legalização, melhoria de produtos/processos, organização coletiva, extensão rural, fornecimento de conhecimentos e formação de agricultores); - A ação institucional sobre as experiências formais e informais; - O papel das legislações alimentares no processo de produção de novidades (ambiental, jurídica, sanitária, dos produtos, da planta agroindustrial, etc.); - Fiscalizações e sanções aplicadas às iniciativas informais; - Ação das políticas públicas no processo de produção de novidades: - Papel das instituições na produção de novidades; - O papel do conhecimento vindo das instituições e políticas públicas na produção de novidades; - O papel dos agentes de desenvolvimento na produção de novidades; - As regras e normas que balizam o desenvolvimento agroindustrial das iniciativas e a produção de novidades; - Nível de satisfação dos agricultores familiares em relação às políticas públicas e instituições; - Representações de como deveria ser o trabalho desenvolvido pelas instituições locais; - Relações desenvolvidas entre os agricultores e as instituições e políticas públicas locais; - Principais problemas e potencialidades das diferentes instituições e políticas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Dados da pesquisa CAAF (2006); - Dados do Projeto de pesquisa IPEA – PGDR (2010); - Entrevistas semi estruturadas; - Observações empíricas do pesquisador; - Fotos; -Dados quantitativos de políticas públicas e projetos desenvolvidos na área agroindustrial; -Demais documentos encontrados na pesquisa de campo (planejamentos institucionais, contratos, diagnósticos, planos de desenvolvimento agroindustrial, projetos, etc.); 	<ul style="list-style-type: none"> - Agricultores familiares; - Técnicos da EMATER/RS; - Lideranças das organizações dos agricultores; - Secretários da agricultura; - Membros do CODETER; - Membros do CODEMAU; -Vigilância Sanitária Local; - Membros do SUASA; - Fiscais do CISPOA e do SIM; - Membros do PAF do RS e do PAF MDA; - Operadores de políticas públicas; 	<p>Micro e meso: As agroindústrias e o contexto local (políticas públicas e instituições)</p>